Convivialidade sob pressão:

Descontentamento político, polarização e *backlash* conservador na América Latina



Gabriel Kessler
Juan Ignacio Piovani
Camila Rocha
(orgs.)

Mecila HUCITEC EDITORA

Convivialidade sob pressão:
Descontentamento político, polarização e *backlash* conservador na América Latina

Coleção Convivialidade em Disputa

Convivialidade sob pressão:
Descontentamento político, polarização e *backlash* conservador na América Latina

Gabriel Kessler
Juan Ignacio Piovani
Camila Rocha
(orgs.)

Mecila
HUCITEC EDITORA

© Direitos autorais, 2026, da organização de Gabriel Kessler, Juan Ignacio Piovani & Camila Rocha

© Direitos de publicação reservados por

Mecila:
Rua Morgado de Mateus, 615
Vila Mariana | São Paulo - SP , Brasil
+55 11 5574 0399 | mecila@cebrap.org.br

Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020, Vila Mariana | São Paulo - SP, Brasil
+55 11 3892-7772 | www.lojahucitec.com.br

Coordenação editorial da coleção Convivialidade em Disputa: Sérgio Costa
Edição acadêmica: Livia Azevedo Lima
Tradução: Alyne Azuma, Dominique Bennett e Fernanda Lobo

Direção editorial: Mariana Nada
Coordenação editorial: Mariana Terra
Produção editorial: Kátia Reis
Comunicação: Diogo Uchiyama Satyro
Revisão: Edilson Moura
Circulação: Elvio Tezza

Depósito Legal efetuado.

Esta obra passou por revisão por pares.

Com o apoio de:

Imagem de capa: foto de Yuriy Vertikov (@noa69)/Unsplash

O projeto no qual se insere esta publicação foi financiado pelo Ministério Federal Alemão de Pesquisa, Tecnologia e Espaço com o código de financiamento 01UK2023A. A responsabilidade pelo conteúdo desta publicação é dos editores da mesma e dos autores dos capítulos.

C766 Convivialidade sob pressão : descontentamento político, polarização e backlash conservador na América Latina / Gabriel Kessler, Juan Ignacio Piovani, Camila Rocha (orgs.). – 1ª ed. – São Paulo : Mecila ; Hucitec , 2026. – 325 p. ; 23 cm. – (Coleção Convivialidade em Disputa, v. 3).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-8404-643-0 (Hucitec)

1. Polarização política - América Latina. 2. Convivialidade. I. Kessler, Gabriel. II. Piovani, Juan Ignacio. III. Rocha, Camila. IV. Título. V. Série.

CDD 320.98

Ficha catalográfica elaborada por Camilla Castro de Almeida CRB-7/7400

Sumário

7 **Introdução**
Polarização e convivialidade na América Latina contemporânea
Gabriel Kessler
Juan Ignacio Piovani

31 **Capítulo 1**
O processo de polarização na América Latina: entre a secularização e o conflito distributivo
Gabriel Kessler
Gabriel Vommaro
Gonzalo Assusa

69 **Capítulo 2**
Identidades partidárias negativas e seu impacto na democracia na América Latina
Carlos Meléndez

91 **Capítulo 3**
Os esforços de paz polarizadores da Colômbia
Andreas E. Feldmann

117 Capítulo 4
“São contra o que nos fizeram acreditar”: discursos sobre a polarização em El Salvador
Carlos Iván Orellana
Amparo Marroquín-Parducci

145 Capítulo 5
Política sem identidade e adesão ao traço: setores populares no Chile
Kathya Araujo

177 Capítulo 6
Desigual e dividida: a classe média no Brasil contemporâneo
Sérgio Costa

207 Capítulo 7
A Nova Direita brasileira e a esfera pública
Camila Rocha

243 Capítulo 8
“Família” e a nova gramática dos direitos humanos no governo de Jair Bolsonaro (2019-2021)
Marília Moschkovich

285 Capítulo 9
Música de direita? Imaginários de convivialidade nos anúncios e *jingles* de candidatos presidenciais de direita do Chile e da Argentina
Cristina Alarcón López

321 **Sobre as autoras e os autores**

Introdução

Polarização e convivialidade na América Latina contemporânea

Gabriel Kessler
Juan Ignacio Piovani

Este livro reúne pesquisas sobre as transformações contemporâneas do descontentamento político, da polarização e da ascensão das direitas – incluindo suas expressões mais radicais – na América Latina. O volume é resultado do trabalho coletivo desenvolvido no âmbito do Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality–Inequality in Latin America (Mecila) e combina contribuições de pesquisadores ligados ao centro a aportes de especialistas convidados, em um diálogo interdisciplinar que articula sociologia, ciência política, antropologia e estudos culturais. Nesse contexto, a noção de convivialidade – entendida como as formas de vida em comum em sociedades atravessadas por profundas

desigualdades (Costa, 2019; Heil, 2019) – oferece um pano de fundo particularmente fértil para analisar as tensões contemporâneas entre integração social, conflito e fragmentação política.

Nesta introdução, em primeiro lugar, revisitaremos os principais debates recentes sobre polarização e ascensão da extrema direita, pondo em diálogo perspectivas que enfatizam clivagens ideológicas e que destacam dimensões afetivas e relacionais desse fenômeno. Além disso, discutiremos os distintos eixos da polarização na América Latina, com atenção tanto a suas dimensões econômico-distributivas como cultural-morais e suas formas de articulação variável no tempo e no espaço. Finalmente, serão apresentadas as principais contribuições dos capítulos deste volume e uma síntese final de seus resultados que sugere chaves de leitura para analisar as atuais configurações do descontentamento político e suas implicações para a democracia na região.

1. Debates contemporâneos sobre a polarização e a extrema direita na América Latina

Com a dissolução da União Soviética, se vaticinou o fim da polarização ideológica, de acordo com a premissa de que o dissenso em torno de questões econômico-distributivas pertencia ao passado. Entretanto, a ideia de um consenso global, presente em conceitos como o de "fim da História" (Fukuyama, 1992), se mostrou efêmera. A volta da polarização no Ocidente se deu inicialmente na direita, com o fortalecimento de partidos de extrema direita na Europa e com a radicalização do Partido Republicano nos Estados Unidos, processo que tem se aprofundado no segundo mandato presidencial de Donald Trump. Na América Latina, o debate sobre a polarização é mais recente e se intensificou com a ascensão dos regimes pós-neoliberais, durante o chamado "giro à esquerda", no início do século XXI. Desde então, a polarização se difundiu em países com conjunturas eleitorais distintas, como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Nicarágua, Venezuela, México, El Salvador e Peru. Todavia, ao contrário dos Estados Unidos –onde as identidades políticas (republicanos e democratas) são relativamente estáveis –, na

América Latina o panorama é mais volátil, o que dificulta o mapeamento dos processos de polarização na sociedade.

Para além das especificidades de cada contexto nacional, a polarização política se converteu em uma categoria central para entender as transformações recentes das democracias contemporâneas em escala global. É certo que o termo "polarização" é empregado para dar conta de fenômenos diversos: disputas eleitorais intensas, divisões ideológicas profundas, antagonismos afetivos entre grupos políticos e estratégias discursivas que enfatizam a lógica amigo–inimigo. De todo modo, e para o propósito deste livro, além das distintas acepções do conceito, a polarização trata de dinâmicas que sem dúvida dificultam ou afetam a convivialidade. De fato, tal como observam Costa (2018) e Heil (2019), a convivialidade não deve ser entendida em um sentido normativo (como "se dar bem com outra pessoa"), mas como uma categoria analítica que permite descrever a vida cotidiana atravessada por tensões, contradições e inconsistências. Isso é fundamental em contextos polarizados, já que a convivialidade implica renegociar formas de ser em um mesmo lugar, apesar das diferenças. Nesse sentido, é necessário distinguir as diferentes dimensões da polarização. Para tal, apresentaremos a seguir os principais eixos do debate sobre o assunto.

Em primeiro lugar, é preciso diferenciar polarização eleitoral, ideológica, afetiva e de elites políticas. Ainda que elas estejam inter-relacionadas, cada uma remete a dinâmicas específicas. Em relação à polarização eleitoral, nas eleições presidenciais, a maioria dos países da região (com exceção do México, Paraguai e Panamá) conta com sistemas de segundo turno, momento em que a polarização tende a se intensificar. No entanto, isso não quer dizer que a polarização esteja necessariamente arraigada na sociedade. Na verdade, em vários países a hostilidade intensa se concentra mais em minorias altamente mobilizadas do que no conjunto do eleitorado (Bergman e Fernández, 2025), enquanto em outros – como Argentina e Brasil – se manifesta tanto nas elites políticas como na sociedade (Kessler e Vommaro, 2025). O objetivo desta introdução é oferecer um estado da arte dos debates contemporâneos sobre a polarização na América Latina, identificando suas principais dimensões analíticas, suas causas estruturais e conjunturais, seus efeitos institucionais e os desafios que ela impõe para a convivialidade social, tal como se evidencia nos capítulos que compõem este volume.

2. Polarização ideológica ou polarização afetiva?[1]

A polarização ideológica se refere à distância entre posições programáticas em torno de políticas públicas, modelos econômicos ou valores socioculturais. Se trata de uma dimensão mensurável a partir do espectro político esquerda–direita, análises de manifestos partidários ou estudos de posicionamento legislativo e de opinião pública sobre temas controversos (como aborto, pena de morte, políticas sociais, impostos, entre outros). Na América Latina, como foi dito, a medição dessa dimensão apresenta dificuldades específicas. Os rótulos ideológicos são instáveis e os partidos combinam posições econômicas e culturais heterogêneas. Zechmeister e Corral (2013) mostram que amplos setores da sociedade têm dificuldades para se situar no eixo esquerda–direita, o que sugere que, quando existe, a polarização ideológica nem sempre se estrutura em termos clássicos. No entanto, diversos estudos indicam que em países onde houve governos de esquerda ou de centro-esquerda por dois ou três mandatos – como Argentina, Brasil, Uruguai, Bolívia e Equador – se observa uma maior polarização que pode se organizar em torno de uma lógica de esquerda-direita (Kessler e Vommaro, 2025; Kessler e Murillo, 2026).

Nos últimos anos, especialmente na ciência política estadunidense, tem crescido o interesse pela polarização afetiva. Ela diz respeito ao aumento de sentimentos negativos em relação ao adversário político, independentemente da distância ideológica objetiva. Habitualmente, esse tipo de polarização é medido de acordo com "termômetros de simpatia" e perguntas sobre a disposição para interagir com eleitores do partido contrário ou a aceitar um genro ou uma nora de tal partido, entre outras questões. Iyengar et al. (2019) destacam que a polarização afetiva pode aumentar, inclusive se não houver um crescimento equivalente da polarização ideológica, e que, além disso, é uma tendência superestimar a distância ideológica em relação ao adversário em comparação com as estatísticas reais de opinião pública desse eleitorado. Isso sugere a coexistência de núcleos intensamente polarizados com maiorias mais ambivalentes ou pragmáticas.

Um segundo debate central nos Estados Unidos tem sido se a polarização é um fenômeno que atravessa toda a sociedade ou se ele estaria

1 Esta seção e a seguinte retomam elementos da introdução do livro de Kessler e Vommaro (2025).

limitado às elites políticas. As pesquisas que defendem a tese da "guerra cultural" argumentam que a polarização deve ser entendida como um processo de longa duração, iniciado na década de 1950 com o fim da hegemonia da "América normativa" (Hartmann, 2015; Hunter, 1991). A partir dos anos 1960 teria se inaugurado um período de questionamento profundo dos fundamentos dessa sociedade, particularmente em torno de questões de gênero, étnicas e culturais, além das distributivas. Diante do que era percebido então como uma ofensiva de demandas e conquistas progressistas, os setores conservadores desenvolveram estratégias para recuperar a hegemonia perdida. Desde o final dos anos 1970, a "guerra cultural" cobrou força com a Revolução Conservadora associada à presidência de Ronald Reagan (Marone et al., 2014), e as presidências de Donald Trump evidenciariam o êxito desse retorno das direitas mais extremas. Quem questiona essa tese não nega esses processos, mas observa, a partir de dados de estudos longitudinais, uma secularização crescente e uma tendência à moderação no conjunto da sociedade estadunidense, o que relativiza a ideia de uma "guerra cultural" generalizada (Hunter e Wolfe, 2006). De fato, se observa que os candidatos republicanos têm guinado mais à direita, porém não necessariamente é o caso do seu eleitorado.

Aqueles que rechaçam a ideia de uma guerra cultural destacam evidências de uma tendência à moderação social e sustentam que, em todo caso, a polarização se intensificou sobretudo no âmbito das elites (DiMaggio, Evans e Bryson, 1996; Evans, 2003). Não obstante, ainda faltam evidências conclusivas sobre o que ocorre no eleitorado republicano durante o segundo mandato presidencial de Donald Trump e sobre até que ponto este poderia ter caminhado para posições mais à direita. Por sua vez, aqueles que destacam a persistência de uma sociedade relativamente moderada – ou que ao menos defendem que o aumento da polarização política nas últimas décadas não tem um correspondente em termos de polarização social – destacam o fenômeno conhecido como *political sorting* (triagem partidária). Esse processo implica uma homogeneidade ideológica crescente dentro de cada partido, produto da migração de democratas conservadores (especialmente do sul) para o Partido Republicano e de republicanos moderados para o Partido Democrata (Mason, 2015). Desse modo, não se modifica substancialmente a distribuição ideológica da sociedade em seu conjunto, mas os indivíduos

se reagrupam em espaços politicamente mais homogêneos, com maiores níveis de homofilia interna, o que incrementa a distância entre eleitorados. No caso estadunidense, esse processo tem sido tão intenso que tem influenciado até mesmo decisões de moradia – como se mudar para estados politicamente afins –, dando lugar ao que Liliana Manson (2015) chama de um *sorting social* ("triagem social") mais amplo, com efeitos sobre a sociabilidade e sobre a própria convivialidade.

Um terceiro debate central – e particularmente relevante para este livro – é se a polarização resulta positiva ou negativa para a convivialidade social. Aqueles que enfatizam os aspectos positivos da polarização defendem que ela pode fomentar o compromisso político, incentivar a busca de informação sobre assuntos públicos e, em um nível sistêmico, contribuir para equilibrar as propostas de governos com orientações divergentes. No entanto, nos últimos anos, tem ganhado maior relevância a noção de "polarização perniciosa" (McCoy e Somer, 2019), segundo a qual a competência política se transforma em uma confrontação existencial entre blocos inconciliáveis que percebem o adversário como ilegítimo. Esse tipo de polarização corrói a tolerância política e debilita os fundamentos normativos da democracia. No atual contexto latino-americano, defendemos que a polarização adota sobretudo essa forma perniciosa, à medida que está fortemente marcada pela animosidade em relação ao adversário. Isso, a nível social, pode se traduzir – em particular entre eleitores de extrema direita – no apoio a ações que tensionam a ordem democrática e, em um nível institucional, dificultam a continuidade de políticas provenientes do campo político contrário. De fato, quando um governo de orientação oposta assume, deslegitimando por completo a gestão anterior, tende a desmantelar ou interromper o financiamento de políticas prévias sem mensurar objetivamente seus resultados. Em contextos altamente polarizados, também aumentam o obstrucionismo parlamentar e as dificuldades para se firmar acordos transversais, o que pode conduzir a uma paralisia decisória e ao fortalecimento de discursos que questionam a eficácia da democracia representativa.

3. Os eixos da polarização na América Latina

Anria e Roberts (2026) recordam que a polarização política, ainda que nem sempre conceitualizada nesses termos, fora um traço predominante da política latino-americana ao longo do século XX. Entretanto, o debate no sentido de polarização aqui definido se consolida a partir do chamado "giro à esquerda" do começo do século XXI. Nos últimos anos, também tem crescido o interesse acadêmico pelo tema, particularmente na Argentina e no Brasil. Sem pretender esgotar o assunto, podemos indicar alguns dos principais eixos de investigação: estudos sobre a polarização no nível das elites (Singer, 2016; Béjar, Moraes e López-Cariboni, 2020), sobre a polarização no espaço público digital (Morales, Borondo, Losada e Benito, 2015; Aruguete et al., 2021) e sobre a polarização no nível social, em relação a conjunturas ou temas específicos, como a pandemia de Covid-19 (Calvo e Ventura, 2021) ou a orientação dos eleitores (Zechmeister e Corral, 2013; Ramírez e Falak, 2023).

Uma pergunta central na América Latina é: polarização em torno do quê? Os principais eixos de conflito remetem à questão distributiva, a temas culturais (Kessler e Vommaro, 2025) – como gênero e direitos LGTBQI+ – e à segurança pública. No século XXI, a região experimentou um avanço sustentado em matéria de direitos (Corrales, 2021) e um processo de modernização cultural que se expressa, por exemplo, no crescente apoio à igualdade de gênero, ao casamento igualitário e à adoção por casais do mesmo sexo. O aborto, no entanto, continua sendo um tema que divide opiniões e, em muitos países, conta com apoios minoritários. Assim como em outras regiões, esse avanço em direitos tem gerado respostas conservadoras: atores com base religiosa têm encabeçado ofensivas de tipo *backlash*, como ocorreu no Brasil durante o período de Bolsonaro. Também existem casos de *backlash* "preventivo", isto é, reações conservadoras articuladas com atores religiosos mesmo na ausência de avanços significativos, como no Peru e em vários países da América Central (Biroli e Rousseau, 2025).

Diferentemente do observado no plano cultural, a questão distributiva não seguiu uma evolução linear. Estudos mostram que até meados dos anos 1990 predominava um consenso favorável às privatizações e à redução do papel do estado na vida social como um todo. Posteriormente, à medida

que os efeitos das reformas neoliberais se fizeram notar em termos de aumento da pobreza e da desigualdade, emergiu um consenso em sentido contrário, favorável a uma maior intervenção estatal. Nos últimos anos, entretanto, esse consenso começou a se debilitar, em parte com o surgimento de opiniões de direita que questionaram os governos pós-neoliberais. As críticas se centraram especialmente no impacto negativo dos impostos e de seus critérios de justiça, no gasto com programas sociais – considerado excessivo – e em uma valorização negativa do emprego público, particularmente em países onde o Estado se expandiu mais intensamente, como na Argentina e no Brasil. Essa percepção foi reforçada durante a pandemia de Covid-19, quando trabalhadores do setor público e trabalhadores formais foram percebidos como relativamente protegidos pelo Estado em comparação com o restante da população economicamente ativa. As bases sociais dessa reação distributiva começaram a ser objeto de estudo. Algumas pesquisas, especialmente no caso do Brasil, indicam setores de classe média que passaram a votar contra os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que haviam contribuído para a melhoria da sua situação material, em rechaço a políticas para redução de desigualdades de raça e de condição social (Porto, 2023). Porém, outros trabalhos mostram divergências no interior dessas classes médias, que combinam um voto de caráter mais econômico – associado a percepções de melhora ou deterioramento individual – com um voto mais ligado a fatores ideológicos, religiosos ou a um desejo de mudança depois de longos períodos de governo do PT (Costa, 2022; 2023; Kessler, Miskolci e Vommaro, 2024).

Nessa direção, se destacam enfoques que integram essas dimensões a partir de uma perspectiva interseccional (Costa, 2025). Em seu livro *Desiguais e divididos: uma interpretação do Brasil polarizado*, Sérgio Costa propõe uma interpretação sociológica abrangente da crise política brasileira, distanciando-se de explicações monocausais. Sua tese central defende que a polarização política contemporânea é o resultado de mudanças nas "situações interseccionais" de diversos grupos sociais durante as últimas duas décadas. Segundo o autor, o ciclo de governos do PT (2003-2014) gerou uma "desorganização" das hierarquias sociais – na qual os setores mais pobres melhoraram seus ganhos e as minorias ganharam visibilidade pública –, o que provocou uma reação defensiva das classes médias estabelecidas e das elites. Essa energia de descontentamento foi articulada de maneira contingente por discursos de extrema direita que

prometeram a "reorganização" e a restauração das assimetrias tradicionais de gênero, raça e classe. Desse modo, o livro de Costa mostra que a divisão do país não é unicamente ideológica, mas que emerge da forma como as desigualdades multidimensionais são vividas e como adquirem significado na convivialidade cotidiana.

Há décadas, a segurança pública é outro eixo central da polarização na América Latina. Ela é, de fato, a primeira ou a segunda preocupação dos eleitores na maioria dos países. Desde o final dos anos 1990, as direitas têm recorrido ao discurso da "mão de ferro" para ampliar sua base eleitoral, particularmente entre setores populares nos quais o discurso econômico tem alcance mais limitado (Holland, 2013; Vommaro, 2023). Nesse contexto, não surpreende a existência de polarização – especialmente em países onde emergiram coalizões de esquerda com narrativas alternativas à "mão de ferro" – entre aqueles que apoiam políticas mais punitivas e aqueles que se opõem a elas. Os primeiros tendem a respaldar medidas como a pena de morte, o livre porte de armas ou a restrição de garantias democráticas em nome da segurança.

Outro eixo importante de debate se refere à intensidade da polarização entre esquerda e direita.. Se o "giro à esquerda" impulsou a politização das agendas distributivas depois de um ciclo de consenso neoliberal e cultural até então pouco alinhado às coalizões partidárias, foi com a crise dos governos pós- -neoliberais e o fortalecimento de lideranças de direita que o interesse pela polarização e pelo conflito ideológico adquiriu maior centralidade tanto nas ciências sociais quanto no espaço público. O triunfo de Bolsonaro no Brasil em 2018, a ascensão e posterior radicalização de Nayib Bukele em El Salvador, a chegada de José Antonio Kast ao segundo turno no Chile em 2022 e seu triunfo em 2025, a eleição de Mauricio Macri para a presidência em 2015 e, posteriormente, de Javier Milei em 2023 na Argentina, assim como os bons desempenhos de candidatos conservadores na Colômbia, no Peru, Uruguai, entre outros, são exemplos da revitalização da direita na região e da heterogeneidade de variantes disponíveis. Esses processos também mostram que as opções mais radicais se tornaram competitivas e lograram, mediante inovações programáticas e estéticas, desafiar consensos culturais e desbancar as direitas *mainstream* (Borges, Vommaro e Lloyd, 2024). Sem dúvida, a ascensão dessas direitas faz parte de uma dinâmica global, ainda que ela tenha particularidades regionais e nacionais.

Esse trajeto não pode ser concluído sem uma referência aos "suspeitos de sempre": os meios de comunicação e, em particular, os meios digitais e sua configuração atual. Numerosos estudos se perguntam hoje a respeito dos efeitos do novo ecossistema midiático sobre a polarização (Persily e Tucker, 2020). Um eixo central do debate é o impacto das câmaras de eco ou bolhas informativas: a tendência crescente a se consumir e confiar em meios ou figuras midiáticas que confirmam e reforçam nossas ideias prévias e as emoções a elas associadas (Dubois e Blank, 2018). Nesse contexto, tanto no Norte global como na América Latina, cresce a preocupação com *fake news* e com *deep fakes* (Calvo e Aruguete, 2020). No entanto, seus efeitos sobre a polarização, sobre o descontentamento democrático e sobre a ascensão da extrema direita ainda não estão totalmente explicados. Lazer et al. (2018) advertem que a desinformação prospera em contextos de baixa confiança institucional, enquanto estudos de redes na América Latina mostram a formação de comunidades digitais fechadas durante processos eleitorais, o que pode intensificar a polarização afetiva. Ainda assim, diversas pesquisas destacam a forte inversão dos atores de direita radical em estratégias digitais, especialmente em contextos nos quais os meios conservadores tradicionais lhes eram pouco receptivos (Kessler, Vommaro e Paladino, 2022). Também se tem documentado a articulação internacional entre estrategistas vinculados a Donald Trump e à extrema direita na América Latina, como os associados a Bolsonaro e a Milei. A isso pode ser acrescentado o caso de Bukele, pioneiro no uso intensivo de redes sociais para construir uma narrativa política própria. Em conjunto, esses estudos mostram a difusão de discursos de ódio, a proliferação de desinformação em distintos contextos (Miskolci e Baliero, 2023) e a tendência dos indivíduos, em situações de alta polarização, a aderir com mais força a conteúdos – verdadeiros ou falsos – que reforçam suas crenças. Por último, o desenvolvimento da inteligência artificial parece aumentar a sofisticação e a verossimilhança de imagens e notícias falsas, enquanto persiste um clima de pessimismo e incerteza sobre a capacidade de conter esses fenômenos, dado que estudos recentes mostram efeitos limitados e frequentemente temporários das estratégias de *fact-checking* e correção da desinformação (Walter et al., 2020).

4. Sobre os capítulos do livro

O capítulo de Kessler, Vommaro e Assusa propõe uma interpretação original da polarização na América Latina ao deslocar o foco da polarização como um estado para a polarização como um processo multidimensional, articulado em torno de eixos relativamente autônomos: o eixo econômico-distributivo e o eixo cultural-moral. A partir de uma análise ambiciosa de longa duração baseada na pesquisa World Values Survey para Argentina, Brasil, Colômbia e México, o capítulo apresenta uma distinção-chave entre duas dinâmicas com lógicas e temporalidades diferentes: a secularização do plano cultural e a conflitividade contingente no plano distributivo. Um dos aportes centrais do capítulo é a demonstração empírica da relativa independência entre ambos os eixos. As atitudes culturais-morais e as econômico-distributivas não apenas se sobrepõem, como apresentam níveis de consistência distintos: enquanto as primeiras tendem a se agrupar de maneira coerente (por exemplo, posições sobre aborto, homossexualidade ou divórcio), as segundas aparecem mais dispersas e menos estruturadas ideologicamente. Essa assimetria permite entender por que a polarização moral pode ser mais consistente e previsível que a econômica.

Em termos de evolução temporal, os resultados mostram um processo sustentado de secularização nos quatro países analisados, expressado por uma tendência geral a posições mais progressistas em temas culturais. Esse processo, no entanto, coexiste com a persistência de núcleos conservadores resilientes, o que gera uma dinâmica de mudanças com polarização parcial: expansão de consensos progressistas a par da consolidação de minorias radicais no polo oposto. Em contrapartida, o eixo distributivo não apresenta uma trajetória linear, mas sim oscilações ligadas a conjunturas políticas e econômicas, como o ciclo neoliberal, o "giro à esquerda" e as suas reversões posteriores. Além disso, o capítulo mostra que os determinantes sociais de ambas as dimensões diferem significativamente. As atitudes culturais-morais estão mais fortemente associadas a variáveis como religiosidade, idade e ideologia, enquanto as posições econômico-distributivas apresentam menor nível de estruturação e dependem menos desses fatores. Isso reforça a ideia de que a polarização moral tende a se consolidar mais como uma clivagem social, enquanto a econômica permanece mais aberta e volátil.

O capítulo de Carlos Meléndez propõe uma releitura conceitual da política latino-americana recente a partir da noção de "identidades partidárias negativas", isto é, aquelas definidas mais por rechaço do que por adesão. Em diálogo com a literatura clássica sobre identificação partidária e com base em estudos contemporâneos sobre a crise de representação, o autor argumenta que o enfraquecimento das identidades positivas tem sido acompanhado – e, em parte, substituído – pela expansão de identidades negativas e antissistema, que cada vez mais estruturam o comportamento eleitoral na região.

A hipótese central aponta que essa substituição tem consequências profundas para o funcionamento da democracia, em particular para a relação entre representação e *accountability*. A partir de uma discussão teórica sistemática e de exemplos comparados (Argentina, Peru, Brasil, Chile, Colômbia), o autor mostra que o voto "anti" produz um tipo de mandato distinto: em vez de expressar preferências programáticas, ele se limita a impedir que um adversário chegue ao poder. Como resultado, o vínculo representativo se debilita, já que o mandato se encerra no momento eleitoral e não gera compromissos duradouros entre eleitores e governantes.

Entre os principais resultados, Meléndez destaca três efeitos: primeiro, a consolidação de dinâmicas de polarização baseadas em antagonismos identitários ("nós" *versus* "eles"); segundo, a fragilidade dos governos surgidos desses votos, que carecem de apoio sustentado e enfrentam dificuldades de governabilidade; e terceiro, o desgaste da função agregativa do voto, que deixa de articular interesses coletivos para se tornar um mecanismo de rejeição. Além disso, o capítulo apresenta uma tipologia de identidades (positivas, negativas, antissistema e apartidárias) que permite repensar a institucionalização dos sistemas partidários a partir do nível individual. A contribuição do capítulo para o livro é dupla: de um lado ilumina uma dimensão pouco explorada da crise de representação na América Latina e, de outro, lança um desafio teórico central ao mostrar que a própria lógica eleitoral pode, sob certas condições, minar os fundamentos da democracia representativa.

O capítulo de Feldmann analisa a polarização contemporânea na Colômbia a partir de um caso específico, mas altamente revelador: os processos de paz com as Farc, em particular o acordo de 2016. Diferentemente de outros casos latino-americanos dominados por clivagens ideológicas ou lideranças populistas, o autor propõe que a polarização colombiana recen-

te se estrutura em torno de uma questão central – a paz – que reorganiza identidades políticas, alinhamentos e conflitos sociais. O texto se inscreve na literatura sobre polarização como fenômeno impulsionado por elites, mas mostra com clareza como essas divisões se difundem pela sociedade através de lealdades políticas intensas e personalizadas.

O principal argumento é que a polarização na Colômbia é predominantemente "orientada para a elite", mas adquire profundidade social ao se articular com uma longa história de violência e desconfiança institucional. Nesse sentido, o acordo de paz ativa divisões em torno de três dimensões-chave: a justiça de transição, a participação política de ex-combatentes e a reforma agrária. Os resultados mostram que essas controvérsias não apenas são expressão de diferenças ideológicas ou de interesses, como também se amplificam por rivalidades entre líderes – particularmente entre Uribe e Santos – que estruturam campos políticos antagônicos e mobilizam adesões emocionais intensas.

E quanto às implicâncias da polarização, o capítulo destaca que ainda que ela não tenha paralisado o funcionamento institucional, teve efeitos profundamente negativos. Ela debilita as perspectivas de uma paz duradoura, incrementa a conflitividade social e corrói a confiança no sistema judicial. Ainda assim, Feldmann evidencia os limites das iniciativas de despolarização, que têm sido esparsas e pouco efetivas diante da magnitude do problema. Em conjunto, o capítulo aporta uma perspectiva-chave para o livro ao mostrar como a polarização pode se organizar em torno de políticas públicas específicas – como os processos de paz – e como, em contextos de violência histórica, adquire intensidade e consequências particularmente críticas para a democracia.

O capítulo de Orellana e Marroquín-Parducci oferece uma análise inovadora da polarização em El Salvador sob o governo de Nayib Bukele, deslocando a atenção das clivagens ideológicas tradicionais para suas expressões cotidianas e discursivas. A partir de um enfoque qualitativo baseado em onze grupos focais realizados entre 2021 e 2022 – com simpatizantes e opositores do oficialismo, tanto no país como na diáspora –, o capítulo se inscreve em uma literatura recente que problematiza a polarização além do eixo esquerda-direita, incorporando dimensões afetivas, relacionais e comunicacionais. Em diálogo com trabalhos clássicos sobre polarização em contextos de conflito (como Martín-Baró, 1983) e com enfoques contemporâneos sobre polarização afetiva e "tóxica", os autores

propõem captar as novas formas desse fenômeno em um contexto de reconfiguração do sistema político.

A hipótese central deste capítulo é que, longe de haver desaparecido – como sugere a narrativa oficial –, a polarização persiste de modos transformados: menos estruturada por identidades partidárias estáveis e mais amparada em percepções, emoções e conflitos da vida cotidiana. Os resultados do estudo mostram, em primeiro lugar, a coexistência de visões antagônicas sobre o estado da democracia, a liderança presidencial e o rumo do país. Em segundo lugar, evidenciam a emergência de consensos parciais que não reduzem a polarização, mas coexistem com ela, assim como estratégias para evitar o conflito – como o silêncio – que funcionam como indicadores indiretos de sua intensidade. Finalmente, o capítulo identifica o próprio presidente como um ator central na produção de antagonismos, na esteira de diagnósticos sobre lideranças populistas contemporâneas. O capítulo colabora com o entendimento das transformações recentes da polarização na América Latina, mostrando como, em contextos de enfraquecimento institucional e personalização do poder, ela tende a se centrar no plano das interações cotidianas, com implicações relevantes para a convivência social e a qualidade da democracia.

O capítulo de Kathya Araujo oferece uma contribuição fundamental para compreender as transformações contemporâneas da relação entre cidadania e política na América Latina, a partir do caso dos setores populares no Chile. Ao contrário de abordagens centradas na desafetação ou no retraimento, o texto propõe o conceito de "politização sem identificação" para dar conta de uma relação ambivalente: um interesse sustentado pelos assuntos públicos que coexiste com uma distância crítica em relação à política institucional.

A partir de uma abordagem teórica que articula a sociologia política e a imaginação social – em diálogo com autores como Lefort (2004) e Gauchet (2002) –, Araujo defende que essa configuração se explica por uma tensão estrutural entre "o político" (como dimensão normativa e simbólica da vida em comum) e "a política" (como campo institucional concreto). Sua hipótese central sustenta que os setores populares mantêm uma valorização dos princípios democráticos e da mudança social, mas rejeitam as formas efetivas como estes se concretizam em atores, instituições e práticas políticas.

As descobertas, baseadas em um desenho qualitativo robusto (92 entrevistas com famílias expandidas de distintas regiões), mostram quatro tensões-chave: a valorização abstrata da política diante da rejeição aos políticos; a adesão a princípios democráticos junto ao desencanto com seus resultados; o reconhecimento do valor do voto combinado como ceticismo sobre sua eficácia; e a expectativa de transformação que coexiste com a percepção de que a política não a produz. Nesse contexto, Araujo introduz o conceito de "adesão ao traço" para descrever uma forma fragmentária, fluida e contingente à ligação política, baseada em atributos específicos, em vez de identidades ou programas. Em termos mais amplos, o capítulo fornece uma chave interpretativa central para este volume ao mostrar que a crise de representação não implica despolitização, mas sim uma reconfiguração das formas de envolvimento político. Isso tem implicações profundas para a democracia ao gerar uma politização intensa, mas sem ancoragem institucional, que põe à prova a estabilidade dos apoios e a capacidade de articulação do sistema político.

O capítulo de Sérgio Costa apresenta uma interpretação sofisticada da polarização política no Brasil, com base na análise das classes médias no contexto da crise iniciada em 2014. Em diálogo crítico com a literatura existente – frequentemente dominada por explicações estruturais, ideológicas ou culturais –, o autor propõe superar esses determinismos através de uma abordagem inspirada na teoria da articulação de Stuart Hall. A partir dessa perspectiva, a relação entre posição de classe e ação política não é mecânica nem linear, mas contingente e mediada por múltiplas dimensões interseccionais.

Costa defende a tese de que as classes médias brasileiras não são portadoras de interesses políticos estáveis nem constituem um ator homogêneo. Elas são, na verdade, um conjunto heterogêneo cujas orientações políticas dependem da forma como diferentes narrativas conseguem articular – em momentos específicos – as suas experiências, expectativas e ansiedades. A partir dessa premissa, o capítulo analisa as transformações da "situação de classe" em três dimensões: rendimentos e riqueza, acesso a bens e serviços, e processos de "corporificação", ou seja, as práticas sociais e simbólicas que materializam a pertença de classe. Os resultados mostram que as profundas flutuações nessas dimensões – marcadas pela expansão social durante os governos do PT e a sua posterior reversão num contexto de crise econômica, política e sanitária – geraram incerteza, competição e ressentimento entre diferentes

segmentos das classes médias. Nesse cenário, a incapacidade do sistema político de canalizar tais conflitos facilitou a articulação de setores das classes médias com discursos autoritários e antissistema, embora de forma não uniforme nem permanente.

Em termos mais amplos, o capítulo de Costa fornece uma chave de leitura central para o livro ao demonstrar que a polarização não pode ser entendida como o reflexo direto de posições estruturais, e sim como o resultado de articulações contingentes entre condições sociais, discursos políticos e identidades interseccionais. Isso abre, por sua vez, a possibilidade de futuras reconfigurações, tanto no sentido de formas mais inclusivas como de formas mais excludentes da política democrática.

O capítulo de Camila Rocha analisa a emergência da "Nova Direita" no Brasil a partir de uma reconstrução sociopolítica de seus atores, suas ideias e suas formas de intervenção na esfera pública. Em diálogo com a literatura sobre esfera pública, contra-públicos (Warner, 2002) e difusão de ideias políticas, a autora se propõe a entender esse fenômeno não como uma simples continuidade da direita tradicional, mas como o resultado da articulação entre novas redes militantes, inovações tecnológicas e repertórios discursivos disruptivos.

A hipótese medular é que a Nova Direita brasileira se constitui a partir da formação de "contra-públicos" digitais que, inicialmente marginais, conseguem se expandir e reconfigurar o debate público. Esses espaços – forjados em redes como o Orkut e logo em outras plataformas – funcionam como esferas de sociabilidade política onde circulam ideias libertárias, anti-globalistas e anti-esquerda, ao mesmo tempo que se constroem identidades coletivas baseadas no confronto com um suposto consenso progressista dominante.

A partir de um desenho metodológico qualitativo – baseado em mais de trinta entrevistas com líderes e ativistas, análises de arquivos de organizações e fontes públicas –, o capítulo mostra que esse processo se inicia em meados dos anos 2000, em um contexto de crise de legitimidade política acarretado pelo escândalo do Mensalão e se intensifica em momentos críticos como as manifestações de Junho de 2013, a Operação Lava Jato e o impeachment de Dilma Rousseff. Os resultados destacam, em particular, o papel central das redes digitais na criação de comunidades políticas, a difusão de ideias radicalizadas e a adoção de estilos comunicativos disruptivos que privilegiam o conflito em vez do debate racional.

O texto de Rocha fornece uma chave de leitura fundamental para este livro, ao demonstrar que a polarização contemporânea não se deve apenas a divisões sociais ou ideológicas, mas também a transformações na própria estrutura da esfera pública. A expansão dos contra-públicos digitais, embora amplie a participação e dê visibilidade a reivindicações antes marginalizadas, também tende a fragmentar o debate, intensificar a lógica de antagonismo e facilitar a circulação de discursos autoritários, impondo desafios substanciais à convivência democrática na região.

O capítulo de Marília Moschkovich analisa de maneira inovadora a reconfiguração contemporânea dos direitos humanos no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro, destacando o uso estratégico da categoria "família" como eixo articulador de uma nova gramática política. Em diálogo com a literatura sobre políticas públicas, gênero e disputas discursivas – incluindo aportes de Foucault (1976), Butler (1997) e estudos sobre a ofensiva anti-Gênero –, o capítulo sugere ir além da ideia de mera perda de direitos para mostrar seu processo ativo de ressignificação.

A hipótese central defende que a centralidade atribuída à "família" na concepção e na comunicação das políticas públicas de direitos humanos funciona como um mecanismo que permite redefinir tanto os sujeitos de direito como os mecanismos de intervenção estatal. Nesse contexto, a família opera simultaneamente como destinatária de proteção e como instância responsável pela resolução de problemas sociais, possibilitando uma lógica "familista" que desloca questões estruturais para a esfera privada. A partir de uma abordagem metodológica que combina análise documental e etnografia digital – especialmente do uso do canal no YouTube do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos entre 2019 e 2021 –, o capítulo de Moschkovich mostra como essa reconfiguração se materializa numa transformação sistemática da linguagem política. Os resultados evidenciam o desaparecimento quase total de termos como "gênero" ou "LGBT" e a sua substituição por uma produção discursiva intensivamente centrada em "mulher" e, sobretudo, em "família", acompanhada por uma estratégia de comunicação massiva e repetitiva que transforma o próprio discurso numa ferramenta de política pública.

Em termos mais amplos, este capítulo acrescenta uma dimensão fundamental ao livro, ao demonstrar que as disputas contemporâneas em torno dos direitos humanos não se limitam à sua expansão ou restrição,

mas implicam uma redefinição das suas categorias básicas. Esse processo tem implicações profundas para a democracia, à medida que reorienta a relação entre o Estado e a sociedade, moraliza os problemas sociais e contribui para deslocar o conflito político para os domínios normativos e culturais, alterando as formas tradicionais de representação e de intervenção pública.

O capítulo de Cristina Alarcón López apresenta uma perspectiva inovadora ao analisar as campanhas da direita e da extrema direita a partir das suas estratégias audiovisuais e, em particular, do uso da música como dispositivo de construção política. O eixo central é a noção de "imaginários de convivialidade", entendidos como representações da maneira como a vida em comum se organiza, que combinam dimensões emocionais, simbólicas e relacionais. O argumento principal do capítulo é que a música e os dispositivos audiovisuais não são elementos acessórios das campanhas eleitorais, e sim mecanismos centrais de produção de sentido político capazes de ativar emoções, moldar identidades coletivas e projetar formas específicas de vínculo social. A partir da análise comparativa de campanhas no Chile e na Argentina (Piñera, Macri, Kast e Milei), o capítulo mostra que as direitas constroem sistematicamente imaginários de convivência que combinam hierarquia, afetividade e despolitização.

Uma primeira contribuição fundamental de Alarcón López é a centralidade da emotividade positiva nas campanhas do centro-direita. Através de *jingles*, comícios e cenários festivos promovem-se emoções como a alegria, o entusiasmo, a proximidade e o otimismo. Essas emoções se articulam em torno de uma lógica de "festa" – frequentemente inspirada no futebol ou no espetáculo – que cria um espaço simbólico de comunidade no qual o conflito social é posto de lado. A política surge assim como um espaço de harmonia, afeto e celebração, mais do que de disputa. Paralelamente, o capítulo mostra que esses imaginários são estruturados por relações hierárquicas. A ligação entre líder e sociedade é construída de forma paternalista: o líder surge como uma figura masculina, próxima, mas superior, que orienta, cuida e resolve problemas. Essa lógica pode ser observada tanto em Piñera como em Macri, em que a proximidade afetiva (abraços, contato, informalidade) coexiste com uma clara assimetria entre o líder e o "povo".

Uma segunda contribuição fundamental é a identificação de uma tensão entre a despolitização e o conteúdo ideológico. Embora as campa-

nhas tendam a se apresentar como "apolíticas" – centradas nas emoções, na proximidade e em problemas concretos –, simultaneamente divulgam valores claramente identificáveis: nação, família, ordem, segurança e, em muitos casos, princípios neoliberais como o esforço individual e a autossuficiência. Ou seja, a despolitização é mais estética do que substantiva. O capítulo destaca também a flexibilidade estratégica da direita na utilização de repertórios culturais. Observa-se uma apropriação sistemática de diversos estilos musicais – folk, cumbia, rock, rap –, muitas vezes historicamente associados a outros setores políticos. Essa hibridização permite ampliar a interpelação social e construir identidades transversais, embora, em alguns casos, gere incongruências entre a estética e o conteúdo ideológico.

A diferença mais marcante surge na análise da extrema direita, especialmente no caso de Milei. Ao contrário da centro-direita, que privilegia emoções positivas e harmoniosas, a extrema direita coloca em primeiro plano emoções negativas como a raiva, o ressentimento e a indignação. Essas emoções se organizam em torno da construção de um inimigo ("a casta") e de uma narrativa de crise e decadência. Nesse contexto, o líder deixa de ser apenas próximo e passa a ser uma figura épica ou messiânica, que encarna uma missão de "libertação". Em termos de imaginários de convivialidade, isso implica uma mudança significativa: de uma comunidade festiva e despolitizada para uma comunidade mobilizada pelo conflito, pela confrontação e pela identificação via antagonismo. No entanto, em ambos os casos persiste um elemento comum: a centralidade de lideranças masculinas fortes e a subordinação da política programática a registros emocionais.

Em conjunto, os capítulos reunidos neste volume permitem avançar para uma compreensão mais complexa do descontentamento e da polarização na América Latina, demonstrando que não se trata de fenômenos unidimensionais nem redutíveis a clivagens ideológicas tradicionais. Desde a reconfiguração dos laços entre cidadania e política (Araujo), passando pela articulação contingente das classes médias (Costa), a diferenciação entre dimensões da polarização (Kessler, Vommaro e Assusa), até às formas afetivas e culturais de produção de sentido político (Alarcón López), sua institucionalização em novas gramáticas estatais (Moschkovich) e a transformação da esfera pública a partir do surgimento de contra-públicos digitais (Rocha), surge um diagnóstico convergente: a

política contemporânea se desenrola em múltiplos planos – estruturais, simbólicos, emocionais, institucionais e comunicacionais – que interagem sem necessariamente se alinharem. Esse caráter multidimensional permite compreender melhor uma distinção analítica central que atravessa o livro: a diferença entre configurações de descontentamento predominantemente "horizontais", organizadas em torno de antagonismos radicais entre grupos sociais ou políticos, e configurações "verticais", caracterizadas por uma distância generalizada em relação ao sistema político no seu conjunto.

Enquanto as primeiras tendem a intensificar a polarização afetiva e podem, paradoxalmente, reforçar apoios seletivos a lideranças que prometem derrotar o adversário, as últimas corroem os laços de representação, geram vácuos de poder e favorecem dinâmicas de instabilidade e renovação das elites. A expansão dos contra-públicos digitais acrescenta uma dimensão decisiva a esse quadro, ao ampliar tanto a visibilidade do conflito como a sua radicalização, contribuindo para a fragmentação do espaço público e para a circulação de linguagens políticas cada vez mais antagônicas. Longe de serem mutuamente excludentes, essas dinâmicas podem coexistir e se combinar, configurando cenários particularmente desafiadores para a democracia na região. Nesse sentido, a contribuição deste livro não é apenas descrever o descontentamento, mas oferecer ferramentas analíticas para distinguir as suas formas, compreender os seus mecanismos e antecipar as suas consequências.

Referências

Anria, Rodrigo e Roberts, Kenneth (2026): *Polarization and Democracy in Latin America. Legacies of the Left Turn*. Chicago, Chicago University Press.

Aruguete, Natalia, Calvo, Ernesto e Ventura, Tiago (2021): "News Sharing, Gatekeeping, and Polarization: A Study of the Bolsonaro Election". *Digital Journalism*, vol. 9, n. 1, pp. 1-23.

Béjar, Sergio, Moraes, Juan A. e López-Cariboni, Santiago (2020): "Elite Polarization and Voting Turnout in Latin America, 1993-2010". *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, vol. 30, n. 1, pp. 1-21.

Bergman, Marcelo e Fernández, Pablo (2025): "Affective Polarization in Latin America: A Research Note". *Latin American Politics and Society*, vol. 67, n. 1, pp. 114-32.

Biroli, Flávia (2026): "The Backlash against Gender Equality and Sexual Diversity: Egalitarian Trends and Religious Conservatism in Changing Societies". In: Kessler, Gabriel e Murillo, María Victoria (orgs.). *The Social Underpinnings of Political Discontent in Latin America*. Nova York: Cambridge University Press.

Biroli, Flávia e Rousseau, Stéphanie (2025): "The Effects of Anti-Gender Activism on Latin American Democracies: A Comparison of Brazil and Peru". *Journal of Gender Studies*, vol. 34, n. 5, pp. 669-83.

Borges, André, Lloyd, Ryan e Vommaro, Gabriel (2024): *The Recasting of the Latin American Right: Polarization and Conservative Reactions*. Nova York: Cambridge University Press.

Butler, Judith (1997): *Excitable Speech. A Politics of the Performative*. Londres: Routledge.

Calvo, Ernesto e Aruguete, Natalia (2020): *Fake news, trolls y otros encantos*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Calvo, Ernesto e Ventura, Tiago (2021): "Will I get Covid-19? Partisanship, Social Media Frames, and Perceptions of Health Risk in Brazil". *Latin American Politics and Society*, vol. 63, n. 1, pp. 1-26.

Corrales, Javier (2021): *The Politics of LGBTQ Rights Expansion in Latin America and the Caribbean*. Nova York: Cambridge University Press.

Costa, Sérgio (2019): "The Neglected Nexus between Conviviality and Inequality". *Mecila Working Paper Series*, n. 17. São Paulo: The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America.

Costa, Sérgio (2025): *Desiguais e divididos: uma interpretação do Brasil polarizado*. São Paulo: Todavia.

DiMaggio, Paul, Evans, John e Bryson, Bethany (1996): "Have American's Social Attitudes become More Polarized?". *American Journal of Sociology*, vol. 102, n. 3, pp. 690-755.

Dubois, Elizabeth e Blank, Grant (2018): "The Echo Chamber is Overstated". *Information, Communication & Society*, vol. 21, n. 5, pp. 729-45.

Foucault, Michel (1976): *Histoire de la sexualité*. Paris: Gallimard.

Evans, Jonathan H. (2003): "Have Americans' attitudes become more polarized?– An update". *Social Science Quarterly*, vol. 84, n. 1, pp. 71-90.

Fukuyama, Francis (1992): *The end of history and the last man*. Nova York: Free Press.

Gauchet, Marcel (2002): *La démocratie contre elle-même*. Gallimard.

Hartmann, Andrew (2015): *A War for the Soul of America*. Chicago: University of Chicago Press.

Heil, Tilmann (2019): "Conviviality on the Brink". *Mecila Working Paper Series*, n. 14. São Paulo: The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America.

Holland, Alisha C. (2013): "Right on crime?". *Latin American Research Review*, vol. 48, n. 1, pp. 44-67.

Hunter, James Davison (1991): *Culture Wars*. Nova York: Basic Books.
Hunter, James Davison e Wolfe, Alan (2006): *Is There a Culture War*. Washington DC: Pew/Brookings.
Iyengar, Shanto, Lelkes, Yphtach, Levendusky, Matthew, Malhotra, Neil e Westwood, Sean J. (2019): "The Origins and Consequences of Affective Polarization". *Annual Review of Political Science*, vol. 22, pp. 129-46.
Kessler, Gabriel, Miskolci, Richard e Vommaro, Gabriel (2024): "The Ideology of Bolsonaro Voters". *Sociologia & Antropologia*, vol. 14.
Kessler, Gabriel e Murillo, María Victoria (orgs.) (2026): *The Social Underpinnings of Political Discontent in Latin America*. Nova York: Cambridge University Press.
Kessler, Gabriel e Vommaro, Gabriel (2025): *La era del hartazgo. Líderes disruptivos, polarización y antipolítica*. Buenos Aires: Siglo XXI.
Kessler, Gabriel, Vommaro, Gabriel e Paladino, María (2022): "Antipopulistas reaccionarios en el espacio público digital". *Estudios Sociológicos*, vol. 40, n. 120, pp. 651-91.
Lazer, David M., Baum, Matthew A., Benkler, Yochai, Berinsky, Adam J., Greenhill, Kelly M., Menczer, Filippo e Zittrain, Jonathan L. (2018): "The Science of Fake News". *Science*, vol. 359, n. 6380, pp. 1094-96.
Lefort, Claude (2004): *La incertidumbre democrática. Ensayos sobre lo político*. Anthropos.
Marone, James A., Valelly, Richard, Mettler, Suzanne e Liebermann, Robert (2014): "Political Culture: Consensus, Conflict, and Culture War". *The Oxford Handbook of American Political Development*, vol. 132-147. Oxford: Oxford University Press.
Martín-Baró, Ignacio (1983): "Polarización social en el Salvador". *Estudios Centroamericanos* (ECA), vol. 38, n. 412, pp. 129-42.
Mason, Lilliana (2015): "'I Disrespectfully Agree': The Differential Effects of Partisan Sorting on Social and Issue Polarization". *American Journal of Political Science*, vol. 59, n. 1, pp. 128-45.
McCoy, Jennifer e Somer, Murat (2019): "Toward a Theory of Pernicious Polarization and How it Harms Democracies: Comparative Evidence and Possible Remedies". *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 681, n. 1, pp. 234-71.
Miskolci, Richard e Balieiro, Fernando de Almeida (2023): "The Moralization of Politics in Brazil". *International Sociology*, vol. 38, n. 4, pp. 480-96.
Morales, Alejandro J., Borondo, Javier, Losada, Juan Carlos e Benito, Rosa M. (2015): "Measuring Political Polarization: Twitter Shows the Two Sides of Venezuela". *Chaos: An Interdisciplinary Journal of Nonlinear Science*, vol. 25, n. 3.
Nyhan, Brendan e Reifler, Jason (2010): "When Corrections Fail: The Persistence of Political Misperceptions". *Political Behavior*, vol. 32, n. 2, pp. 303-30.
Persily, Nathaniel e Tucker, Joshua A. (orgs.) (2020): *Social Media and Democracy: The State of the Field, Prospects for Reform*. Nova York: Cambridge University Press.

Ramírez, Iván e Falak, Ana (2023): "'Te amo, te odio: dame más'. Polarización afectiva en la opinión pública argentina". *Revista SAAP*, vol. 17, n. 2, pp. 361-97.
Singer, Matthew M. (2016): "Elite polarization and the electoral impact of left-right placements: Evidence from Latin America, 1995-2009". *Latin American Research Review*, vol. 51, n. 2, pp. 174-94.
Tucker, Joshua A., Guess, Andrew, Barberá, Pablo, Vaccari, Cristian, Siegel, Alexandra, Sanovich, Sergey, Stukal, Denis e Nyhan, Brendan (2018): *Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation: A Review of the Scientific Literature*. Hewlett Foundation.
Vommaro, Gabriel (2023): *Conservatives against the Tide*. Cambridge University Press.
Zechmeister, Elizabeth J. e Corral, Margarita (2013): "Ideological labels in Latin America". *Comparative Political Studies*, vol. 46, n. 6, pp. 675-701.
Walter, Nathan, Cohen, Jonathan, Holbert, R. Lance e Morag, Yael (2020): "Fact-Checking: A Meta-Analysis of What Works and for Whom". *Political Communication*, vol. 37, n. 3, pp. 350-75.
Warner, Michael (2002): "Publics and Counterpublics". *Public Culture*, vol. 14, n. 1, pp. 49-90.

Capítulo 1

O processo de polarização na América Latina: entre a secularização e o conflito distributivo

Gabriel Kessler
Gabriel Vommaro
Gonzalo Assusa

1. Introdução

O conceito de convivialidade se refere às formas de viver juntos em contextos específicos.[1] Com ele se privilegia o olhar sobre relações horizontais que, no entanto, em muitos casos, são real e potencial-

1 Este texto foi publicado originalmente como "El proceso de polarización en América Latina Entre la secularización y el conflicto distributivo", na *Mecila Working Paper Series*, n. 53. São Paulo: The Maria

mente conflituosas (Mecila, 2017).[2] Essa conflitividade tende a ser potencializada em sociedades historicamente desiguais, como as latino-americanas, mas também naquelas em que a inequidade aumentou nas últimas décadas, como nos Estados Unidos. Com alguns traços em comum e outros próprios em cada contexto, a conflitividade se expressa a partir de diferenças políticas sobre assuntos distributivos, culturais, religiosos, entre outros (Costa, 2019). Como afirma Frank Adloff, é nesses contextos que adquire importância tanto a imagem do outro quanto as formas de negociação, configurando padrões de convivialidade cotidiana que têm as desigualdades persistentes como pano de fundo (Adloff, 2018). Nesse sentido, se seguimos Tilmann Heil, em um contexto de persistentes desigualdades, a convivialidade, dado que ela articula o conflito e a negociação, parece ser mais adequada para pensar as interações cotidianas que conceitos como "integração", "assimilação" ou "coesão social", nos quais a dimensão mais litigiosa da interação não se vê contemplada (Heil, 2019).

Uma das expressões mais cruas dessa convivência conflituosa é a polarização política vivida por grande parte das sociedades latino-americanas (Levitsky, 2018). No fim do consenso neoliberal, a crise do sistema de partidos em alguns países e a chamada guinada à esquerda produziram um realinhamento programático das elites e da oferta política (Roberts, 2014). A politização das desigualdades sociais – mas também das desigualdades éticas e raciais – empreendida pelas forças progressistas voltou a colocar a agenda redistributiva no centro do debate político (Levitsky e Roberts, 2011). Do mesmo modo, no contexto de mudanças aceleradas em relação a modelos de família, direitos sexuais e reprodutivos, os tópicos em debate da agenda cultural-moral tomaram o centro da esfera pública e foram objeto de intensos conflitos políticos (Corrales, 2020). Com dificuldades para se firmar na agenda distributiva, a reorganização da direita latino-americana que ocorreu nesses anos se baseou em dois tipos de estratégia: a moderação cultural para ganhar o "eleitor médio" e o uso estratégico de posições conservadoras na "guerra cultural" para mobilizar um núcleo duro resiliente de apoiadores e eleitores (Luna e Rovira Kaltwasser, 2014; Corredor, 2021).

Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America, 2023. A tradução do espanhol ao português para este volume é de Fernanda Lobo e foi revisada por Gabriel Kessler. [N.E.]

2 Os autores agradecem a Federico Poncio, Mgr. em Ciências de dados (UBA), pelo tratamento de parte dos dados.

Este capítulo tenta contribuir para os estudos de convivialidade na medida em que se propõe a elucidar os modos e as intensidades dos conflitos e consensos sobre assuntos distributivos e culturais, já que ainda sabemos pouco sobre o que aconteceu no nível da sociedade.

As sociedades latino-americanas seguiram as orientações e os alinhamentos produzidos por suas elites? Que consensos sociais prevaleceram nas últimas décadas? Ou, ao contrário, o quão polarizadas se tornaram essas sociedades? E o quanto pesam os fatores econômico-distributivos e os fatores culturais-morais nos casos de polarização? Propomos essas questões para compreender, ao mesmo tempo, os processos de mudança nos consensos sociais e culturais e as coordenadas do conflito que, no nível da sociedade, acompanharam esses processos de mudança.

As teorias clássicas sobre ideologia consideram a questão econômico-distributiva como a base primordial da diferenciação entre esquerda e direita (Bobbio, 1996 [1995]). Logo, a primeira fase de trabalhos empíricos sobre indivíduos e grupos definiu essa controvérsia em torno de dois eixos: buscar *versus* negar a mudança social e aceitar *versus* rejeitar as desigualdades (Jost et al., 2003a; 2003b). Pesquisas posteriores aprofundaram essa dupla dicotomia, definindo duas dimensões: a primeira de natureza distributiva e a segunda de natureza cultural-moral. Assim, enquanto a primeira versava sobre a legitimidade da desigualdade econômica, a propriedade pública ou privada dos meios de produção e o grau desejável de intervenção estatal, a segunda estruturava-se em torno de temas – variáveis de acordo com o momento histórico, a agenda pública e o país em questão – tais como gênero e diversidade, nacionalismo, segurança e meio ambiente.

A relação entre a dimensão econômico-distributiva e a dimensão cultural-moral ocupou um lugar relevante no debate sobre o pós-materialismo. Como se sabe, a obra de Ronald Inglehart sustentou desde os anos 1970 (Inglehart, 1971; Abramson e Inglehart, 1995) a existência de uma "revolução silenciosa" vivida pelas gerações do pós-guerra que tiveram boas condições materiais e conheceram a expansão da educação e a participação feminina no mercado de trabalho e na educação. Essas têm sido as bases estruturais para um interesse crescente por valores pós-materialistas, como qualidade de vida, meio ambiente e gênero. No entanto, as controvérsias sobre o pós-materialismo nunca cessaram, sobretudo na Europa Ocidental. Arend Lijphart, por exemplo, percebeu uma proemi-

nência de valores pós-materialistas em torno da ecologia ou da religião em períodos de alta filiação partidária na década de 1970 (Lijphart 1982), enquanto mais tarde outros autores notaram algo semelhante na adesão à extrema direita nacionalista. Por outro lado, estudos nos países da Europa Oriental do antigo bloco comunista identificaram a adesão a valores pós-materialistas em jovens nascidos ou socializados após o fim do bloco soviético em 1989, independentemente de terem ou não experenciado melhorias econômicas em suas vidas (Manea e Rabušic, 2021).

Embora a oferta política na América Latina, como assinalamos, não tenha deixado de abordar as desigualdades econômicas e a questão distributiva – longe disso, ela colocou esses temas no centro do debate após a crise do consenso neoliberal –, sem dúvida a agenda pós-material, especialmente aquela relacionada aos modelos de família e aos direitos sexuais e reprodutivos, foi objeto de mobilização social, de debate na esfera pública e de mudanças no nível das legislações nos diferentes países da região. Esses temas não só alcançaram a esfera pública, como também invadiram as conversas e interações cotidianas, o que tem afetado cada vez mais a convivialidade, como mostram diversos estudos sobre as "fissuras" produzidas nos círculos sociais por divergências políticas (Quevedo e Ramírez, 2021).

Outra forma de ver esse processo pode ser encontrada no que Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash chamaram de "destradicionalização" das instituições da modernidade; ou seja, o fato de que os modelos tradicionais nos quais se baseava a organização da sociedade, incluindo os modelos de família e de relações entre os gêneros, "estão sujeitos a questionamentos constantes" (Beck et al., 1994, p. 6). Esse processo está associado a uma radicalização da secularização – estudado por Max Weber em seus trabalhos clássicos – e tem impacto direto na mudança dos consensos sociais em direção a posições mais progressistas em matéria de valores culturais-morais e de aceitação/adoção de estilos de vida.

De fato, alguns estudos recentes sobre polarização enfatizam a necessidade de abordar, juntamente com os processos de conflito, a evolução dos consensos sociais. E, da perspectiva da convivialidade, seria preciso identificar em cada sociedade os consensos existentes para se ponderar o eventual poder disruptivo da conflitividade. Baldassarri e Park recorrem ao conceito clássico de secularização para mostrar a perda de poder das concepções conservadoras e tradicionais, de base religiosa, sobre assuntos

da agenda cultural como o aborto, os direitos sexuais e de gênero (Baldassarri e Park, 2020). Quais são os alcances do processo de secularização na América Latina? Como as características desse processo se relacionam com o conflito e a polarização política? Este trabalho se inscreve num interesse incipiente pela polarização na América Latina. Na verdade, contamos com trabalhos sobre polarização no nível das elites (Singer, 2016; Béjar et al., 2020), com estudos sobre polarização no espaço público digital (Morales et al., 2015; Aruguete et al., 2021) e com estudos sobre polarização no nível social em relação a conjunturas ou temas específicos, como a pandemia de Covid-19 (Calvo e Ventura, 2021) ou a orientação dos eleitores (Zechmeister e Corral, 2013).

A academia brasileira está realizando a maior contribuição para os estudos sobre polarização em geral e, em particular, para elucidar as razões da ascensão da extrema direita em seu país e no resto da região. Após a vitória inesperada de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, as ciências sociais brasileiras se dedicaram a investigar diferentes dimensões da ascensão da extrema direita. Uma linha de pesquisa se centrou na identificação das características distintivas dos eleitores de Bolsonaro. Os estudos mostram que o apoio a Bolsonaro parece ter atravessado fronteiras demográficas e socioeconômicas e penetrado com força entre os brasileiros mais pobres, menos instruídos e mais jovens (Rennó, 2020), mas ainda assim a raça e a religião são bons indicadores do voto em Bolsonaro. Nesse caso, a sua coligação eleitoral está associada a evangélicos, brancos (negativamente associada a pretos e pardos), homens, pessoas menos instruídas e com rendimentos mais elevados (Nicolau, 2020; Layton et al., 2021). Estudos mostraram que Bolsonaro se beneficiou do aumento do descontentamento geral com as elites políticas (Krause et al. 2020) e da rejeição generalizada ao Partido dos Trabalhadores (PT) (Amaral, 2020; Nicolau, 2020). De fato, há evidências de que o antipetismo se tornou uma identidade negativa consolidada, tanto quanto o PT consolidou sua própria identidade partidária (Samuels e Zucco, 2018; Meléndez Guerrero, 2022). A segunda questão é se o seu eleitorado partilha das posições radicais de Bolsonaro. Estudos recentes definiram que o apoio eleitoral ao ex-presidente está associado a certo alinhamento de seus eleitores em diferentes dimensões: econômico-distributiva, cultural, securitária e relação com a democracia. Nessa linha, sustenta-se que os eleitores de Bolsonaro tendem a ter posições em consonância com a retórica e a tomada de posi-

ção de seu candidato (Rennó, 2020; Layton et al., 2021; Setzler, 2021). Outra linha de trabalho se centrou na análise das origens ideológicas do bolsonarismo (Cepêda, 2018; Messenberg, 2017) e do sentimento anti-PT (Alonso, 2021; Rocha, 2021), e documenta a ofensiva ou *backlash* contra questões de gênero do bolsonarismo e de seus aliados conservadores (Biroli, 2020; Miguel, 2021; Miskolci, 2021), bem como a forma como tais disputas ocorrem nas redes sociais (Machado e Miskolci, 2019).

Os estudos brasileiros são a pedra angular para analisar o assunto na região. No entanto, ainda são escassos os estudos sobre polarização no nível das sociedades que abranjam períodos relativamente extensos. Neste trabalho, analisamos o desempenho da polarização e do conflito no nível da sociedade em dois domínios – o econômico-distributivo e o cultural-moral –, em quatro países da América Latina nos últimos 30 anos (1989-2017). Trabalhamos com a Argentina, o Brasil, a Colômbia e o México, que reúnem 80% da população da região. Três desses países tiveram governos de esquerda e de direita no período. A Argentina e o Brasil viveram um ciclo de governos de esquerda que começou no início dos anos 2000 e se estendeu por 12 anos no primeiro país (2003-2015) e por 14 anos no segundo (2002-2016). Em ambos os casos, seguiram-se governos conservadores, embora de tipos diferentes: enquanto na Argentina chegou ao poder uma coligação dominada por um partido de centro-direita que havia realizado um processo de moderação programática, no Brasil, após o governo interino que se seguiu à destituição de Dilma Rousseff, uma presidente do esquerdista PT, chegou ao poder em 2018, um líder personalista com um discurso de direita radical em matéria econômica-distributiva e cultural-moral. No México, por sua vez, após mais de duas décadas de crescimento do Partido de la Revolución Democrática em nível subnacional, em 2018, uma cisão desse partido, apoiada pelo líder Andrés Manuel López Obrador, chegou à presidência com um amplo apoio eleitoral, se impondo a uma coligação que incluía os demais partidos relevantes do país. A Colômbia, por sua vez, sempre foi governada por variantes da direita, mas, a partir da ascensão ao poder de Álvaro Uribe em 2002 – e da criação do seu partido Centro Democrático – e do crescimento das opções políticas de esquerda, primeiro em nível subnacional e depois em nível nacional, entrou num período de alinhamento programático da competição eleitoral que intensificou o conflito político-eleitoral. Em todos os países houve reformas legais em matéria de gênero

e direitos sexuais e reprodutivos, embora em alguns países essas reformas tenham ocorrido pela via legislativa (Argentina), noutros pela via judicial (Brasil e Colômbia) e noutro (México) por ambas, embora a via legislativa só tenha funcionado em nível subnacional. No Brasil e na Colômbia, a agenda cultural-moral foi um tema central de conjunturas eleitorais: no plebiscito pela paz na Colômbia em 2016 e nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil.

Os nossos dados provêm da enquete World Values Survey (WVS), que foi a enquete regional já realizada com maior amplitude temporal, o que permite estudar a evolução das posições em ambos os terrenos ao longo do período que se inicia com a "terceira onda de democratização", passa pelos anos do consenso neoliberal e pela chamada "guinada à esquerda" e culmina com o fim desse ciclo progressista. O trabalho faz parte de um programa de investigação sobre polarização nas sociedades latino-americanas (POLDER), que tem como principal financiador a Fundação Ford. Nele, estudamos a polarização e o conflito na região com métodos mistos.

Como contribuição ao conhecimento incipiente dos processos de polarização na América Latina, mostramos que nesta região ocorrem dois processos paralelos com sinais distintos. No eixo cultural-moral, assiste-se a um processo de secularização que, com intensidades diferentes, está presente nos quatro países estudados. Nesse processo está se formando, ao mesmo tempo, um núcleo de posições polarizadas de resistência às mudanças de valores que dizem respeito a cada vez mais grupos da população. Assim, além dos retrocessos parciais e dos núcleos de resistência, podemos efetivamente afirmar que o processo de secularização se estende ao mesmo tempo que se reconfigura a forma como essas transformações são politizadas. O que acontece com o eixo distributivo é diferente: nesse caso, não se pode apontar um processo de sinal progressivo ou regressivo definido. Certamente, existe um crescimento dos consensos pró-Estado em três dos quatro países estudados (exceto a Colômbia), mas as medições mostram tendências menos claras e, em alguns casos (Argentina e México), possibilidades de reversão na última rodada de medições, o que poderia explicar uma mudança na sociedade em relação aos consensos em matéria distributiva. Aqui, além disso, as posições no eixo distributivo tendem a ser menos consistentes entre si e a se correlacionar de forma menos clara com variáveis ideológicas ou religiosas, como fazem os posicionamentos sobre *issues* culturais-morais.

O nosso trabalho está organizado da seguinte forma: após desenvolver a metodologia com a qual trabalhamos com os dados do WVS em muitas das suas rodadas, desde 1984, apresentamos os resultados da análise; em seguida, discutimos os resultados, apresentamos algumas hipóteses de interpretação e apontamos caminhos futuros para a nossa investigação e suas contribuições ao estudo da convivialidade.

2. Fontes e métodos

Este trabalho se baseia na análise de dados de pesquisas aplicadas nos quatro países estudados entre 1984 e 2017. A fonte é a WVS. Esta pesquisa foi aplicada entre 1984 (em 11 países) e 2017 (em 86 países), com a realização de 7 rodadas. No questionário, as perguntas/ variáveis de interesse para este estudo aparecem em várias dessas rodadas.

De acordo com os documentos metodológicos dessa pesquisa, as amostras são representativas das pessoas com mais de 18 anos que residem em domicílios privados de cada país, independentemente da sua nacionalidade, cidadania ou idioma. O método de amostragem é probabilístico e utiliza múltiplas etapas de estratificação para extrair o maior número possível de Unidades Primárias de Amostragem (pontos de partida para passeio aleatório).

O principal método de compilação de dados na pesquisa WVS é a entrevista presencial no domicílio ou local de residência do entrevistado. As respostas dos entrevistados são registadas num questionário em papel (forma tradicional) ou por meio de CAPI (entrevista pessoal realizada com o apoio de um computador).

As amostras nacionais completas abrangeram tanto a população urbana como a rural. Utilizando os quadros amostrais fornecidos pelos institutos de estatística de cada país, foram aplicados métodos de amostragem em várias etapas. Nos casos da Argentina e do México, as amostragens levaram em consideração as 6 regiões (no primeiro país) e as 32 entidades federais (no segundo). Além da cidade de Bogotá, a pesquisa foi conduzida em 5 regiões na Colômbia: Atlântica, Central, Oriental, Pacífica e Amazônica.

Como medir a polarização? O trabalho clássico de Paul DiMaggio, John Evans e Bethany Bryson se propõe a estudar a polarização como um

processo com base em quatro princípios: dispersão, bimodalidade, consistência e consolidação (DiMaggio et al., 1996). Seguimos parcialmente esse trabalho ao adotar uma perspectiva processual e ao entender a polarização como um fenômeno multidimensional, que deve ser captado por diferentes medidas. No entanto, não adotamos todas as medidas propostas pelo modelo original de DiMaggio, Evans e Bryson, algumas das quais têm sido alvo de observações críticas (Bramson et al., 2017). Especificamente, para identificar a bimodalidade, estudamos a evolução das distribuições e das posições extremas (Abramowitz e Saunders, 2008). Além disso, como medida adicional às de polarização, consideramos a evolução das médias ao longo das etapas da pesquisa como um indicador de tendências sobre os posicionamentos globais da população, o que permite captar movimentos de consenso em relação aos polos (Baldassarri e Park, 2020). A seguir, desenvolvemos os procedimentos realizados para organizar os dados e as medidas implementadas para identificar a polarização e os consensos sociais.

2.1. Seleção de variáveis e teste de ortogonalidade e consistência entre tópicos econômico-distributivas e tópicos culturais-morais

Para analisar os dados da pesquisa, procedemos da maneira que descreveremos a seguir.

Primeiro, selecionamos 7 variáveis representativas da opinião em matéria econômico-distributiva e cultural-moral que estivessem disponíveis para cada um dos países selecionados e para o maior número possível de rodadas da pesquisa entre a rodada 2 (aplicada entre 1989 e 1993) e a rodada 7 (aplicada entre 2017 e 2020). As variáveis econômico-distributivas são as seguintes:

a. Os rendimentos deveriam ser mais igualitários *versus* Deveria haver maiores incentivos para o esforço individual.

b. A propriedade privada das empresas deveria ser aumentada *versus* A propriedade estatal das empresas deveria ser aumentada.

c. O governo deveria assumir mais responsabilidade em proporcionar meios de subsistência a todos *versus* Cada pessoa deveria assumir individualmente mais responsabilidade para garantir o próprio sustento.

As variáveis culturais-morais são as seguintes:

a. Consideram justificável: A homossexualidade.
b. Consideram justificável: A prostituição.
c. Consideram justificável: O aborto.
d. Consideram justificável: O divórcio.

Com estas variáveis, decidimos construir duas variáveis *omnibus* temáticas, seguindo o modelo de análise de DiMaggio et al. (1996), que funcionaram como variáveis-objetivo finais da nossa análise: uma variável sobre *issues* econômico-distributivos (a Variável *Omnibus* Econômico-Distributiva, doravante VOeconômica) e outra variável sobre *issues* culturais ou morais (a Variável *Omnibus* Cultural-Moral, doravante VOmoral). Para isso, aplicou-se uma normalização das escalas (recodificamos os valores e depois os reescalamos) das 7 variáveis. A recodificação orientou todos os valores na mesma direção, segundo a qual os valores mais altos corresponderiam a posições "conservadoras", tanto no aspecto cultural como no econômico, enquanto os valores mais baixos corresponderiam a posições "progressistas" em ambos os domínios. Com a direção corrigida, reescalonamos o intervalo de 0 a 100 de forma homogênea para todas as variáveis, para que todas tivessem o mesmo peso na escala final.[3] Os valores dessas escalas *omnibus* também são resultado da soma das médias dos valores de cada uma das variáveis que as compõem reescalonadas.

O passo seguinte foi realizar uma análise fatorial para testar a ortogonalidade e a consistência dessas variáveis *omnibus*. A análise foi aplicada às 7 variáveis que as compõem, em busca dos fatores latentes, separando os casos por país (mas não por ano). A análise fatorial é uma técnica estatística que procura encontrar um conjunto de variáveis latentes que possam capturar as variáveis de um determinado conjunto de dados, sendo

3 Foi realizada uma reescalonagem linear para manter as distâncias iguais, dependendo dos graus de concordância da escala. Por exemplo, se os graus de concordância são 4, com um intervalo original de 1 a 4, transforma-se de 0 a 100, mantendo a mesma distância entre graus consecutivos: 1 é 0; 2 é 33,33; 3 é 66,67 e 4 é 100. De maneira semelhante, as outras variáveis são transformadas, se os graus de concordância forem 5, 10, etc.

a quantidade de variáveis latentes ou "fatores" menor do que o conjunto total de variáveis. É uma técnica semelhante à Análise de Componentes Principais (PCA), mas enquanto a PCA procura apenas direções de maior variância total dos dados, a análise fatorial propõe um modelo de variáveis latentes com um componente de erro separado. Os fatores procuram as direções de maior variabilidade entre as variáveis sem se desviar pelas variâncias das variáveis em si.

A partir da análise, se obtém um conjunto de fatores e coeficientes, e cada variável original é projetada sobre o hiperplano gerado pelos fatores. Nos algoritmos de análise fatorial também se busca otimizar a disposição dos fatores em relação às projeções das variáveis, alinhando-os de forma a minimizar a variância de cada variável em relação ao fator, ou seja, os casos devem ser separados da melhor forma possível entre os fatores disponíveis.

Uma vez obtida a separação dos fatores, calculou-se a média entre as projeções das variáveis que compõem a VOeconômica e entre as variáveis que compõem a VOmoral. Em relação a essas médias, calculou-se a distância média delas em relação às variáveis projetadas (as variáveis morais com a média da VOmoral e as variáveis econômicas com a média da VOeconômica). Da mesma forma, para medir a consistência interna das variáveis *omnibus*, calculou-se o coeficiente de correlação de Pearson para cada país.

2.2. Médias, variâncias e IC

Com o objetivo de identificar a evolução dos consensos sociais para as duas variáveis *omnibus*, calculou-se a média dessas variáveis, o desvio padrão e o intervalo de confiança da média por país e por ano disponível.[4]

2.2.1. Distribuições das opiniões: histogramas e moda

Foram representados graficamente os histogramas das variáveis *omnibus* por país e por ano, com o objetivo de visualizar a evolução das distribui-

4 Como os intervalos de confiança são funções da variância e da quantidade de casos, e em todos os casos há aproximadamente 800 observações, os intervalos de confiança que se veem nos gráficos são pequenos em comparação com os desvios padrão.

ções ao longo dos anos e poder compará-las entre países. Também foram analisadas formas alternativas de capturar a polarização das distribuições, levando em conta a problemática das métricas do modelo de análise proposto por DiMaggio et al. (1996). Acontece que, por definição, as variáveis *omnibus* são somas de ordinais e, portanto, podem assumir apenas uma quantidade finita de valores. Por serem discretas, as distribuições se prestam a modelos de mistura finita, que poderiam ser usados para detectar bimodalidade ou multimodalidade. Da mesma forma, analisando as posições dos dois primeiros picos da distribuição por meio de *bootstrapping*, verificou-se que essas estimativas não apresentaram uma distribuição amostral que permitisse estimar de forma consistente os picos da distribuição original nem medir a distância entre eles como uma medida alternativa de polarização. Foi interessante, então, além da análise qualitativa dos histogramas, representar graficamente e calcular os percentis 10 e 90 das distribuições por país e ano para analisar como as opiniões nos seus extremos evoluíram ao longo dos anos.

2.3. A consolidação das posições: modelos de regressão

Como indicador de consolidação, ou seja, de polarização significativa entre grupos (DiMaggio et al., 1996), foram realizadas regressões lineares para as variáveis *omnibus* em relação às ondas da pesquisa. Para cada país e cada ano disponível, foram realizadas duas regressões lineares múltiplas. Numa delas, a variável dependente foi a VOeconômica e, na outra, a VOmoral. Em ambos os casos, foram utilizadas quatro variáveis independentes: nível de escolaridade, idade, posicionamento ideológico da esquerda à direita e nível de religiosidade.

A importância das regressões lineares múltiplas é que, ao incorporar mais de uma covariável na análise, os efeitos calculados *controlam as outras variáveis*. Assim, o coeficiente que multiplica uma variável indica a mudança na variável dependente ao aumentar em uma unidade a independente, *controlando as outras variáveis*, ou "mantendo as outras variáveis fixas". O objetivo disso é poder isolar o efeito de cada variável independente, sem capturar movimentos que se devem a outras variáveis não especificadas no modelo.

3. Resultados

3.1. Sobre a consistência dos posicionamentos. Análise fatorial

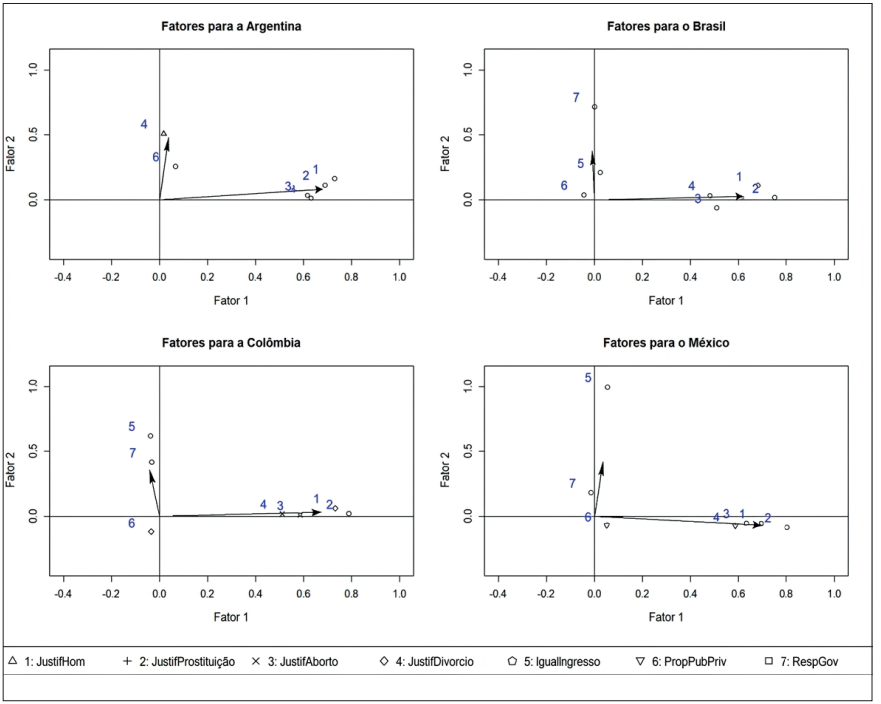
A análise fatorial procura encontrar os melhores fatores latentes que se ajustam aos dados. Nestes gráficos, os eixos constituem as direções dos fatores. O primeiro fator está no eixo *x*, das abscissas, e o segundo fator no eixo *y*, das ordenadas.

Esta análise foi realizada sobre as 7 variáveis que compõem as variáveis *omnibus*, razão pela qual, para cada caso (indivíduo entrevistado), dispomos dos valores correspondentes às 7 medições de cada variável. Cada observação destas 7 variáveis foi efetuada para cada indivíduo em cada uma das ondas da pesquisa em cada país, de modo que são um ponto num espaço de 7 dimensões. Uma vez encontrados os dois fatores que melhor se ajustam nessas 7 dimensões, as variáveis são projetadas sobre esses fatores.

A ideia principal é que os fatores são as variáveis latentes que encontramos no conjunto de dados, com as quais é possível descrever sinteticamente as 7 variáveis (perdendo alguma variabilidade, mas expressando direções que capturam, de forma resumida, a maior quantidade possível de variabilidade). Uma vez encontrados os fatores, as variáveis são projetadas no plano construído e cada variável resulta, então, numa combinação desses fatores. Por exemplo, no México, a variável 5 pode ser expressa como 0,1 x Fator1 + 1 x Fator2.

As variáveis projetadas podem cair em qualquer coordenada do plano. Um ponto fundamental é identificar o quanto cada fator contribui para cada variável. O que se observa em todos estes casos (Gráfico 1) é que as variáveis que compõem a VOmoral se concentram sempre no primeiro fator (localizam-se próximas de 0 no Fator 2), enquanto o contrário acontece com as variáveis econômicas. Isso indica que é possível construir duas variáveis latentes distintas, uma económica e outra moral, que capturam separadamente as variáveis que as compõem.

Gráfico 1. Análise fatorial das variáveis da VOeconômica e da VOmoral



Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

Para poder visualizar e resumir melhor esta ortogonalidade aparente, calculamos também a média entre as três variáveis econômicas e as quatro morais, separadamente. Isso é indicado nos gráficos com uma seta. A ponta da seta se encontra na média dos pontos morais ou econômicos. Para os pares de direções médias, calculamos os produtos internos entre esses vetores, lembrando que o produto interno entre dois vetores é zero quando estes são efetivamente ortogonais.

Um ponto a ser destacado é que as variáveis morais parecem estar "mais próximas" do que as econômicas. Embora cada grupo de variáveis pareça ser capturado por um fator separadamente, o Fator 1 capturaria melhor as variáveis morais do que o Fator 2 captura as econômicas. Isso corresponde à ideia de que os posicionamentos morais avaliados geralmente andam juntos: não é de se esperar que uma pessoa que considere o aborto justificável seja contra a homossexualidade, por exemplo. Em contrapartida, as opiniões econômicas nem sempre têm tanta coesão entre si.

Na terminologia de DiMaggio et al. (1996), a VOmoral tem maior consistência do que a VOeconômica.

Uma forma de formalizar esta observação é calcular a distância média entre a ponta da seta e as variáveis que lhe correspondem. Ou seja: para a média entre as variáveis morais, a que distância está cada variável? Obtidas estas três ou quatro distâncias, conforme o caso, elas são calculadas para ver a distância média em relação à média. Os resultados dessa operação podem ser observados na Tabela 1.[5]

Tabela 1. Produtos internos e dispersões dos fatores, correlações entre variáveis *omnibus* por país

País	Prod. int fatores	Dispersão econômica	Dispersão moral	Correlação *omnibus*	p-val cors
Argentina	0.06	0.73	0.07	0.11	0
Brasil	0	0.73	0.13	0.008	0.504
Colômbia	-0.01	0.8	0.11	-0.031	0.017
México	0	0.86	0.07	-0.012	0.231

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

Como se pode observar, os produtos internos entre fatores confirmam a ortogonalidade entre eles. Da mesma forma, as distâncias médias das variáveis em relação aos seus fatores médios correspondentes (dispersão) permitem verificar que as variáveis econômicas estão mais dispersas em relação à sua média do que as variáveis morais. Por último, medimos a correlação entre as variáveis econômicas e morais. Uma correlação nula indica que não há uma relação linear entre as variáveis e, em todos os casos, que ela é praticamente zero. [6]

5 Vale a pena esclarecer. Representamos graficamente os fatores por país, sem distinção de ano. Os gráficos e a mesma análise que se vê na tabela a seguir também estão disponíveis desagregados por ano. Acontece que, em todos os anos e países, os resultados são muito semelhantes, pelo que não se perde generalidade ao apresentar os gráficos sem desagregação por anos. A única exceção a isso é no Brasil para a onda de 1997. Neste caso, as variáveis econômicas não são bem capturadas por nenhum dos fatores, e as morais estão mais dispersas do que o habitual, pelo que são capturadas por combinações de ambos os fatores.

6 P-val cors: os valores p das correlações da coluna anterior indicam se as correlações são estatisticamente diferentes de zero ou não. No Brasil e no México, os coeficientes não são significativos e, portanto, estatisticamente são iguais a zero. Nos outros dois casos, embora as correlações sejam estatisticamente diferentes de zero com 95% de confiança, o tamanho dessas correlações continua sendo pequeno e insignificante para fins práticos.

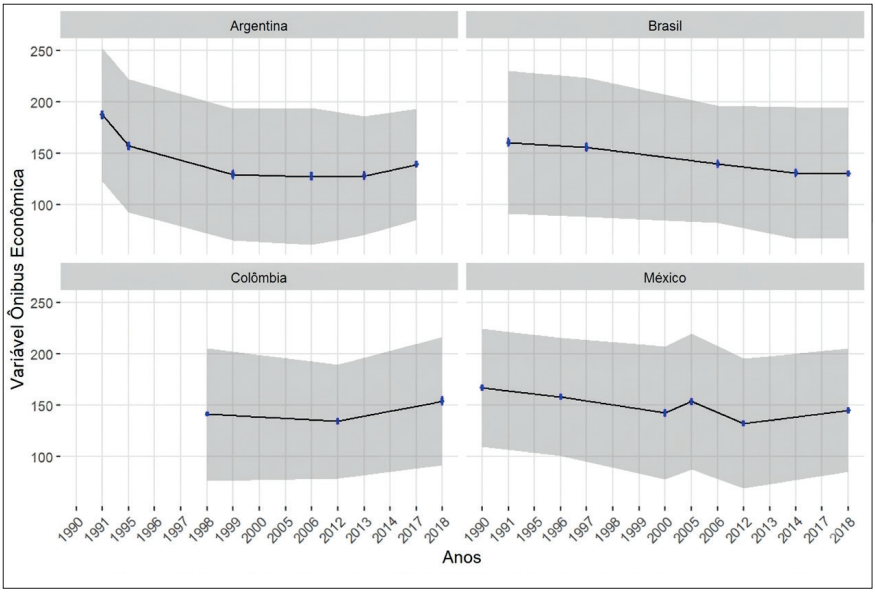
3.2. Sobre a evolução dos posicionamentos ao longo do tempo. Médias, variações e intervalos de confiança

Para cada variável *omnibus* e país, observam-se, ao longo dos anos disponíveis, as médias com os seus desvios padrão em cinza e os intervalos de confiança de 95 % da média. Vemos na variável VOeconômica uma ligeira descida das médias em todos os casos, exceto na Colômbia, e em todos os países os desvios padrão não se modificam expressivamente de ano para ano. Na VOmoral se observa também uma tendência negativa em todos os casos, embora com altos e baixos no México e na Argentina. Valores menores das variáveis *omnibus* correspondem a posições mais progressistas e os maiores, a posições conservadoras.

Ao observar a evolução da VOmoral (Gráfico 4) do início da década de 1990 até o presente, encontramos um movimento constante da média em direção a valores mais baixos. Na última onda da pesquisa, os posicionamentos políticos por país são ordenados dos mais progressistas aos mais conservadores, nesta ordem: Argentina, Brasil, México, Colômbia. Os pontos de partida (na década de 1990) mostram a Argentina e o México com posições mais progressistas, e o Brasil e a Colômbia deslocados para posições muito mais conservadoras. Nesse sentido, a transformação (secularização/ modernização) do Brasil parece ser a mais pronunciada.

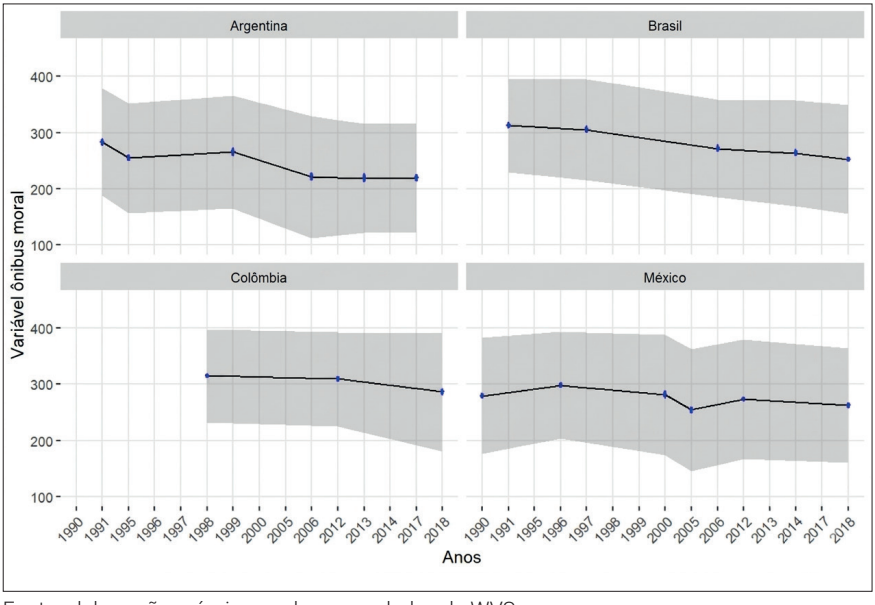
Ao observar a evolução da variável econômico-distributiva, o movimento é mais matizado. Na Argentina, no Brasil e no México, há um movimento em direção a posições pró-igualitárias e pró-estatistas. Na Colômbia, por outro lado, a evolução mostra uma tendência contrária (ou seja, em direção a posições mais pró-mercado). A Argentina é o país que apresenta a tendência mais acentuada para posições pró-estatistas. No entanto, observa-se uma mudança na última rodada da pesquisa. Nessa rodada, as posições por país são ordenadas das mais estatistas-igualitárias às mais pró-mercado-antidistributivas, nesta ordem: Brasil, Argentina, México, Colômbia.

Gráfico 2. Evolução da média da VOeconômica



Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

Gráfico 3. Evolução da média da VOmoral



Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

3.3. Sobre a evolução dos consensos e o peso dos extremos ao longo do tempo. Histogramas

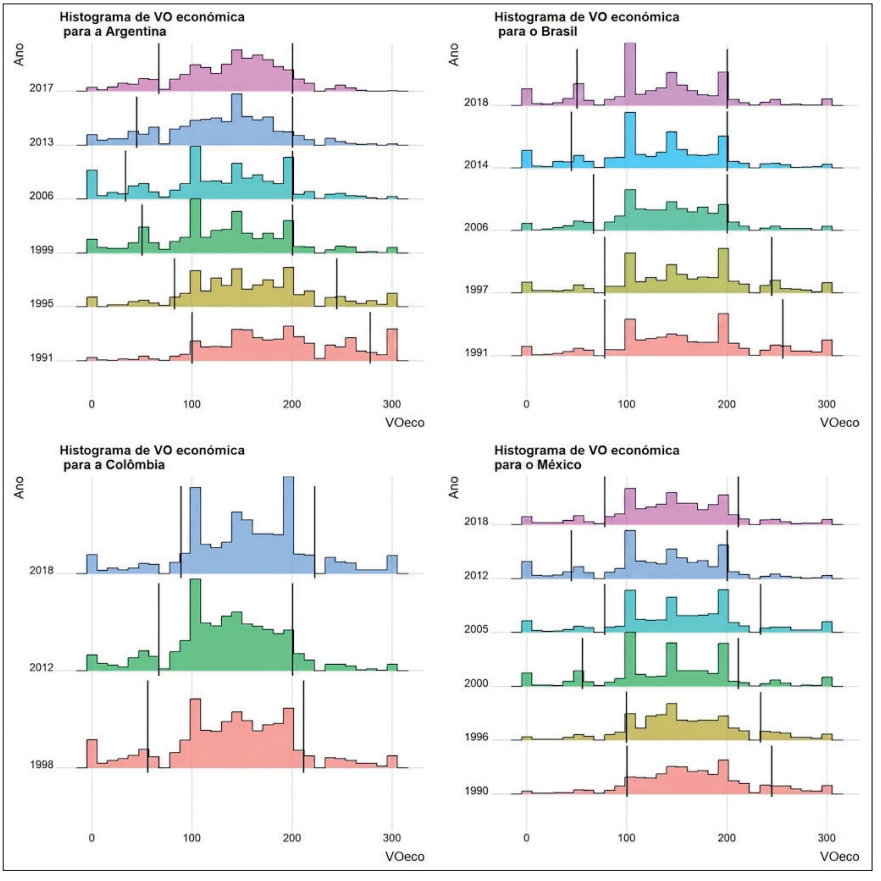
Para captar, visualizar e analisar como a distribuição das posições políticas muda ao longo do tempo, elaboramos histogramas da VOmoral e da VOeconômica para os anos disponíveis por país. É preciso lembrar que, de acordo com a forma como as variáveis foram reescalonadas, o alinhamento esquerda-direita dos valores nos gráficos coincide com o seu correlato político de pensamentos progressistas e conservadores. Uma distribuição inclinada para a direita denota uma maior proporção de indivíduos no polo conservador do espectro político, enquanto um deslocamento da distribuição para a esquerda corresponde a um aumento da proporção de indivíduos com posições progressistas para esse país e anos de referência.

Entretanto, com o objetivo de identificar o peso das posições extremas ao longo do tempo, representamos graficamente, para cada distribuição, linhas verticais nos percentis 10 e 90. Ou seja, para cada histograma, à esquerda da primeira linha encontram-se os 10 % extremo esquerdistas do total de casos, e à direita da segunda linha encontram-se os 10 % extremo direitistas.

Nos histogramas da VOeconômica (Gráfico 5), com o passar dos anos se observa um deslocamento das distribuições para a esquerda, sobretudo no Brasil e na Argentina, enquanto a Colômbia segue o caminho oposto. Na Argentina, se observa um claro deslocamento das distribuições completas para a esquerda e, ao observar os casos nos percentis 10 e 90, se percebe uma maior concentração na margem esquerda e uma menor concentração na margem direita com o passar dos anos.[7] Em termos históricos, se observa claramente o deslocamento do fim do consenso neoliberal e o deslocamento generalizado para consensos pró-Estado, com maior clareza nos países que viveram a "guinada à esquerda" (Argentina e Brasil) e, em menor medida, no México, que viveu uma "guinada à esquerda" mais tardia. Em contrapartida, na Colômbia, se observa a fraqueza das ideias pró-Estado no nível da sociedade.

7 No anexo, a tabela 10 resume em valores o que as linhas pretas dos histogramas mostram graficamente em relação aos movimentos dos decis 10 e 90 ao longo das rodadas da pesquisa.

Gráfico 4. Evolução da distribuição de opiniões e decis extremos da VOeconômica

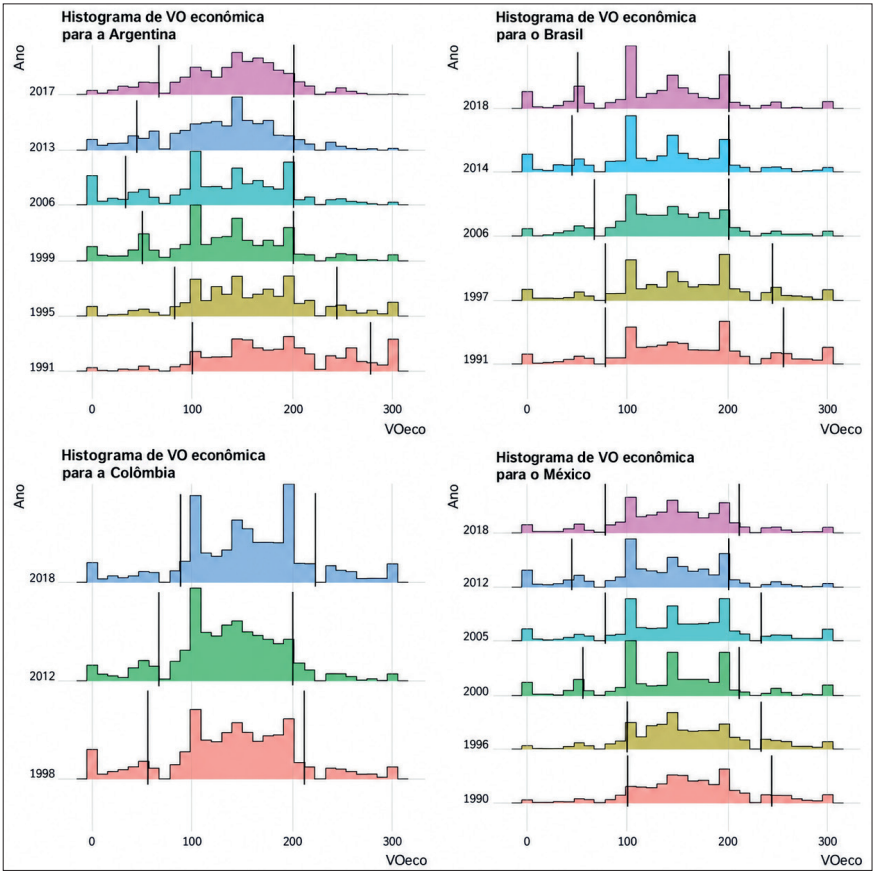


Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

No que diz respeito à moral, em conjunto, os quatro países vivem dois fenômenos concomitantes no nível das suas sociedades: com o passar dos anos, se confirma o processo de deslocamento para a esquerda da distribuição em geral (secularização), mas, ao mesmo tempo, se mantém um setor conservador resiliente. Isso pode ser visto nas linhas claras do percentil 90, sempre alinhadas na extrema direita das distribuições (exceto na Argentina, que se move para a esquerda). Na Colômbia, por exemplo, vemos que o percentil 90 permanece estável, mas que a linha do percentil 10 se move para a esquerda. Isso indica que há mais pessoas com posturas mais progressistas à medida que os anos passam, por isso se "chega" aos

10% da distribuição mais rapidamente (e a linha está mais à esquerda). Isso também se vê de forma bastante consistente no Brasil. Ambos os países, como vimos, vivem os processos de secularização mais pronunciados, por terem pontos de partida mais conservadores.

Gráfico 5. Evolução da distribuição de opiniões e decis extremos da VOmoral



Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

3.4 Sobre a consolidação dos posicionamentos ao longo do tempo. Regressões da VOeconômica

De acordo com DiMaggio et al. (1996), quanto mais as atitudes sociais se correlacionam com características ou identidades individuais relevantes,

mais provável será que se tornem focos de conflito social. Eles chamam esse postulado de princípio de consolidação. Para medir tal fenômeno, realizamos regressões lineares múltiplas das duas variáveis *omnibus* utilizando variáveis classificatórias que poderíamos assumir teoricamente como independentes: idade, nível de estudos, autoposicionamento ideológico e religiosidade. Nos modelos de regressão construídos para a VOeconômica, R2 são mais baixos do que no caso moral, entre 2 e 10,4 %. Isso pode estar relacionado com a dispersão das variáveis em relação aos fatores médios: não é um efeito direto, mas isso apontaria uma maior dispersão nas atitudes econômicas em geral e uma falta de um padrão geral para opiniões econômicas de acordo com determinados indicadores.[8] Assim como as variáveis econômicas estavam mais dispersas, a idade e a religiosidade não parecem ser muito determinantes na hora de prever a opinião econômica de uma pessoa. Em contrapartida, de acordo com o esperado, o nível de escolaridade é um indicador melhor das posições neste domínio, num sentido teoricamente consistente (se considerarmos o nível de escolaridade *proxy* da classe social): quanto maior o nível de escolaridade, maior a probabilidade de ter posições pró-mercado em matéria econômica. O autoposicionamento ideológico, por sua vez, é um indicador menos forte do que o esperado: funciona no sentido previsto para a Argentina (o posicionamento à esquerda é um indicador relativamente bom de posições pró-Estado) e aumenta o seu poder preditivo na última rodada da pesquisa no Brasil e na Colômbia. Por outro lado, no México, a evolução se dá no sentido de uma perda do poder preditivo dessa variável.

Também vale ressaltar que, em muitos casos, os coeficientes não são significativamente diferentes de zero.[9] Embora não possamos interpretar as significâncias porque as variâncias estão certamente superestimadas – se já são indistinguíveis de zero com estes intervalos estreitos –, o mais

8 Para analisar por que os valores de R2 são tão baixos nas regressões das variáveis económicas, apresenta-se a tabela 11 de correlações nos anexos. Para cada país e ano, são apresentadas as correlações das variáveis dependentes, moral e económica, e as respetivas variáveis independentes. Embora em todos os casos os coeficientes sejam baixos, é evidente que a variável moral apresenta uma correlação mais forte do que a económica com as respetivas variáveis independentes.

9 É importante ressaltar que os pressupostos necessários para fazer inferências com o modelo de mínimos quadrados ordinários não são cumpridos em nenhum dos casos: não há um modelo que descumpra todos, mas também não há um que não descumpra nenhum. Por essa razão, os resultados da regressão são apresentados de forma descritiva dos dados disponíveis, e convida-se o leitor a desconsiderar as medidas de significância apresentadas. Os estimadores pontuais são interpretáveis, de qualquer forma, e os erros corretos devem ser erros padrão robustos. Em uma oportunidade futura, analisaremos novamente os dados e a forma mais adequada de considerar intervalos robustos neste caso para avaliar a significância dos coeficientes.

provável é que elas não tenham efeito sobre o valor da VOeconômica. De qualquer forma, mais uma vez, servem como instrumento descritivo do conjunto de dados, embora capture pouca variabilidade.

Tabela 2. Regressão linear múltipla da VOeconômica. Argentina. 1995-2017

	Resultados Argentina				
	Variável dependente: VOeco				
	1995 (1)	1999 (2)	2006 (3)	2013 (4)	2017 (5)
Idade	0.493*** (0.132)	0.326** (0.137)	0.592*** (0.155)	-0.085 (0.119)	0.052 (0.112)
Ideologia	25.710*** (4.310)	0.489 (3.977)	22.211*** (5.020)	33.993*** (3.745)	13.380*** (3.123)
Religiosidade	2.344 (2.141)	1.811 (2.288)	3.499 (2.632)	5.374*** (1.942)	3.868** (1.966)
Nível educ.	13.888*** (3.403)	12.677*** (3.055)	19.556*** (3.856)	4.850 (3.405)	3.641 (2.643)
Constante	53.891*** (13.499)	90.628*** (13.624)	15.684 (16.001)	45.639*** (12.941)	95.723*** (9.907)
Observações	872	870	690	829	827
R^2	0.068	0.022	0.072	0.108	0.031
R^2 ajustado	0.064	0.017	0.066	0.104	0.026
Erro padrão residual	62.375 (df = 867)	64.660 (df = 865)	65.023 (df = 685)	56.156 (df = 824)	53.091 (df = 822)
Estatística F	15.814*** (df = 4; 867)	4.786*** (df = 4; 865)	13.216*** (df = 4; 685)	24.973*** (df = 4; 824)	6.560*** (df = 4; 822)

*Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01*

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

Na leitura da tabela para o caso argentino, destaca-se que a religiosidade não é significativamente diferente de zero na maioria dos anos e, de qualquer forma, tem um coeficiente pequeno em comparação com os outros. Também se destaca o sinal dos coeficientes do nível de escolaridade que, ao contrário da variável moral, é positivo: quanto maior o nível de escolaridade, maior o liberalismo econômico.

Tabela 3. Regressão linear múltipla da VOeconômica. Brasil. 1991-2018

	Resultados Brasil				
	Variável dependente: VOeco				
	1991 (1)	1997 (2)	2006 (3)	2014 (4)	2018 (5)
Idade	0.933*** (0.152)	0.669*** (0.163)	-0.012 (0.101)	0.234* (0.126)	0.227** (0.114)
Ideologia	5.079* (2.615)	0.671 (2.974)	8.120*** (2.514)	3.584 (2.771)	17.473*** (2.733)
Religiosidade	-2.513 (2.025)	-4.058 (2.790)	0.238 (2.134)	-1.383 (2.562)	-5.966*** (2.187)
Nível educ.	26.211*** (2.906)	11.346*** (3.449)	7.625*** (2.126)	6.968** (2.709)	4.319* (2.597)
Constante	74.056*** (10.902)	120.836*** (13.166)	111.493*** (9.163)	104.806*** (11.333)	95.455*** (10.545)
Observações	1,497	999	1,362	1,182	1,103
R^2	0.064	0.025	0.016	0.008	0.011
R^2 ajustado	0.062	0.021	0.013	0.004	0.043
Erro padrão residual	67.974 (df = 1492)	66.811 (df = 994)	56.823 (df = 1357)	64.783 (df = 1177)	59.557 (df = 1098)
Estatística F	25.634*** (df = 4; 1492)	6.345*** (df = 4; 994)	5.351*** (df = 4; 1357)	2.322* (df = 4; 1177)	13.345*** (df = 4; 1098)

*Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01*

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

A leitura desta tabela destaca que, no caso do Brasil, o nível de escolaridade é significativo em todos os anos, e que os efeitos da ideologia e da religiosidade são pequenos em comparação com o nível de escolaridade, embora a ideologia tenha um pico na última rodada da pesquisa. Repete-se o que foi dito sobre o sinal do coeficiente do nível de escolaridade indicado para a Argentina.

Tabela 4. Regressão linear múltipla da VOeconômica. Colômbia. 1998-2018

	Resultados Colômbia		
	Variável dependente: VOeco		
	1998 (1)	2012 (2)	2018 (3)
Idade	-0.089 (0.104)	0.382*** (0.106)	-0.092 (0.106)
Ideologia	3.897* (2.076)	5.533** (2.541)	11.060*** (2.382)
Religiosidade	-1.998 (1.512)	1.640 (1.910)	0.633 (1.791)
Nível educ.	13.034*** (1.672)	10.632*** (2.236)	5.772*** (2.199)
Constante	112.498*** (8.425)	83.037*** (10.231)	121.773*** (9.021)
Observações	2,741	1,236	1,498
R^2	0.027	0.026	0.018
R^2 ajustado	0.025	0.023	0.015
Erro padrão residual	63.301 (df = 2736)	54.881 (df = 1231)	61.722 (df = 1493)
Estatística F	18.654*** (df = 4; 2736)	8.251*** (df = 4; 1231)	6.742*** (df = 4; 1493)

*Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01*

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

No caso da Colômbia, destaca-se a mudança de tendência em 2018: o efeito quase nulo da idade, o pico do efeito da ideologia e o declínio do efeito do nível de escolaridade, que também neste caso tem um sinal positivo.

Tabela 5. Regressão linear múltipla da VOeconômica. México. 1996-2018

	Resultados México				
	Variável dependente: VOeco				
	1996 (1)	2000 (2)	2005 (3)	2012 (4)	2018 (5)
Idade	0.276** (0.126)	0.219 (0.150)	0.442*** (0.128)	0.252** (0.103)	0.236** (0.097)
Ideologia	11.087*** (2.482)	-3.188 (2.815)	6.709*** (2.517)	9.504*** (2.124)	1.724 (2.134)
Religiosidade	0.447 (1.916)	-2.103 (2.534)	0.314 (2.257)	1.118 (1.678)	-1.730 (1.478)
Nível educ.	15.708*** (2.471)	14.919*** (2.493)	17.473*** (2.604)	5.482** (2.227)	8.820*** (2.412)
Constante	92.931*** (10.294)	116.217*** (12.905)	86.072*** (11.457)	89.382*** (8.985)	118.639*** (9.083)
Observações	1,255	1,063	1,291	1,905	1,576
R^2	0.046	0.039	0.039	0.016	0.011
R^2 ajustado	0.043	0.035	0.036	0.013	0.008
Erro padrão residual	56.546 (df = 1250)	63.776 (df = 1058)	65.091 (df = 1286)	62.400 (df = 1900)	59.011 (df = 1571)
Estatística F	15.013*** (df = 4; 1250)	10.762*** (df = 4; 1058)	12.918*** (df = 4; 1286)	7.485*** (df = 4; 1900)	4.184*** (df = 4; 1571)

*Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01*

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

Mais uma vez, como no caso do Brasil, no México o nível de escolaridade parece ser o fator mais determinante das posições econômicas e o sinal do coeficiente é positivo: quanto maior a escolaridade, maior o liberalismo econômico.

3.5. Sobre a consolidação das posições ao longo do tempo. Regressões da VOmoral

Para cada país e ano são apresentadas as regressões lineares múltiplas para a VOmoral. Em geral, se observa que as correlações são mais fortes para a variável moral do que para a variável econômica. Da mesma forma, há um sentido geral que se mantém em todos os casos, embora com intensidade e evolução diferentes ao longo do tempo: as variáveis idade, religiosidade e ideologia têm coeficientes positivos, ou seja, à medida que a idade e a religiosidade aumentam e à medida que se aproxima da margem direita da ideologia, as pessoas tendem a ser mais conservadoras nos seus posicionamentos

em questões de direitos de gênero, sexuais e reprodutivos. Por outro lado, os coeficientes são negativos para o nível de escolaridade, ou seja, à medida que o nível de escolaridade aumenta, aumentam as probabilidades de se ter posições progressistas em matéria cultural-moral.

Tabela 6. Regressão linear múltipla da VOmoral. Argentina. 1995-2017

	Resultados Argentina				
	Variável dependente: VOeco				
	1995 (1)	1999 (2)	2006 (3)	2013 (4)	2017 (5)
Idade	0.793*** (0.190)	0.123 (0.199)	0.835*** (0.241)	0.474** (0.191)	0.361* (0.191)
Ideologia	30.718*** (6.224)	9.011 (5.780)	24.118*** (7.803)	27.592*** (5.976)	8.025 (5.328)
Religiosidade	29.535*** (3.091)	24.671*** (3.325)	16.317*** (4.091)	14.953*** (3.098)	24.217*** (3.354)
Nível educ.	-9.643* (4.914)	-29.406*** (4.440)	-18.793*** (5.994)	-26.686*** (5.434)	-16.153*** (4.510)
Constante	114.111*** (19.494)	241.650*** (19.803)	135.323*** (24.873)	166.240*** (20.651)	173.427*** (16.903)
Observações	872	870	690	829	827
R^2	0.181	0.140	0.115	0.131	0.098
R^2 ajustado	0.178	0.136	0.110	0.127	0.093
Erro padrão residual	90.078 (df=867)	93.983 (df=865)	101.074 (df=685)	89.612 (df=824)	90.580 (df=822)
Estatística F	48.037*** (df=4; 867)	35.309*** (df=4; 865)	22.236*** (df=4; 685)	31.114*** (df=4; 824)	22.254*** (df=4; 822)

*Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01*

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

No caso da Argentina, se observa, na esteira do que foi apontado recentemente, que com o aumento da idade se espera um aumento nos níveis da variável dependente: em média, as pessoas se tornam mais conservadoras à medida que envelhecem. Em todos os anos, os coeficientes de idade são pequenos, mas é preciso considerar as unidades nas quais ambas as variáveis são medidas. Em 1995, por exemplo, estima-se que, entre dois indivíduos com 10 anos de diferença, em média, o mais velho terá 7,9 pontos a mais na escala de posicionamento da VOmoral, controlando as demais variáveis. Um aumento de quase 8 pontos é pequeno se levarmos em conta que a variável moral tem um intervalo de 0,400. Enquanto isso, o efeito na ideologia é mais forte. Em 1995, na Argentina, entre uma pessoa que se percebe como de cen-

tro e outra que se considera de direita, se espera, em média, uma diferença de 30 pontos na escala moral, controlando as demais variáveis. Essa situação se mantém ao longo do tempo, exceto em 1999 e 2017, quando parece diminuir drasticamente este efeito da ideologia sobre a VOmoral. A religiosidade também tem um grande efeito positivo: ao aumentar o nível de religiosidade, aumenta também o valor esperado da variável moral (controlando as demais variáveis), e se espera, então, que a pessoa tenha posições morais mais conservadoras. Por último, uma tendência semelhante, embora de sinal oposto, é observada em relação ao nível de escolaridade: com um efeito mais acentuado, ao aumentar o nível de escolaridade de uma pessoa, se espera que diminua o valor da variável moral, controlando as demais variáveis. Ou seja: quanto maior o nível de escolaridade, se espera posições mais progressistas.

Cabe destacar a interpretação dos R^2 ajustados: em todos os casos, os valores se situam entre 0,093 e 0,178. Isso significa que, em média, cada regressão explica 10% da variabilidade na variável dependente por ano (17,8% para 1995, 13,6% para 1999, e assim por diante). O que o R^2 captura, então, é a percentagem da variabilidade da variável-alvo que está sendo capturada pelo modelo. O restante é variabilidade dos erros.

Tabela 7. Regressão linear múltipla da VOmoral. Brasil. 1991-2018

	Resultados Brasil				
	1991 (1)	1997 (2)	2006 (3)	2014 (4)	2018 (5)
Idade	-0.119 (0.181)	-0.510** (0.214)	0.291* (0.150)	0.520*** (0.181)	0.440** (0.176)
Ideologia	7.973** (3.128)	7.657** (3.899)	4.531 (3.726)	5.057 (3.991)	13.264*** (4.245)
Religiosidade	15.295*** (2.422)	16.949*** (3.658)	14.114*** (3.162)	9.980*** (3.689)	26.403*** (3.396)
Nível educ.	-26.995*** (3.475)	-23.952*** (4.523)	-19.482*** (3.150)	-16.068*** (3.901)	-16.424*** (4.034)
Constante	312.597*** (13.038)	308.781*** (17.264)	249.215*** (13.577)	234.452*** (16.320)	175.964*** (16.378)
Observações	1,497	999	1,362	1,182	1,103
R^2	0.085	0.056	0.055	0.043	0.099
R^2 ajustado	0.082	0.052	0.052	0.039	0.096
Erro padrão residual	81.295 (df = 1492)	87.607 (df = 994)	84.194 (df = 1357)	93.286 (df = 1177)	92.500 (df = 1098)
Estatística F	34.593*** (df=4; 1492)	14.817*** (df=4; 994)	19.642*** (df=4; 1357)	13.120*** (df=4; 1177)	30.240*** (df=4; 1098)

*Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01*

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

Nesta tabela, a leitura e os R^2 ajustados são análogos ao caso argentino. Destaca-se a mudança do efeito da ideologia em 2018 em relação aos anos anteriores e a diminuição progressiva do efeito do nível de escolaridade ao longo dos anos. Em suma, com o passar dos anos, o efeito progressista do aumento do nível médio de escolaridade é menor. Em contrapartida, os efeitos da religiosidade e da ideologia se tornam mais acentuados.

Tabela 8. Regressão linear múltipla da VOmoral. Colômbia. 1998-2018

	Resultados Colômbia		
	Variável dependente: VOeco		
	1998 (1)	2012 (2)	2018 (3)
Idade	0.254* (0.130)	0.392** (0.153)	0.696*** (0.169)
Ideologia	5.582** (2.593)	2.607 (3.674)	13.390*** (3.785)
Religiosidade	14.884*** (1.888)	22.412*** (2.761)	28.077*** (2.847)
Nível educ.	-26.004*** (2.088)	-20.494*** (3.233)	-19.667*** (3.494)
Constante	312.057*** (10.525)	276.513*** (14.794)	200.071*** (14.335)
Observações	2,741	1,236	1,498
R^2	0.102	0.110	0.139
R^2 ajustado	0.101	0.107	0.137
Erro padrão residual	79.078 (df = 2736)	79.359 (df = 1231)	98.078 (df = 1493)
Estatística F	77.939*** (df = 4; 2736)	38.133*** (df = 4; 1231)	60.388*** (df = 4; 1493)

*Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01*

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

As leituras dos coeficientes são análogas no caso da Colômbia. Destaca-se o aumento do efeito da idade sobre a variável moral com o passar dos anos e o forte aumento do coeficiente de ideologia em 2018. Neste caso, como no do Brasil, a proeminência da "guerra cultural" como *issue* do debate político e o crescimento de posições progressistas parece influenciar o aumento do peso da ideologia como preditor dos posicionamentos morais.

Tabela 9. Regressão linear múltipla da VOmoral. México. 1996-2018

	Resultados México				
	Variável dependente: VOeco				
	1996 (1)	2000 (2)	2005 (3)	2012 (4)	2018 (5)
Idade	0.719*** (0.201)	0.616** (0.251)	0.722*** (0.210)	0.741*** (0.169)	0.780*** (0.165)
Ideologia	8.623** (3.966)	6.343 (4.720)	4.248 (4.119)	7.544** (3.492)	5.052 (3.613)
Religiosidade	13.554*** (3.062)	21.551*** (4.248)	19.703*** (3.694)	13.130*** (2.758)	10.970*** (2.502)
Nível educ.	-29.348*** (3.950)	-19.683*** (4.180)	-15.707*** (4.262)	-17.110*** (3.661)	-9.176** (4.083)
Constante	281.653*** (16.451)	225.867*** (21.636)	198.066*** (18.751)	230.208*** (14.772)	210.225*** (15.376)
Observações	1,255	1,063	1,291	1,905	1,576
R^2	0.103	0.077	0.063	0.055	0.045
R^2 ajustado	0.100	0.073	0.060	0.053	0.043
Erro padrão residual	90.369 (df=1250)	106.921 (df=1058)	106.533 (df=1286)	102.589 (df=1900)	99.893 (df=1571)
Estatística F	35.904*** (df=4; 1250)	22.036*** (df=4; 1058)	21.734*** (df=4; 1286)	27.797*** (df=4; 1900)	18.615*** (df=4; 1571)

*Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01*

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

No caso do México, por último, se destaca a evolução dos coeficientes de religiosidade, que aumentam em 2000 e diminuem fortemente em 2018. Além disso, como acontece nos demais países, exceto na Argentina, é notável como os coeficientes de nível educacional diminuem em magnitude como preditores de posições em temas culturais-morais, embora a ideologia e a religiosidade não sigam a mesma evolução que no Brasil e na Colômbia e, em contrapartida, diminuam sua intensidade na última rodada da pesquisa.

4. Discussão de resultados. Secularização e conflito distributivo: duas lógicas e duas temporalidades

Os dados confirmam a existência de um processo de secularização sustentado na América Latina. A descida das médias para posições mais progressistas na VOmoral ocorre nos quatro países estudados. Isso é consistente com o observado numa investigação em curso com grupos focais, nos quais mesmo os eleitores de candidatos de direita dos quatro países manifestam uma aceitação de direitos que geram oposição no ativismo conservador, como a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. Certamente, se mantêm núcleos resilientes com posições conservadoras, que estão na base da "reação cultural" que algumas pesquisas documentam (Caminotti e Tabbusch, 2021; Smith e Boas, 2020; para o caso argentino, cf. Kessler e Vommaro, 2021; Biroli, 2020 e Rocha, 2021 para o Brasil). Mas há posições conservadoras que não se opõem à secularização, mas sim a uma velocidade e intensidade que consideram "exageradas". Isso aparece com clareza na questão dos direitos das mulheres. Os eleitores de opções conservadoras apoiam o processo de igualdade de direitos das mulheres tanto na esfera doméstica como no campo do trabalho e da política, mas rejeitam o que classificam como "radicalismo" das ações de movimentos feministas por considerá-las "violentas" ou contrárias ao "respeito". O lado positivo desse processo é que favorece o diálogo e a construção de consensos para continuar a diminuir as desigualdades de gênero e avançar nos direitos de diferentes grupos.

O conflito distributivo, pelo contrário, está associado a posições conjunturais ou de médio prazo sobre a relação entre o público e o privado (entre a justiça social e a alocação de recursos na dinâmica do mercado) que persistem durante um determinado período (os anos 1990 das reformas neoliberais, os anos da "guinada à esquerda" e do *boom* das *commodities*), mas não seguem uma tendência histórica do mesmo tipo.[10] No período estudado, se observa um crescente consenso progressista em matéria distributiva, coincidindo com o esperado no ciclo do chamado pós-neoliberalismo. Essa tendência, no entanto, ocorre em três dos quatro países

10 É claro que se pode dizer que, a longo prazo, há consensos distributivos (por exemplo, em relação à necessidade de existirem certos seguros sociais – aposentadoria, assistência à infância– e certos benefícios estatais – segurança, justiça –) que se consolidam, mas com base em divergências duradouras sobre as formas de implementação – públicas ou privadas, com lógicas de "solidariedade" ou individuais etc. – e sobre o seu alcance.

(a exceção é a Colômbia, onde crescem as posições contrárias à redistribuição). Na Argentina, da mesma forma, se observa uma mudança de tendência na última medição, cuja durabilidade deve ser motivo de pesquisas futuras. Trata-se, portanto, de um consenso mais reduzido em seu alcance e menos difícil de reverter do que os consensos culturais. Assim, em comparação com o eixo anterior, é mais provável que os desafios à convivialidade ocorram cada vez mais em torno de conflitos distributivos.

A evolução das posições sociais em relação a questões distributivas e culturais mostra que a polarização ao nível das massas nas sociedades latino-americanas não segue um padrão único. Por um lado, ao contrário do que foi identificado pela literatura, de que na Europa Ocidental particularmente e, em certa medida, nos Estados Unidos, as demandas pós-materiais ganhavam, em determinados momentos, as preferências dos eleitores e a agenda dos partidos (Inglehart, 1971; Abramson e Inglehart, 1995), na América Latina o conflito distributivo continua a ter peso, provavelmente em virtude do caráter fortemente desigual da região (Luna e Rovira Kaltwasser, 2014), o que coincide com o que afirmavam Costa e Heil em torno dos desafios à convivialidade em contextos altamente desiguais (Costa, 2019; Heil, 2019). Ao mesmo tempo, nos últimos anos, vemos que a América Latina vive intensos conflitos culturais em matéria de direitos de gênero, sexuais e reprodutivos. A reação conservadora parece ter tido maior presença na cena eleitoral nos países em que a secularização foi mais acelerada – partiu-se de posições mais conservadoras e avançou-se mais "rápido" –, e onde, além disso, os grupos conservadores se mantiveram em posições extremas.

Nesse sentido, a polarização em matéria cultural tem algumas características específicas que a tornam particularmente notória. Por um lado, o deslocamento das posições progressistas para a margem esquerda, com a manutenção das posições conservadoras na margem direita, revela uma aceleração da separação de posições entre os polos, o que gera bases sociais para a polarização cultural. Essa polarização parece refletir a aceleração do processo de secularização, mais do que sua desaceleração. Por outro lado, as posições em matéria cultural são mais consistentes do que as posições em matéria distributiva. Nesse sentido, os posicionamentos no terreno cultural parecem estar mais associados a "padrões latentes" estáveis do que os posicionamentos em matéria distributiva. Certamente, nos grupos focais que conduzimos atualmente, identificamos uma menor consistência das posições conservadoras em matéria cultural do que aquela que os dados

quantitativos mostram. Por exemplo, como mencionamos, as pessoas aceitam a adoção de crianças por casais gays mais facilmente do que às vezes aceitam o movimento feminista, que é visto como viciado em "excessos" e "violento", ou aceitam a igualdade entre homem e mulher no trabalho e no lar, mas preferem que as crianças sejam criadas por um pai e uma mãe, em defesa dos "papéis naturais". No entanto, as diferenças são ainda maiores em matéria distributiva, na qual a variedade de posições atinge combinações ainda mais amplas entre a defesa do esforço individual, a percepção sobre o papel do Estado na economia e sobre a missão do Estado de garantir uma vida digna (os três indicadores que formam a variável *omnibus* distributiva). A variação possível de posicionamentos em relação a diferentes questões distributivas entre os eleitores de esquerda e de direita delineia um mapa de polarização complexo que deve ser investigado no futuro.

Isso também é consistente com o grau de consolidação das posições em ambas as agendas. Enquanto os posicionamentos na VOeconômica têm uma correlação fraca ou nula com a maioria das variáveis testadas – inclusive com o autoposicionamento ideológico (exceto no caso da Argentina) – e seu movimento só é previsto – embora com força variável em cada caso – pelo nível de educação como *proxy* de classe, a VOmoral tem fortes correlações positivas com a idade e, cada vez mais, com o posicionamento ideológico e a religiosidade. Ao contrário, o nível de escolaridade perde poder como preditor de posições progressistas em matéria cultural à medida que o período estudado avança. Mais uma vez, pode-se sustentar que a ideologia e a religiosidade recentemente se tornaram preditores fortes nos países em que os *issues* culturais-morais foram politizados estrategicamente, tanto por movimentos sociais como por partidos conservadores, e adquiriram destaque em cenários eleitorais, como no plebiscito pela paz na Colômbia em 2016 ou nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil.

Em suma, a velocidade das mudanças e a persistência de núcleos resilientes de posições defensivas poderiam explicar por que a secularização é concomitante a uma dinâmica de polarização. E isso é um alerta para todos aqueles comprometidos em promover os aspectos mais coesos da convivialidade. Nesse sentido, especialmente na Colômbia e mais ainda no Brasil, poderíamos falar de secularização conflituosa. Este último país é um caso claro de um processo concomitante de secularização acelerada e politização das questões de gênero, no qual as posições religiosas e ideológicas ganham força a nível social na previsão das posições morais.

A consolidação das posições em matéria distributiva, pelo contrário, é menos unânime entre os setores e apresenta maiores variações entre os quatro países. O movimento em direção a posições pró-Estado e igualitárias não é homogêneo (fundamentalmente, a Colômbia apresenta um crescimento das posições pró-mercado entre as pessoas que se identificam com a direita). O movimento em direção a posições igualitárias expressa o abandono do consenso neoliberal em dois países que tiveram governos nacionais de esquerda (Argentina e Brasil) e em um que o fez tardiamente, fora do período estudado, mas que experimentou o crescimento de sua esquerda partidária nas primeiras décadas do século XXI. Nesses países, o deslocamento para a extrema esquerda das posições pró-Estado atinge o seu pico entre 2005-2006 e 2012-2014 (de acordo com o ano de medição em cada caso), e depois se observa um deslocamento para o centro, cuja durabilidade deverá ser estudada. Com oscilações, no entanto, a distância entre posições extremas permanece relativamente estável no período, o que mostra que o conflito distributivo mantém o seu peso na arena política latino-americana. Ao mesmo tempo, as posições nesse campo são menos consistentes e os consensos sociais em matéria econômica, mais frágeis, de modo que, enquanto a agenda cultural segue uma trajetória relativamente clara, o conflito distributivo adquire na região estados reversíveis que deverão ser acompanhados de perto no futuro.

Outro assunto que nos propomos investigar no futuro é a relação entre as posições geralmente denominadas conservadoras ou de direita no campo econômico (contrárias à redistribuição) e no campo cultural (conservadoras em sentido estrito). Na nossa análise preliminar, encontramos uma baixa correlação entre a VOeconômica e a VOmoral, mas não avançamos neste terreno. Embora haja uma grande quantidade de evidências empíricas em uma e outra direção, algumas meta-análises das evidências acumuladas concluem que tende a haver uma correlação de posições entre ambas as dimensões (Jost et al., 2009). No entanto, resta saber se o processo de secularização descrito teve efeitos na forma como essas posições se articulam. Entre os trabalhos mais difundidos para caracterizar as posições em ambos os campos está a classificação de Duckitt (et al.) do que ele chama de *Social Dominance Orientation* (SDO), ou seja, a concepção do mundo como uma selva onde cada um deve se valer e lutar sem trégua por si mesmo, e o que ele define como Right Wing Authoritarianism (RWA), ou seja, a crença de que o mundo é perigoso, de modo que é necessário reforçar um sentimento de segurança e ordem social (Duckitt et al., 2002). Assim,

a SDO tende a prever o conservadorismo econômico, enquanto a RWA prevê mais o conservadorismo social. A forma como ambas as orientações se entrelaçam no contexto atual da América Latina deve ser objeto de pesquisa. Sem dúvida, a polarização é um elemento quase cotidiano da convivialidade na América Latina. No entanto, nem sempre a polarização provoca conflitos na convivialidade na região; podemos citar como exemplo o caso do Uruguai, onde o alinhamento esquerda-direita domina o cenário político sem afetar os padrões de convivialidade. É por isso que é preciso questionar por que a polarização gera tal nível de conflito na maioria dos países da região. Embora ainda não possamos dar uma resposta conclusiva, estamos convencidos de que a persistência do conflito distributivo e da desigualdade na região contribui para que a polarização tenha o potencial de corroer as bases da convivência democrática.

5. Anexos

Tabela 10. Evolução dos valores dos decis 10 e 90 para a VOeconômica e para a VOmoral

Ano	País	10% moral	90% moral	10% econômico	90% econômico
1991	Argentina	144	400	100	278
1995	Argentina	122	389	82	244
1999	Argentina	122	400	50	200
2006	Argentina	67	378	33	200
2013	Argentina	89	345	44	200
2017	Argentina	100	356	67	200
1991	Brasil	200	400	78	256
1997	Brasil	189	400	78	244
2006	Brasil	156	400	67	200
2014	Brasil	133	400	44	200
2018	Brasil	122	400	50	200
1998	Colômbia	200	400	56	211
2012	Colômbia	189	400	67	200
2018	Colômbia	133	400	89	222
1990	México	133	400	100	244
1996	México	167	400	99	233
2000	México	122	400	56	211
2005	México	100	400	78	233
2012	México	111	400	44	200
2018	México	122	400	78	211

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

Tabela 11. Correlações das VOs com as variáveis independentes, por país e por ano

País	Ano	Moral Idade	Moral Ideologia	Moral Religiosi-dade	Moral Educação	Econ Idade	Econ Ideologia	Econ Religiosi-dade	Econ Educação
Argentina	1995	0.219	0.217	0.360	-0.147	0.105	0.200	0.080	0.082
Argentina	1999	0.137	0.101	0.291	-0.281	0.045	-0.002	0.015	0.117
Argentina	2006	0.225	0.186	0.240	-0.219	0.120	0.159	0.085	0.110
Argentina	2013	0.180	0.214	0.238	-0.256	-0.006	0.313	0.134	-0.008
Argentina	2017	0.131	0.072	0.274	-0.153	0.031	0.155	0.080	0.041
Brasil	1991	0.083	0.119	0.195	-0.232	0.101	0.045	-0.035	0.185
Brasil	1997	-0.021	0.081	0.150	-0.168	0.109	0.012	-0.041	0.080
Brasil	2006	0.096	0.072	0.133	-0.188	-0.013	0.076	0.007	0.088
Brasil	2014	0.143	0.069	0.097	-0.161	0.035	0.033	-0.009	0.056
Brasil	2018	0.138	0.113	0.255	-0.176	0.053	0.187	-0.072	0.036
Colômbia	1998	0.100	0.091	0.203	-0.278	-0.046	0.010	-0.055	0.157
Colômbia	2012	0.153	0.057	0.252	-0.234	0.074	0.061	0.019	0.099
Colômbia	2018	0.198	0.163	0.299	-0.221	-0.020	0.109	0.012	0.055
México	1996	0.195	0.076	0.166	-0.272	0.002	0.122	-0.007	0.162
México	2000	0.169	0.078	0.181	-0.212	-0.042	-0.063	-0.043	0.189
México	2005	0.158	0.063	0.185	-0.173	0.040	0.056	-0.013	0.154
México	2012	0.165	0.070	0.147	-0.167	0.047	0.103	0.026	0.030
México	2018	0.168	0.048	0.137	-0.123	0.026	0.016	-0.031	0.077

Fonte: elaboração própria com base em dados da WVS.

Referências

Abramowitz, Alan I.; Saunders, Kyle L. (2008): "Is Polarization a Myth?". *The Journal of Politics*, vol. 70, n. 2, pp. 542-55.

Abramson, Paul R.; Inglehart, Ronald (1995): *Value Change in Global Perspective*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Adloff, Frank (2018): "Practices of Conviviality and the Social and Political Theory of Convivialism". *Mecila Working Paper Series*, n. 3. São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America.

Alonso, Angela (2021): "La reacción patriota en Brasil". *Población y Sociedad*, vol. 28, n. 2, p. 8-28.

Amaral, Oswaldo E. do (2020): "The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018". *Brazilian Political Science Review*, vol. 14, n. 1.

Aruguete, Natalia; Calvo, Ernesto; Cantú, Francisco; Ley, Sandra; Scartascini, Carlos; Ventura, Tiago (2021): "Partisan Cues and Perceived Risks: The Effect of Partisan Social Media Frames during the COVID-19 Crisis in Mexico". *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, vol. 31, supl. 1, pp. 82-95.

Baldassarri, Delia; Park, Barum (2020): "Was There a Culture War? Partisan Polarization and Secular Trends in US Public Opinion". *The Journal of Politics*, vol. 82, n. 3, pp. 809-27.

Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (1994): *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Stanford: Stanford University Press.

Béjar, Sergio; Moraes, Juan A.; López-Cariboni, Santiago (2020): "Elite Polarization and Voting Turnout in Latin America, 1993-2010". *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, vol. 30, n. 1, pp. 1-21.

Biroli, Flávia (2020): "The Backlash against Gender Equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the Erosion of Democracy". *LASA Forum*, vol. 51, n. 2, pp. 21-26.

Bobbio, Norberto ([1995] 1996): *Left and Right: The Significance of a Political Distinction*. Cambridge: Polity Press.

Bramson, Aaron; Grim, Patrick; Singer, Daniel J.; Berger, William J.; Sack, Graham; Fisher, Steven; Flocken, Carissa; Holman, Bennett (2017): "Understanding Polarization: Meanings, Measures, and Model Evaluation". *Philosophy of Science*, vol. 84, n. 1, pp. 115-59.

Calvo, Ernesto; Ventura, Tiago (2021): "Will I Get Covid-19? Partisanship, Social Media Frames, and Perceptions of Health Risk in Brazil". *Latin American Politics and Society*, vol. 63, n. 1, pp. 1-26.

Caminotti, Mariana; Tabbusch, Constanza (2021): "El embate neoconservador a las políticas de igualdad de género tras el fin del 'giro a la izquierda' en América Latina". *Población & Sociedad*, vol. 28, n. 2, pp. 29-50.

Cepêda, Vera Alves (2018): "A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais". *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 2, pp. 40-74.

Corrales, Javier (2020): "The Expansion of LGBT Rights in Latin America and the Backlash". In: Bosia, Michael J.; McEvoy, Sandra M.; Rahman, Momin (orgs.). *The Oxford Handbook of Global LGBT and Sexual Diversity Politics*. Nova York, NY: Oxford University Press, pp. 184-200.

Corredor, Elizabeth S. (2021): "On the Strategic Uses of Women's Rights: Backlash, Rights-based Framing, and Anti-Gender Campaigns in Colombia's 2016 Peace Agreement". *Latin American Politics and Society*, vol. 63, n. 3, pp. 46-68.

Costa, Sérgio (2019): "The Neglected Nexus between Conviviality and Inequality". *Mecila Working Paper Series*, n. 17. São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America.

DiMaggio, Paul; Evans, John; Bryson, Bethany (1996): "Have American's Social Attitudes Become More Polarized?". *American Journal of Sociology*, vol. 102, n. 3, pp. 690-755.

Duckitt, John; Wagner, Claire; Du Plessis, Ilouize; Birum, Ingrid (2002): "The Psychological Bases of Ideology and Prejudice: Testing a Dual Process Model". *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 83, n. 1, pp. 75-93.

Heil, Tillman (2019): "Conviviality on the Brink". *Mecila Working Paper Series*, n. 14. São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America.

Inglehart, Ronald (1971): "The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies". *The American Political Science Review*, vol. 65, n. 4, pp. 991-1017.

Jost, John T.; Federico, Christopher M.; Napier, Jaime L. (2009): "Political Ideology: Its Structure, Functions, and Elective Affinities". *Annual Review of Psychology*, vol. 60, pp. 307-37.

Jost, John T.; Glaser, Jack; Kruglanski, Arie W.; Sulloway, Frank J. (2003a): "Exceptions that Prove the Rule: Using a Theory of Motivated Social Cognition to Account for Ideological Incongruities and Political Anomalies". *Psychological Bulletin*, vol. 129, pp. 383-93.

Jost, John T.; Glaser, Jack; Kruglanski, Arie W.; Sulloway, Frank J. (2003b): "Political Conservatism as Motivated Social Cognition". *Psychological Bulletin*, vol. 129, n. 3, pp. 339-75.

Kessler, Gabriel; Vommaro, Gabriel (2021): "Polarización, consensos y política en la sociedad argentina reciente". *Documento de trabalho*, nov. 2021. Buenos Aires: Fundar.

Krause, Silvana; Marques Schaefer, Bruno; Leme Barbosa, Tiago Alexandre; Pimentel Corrêa, Carolina; Telles, Helcimara (2020): "La elección brasileña de 2018: nuevos patrones de financiación, desafección política y redes sociales". *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, vol. 9, n. 1, pp. 91-217.

Layton, Matthew L.; Smith, Amy Erica; Moseley, Mason W.; Cohen, Mollie J. (2021): "Demographic Polarization and the Rise of the Far Right: Brazil's 2018 Presidential Election". *Research & Politics*, vol. 8, n. 1, 205316802199020.

Levitsky, Steven (2018): "Latin America's Shifting Politics: Democratic Survival and Weakness". *Journal of Democracy*, vol. 29, n. 4, pp. 102-13.

Levitsky, Steven; Roberts, Kenneth M. (2011): *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Lijphart, Arend (1982): "The Relative Salience of the Socio-Economic and Religious Issue Dimensions: Coalition Formations in Ten Western Democracies, 1919-1979". *European Journal of Political Research*, vol. 10, n. 3, pp. 201-11.

Luna, Juan Pablo; Rovira Kaltwasser, Cristóbal (orgs.) (2014): *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Machado, Jorge; Miskolci, Richard (2019): "Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira". *Sociologia & Antropologia*, vol. 9, n. 3, pp. 945-70.

Manea, Beatrice Chromková; Rabušic, Ladislav (2021): "Value Modernisation in Central and Eastern European Countries: How Does Inglehart's Theory Work?". *Czech Sociological Review*, vol. 56, n. 6, pp. 699-740.

Mecila (2017): "Conviviality in Unequal Societies: Perspectives from Latin America. Thematic Scope and Research Programme". *Mecila Working Paper Series*, n. 1. São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America.
Meléndez Guerrero, Carlos (2022): *The Post-Partisans: Anti-Partisans, Anti-Establishment Identifiers, and Apartisans in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
Messenberg, Débora (2017): "A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros". *Sociedade e Estado*, vol. 32, n. 3, pp. 621-48.
Miguel, Luis Felipe (2021): "O mito da 'ideologia de gênero' no discurso da extrema direita brasileira". *Cadernos Pagu*, vol. 62, p. e216216.
Miskolci, Richard (2021): *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. São Paulo: Autêntica.
Morales, Alfredo J.; Borondo, Juan; Losada González, Juan Carlos; Benito, Rosa M. (2015): "Measuring Political Polarization: Twitter Shows the Two Sides of Venezuela". *Chaos*, vol. 25, n. 3, 33114.
Nicolau, Jairo (2020): *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. São Paulo: Companhia das Letras.
Quevedo, Luis Alberto; Ramírez, Ignacio (2021): *Polarizados: ¿Por qué preferimos la grieta? (aunque digamos lo contrario)*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
Rennó, Lucio R. (2020): "The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections". *Latin American Politics and Society*, vol. 62, n. 4, pp. 1-23.
Roberts, Kenneth M. (2014): *Changing Course in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
Rocha, Camila (2021): "The New Brazilian Right and the Public Sphere". *Mecila Working Paper Series*, n. 32. São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America.
Samuels, David; Zucco, Cesar (2018): *Partisans, Anti-Partisans and Non-Partisans: Voting Behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
Setzler, Mark (2021): "Did Brazilians Vote for Jair Bolsonaro Because They Share his Most Controversial Views?". *Brazilian Political Science Review*, vol. 15, n. 1.
Singer, Matthew (2016): "Elite Polarization and the Electoral Impact of Left-Right Placements: Evidence from Latin America, 1995-2009". *Latin American Research Review*, vol. 51, n. 2, pp. 174-94.
Smith, Amy Erica; Boas, Taylor C. (2020): "Religion, Sexuality Politics, and the Transformation of Latin American Electorates". Septiembre. Paper apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association. Disponível em: <ucis.pitt.edu>. Último acesso em: 30 nov. 2022.
Zechmeister, Elizabeth J.; Corral, Margarita (2013): "Individual and Contextual Constraints on Ideological Labels in Latin America". *Comparative Political Studies*, vol. 46, n. 6, pp. 675-701.

Capítulo 2

Identidades partidárias negativas e seu impacto na democracia na América Latina

Carlos Meléndez

Nos últimos anos, diversos presidentes latino-americanos foram eleitos, em alguma medida, graças à rejeição dos eleitores a seus rivais.[1] Talvez esse fator externo tenha sido mais importante que o respaldo da aprovação. Por trás da vitória de Javier Milei (Argentina, 2023) repousa o antiperonismo, assim como o antifujimorismo foi a base do triunfo de Pedro Castillo (Peru, 2021). O antiuribismo também contri-

1 Este texto foi apresentado originalmente como a comunicação "Identidades partidarias negativas y su impacto en la democracia en América Latina" na conferência dos 50 anos da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-México), em 2025. A tradução do espanhol ao português de Fernanda Lobo para este capítulo foi revisada pelo autor. Carlos Meléndez agradece o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através do projeto Populist Appeals and Negative Partisanship: A Cross-Regional Comparison between Latin America and Southern Europe (Ref. 2023.08788.CEECIND/CP2882/CT0006; DOI: 10.54499/2023.08788.CEECIND/CP2882/CT0006). " [N.E.]

buiu significativamente para o êxito de Gustavo Petro (Colômbia, 2022), assim como o antipinochetismo foi decisivo para a eleição de Gabriel Borić (Chile, 2021) e o antibolsonarismo para o retorno de Lula (Brasil, 2023). Na hora de governar, porém, o apoio das identidades negativas aos novos executivos não se transforma em proteção legislativa ou em aprovação presidencial. Com exceção de Lula, os presidentes eleitos não conseguiram formar coalizões parlamentares para implementar suas políticas e enfrentam a dificuldade de governar sem "lua de mel", isto é, sem esses períodos de grande popularidade que os presidentes eleitos costumam ter para implementar reformas ou promessas que têm maior custo político.

Quais são as consequências do voto "anti" na governabilidade dos executivos eleitos pela lógica do "menos pior"? Neste texto, proponho retomar o conceito de *identidade partidária negativa* que a ciência política deixou de utilizar para explicar os problemas de governabilidade enfrentados por presidentes eleitos que se beneficiam da rejeição estrutural a seus rivais. Embora inicialmente a identidade partidária tenha sido concebida como positiva ou negativa (Campbell et al., 1966), a maior parte da literatura sobre o assunto, tanto nas democracias consolidadas quanto nas latino-americanas, privilegiou o estudo da primeira dimensão. Atualmente, quando o nível de identificação (positiva) com os partidos caiu, o estudo do segundo tipo de identidade pode nos permitir compreender melhor o que comumente chamamos de "crise de representação". Assim, este texto se propõe a analisar o perfil daqueles que têm identidades negativas em relação ao apoio a governantes latino-americanos e a apresentar algumas hipóteses acerca do impacto desses "antis" na governabilidade democrática regional. Os desafios da estabilidade democrática na América Latina se ancoram no declínio das identidades partidárias positivas e na autonomia e extensão que as identidades negativas vêm ganhando.

1. Introdução

Estamos acostumados a entender a relação entre cidadãos e política (especialmente em regimes democráticos) com base em indivíduos que se reconhecem como membros ou simpatizantes de partidos, que funcionam como organismos mediadores. De fato, é impossível pensar em uma demo-

cracia sem esses indivíduos (Schattschneider, 1942), de modo que a existência de um regime democrático em que as pessoas não se reconheçam como simpatizantes dos partidos é inimaginável. Segundo esse raciocínio, uma democracia deve se assentar em pessoas mais ou menos comprometidas com projetos políticos estáveis, indivíduos atraídos por programas de governo e preferências ideológicas (Downs, 1957) ou até mesmo por vínculos clientelistas e personalistas (Kitschelt, 2000). Para ser mais preciso: não há democracia funcional sem partidários.

O que acontece, no entanto, com as pessoas que não se reconhecem como parte dos partidos e, pelo contrário, se definem como opositoras deles? Embora não se trate de um fenômeno novo, o ativismo de cidadãos que tanto não endossam organizações partidárias, como também se mobilizam contra elas ou para evitar que líderes específicos cheguem ao poder, se tornou mais visível recentemente. Em democracias ocidentais sólidas, "cordões sanitários" são estabelecidos para evitar o triunfo eleitoral de partidos de direita radical. É o que aconteceu recentemente contra o Reagrupamento Nacional de Marine Le Pen (2024) na França ou para impedir que o Chega! fizesse parte de uma aliança governamental em Portugal (2023 e 2024) (Meléndez e Rovira, 2023). Em democracias de sistemas partidários com baixo nível de institucionalização e de enraizamento partidário frágil, esse fenômeno é mais evidente e ganhou terreno (Haime e Cantú, 2022) a ponto de podermos afirmar que o modo dominante de se relacionar com a política é o de antipartidários mais do que o de partidários. Assim, análises recentes sobre o desenvolvimento da identidade partidária (positiva) na América Latina registram seu declínio, mas omitem a descrição do crescimento da dimensão negativa (ver, por exemplo, Lupu, 2015). Essa tendência (decréscimo das identidades positivas e aumento das negativas) se explica pela transformação dos tipos de vínculos políticos (Luján e Cyr, 2025), pela pressão de setores informais crescentes e pelas fidelidades voláteis das novas gerações (Kessler e Vommaro, 2025). Resta, porém, explicar suas implicações para o sistema democrático, especialmente em contextos em que os setores antipartidários predominam. Isso nos leva a perguntas com consequências teóricas relevantes: como funciona uma democracia com antipartidários?

Nesse texto, abordaremos o fenômeno das identidades partidárias negativas na América Latina, bem como a maneira como a literatura especializada se refere a quem tem animosidades contra partidos políticos

e como discute as consequências dessas animosidades para a governabilidade democrática. Partimos da premissa de que aqueles que se relacionam com a política com base em rejeições partidárias ou personalistas (os antipartidários) produzem um mandato diferente do agente eleito com esses votos. Trata-se de um tipo de representação política por defeito, o que distorce as premissas da responsabilidade democrática segundo a qual o voto deve ser a favor de partidos e não com base na rejeição. Essa afetação da responsabilidade democrática tem um impacto maior e mais profundo na apatia política causada pelas próprias democracias e no consequente fracasso no cumprimento das promessas implícitas nos votos. Soma-se, portanto, à crise de representação do sistema que tanto afeta a governabilidade democrática. Em países onde se tornou frequente votar no candidato "menos pior", não se tem consciência de que, no final das contas, está-se escolhendo um mal (Arendt, 1964).

2. A política democrática a partir das identidades negativas

Desde a conceituação original das identidades partidárias, sustentava-se que estas podiam ser positivas ou negativas (Campbell et al., 1966). Ou seja, concebia-se que um indivíduo podia ter afinidade ou simpatia por um partido, assim como rejeição ou animosidade. No entanto, dada a solidez dos partidos políticos estadunidenses – sistema a partir do qual se teorizou a identificação partidária para explicar fenômenos como comportamento político e resultados eleitorais –, bastava reconhecer a identidade partidária positiva dos cidadãos. As identidades negativas correspondentes contra os rivais ficavam subsumidas nas próprias identidades partidárias. Por isso a pesquisa o ignorou por muito tempo o estudo da identidade partidária negativa, pois ela não contribuía para a explicação dos fenômenos políticos.

Na última década, no entanto, houve um aumento significativo de estudos focados em identidades partidárias negativas, tanto em sistemas institucionalizados (Medeiros e Noël, 2013) como não institucionalizados (Samuels e Zucco, 2018). Entende-se que existem motivações negativas duradouras que também podem se constituir como estruturas psicológicas que impactam o comportamento político. De fato, pesquisas

recentes demonstram que, nos Estados Unidos e na Suécia, determinados perfis de personalidade – como a dominação social – estão associados positivamente a indivíduos com identidades partidárias negativas, que respondem a diferentes estruturas psicológicas em comparação com aqueles que possuem identidades partidárias positivas (Bankert, 2022). Em contrapartida, determinados sistemas eleitorais incentivam a formação de identidades negativas. O sistema de voto individual e as eleições simultâneas, por exemplo, têm um efeito positivo na prevalência de identidades negativas (Anderson et al., 2022). Em algumas ocasiões, as razões para votar são exclusivamente negativas (vota-se contra um político ou contra um partido) e as motivações para se mobilizar politicamente também (ativistas contra partidos, sem necessariamente endossar uma organização política alternativa). Além disso, essas motivações podem se sustentar em visões de mundo que separam "nós" e "eles", o que dá um suporte psicológico mais profundo às identidades partidárias (Greene, 2004). Ou seja, um indivíduo não apenas pode participar de manifestações públicas contra um candidato, como também apoiar uma organização articulada com base nessa oposição. De fato, pesquisas recentes demonstram como as identidades negativas também podem ser geradas na socialização familiar, da mesma forma que as positivas (Boonen, 2019). Isso se aplica sobretudo a identidades partidárias de longa tradição. Historicamente, na América Latina, vimos como o antiperonismo na Argentina e o antiaprismo no Peru, para dar alguns exemplos, constituíam o perfil antipartidário que detalhamos.

As identidades partidárias negativas não são simples opostos bipolares de suas contrapartidas positivas (Medeiros e Noël, 2013), pois nem sempre elas estão correlacionadas. Tal relação é mais frequente em sistemas partidários institucionalizados nos quais quem segue o partido A se opõe ao B e vice-versa. Já em sistemas de baixos níveis de institucionalização, nos quais as identidades partidárias positivas são limitadas em relação ao eleitorado geral ou simplesmente voláteis, é mais importante se concentrar nas identidades partidárias negativas. Em um estudo prévio no Chile, Meléndez e Rovira (2019) demonstraram que para entender o sistema de partidos "estável, mas sem raízes" (Luna e Altman, 2011) chileno, mais que focar nas identidades partidárias positivas das duas coalizões tradicionais (Nueva Mayoría, de esquerda, e Chile Vamos, de direita), era necessário observar as identidades partidárias negativas porque elas eram maiores numericamente

e porque elas ajudavam a entender a "estabilidade" ilegítima do sistema chileno. O sistema partidário do Chile não se sustentou porque grande parte dos chilenos apoiam seus partidos – segundo dados do Latin American Public Opinion Project (Lapop), o Chile, juntamente com países em que houve um colapso do sistema de partidos, como o Peru e a Guatemala, apresenta os níveis mais baixos de identidade partidária positiva –, e sim porque a maioria sempre vota contra uma das coalizões. Esse padrão de que, em termos eleitorais, os chilenos sabem o que não querem, mas não sabem o que querem, é aplicável a outros contextos, como o do Peru, onde, diante da ausência de identidades partidárias positivas relevantes, os atalhos cognitivos para se alinhar politicamente e definir preferências eleitorais têm no antifujimorismo sua principal referência (Meléndez, 2019).

A volatilidade eleitoral que afeta os sistemas partidários institucionalizados e não institucionalizados dificulta bastante o cultivo de identidades partidárias positivas. Os partidos que sobrevivem e permanecem em cena, muito possivelmente apoiados por sua passagem pelo governo nacional ou subnacional, resistem, mas muitas vezes gerando resistências mais duradouras do que seus próprios legados. Em muitos casos, essas animosidades não se concentram apenas em um partido específico, e sim em mais de um, às vezes em todos os partidos do sistema político. O surgimento de figuras radicais na política latino-americana é resultado da capitalização de simultâneas identidades partidárias negativas pré-existentes. A pregação anti-*establishment* de Bolsonaro não foi apenas antipetista, ela também se alimentou da corrosão do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), organizações de centro-direita em desprestígio após os escândalos do Mensalão e da Lava Jato (Santos e Tanscheit, 2019). O relato anticasta com que Javier Milei emerge na Argentina se sustenta no kirchnerismo, mas também no desencanto com o Propuesta Republicana (PRO) de Macri, um partido convencional de centro criado recentemente e com relativo sucesso, mas que, em pouco tempo, causou decepções profundas (Vommaro, 2019). Em contextos como o peruano, a emergência de Pedro Castillo se vale do antifujimorismo e do desencanto pelas ofertas tradicionais do *establishment*. Desse modo, podemos especificar um tipo específico de identidade política, a identidade anti-*establishment* (Meléndez, 2022), segundo a qual se mantém permanente várias identidades partidárias negativas contra os partidos tradicionais.

Por um lado, a definição de identidade anti-*establishment* é relevante porque permite compreender a "demanda" existente no eleitorado, capaz de catapultar candidaturas *outsiders* ou anti-casta, como as de Milei na Argentina e Castillo no Peru. Por outro lado, ela é importante porque nos permite distinguir o anti-*establishment* do mero apartidário, aquele que não endossa nenhuma identidade partidária positiva ou negativa (Meléndez, 2022), e que tem sido regularmente catalogado pela literatura no grupo daqueles que carecem de simpatias partidárias positivas. Enquanto o primeiro é politizado (negativamente), o segundo é indiferente à oferta partidária, seja ela pró-*establishment*, anti-*establishment* ou mesmo populista. Curiosamente, estudos anteriores descobriram que, no Chile, enquanto o eleitor anti-*establishment* era mobilizado por demandas populistas (de maneira previsível), o apartidário rejeitava toda oferta política, incluindo a populista (Meléndez e Rovira, 2019). No espaço fora das identidades partidárias positivas, podemos distinguir entre aqueles que detestam a oferta conjunta do *establishment* e aqueles que a ignoram. São dois perfis distintos cujos comportamentos políticos também são distintos.

Essa abordagem das identidades partidárias foi reconhecida como fundamental para perceber o nível de institucionalização de um sistema partidário do ponto de vista individual (Mainwaring, 2018). De fato, sociedades onde a maioria dos indivíduos tem uma identidade partidária positiva mantêm sistemas partidários institucionalizados. Em contrapartida, nas sociedades onde as identidades negativas são maioria ou onde elas são autônomas em relação às positivas, podemos estar diante de sistemas com baixos níveis de institucionalização. Onde a presença das identidades anti-*establishment* é significativa, o mais provável é que estejamos à beira de um colapso do sistema partidário como um todo. O tipo de identidades partidárias permite conhecer a disposição individual de sustentar ou não um sistema partidário. Ou seja, entender as diversas identidades políticas de uma perspectiva que incorpore também identidades negativas, anti-*establishment* e apartidárias tem sido proveitoso para explicar fenômenos políticos como o comportamento eleitoral, o nível de institucionalização sistêmica e até mesmo o apoio à democracia. Da mesma forma, considero que esse tipo de abordagem teórica pode servir para explicar que tipo de *accountability* democrática o indivíduo espera de acordo com sua identidade política. Isso obviamente terá consequências no funcionamento do sistema democrático.

3. Para uma teoria da *accountability*-representação conforme identidades políticas

As eleições são concebidas como mecanismos que os cidadãos têm para criar um vínculo de representação com os políticos que possa garantir melhor suas preferências nas políticas públicas (no caso de um vínculo programático), produzir benefícios individuais ou coletivos diretos (se pensarmos em um vínculo clientelista) ou gerar algum tipo de identificação personalista (Kitschelt, 2000). Nesse sentido, as campanhas eleitorais servem como conjunturas-chave para que os eleitores outorguem um mandato aos políticos nos quais votam, supondo que aquilo é o que mais lhes interessa. Idealmente, é assim que se cria o vínculo mandato-representação, quando os políticos informam suas propostas aos cidadãos e, caso eleitos, seguem essas propostas com a melhor intenção de cumprir suas promessas (Przeworski et al., 1999).

Espera-se que os candidatos eleitos implementem as medidas prometidas ou que as adaptem aos imprevistos que desafiem seu cumprimento exato. Os cidadãos podem exercer a *accountability* retrospectiva, verificando se os políticos que concorrem à reeleição fizeram o possível para cumprir suas promessas. A *accountability* se baseia no voto retrospectivo, na capacidade dos cidadãos de premiar ou punir alguém que lhes ofereceu determinadas políticas ou benefícios materiais, votando na reeleição individual ou partidária ou optando por outra candidatura (Przeworski et al., 1999). Nos cidadãos que têm uma identidade partidária duradoura, esta foi gerada, principalmente, pelas elites partidárias que souberam cumprir suas promessas programáticas e/ou clientelistas, transformando-as em uma identidade que admite maior tolerância aos não cumprimentos das propostas (maior sacrifício quando não estão no poder, por exemplo) e lealdade nos momentos mais difíceis (quando as críticas se intensificam ou os políticos estão em posições de oposição). O sistema democrático se baseia nesta relação de *accountability*-representação: políticos cultivam seguidores por meio de promessas transformadas em políticas públicas ou distribuição de benefícios materiais. O mandato é avaliado dessa forma e renovado em cada nova eleição, o que implica tempo e espera por parte dos eleitores para tomarem a decisão de continuar a confiar no partido em que votaram da última vez ou procurar alternativas.

É assim que o voto em si se torna instrumento-chave para a construção da representação política e da consequente *accountability*. Na prática de votar, supõe-se geralmente que o indivíduo escolha *a favor de* uma opção (programática ou clientelista) e não apenas *contra* uma opção. Não se descarta que o voto possa assumir simultaneamente ambos os sentidos, mas ele foi concebido para ser sobretudo um mediador do primeiro tipo de escolha e não do segundo. Quando o voto transmite rejeições antes de afiliações ele demonstra seus limites, pois, em vez de agregar interesses, acumula animosidades. Mas isso tem uma consequência significativa na construção da *accountability* prevista teoricamente, porque já não se trata de um mandato programático ou clientelista, mas sobretudo de um mandato identitário/ simbólico. O que acontece quando grupos cada vez mais numerosos de cidadãos têm sobretudo identidades negativas ou anti-*establishment* e traduzem essas identificações por meio do voto sistemático "contra" determinadas opções políticas sem conseguir articular agendas propositivas próprias? O que muda na teoria da *accountability*-representação quando a base do eleitorado é composta majoritariamente por indivíduos antipartidários?

A teoria da *accountability*-representação (Przeworski et al., 1999) – e sua aplicação a diferentes contextos, incluindo a América Latina (ver, por exemplo, Mainwaring e Welna, 2005) – partia do pressuposto de sistemas partidários medianamente institucionalizados ou em processo de institucionalização, ou seja, com indivíduos que possuem identidades partidárias positivas ou que as vão gestando eleição após eleição. Ou seja, essa teoria tem como base a premissa de democracias com cidadãos partidários, com indivíduos que simpatizam e aderem a partidos políticos. Mas quando os cidadãos partem de identidades partidárias negativas ou anti-*establishment* e votam de acordo com elas, os mandatos que eles transmitem mudam, assim como muda a responsabilidade dos eleitos e a representação política. Cada tipo de identidade partidária produz um tipo de mandato distinto.

Aqueles que têm uma identidade partidária negativa se caracterizam por votar sistematicamente contra um partido, movimento ou líder. Independentemente das promessas de campanha, esse tipo de indivíduo não apenas rejeita as ofertas programáticas ou clientelistas de um partido específico, como, acima de tudo, procura impedir o sucesso eleitoral do objeto de sua animosidade. Em algumas ocasiões, pode haver concordâncias programáticas, mas sobressaem outras razões afetivas, simbólicas ou

identitárias, de modo que essas coincidências não importam. Para atingir esse objetivo, portanto, se pode apoiar permanente ou esporadicamente uma organização política coerente com esses preceitos de rejeição, embora o apoio esporádico seja o mais provável. O eleitor que tem uma identidade partidária negativa não vota "a favor" de um candidato, mas "contra" outro. E o sentido dessa rejeição não é automaticamente programático, mas se entrelaça com outras razões e afetos. Portanto, o mandato concedido por meio do voto "anti" é simplesmente impedir que o rival chegue ao poder. Isso é suficiente, de modo que o voto não gera nenhum vínculo político estável de representação. Na verdade, o "mandato" é cumprido no próprio dia da eleição (quando o objeto da inimizade se perde) e antes mesmo que o "representante" assuma suas funções.

É possível que, de uma identidade negativa, se construa posteriormente uma positiva e, com isso, o mandato se torne convencional. Foi o caso dos seguidores de Jair Bolsonaro no Brasil, cuja figura política começou capitalizando o antipetismo (identidade negativa do Partido dos Trabalhadores) num contexto de crise de corrupção generalizada, mas depois acabou por articular valores conservadores e atitudes autoritárias, a ponto de ser possível se referir a um "bolsonarismo sem Bolsonaro", dada a proibição constitucional do ex-presidente brasileiro de continuar a concorrer eleitoralmente (Rennó, 2020). Embora não se trate de uma identidade partidária positiva consolidada, podemos estar diante de uma identidade emergente, já que depende da determinação para organizar e institucionalizar esse apoio e convertê-lo em uma identidade partidária em sentido estrito (e talvez a partir daí consolidar uma organização partidária estável). Se fizermos uma primeira revisão dos casos latino-americanos, é complicado converter uma identidade partidária negativa numa positiva. Existem exemplos relativamente bem-sucedidos tanto em nível já institucionalizado (o macrismo a partir do antikirchnerismo na Argentina) como emergente (o petrismo a partir do antiuribismo na Colômbia), mas acima de tudo podemos relatar casos de identidades partidárias negativas que permaneceram nessa condição por muito tempo, como o antifujimorismo no Peru. Para além da rejeição visceral, a transição de uma identidade negativa para uma positiva dependeria precisamente de se conseguir estabelecer elementos programáticos e de valores como agregadores da nova identidade positiva nascente.

No caso dos que têm uma identidade política anti-*establishment* – aqueles que se caracterizam por várias identidades partidárias negativas de

uma vez –, a manifestação de suas preferências se traduz principalmente na rejeição dos partidos tradicionais e/ou no poder. É muito difícil, portanto, se encontrar alguma opção que impeça que o partido "rival" chegue ao poder, caso o intuito real seja punir mais de um partido, isto é, o conjunto da oferta política. Assim, o endosso eleitoral dos anti-*establishment* só poderia repousar em alguma alternativa que procure destronar ("ou destruir") todos e cada um dos partidos do *establishment*, ou seja, alguma candidatura anti-*establishment* que proponha a renovação completa do sistema partidário, empregando, no melhor dos casos, a via democrática. Em contextos de pré-colapso partidário – Peru em 1990 com o surgimento de Alberto Fujimori; Venezuela em 1998 com o triunfo de Hugo Chávez; Itália na década de 1990 com a emergência de Silvio Berlusconi –, a evidência dessa identidade anti-*establishment* é notável. No entanto, casos recentes como o de Milei, na Argentina em 2023, demonstram que essas identidades não são exclusivas de contextos posteriores ao colapso do sistema partidário e, sim, que elas expressam realinhamentos políticos.

Desde a chegada dos primeiros *outsiders* ao poder (Fernando Collor de Melo no Brasil e Alberto Fujimori no Peru, no início dos anos 1990) até os mais recentes anticastas (Javier Milei na Argentina), figuras anti-*establishment* tem emergido com o objetivo de promover uma mudança geral no sistema e, em casos extremos, para destruir e refundar o sistema. No entanto, derrubar o sistema partidário como um todo não é tarefa fácil, pois ela depende de muitos outros fatores além da mera ação de um político emergente – e muitas vezes sem experiência política significativa. É por isso que, em alguns casos, os beneficiários do voto anti-*establishment* podem ganhar eleições, mas não necessariamente coabitar com as "castas" que não conseguem derrubar. O mandato que o eleitor concede a um candidato anti-*establishment* não tem data de validade, porque a derrubada pode ocorrer mais cedo ou mais tarde, ou ser uma tarefa inacabada. O político emergente beneficiário do "*Que se vayan todos*" [Fora todos] pode vender ao eleitorado a ideia de uma tarefa incompleta que justifica que ele seja apoiado para uma reeleição, como aconteceu com Alberto Fujimori no Peru e com Hugo Chávez na Venezuela, para dar dois exemplos, a esta altura, clássicos. Estamos, portanto, diante de casos que se tornam cada vez mais frequentes, mas cujas consequências na forma de entender a representação política ainda não foram estudadas em profundidade.

Quadro 1. Consequências do tipo de identidades políticas na *accountability* democrática

Identidade política	***Mandato***	***Duração do mandato em caso de eleição***
Partidária positiva	Implementar promessas programáticas e/ou clientelistas	Termina no final do governo (votação retrospectiva) com possibilidade de renovação
Partidária negativa	Impedir que o rival chegue ao poder	Termina (geralmente) no dia da eleição
Anti-*establishment*	Derrubar o sistema	Indeterminado
Apartidário	Sem mandato	Nenhum

Fonte: Elaboração própria.

É possível construir uma relação de representação-*accountability* com um mandato "negativo"? Quem tem identidades negativas não tende, na realidade, a se mobilizar por um mandato de governo (que tem caráter apenas eleitoral), enquanto quem tem uma identidade anti-*establishment* o faz por um mandato de caráter estrutural (fazer colapsar o sistema partidário). Quanto ao primeiro, o sucesso eleitoral de sua agenda faz com que o antipartidário ignore, ao menos inicialmente, a gestão de seu "representante", porque sua tarefa de evitar a vitória do rival já foi cumprida. A exceção é se houver a ameaça de que o partido ou o político objeto da animosidade do antipartidário chegue a cargos de poder, como pertencer à coalizão governista, por exemplo. Nesse caso, a relação de *accountability* poderia se estender enquanto esse perigo existir ou for percebido como tal. Mas, na realidade, esse tipo de voto não constrói qualquer vínculo político de representação a médio ou longo prazo, pois não articula interesses sociais duradouros e prejudica o próprio antipartidário, ao limitar a sua agenda de interesses a uma animosidade, que normalmente se manifesta como uma espécie de "cheque em branco" à autoridade eleita em questões programáticas. Isto se traduz num voto que pode aproveitar o momento (da derrota do rival), mas resulta numa vitória pírrica, pois o próprio antipartidário se desprende da sua agenda mais programática, mais substantiva. Quem vota com base em uma posição "anti" decide não ser representado em termos de programa de governo e renuncia à prerrogativa da prestação de contas em questões de fundo.

Aqueles que assumem identidades anti-*establishment* se mobilizam por um objetivo "revolucionário": a destruição da oferta partidária tal como ela se apresenta. Ao contrário do antipartidário, neste caso há um mandato estrutural, de longo prazo, definido em termos de objetivo – a destruição do sistema –, mas que, em muitos casos é incerto, especialmente em seus prazos. A sua concretização (ou não) tem forte componente simbólico – é bem difícil que os sistemas caiam completamente – e depende muito mais da narrativa do agente beneficiado do que de indicadores concretos. O líder anti-*establishment* pode fazer alianças com atores do *establishment* (sejam eles partidários, como Javier Milei com o Proposta Republicana (PRO) na Argentina, sejam eles institucionais, como Alberto Fujimori com os militares no Peru) e continuar com uma narrativa de destruição do *status quo* e de seus pilares. Na verdade, o líder anti-*establishment* pode vir do próprio *establishment*, lutar narrativamente contra ele e buscar a reeleição porque considera que sua tarefa de desmantelamento do *establishment* não foi cumprida (como é o caso de Jair Bolsonaro no Brasil). Do ponto de vista individual, entretanto, esses casos se concentram em cidadãos anti-*establishment* que cedem temporariamente seu voto a uma opção ou a outra sem se comprometer com o beneficiado, simplesmente sabotando qualquer tentativa dos agentes políticos de se estabelecer no poder, como é o caso do voto anti-*establishment* chileno nos processos fracassados da constituinte, votando tanto contra a proposta progressista do governo de Frente Amplio quanto contra a proposta opositora do Partido Republicano. Na verdade, o mandato anti-*establishment* é muito difícil de cumprir e, para fazê-lo simbolicamente, o agente precisa manter uma narrativa confrontacional, revivendo fantasmas e governando em um equilíbrio que mostre avanços na luta contra as elites, mas não o suficiente, de modo a continuar contando com o apoio popular nessa tarefa. Paradoxalmente, o líder anti-*establishment* precisa da resistência do *establishment* pelo máximo de tempo possível para não ser defenestrado na tentativa.

4. Consequências práticas do mandato antipartidário e anti-*establishment*

Os mandatos antipartidários e anti-*establishment* têm consequências graves para a manutenção de uma democracia pluralista, principalmente por três

razões. Em primeiro lugar, ambos os mandatos se baseiam em uma narrativa confrontacional que pode incentivar uma polarização perniciosa (McCoy e Somer, 2019) na construção de uma competição política entre dois grupos – aqueles que carregam uma identidade positiva e a sua contraparte negativa; os que defendem o *establishment* e os que querem destruí-lo –, é um "nós" contra "eles" que dicotomiza a arena política e estigmatiza o rival. A dinâmica política sob este tipo de dominó identitário tende a se concentrar no ataque e na degradação moral do rival, em vez de numa discussão de preferências programáticas. Nessa lógica, alguns sistemas democráticos desenvolveram inclusive "inimigografias" (Schedler, 2023), ou seja, sistemas eleitos sob normas democráticas, mas nos quais seus componentes partidários se reconhecem mutuamente como inimigos. Esse tipo de simplificação é subversivo para o estabelecimento de democracias nas quais se reconhece uma pluralidade de posições ideológicas, sociais e econômicas.

Em segundo lugar, as autoridades eleitas graças ao voto negativo – sobretudo as beneficiadas pelos antipartidários – não necessariamente recebem um apoio sustentado para o seu governo. Ganhar uma eleição, mesmo com 50 mais 1 % dos votos, não se traduz automaticamente em governabilidade. Como o mandato "anti" é efêmero, os eleitos tendem a não desfrutar de uma "lua de mel". O antipartidário tende a eleger um presidente sem mandato programático, sem expectativas de políticas públicas a cumprir quando eleito; o que, para alguns, daria a sensação de "tomar café frio", ou seja, de autoridades que não projetam expectativas de gestão aos cidadãos e, portanto, não sabem o que oferecer. Por exemplo, tanto Gabriel Borić no Chile como Gustavo Petro na Colômbia foram eleitos graças ao antipinochetismo (a candidatura de José Antonio Kast representava a direita chilena mais conservadora) e ao antiuribismo (a candidatura da coligação de direita era interpretada como *proxy* dos interesses do ex-presidente Álvaro Uribe), respectivamente. Embora Borić e Petro tenham obtido a maioria dos votos em suas respectivas eleições, suas listas de candidatos parlamentares (escolhidas meses antes da definição presidencial) não foram suficientemente favorecidas a ponto de se tornarem as aliadas legislativas necessárias para levar adiante as promessas do governo. Por sua vez, em muito pouco tempo no poder (menos de três meses), os níveis de popularidade desses governantes caíram para aproximadamente um terço do eleitorado, de modo que eles alcançaram uma desaprovação majoritária pouco depois de assumirem seus cargos. O voto antipartidário

elege presidentes sem os recursos políticos necessários (popularidade e bancada parlamentar) para garantir a governabilidade ao longo da duração dos governos correspondentes (às vezes, não garante nem mesmo o primeiro ano). As promessas programáticas dos presidentes eleitos graças aos "antis" dificilmente poderão ser cumpridas, o que aprofunda a apatia e deslegitima o ator político, que muito provavelmente não terá chances de ser reeleito. Em casos extremos, como no de Pedro Pablo Kuczynski no Peru – beneficiado pelo voto antifujimorista em 2016 –, os governantes nem mesmo conseguem terminar o seu mandato.

Em terceiro lugar, os interesses programáticos dos antipartidários e dos anti-*establishment* são ignorados sob a promessa de um "bem maior", ou seja, impedir que o rival chegue ao poder ou que destrua o sistema. Não devemos entender os antipartidários e os anti-*establishment* como desprovidos de preferências programáticas, estas apenas passam ao segundo plano porque eles têm outras prioridades. Mas esse "bem maior" na retórica está longe de ser um "bem público" na implementação de políticas públicas. Assim, o ato de votar não cumpre a função principal de agregar interesses para a construção de bens coletivos. Trata-se de mecanismos democráticos (os processos eleitorais) relegados a instrumentos de vingança política ou apatia generalizada, em vez de usados para a expressão de preferências programáticas ou clientelistas. A democracia, portanto, em vez de se converter naquele sistema que leva o benefício material a seus cidadãos, tem mais chances de se tornar uma simples consulta de desafetos. Se não cumpre sua promessa principal, a democracia acaba se deslegitimando estruturalmente.

O impacto da identidade negativa em nível individual, agregados resultados que lhe conferem a vitória eleitoral, seja a candidaturas "anti" de um partido específico, seja a todo o *establishment* estabelecido, gera consequências para o sistema político que enfraquecem o regime democrático. Como foi detalhado, contribui para o estabelecimento de uma polarização perniciosa, cria um apoio artificial ao governo ou coligação eleita que não se sustenta durante o período governamental e ignora os interesses programáticos dos eleitores impulsionados pela rejeição visceral. Essas consequências (inesperadas?) são dignas de nota porque não aparecem com tanta frequência no radar das políticas e recomendações de fortalecimento democrático. Quando se explicam os desafios que a democracia enfrenta como regime político, normalmente se concentra em variáveis exógenas a ela, como a desigualdade, a ausência de recursos econômicos, a hete-

rogeneidade étnica das sociedades, entre outras. Mas é difícil pensar em instrumentos próprios da democracia – como o voto – em circunstâncias que podem minar a legitimidade do próprio regime político. Quando as sociedades produzem indivíduos antipartidários ou anti-*establishment*, o voto como instrumento de seleção de ofertas e articulação de interesses encontra seus limites. Poderíamos até dizer que o seu sentido original de escolher entre opções é desfigurado para o de descartar entre opções.

Os portadores de identidades negativas (uma ou várias simultaneamente) são pessoas altamente politizadas – não são indiferentes às questões públicas –, mas carecem de apoios partidários a favor de partidos e de seus programas que consigam constituir uma ligação duradoura e estável. De forma imprevisível para a literatura especializada, essa politização pode alterar a dinâmica democrática da representação e da *accountability*, conforme explicado neste texto. Ao estudar as microfundamentações da democracia, a agenda pendente para a ciência política ainda é ampla e vasta, pois há muito a ser desvendado sobre o impacto das identidades políticas, principalmente as partidárias. Muito se escreveu sobre a dificuldade de uma democracia sem partidos, tanto em âmbito global como em casos específicos (ver Tanaka, 2005, para o caso peruano). As análises, porém, ficam no nível coletivo (partidário) sem prestar atenção suficiente à origem dos fenômenos correspondentes a partir do nível individual. Ao se estudar este último nível, privilegiou-se a dimensão positiva das identidades partidárias quando, na atualidade, grande parte da política democrática não passa por partidos (em nível coletivo) nem por cidadãos com simpatias partidárias (em nível individual). A discussão que proponho neste texto é um exercício para refletir sobre o funcionamento da democracia a partir dos indivíduos, mas também do impacto (ainda não estudado em detalhes) daqueles que participam do jogo democrático votando visceralmente.

5. Conclusões e agenda de pesquisa

A análise apresentada neste texto destaca o papel das identidades partidárias negativas como um fenômeno central para compreender a dinâmica política e democrática na América Latina. Esse tipo de identificação, definida pela rejeição a um partido, movimento ou líder, ganhou relevância

num contexto de enfraquecimento das identidades partidárias positivas e de crise de representação. Essa mudança transformou as estruturas tradicionais da governabilidade democrática, alterando a natureza do mandato conferido pelos cidadãos aos governantes e às formas de *accountability*. A seguir, destaco os quatro pontos importantes desta contribuição para o debate:

1. *Prevalência de identidades partidárias negativas*. Em sistemas políticos altamente voláteis e com baixo nível de institucionalização, como os da América Latina, as identidades negativas se sobrepõem às positivas. Esse fenômeno reflete não só um desencanto com os partidos tradicionais, mas também a fragmentação e a apatia política. Casos emblemáticos como o antifujimorismo no Peru, o antiperonismo na Argentina e o antibolsonarismo no Brasil exemplificam como essas identidades têm influenciado os resultados eleitorais.

2. *Impacto na governabilidade*. Os presidentes eleitos por meio de mandatos construídos principalmente por rejeições enfrentam falta de apoio sustentável para implementar suas agendas governamentais. Isso faz com que, em muitos casos, "tomem café frio" desde o início dos seus mandatos, como aconteceu com Gabriel Borić no Chile ou Gustavo Petro na Colômbia. A ausência de coalizões parlamentares sólidas e a rápida perda de popularidade dificultam a viabilidade dos seus governos.

3. Erosão da *accountability* democrática. A teoria clássica da *accountability*-representação, que vincula o mandato eleitoral à implementação de políticas públicas, é distorcida em contextos nos quais predominam identidades negativas. O mandato concedido se limita a impedir a chegada de um rival ao poder, o que gera uma desconexão entre as expectativas dos cidadãos e as ações dos governos eleitos.

4. *Polarização e enfraquecimento institucional.* As identidades negativas fomentam narrativas polarizantes, criando um cenário de competição política baseado no antagonismo entre "nós" e "eles". Isso enfraquece a capacidade dos sistemas democráticos de gerar consensos e abordar problemas estruturais, exacerbando a fragmentação social e política.

Embora este texto aborde de forma exaustiva as identidades partidárias negativas e o seu impacto na democracia, ainda há muitos temas por explorar que poderiam enriquecer a nossa compreensão do fenômeno. Um dos principais desafios está em compreender como essas identidades se formam e evoluem. Mesmo que se reconheça que a sua origem possa estar

ligada ao desencanto com os partidos tradicionais, ainda não se sabe em profundidade quais fatores específicos, sejam eles socioculturais, econômicos ou psicológicos, propiciam a adoção dessas identificações negativas. Nesse sentido, o papel dos meios de comunicação e das redes sociais surge como um fator potencialmente determinante, pois eles não só amplificam mensagens de antagonistas, como também moldam percepções sobre partidos e líderes.

Do mesmo modo, é necessário discernir entre cidadãos com identidades negativas e aqueles que são apartidários ou indiferentes. Embora ambos os grupos compartilhem a ausência de um vínculo positivo com partidos políticos, as motivações e comportamentos de cada um parecem responder a lógicas distintas. Enquanto as identidades negativas tendem a se mobilizar em torno da oposição a figuras ou a partidos concretos, os apartidários costumam se mostrar indiferentes à política e às dinâmicas de poder estabelecidas. Explorar essas diferenças permitiria compreender melhor como esses dois grupos influenciam de maneira diferenciada os processos eleitorais e a estabilidade democrática.

Além disso, não há dúvida de que é preciso responder à seguinte questão: como as lideranças partidárias reagem à observação do crescimento do eleitorado "anti"? Embora não seja novidade, essa questão não tem sido objeto de discussão no interior e entre os partidos porque não é compreendida como um fenômeno que afeta a legitimidade democrática. Não se trata apenas de recomendações de marketing político para atrair seguidores partidários, mas de uma preocupação estrutural que deveria ser abordada por entidades preocupadas com o fortalecimento da democracia.

Outra linha de pesquisa relevante se concentra no impacto das identidades negativas na representação e no funcionamento das democracias. Esse tipo de identificação política, ao não articular mandatos programáticos claros, introduz tensões nos sistemas democráticos que procuram equilibrar as expectativas dos cidadãos com a implementação de políticas públicas eficazes. É essencial analisar como os partidos políticos, especialmente os tradicionais, podem adaptar as suas estratégias para se reconectar com um eleitorado fragmentado e, em grande parte, desencantado. Esta análise deve considerar quais mecanismos institucionais poderiam ser concebidos para mitigar os efeitos desestabilizadores das identidades negativas na governabilidade e no fortalecimento do sistema democrático.

Da mesma forma, é fundamental avançar em estudos comparativos para identificar padrões comuns e diferenças significativas entre o surgimento de identidades negativas na América Latina e em outras regiões. Embora os sistemas políticos latino-americanos ofereçam um terreno fértil para observar o declínio dos partidos tradicionais e o surgimento de lideranças baseadas na rejeição, esses fenômenos não são exclusivos da região. Explorar como eles se manifestam em democracias consolidadas ou em sistemas híbridos poderia lançar luz sobre as condições estruturais que facilitam o surgimento de identidades negativas. Além disso, essa abordagem comparativa permitiria à ciência política latino-americana contribuir de forma mais significativa para o debate global sobre a crise de representação.

Por último, se propõe o desafio teórico e prático de explorar as possibilidades de transformar as identidades negativas em movimentos políticos construtivos. Embora existam casos pontuais em que essas identidades evoluíram para formas de identificação mais positivas, como o bolsonarismo no Brasil e o petrismo na Colômbia, esse fenômeno não é a regra e ainda é muito incipiente. A conversão de uma identidade baseada na rejeição visceral a uma estrutura política mais estável e programática requer condições específicas, incluindo lideranças fortes, narrativas estabilizadoras e, sobretudo, capacidade de organização que supere o antagonismo inicial. Examinar profundamente esses processos permitiria entender suas possibilidades e avaliar os limites estruturais que dificultam essa transição em contextos altamente voláteis.

Em conjunto, essas perguntas pendentes delineiam uma agenda de pesquisa ambiciosa, mas necessária, especialmente em um contexto em que as identidades partidárias negativas estão redefinindo as dinâmicas do poder na América Latina. Entender sua formação, diferenciação, impacto e possibilidades de transformação é chave para a análise acadêmica e para o desenho de estratégias que permitam fortalecer os sistemas democráticos diante dos desafios contemporâneos. A pesquisa nesse campo contribuirá não apenas para enriquecer a teoria política como também para oferecer ferramentas práticas para a construção de democracias mais resilientes e representativas.

A literatura especializada em ciência política, especialmente na América Latina, começou a explorar o fenômeno das identidades partidárias negativas, mas o assunto ainda requer uma abordagem mais sistemática e interdisciplinar. O estudo dessas identidades oferece uma oportunidade única para compreender os desafios contemporâneos da democracia, incluindo a

erosão da representação, a polarização e a indiferença dos cidadãos. Para avançar nessa agenda, é crucial integrar perspectivas metodológicas variadas, desde estudos qualitativos centrados em narrativas e discursos até abordagens quantitativas para medir a prevalência e o impacto das identidades negativas em diferentes contextos. Além disso, seria enriquecedor incorporar análises comparativas que destaquem as particularidades e os padrões recorrentes em diferentes sistemas políticos.

Em suma, as identidades partidárias negativas representam um prisma valioso para analisar as transformações políticas na América Latina e além. O aprofundamento dessa linha de pesquisa contribuirá para teorizar sobre as dinâmicas políticas atuais e para conceber estratégias que fortaleçam a qualidade democrática em contextos de alta volatilidade e fragmentação política.

Referências

Anderson, Cameron D.; McGregor, R. Michael & Stephenson, Laura B. (2022): "Us versus them: Do the rules of the game encourage negative partisanship?". *European Journal of Political Research*, vol. 61, n. 4, pp. 1.060-79.

Arendt, Hannah (1964): "Personal responsibility under dictatorship". In: Arendt, Hannah, *Responsibility and judgment*, pp. 17-48.

Bankert, Anika (2022): "The personality origins of positive and negative partisanship". *Politics and Governance*, vol. 10, n. 4, pp. 299-310.

Boonen, Joris (2019): "Learning who not to vote for: The role of parental socialization in the development of negative partisanship". *Electoral Studies*, vol. 59, pp. 109-19.

Campbell, Angus; Converse, Philip E.; Miller, Warren E. & Stokes, Donald E. (1966): *The American voter*. Nova York: Wiley.

Downs, Anthony (1957): "An economic theory of political action in a democracy". *Journal of Political Economy*, vol. 65, n. 2, pp. 135-50.

Greene, Steven (2004): "Social identity theory and party identification". *Social Science Quarterly*, vol. 85, n. 1, pp. 136-53.

Haime, Agustina & Cantú, Francisco (2022): "Negative partisanship in Latin America". *Latin American Politics and Society*, vol. 64, n. 1, pp. 72-92.

Kessler, Gabriel & Vommaro, Gabriel (2025): *La era del hartazgo: Líderes disruptivos, polarización y antipolítica en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Kitschelt, Herbert (2000): "Linkages between citizens and politicians in democratic polities". *Comparative Political Studies*, vol. 33, n. 6-7, pp. 845-79.

Luján, Diego & Cyr, Jennifer (2025): "Partidos políticos y mecanismos de vinculación en América Latina: tendencias, desafíos y respuestas". *Colombia Internacional*, vol. 122, pp. 3-30.

Luna, Juan Pablo & Altman, David (2011): "Uprooted but stable: Chilean parties and the concept of party system institutionalization". *Latin American Politics and Society*, vol. 53, n. 2, pp. 1-28.

Lupu, Noam (2015): "Partisanship in Latin America". In: Carlin, Ryan E.; Singer, Matthew M. & Zechmeister, Elizabeth J. (orgs.), *The Latin American voter: Pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Michigan: University of Michigan Press, pp. 226-45.

Mainwaring, Scott (2018): "Party system institutionalization in contemporary Latin America". In: Mainwaring, Scott (org.), *Party systems in Latin America: Institutionalization, decay, and collapse*, pp. 34-70.

Mainwaring, Scott & Welna, Christopher (orgs.) (2003): *Democratic accountability in Latin America*. Oxford: Oxford University Press.

McCoy, Jennifer & Somer, Murat (2019): "Toward a theory of pernicious polarization and how it harms democracies: Comparative evidence and possible remedies". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 681, n. 1, pp. 234-71.

Medeiros, Mike & Noël, Alain (2014): "The forgotten side of partisanship: Negative party identification in four Anglo-American democracies". *Comparative Political Studies*, vol. 47, n. 7, pp. 1022-46.

Meléndez, Carlos (2022): *The post-partisans: Anti-partisans, anti-establishment identifiers, and apartisans in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.

Meléndez, Carlos (2019): *El mal menor: vínculos políticos en el Perú posterior al colapso del sistema de partidos*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Meléndez, Carlos & Rovira Kaltwasser, Cristóbal (2023): "Negative partisanship towards the populist radical right and democratic resilience in Western Europe". In: Lührmann, Anna & Merkel, Wolfgang (orgs.), *Resilience of democracy*. Abingdon, UK: Routledge, pp. 81-101.

Meléndez, Carlos & Rovira Kaltwasser, Cristóbal (2019): "Political identities: The missing link in the study of populism". *Party Politics*, vol. 25, n. 4, pp. 520-33.

Przeworski, Adam; Stokes, Susan C. & Manin, Bernard (orgs.) (1999): *Democracy, accountability, and representation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rennó, Lucio R. (2020): "The Bolsonaro voter: Issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections". *Latin American Politics and Society*, vol. 62, n. 4, pp. 1-23.

Samuels, David J. & Zucco, Cesar (2018): *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: Voting behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.

Santos, Fabiano & Tanscheit, Talita (2019): "Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil". *Colombia Internacional*, vol. 99, pp. 151-86.

Schattschneider, E. E. (1942): *Party government: American government in action*. Abingdon, UK: Routledge.
Schedler, Andreas (2023): "Rethinking political polarization". *Political Science Quarterly*, vol. 138, n. 3, pp. 335-59.
Tanaka, Martín (2005): *Democracia sin partidos. Perú 2000-2005: los problemas de representación y las propuestas de reforma política*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
Vommaro, Gabriel (2019): "De la construcción partidaria al gobierno: PRO-Cambiemos y los límites del 'giro a la derecha' en Argentina". *Colombia Internacional*, vol. 99, pp. 91-120.

Capítulo 3

Os esforços de paz polarizadores da Colômbia

Andreas E. Feldmann[1]

Há muito tempo a Colômbia enfrenta intensos períodos de polarização política e social, enraizados em questões centrais de exclusão socioeconômica e distribuição de poder. Nos últimos dez anos, essa polarização se intensificou de novo, alimentada por visões conflitantes de como encerrar o longo e sangrento conflito armado interno que consome o país desde 1964. O Acordo de Paz de 2016 entre a administração do pre-

1 Agradeço a Tom Carothers e Andrew O'Donohue pela ajuda generosa e substancial na preparação deste texto. Sou também grato a Diana Guiza, Mónica Pachón, Gustavo Gallón, Román Ortiz, Felipe Botero, Carlo Nasi, Christoph Kleber, Helena Rodríguez, Nikolai Stieglitz, Matías Spector, Richard Youngs, Maria Koomen e aos demais participantes do *workshop* sobre polarização política organizado pelo Carnegie em Barcelona por suas sugestões e seus comentários. [Este texto foi publicado originalmente como o capítulo "Colombia's Polarizing Peace Efforts" no livro organizado por Tom Carothers e Andrew O'Donohue, *Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization* (Brookings Institution Press, 2019). A tradução do inglês de Alyne Azuma para este volume foi revisada pelo autor e sua inclusão neste livro foi autorizada pela Bloomsbury Publishing Inc. (N.E.)]

sidente Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), grupo guerrilheiro mais forte e emblemático da Colômbia, é o ponto focal dessa nova fase de polarização. Nas eleições presidenciais de 2018, as acentuadas divergências sobre o futuro do acordo de paz e seu suposto impacto no país resultaram no pleito mais polarizado das últimas décadas. O vencedor da eleição, Iván Duque, do partido de direita Centro Democrático, criticou abertamente o acordo e sugeriu que poderia fazer alterações substanciais nele, enquanto seu oponente no segundo turno, Gustavo Petro, do movimento esquerdista Colômbia Humana, apoiou fortemente a proposta.

A Colômbia é mais um exemplo de um fenômeno global crescente em que a polarização transforma as relações sociais e políticas em "duas facções hostis e intransigentes" (Somer e McCoy, 2018). Ao se concentrar nas questões de paz, no entanto, a polarização colombiana difere, dentro da América Latina, do padrão de populismo polarizador que surgiu nos anos 2000 em países como Bolívia, Equador, Honduras, Nicarágua e Venezuela (Handlin, 2018). Da mesma forma, a Colômbia também se distingue da experiência brasileira recente, caracterizada pela emergência do populismo de direita (ver Mignozzetti e Spektor, 2019).

Este artigo examina essa nova fase da polarização na Colômbia e argumenta que, embora constitua um fenômeno impulsionado pelas elites, a polarização tem se espalhado para a sociedade de modo geral por meio de vínculos de lealdade a facções políticas intransigentes. As raízes da polarização contemporânea da Colômbia remontam a uma longa história de violência política, primeiro entre campos políticos concorrentes e, posteriormente, entre grupos de guerrilha armada e o Estado colombiano apoiado por grupos paramilitares. No entanto, a polarização política sobre as negociações de paz foi intensificada nas últimas duas décadas e resulta, em grande parte, de divisões no nível das elites. Em especial, três aspectos do Acordo de Paz de 2016 – justiça para crimes pregressos, direito à participação política para ex-líderes guerrilheiros e reforma agrária – têm sido intensamente polarizadores. Quanto às principais consequências dessa polarização, a Colômbia conseguiu evitar a paralisia política, mas as crescentes tensões comprometeram as perspectivas de uma paz duradoura e contribuíram para um aumento nos já elevados níveis de violência e agitação social, além de minar a confiança no Judiciário como uma instituição independente. Embora o governo Santos, a Igreja Católica e grupos

da sociedade civil tenham lançado iniciativas destinadas a fomentar o diálogo e reverter a polarização, até o momento essas ações se mostraram inadequadas para resolver as causas subjacentes e a enorme dimensão do problema.

1. Raízes

A polarização tem sido uma característica trágica e poderosa da vida política da Colômbia desde a independência em 1810. Durante a maior parte do século XIX e no decorrer do século XX, dois partidos – Liberal e Conservador – dominaram a política do país. Eles surgiram como uma reação às divisões entre centralistas aliados a Simón Bolívar e federalistas alinhados a seu rival, Francisco de Paula Santander, durante os primeiros anos da nova república. No que concerne à origem e composição social, os dois partidos demonstravam apenas diferenças sutis: ambos representavam latifundiários, comerciantes e uma classe média de profissionais liberais em ascensão (Skidmore, Smith e Green, 2014). Segundo Safford, o Partido Conservador era levemente mais aristocrático e poderoso e representava a elite das principais cidades, incluindo Bogotá, Cartagena e Popayán, enquanto os Liberais eram mais fortes em zonas mais periféricas, em especial no leste do país (Safford, 1972). Em termos políticos, ambos eram partidos elitistas cujas diferenças mais visíveis eram o papel da igreja na política – os Liberais estavam mais inclinados a avançar para a separação entre Igreja e Estado. Quanto às visões econômicas, os Liberais eram mais abertos à integração da economia colombiana nos mercados mundiais (Bushnell, 1993). Apesar das origens semelhantes, a rivalidade acirrada alimentou os altos níveis de exclusão social e política, o que, juntamente com o aumento da desigualdade econômica, desencadeou ondas agudas e repetidas de violência entre os campos opostos (Bushnell, 1992). A incapacidade de resolver queixas socioeconômicas e políticas se tornou um grande obstáculo no processo de formação do Estado (Holmes e Amim-Gutierrez de Piñares, 2014; Kline, 1999; Feldmann, 2012).

Embora fosse uma ocorrência comum durante os estágios iniciais da independência em muitos países latino-americanos, na Colômbia, a violência entre conservadores e liberais assumiu uma forma particularmente

virulenta e durou muito mais tempo. Na era moderna, as tensões políticas culminaram em um período horrível de guerra civil, de 1948 a 1963, conhecido como "La Violencia", que resultou na morte de mais de 300 mil colombianos e no deslocamento de numerosas comunidades (Palacio, 1995). As elites liberais e conservadoras acabaram conseguindo dar fim a "La Violencia" por meio de uma fórmula consociativa conhecida como Frente Nacional, na qual concordaram em compartilhar o poder político (Hartlyn, 1989).

Embora tenha sido fundamental para reparar as relações entre Liberais e Conservadores, sua natureza excludente, em especial seu fracasso em incorporar setores populares (incluindo o campesinato e as classes médias e trabalhadoras urbanas em rápido crescimento), a Frente Nacional gerou outro eixo de polarização na sociedade já fraturada da Colômbia. Em 1964, em reação a essa exclusão, forças de autodefesa camponesas no centro do país criaram as FARC, enquanto setores urbanos, com apoio cubano, formaram o Exército de Libertação Nacional (ELN). Esses grupos se rebelaram contra o Estado central, acusando-o de desconsiderar suas demandas por justiça social, sobretudo pela redistribuição de terras. Essas insurgências esquerdistas provocaram uma forte reação do Estado central e, posteriormente, de grupos paramilitares que surgiram para reforçar os esforços de contrainsurgência do governo (Cubides, 2001). A existência de uma robusta indústria de drogas no país, que guerrilheiros e grupos paramilitares utilizaram para financiar suas atividades militares, exacerbou e prolongou o conflito (Pécaut, 2002).

As consequências sociopolíticas e econômicas dessa fase violenta têm sido devastadoras para a Colômbia. Segundo um estudo recente, 262 mil pessoas perderam a vida e até 7 milhões foram deslocadas à força de suas comunidades (Centro Nacional de Memoria Histórica, 2017). O impacto econômico da guerra também tem sido enorme. O Indepaz, um *think tank* colombiano, calcula que, entre 1964 e 2016, o custo do conflito atingiu entre 139 bilhões e 179 bilhões de dólares (Otero Prada, 2017). Além disso, o conflito teve efeitos danosos no tecido social do país, semeando a desconfiança em comunidades afligidas pela violência e um cinismo profundo em toda a sociedade. A Colômbia é, assim, um exemplo revelador de um país no qual a polarização e a violência estão interligadas e se reforçam mutuamente (Van Evera, 1994). Foi desse conflito duradouro e devastador que nasceu a atual fase de polarização.

2. Trajetória

A fase contemporânea de polarização na Colômbia pode remontar à administração do presidente Andrés Pastrana (1998–2002). À medida que, no final da década de 1990, o governo colombiano começou a agir para tentar firmar a paz com as FARC e outros grupos insurgentes, houve uma profunda divisão no país em relação a se e como buscar essa pacificação. Essa divisão se intensificou à medida que o processo mais recente com as FARC avançou e, em 2016, atingiu o auge com a realização de um referendo público sobre o acordo de paz (Segura e Mechoulan, 2017). Apesar dos elogios que o acordo recebeu no exterior pela inovação, pelo espírito construtivo e pela imparcialidade, o povo colombiano discute veementemente seu conteúdo e seus méritos.[2] Ainda que divisões ideológicas e baseadas em identidade tenham contribuído para a força da discórdia pública, as rivalidades de elite têm sido o principal impulsionador da polarização.

2.1. As negociações de San Vicente del Caguán

Sob o presidente Pastrana, negociações fracassadas (1999–2002) com as FARC transformaram o processo de paz em uma questão polarizada e emocionalmente carregada para os colombianos. O problema estava relacionado ao formato das conversas. Como um gesto de boa vontade para com as FARC, Pastrana concedeu ao grupo uma zona desmilitarizada de 42 mil quilômetros quadrados – uma área do tamanho da Suíça – no departamento sul de Caquetá. No entanto, o Estado e as FARC não conseguiram concordar sobre os termos de um cessar-fogo, de modo que as operações militares continuaram enquanto as conversas ocorriam. Durante os três anos de negociações, as FARC aproveitaram esse santuário para recrutar e treinar novos combatentes, desenvolver perícia militar e organizar ataques, incluindo atos de terrorismo como sequestros e atentados a bomba (Ortiz, 2002; Feldmann, 2018). As FARC também conseguiram estabelecer uma presença em grandes áreas metropolitanas, onde cometeram ataques

2 As negociações entre o governo Santos e as FARC giraram em torno de cinco pontos principais: reforma agrária integral, participação política, fim do conflito, tráfico de drogas e direitos das vítimas.

de muita visibilidade, em especial sequestros. À medida que as condições de segurança pioravam, a opinião pública se voltou contra as negociações de paz.

2.2. O efeito Uribe

O mandato do presidente Álvaro Uribe (2002–2010), cuja eleição em 2002 esteve diretamente conectada ao fracasso do processo já mencionado, se tornou outro período definidor para a Colômbia. Sua persona e suas políticas contribuíram enormemente para o aprofundamento da polarização política no país. Um político astuto, Uribe identificou a frustração do eleitorado com o processo de paz e o anseio por segurança, e sua campanha prometeu enfrentar as FARC de frente para restaurar a segurança e o Estado de direito. Embora fosse um membro de longa data do Partido Liberal, Uribe concorreu em 2002 como candidato independente e como um *outsider* que desafiaria o poderoso *establishment* dominado por famílias poderosas de Bogotá que governavam o país quase ininterruptamente desde a independência. Ele representava os interesses dos poderosos setores latifundiários e industriais de Antioquia, uma importante província localizada no noroeste do país que, historicamente, competia com a capital. Depois da sua eleição, Uribe rompeu com o Partido Liberal para criar a própria legenda, o Partido Social de Unidade Nacional, composto por uma mistura de conservadores de direita, desertores do liberalismo e uma coalizão de forças regionais (Pachón, 2010).

Sentindo-se cada vez mais sitiado pelo ataque simultâneo de guerrilheiros e paramilitares, Uribe decidiu implementar a chamada Política de Segurança Democrática (Política de Seguridad Democrática, ou PSD) (Presidencia de la República Colombia, 2003). A PSD tentou lidar com a crítica situação da segurança aumentando o número e a capacidade das tropas e unidades policiais e implantando forças de segurança de forma mais incisiva. A pressão do *establishment* de segurança, em particular das Forças Armadas, com seu interesse institucional investido em uma solução militar para o conflito, reforçou a dedicação de Uribe à PSD (Richani, 2013). Ao mesmo tempo, os Estados Unidos financiaram uma iniciativa multifacetada de assistência à contrainsurgência, conhecida como Plano Colômbia,

que reforçou a PSD. Embora o Plano Colômbia tenha começado durante a administração Pastrana, a iniciativa entrou em pleno vigor sob o presidente Uribe (Ramírez, 2004; Rosen 2014). A administração justificou a política alegando que a militarização era a única resposta à insegurança e que o fortalecimento militar era crucial não apenas para apoiar o Estado de direito, mas também para promover o desenvolvimento econômico e social.

As políticas de Uribe alcançaram resultados importantes no campo da segurança. As FARC sofreram duros golpes nas mãos das forças de segurança, incluindo a captura ou morte de oficiais de alto e médio escalão e a perda de áreas estratégicas (Holmes e Amim-Gutierrez de Piñares, 2014). Na sequência de uma ofensiva militar das forças de segurança, entre 2002 e 2010, a força de combate das FARC foi de 16 mil para aproximadamente de 7 mil a 8 mil combatentes depois de derrotas militares e deserção em massa (Llorente e McDermott, 2014). O panorama de segurança também melhorou como resultado das negociações de paz com as Autodefesas Unidas da Colômbia (Autodefensas Unidas de Colômbia, ou AUC), uma confederação de grupos paramilitares de base regional. Grande parte das tropas das AUC se desmobilizou, e centenas de líderes de médio escalão foram presos, enquanto 14 comandantes da cúpula foram extraditados para os Estados Unidos depois de se recusarem a honrar seus compromissos sob o acordo de paz (Nussio, 2011). O enfraquecimento dos grupos guerrilheiros e paramilitares ajudou a diminuir a violência e a reduzir (temporariamente) o cultivo e a produção de drogas.[3] Melhores condições de segurança e um ambiente mais favorável aos negócios também serviram de impulso à economia colombiana, aumentando o investimento e o emprego.

Apesar dos aspectos positivos, o mandato de Uribe foi extremamente controverso. Valendo-se de sua maioria no Congresso e legitimado por altos índices de aprovação, Uribe modificou a constituição para permitir sua reeleição em 2006. Seu governo também foi manchado por uma infinidade de escândalos, incluindo o uso dos serviços de inteligência para espionar membros da oposição, ligações entre grupos paramilitares e aliados de Uribe no Congresso, e um aumento considerável dos abusos de direitos humanos perpetrados pelas forças de segurança (incluindo tortura, desa-

3 A taxa anual de homicídios caiu de 25.681 em 2002 para 17.459 em 2010. Ver: Banco Mundial. International Homicides. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/VC.IHR.PSRC.P5?locations=CO. Acesso em: 12 jan. 2026; Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. "Colombia Coca Cultivation Survey". 2013. Disponível em: www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Colombia/Colombia_Coca_Cultivation_Survey_2012_web.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

parecimentos e execuções extrajudiciais). O processo de paz com as AUC também provou ser polêmico, uma vez que foi visto por algumas pessoas como excessivamente leniente com os paramilitares (Human Rights Watch, 2010). O estilo de liderança agressivo e o discurso político maniqueísta de Uribe prejudicaram ainda mais as instituições democráticas da Colômbia. Em 2018, a Suprema Corte colombiana colocou Uribe sob investigação por supostamente fazer declarações falsas e manipular testemunhas.

Embora sem dúvida tenha sido o político mais influente e popular na Colômbia moderna – Uribe deixou o cargo com 75 por cento de aprovação – ele é, possivelmente, a figura política mais polarizadora desde o ex-presidente Turbay Ayala (1978–1982), cujo governo controverso foi caracterizado por altos níveis de repressão (Feldmann e Hinojosa, 2009; Feldmann, 2024). O amplo apelo de Uribe, seu estilo direto e sua conexão com os colombianos comuns lhe renderam uma grande base de apoiadores leais e fervorosos. No entanto, suas táticas políticas implacáveis resultaram em um número significativo de detratores irredutíveis. Críticos não apenas apontam as tendências autoritárias de Uribe, o desrespeito pelos pesos e contrapesos institucionais e o histórico comprometedor em relação aos direitos humanos, mas também ficaram consternados com seus supostos vínculos com grupos paramilitares extralegais (Nasi e Hurtado, 2018). Mais importante ainda, sua postura intransigente para lidar com os problemas complexos do país minou o diálogo político (Plataforma Colombiana de Derechos Humanos, 2003). Sua retórica militarista, que injetou na opinião pública colombiana a ideia de que a vitória militar total sobre as FARC estava no horizonte, foi especialmente relevante (Llorente e McDermott, 2014).

2.3. A guinada do presidente Santos

Um terceiro momento crítico na recente polarização da Colômbia foi a decisão do presidente Juan Manuel Santos (2010–2018) de iniciar negociações de paz com as FARC em 2012. Como ministro da Defesa durante o segundo mandato de Uribe, ele desempenhou um papel importante na execução da PSD. Santos chegou à presidência concorrendo como herdeiro político de Uribe e com uma campanha que prometia a continuação da segurança democrática. A ascensão de Santos ao poder se deveu em grande

parte à sua associação com o ex-presidente. Como resultado, o anúncio de que ele daria início a negociações de paz com as FARC pegou todos de surpresa e causou uma ruptura na coalizão de centro-direita criada durante os anos Uribe.

Essa reviravolta de Santos gerou uma cisão profunda dentro da elite colombiana entre aqueles leais a Uribe e aqueles leais a Santos. Uribe e seus seguidores viram a decisão de iniciar negociações com o grupo insurgente como uma traição por parte de Santos. A hostilidade aumentou ainda mais porque, em sua tentativa de se mover em direção ao centro político, Santos deliberadamente marginalizou Uribe e seus aliados nas negociações com as FARC. Como um reflexo do afastamento de ambos, em 2013 Uribe formou um novo partido, o Centro Democrático, e se tornou o líder da oposição. A animosidade entre os dois campos chegou a um ponto de ebulição durante a campanha de reeleição do presidente Santos em 2014. Em um segundo turno carregado, Santos confrontou Óscar Iván Zuluaga, um ex-ministro das finanças de Uribe que representava o Centro Democrático (Nasi e Hurtado, 2018).

O referendo sobre o acordo de paz com as FARC, realizado em outubro de 2016, foi outro marco na polarização política da Colômbia. O governo Santos decidiu organizá-lo para conferir legitimidade ao processo. Para surpresa de muitos, os colombianos rejeitaram o acordo por meio ponto percentual.[4] As razões por trás dessa rejeição são complexas. Apesar de uma campanha inteligente pelo campo do "Não" (liderado pelo ex-presidente Uribe), que transformou o voto em um referendo sobre a administração Santos, os resultados mostraram que os colombianos se mantiveram divididos sobre o assunto. Áreas rurais e mais pobres, especialmente comunidades com alta presença de forças das FARC e outras partes armadas, votaram a favor do acordo. Áreas urbanas e economicamente mais avançadas deram menos apoio ao acordo, em especial em regiões centrais e ocidentais, como Antioquia (Arjona, 2016).

Houve uma escalada nas recriminações e na hostilidade porque, depois de uma surpreendente derrota eleitoral no referendo, a administração Santos perseverou com o objetivo de finalizar o acordo. Para esse fim, reuniu os principais pontos apresentados pela oposição – totalizando 455 questões concretas – e incluiu a maioria deles em uma nova rodada de ne-

4 O comparecimento no referendo foi de apenas 37%, igualando o das eleições nacionais colombianas no passado recente.

gociações com as FARC. Contrariando as expectativas, em poucas semanas um novo acordo foi forjado e, contando com sua maioria no Congresso, Santos obteve sua aprovação em uma sessão de votação especial, apesar das objeções veementes do Centro Democrático (Segura e Mechoulan, 2017).

A oposição afirmou que o novo acordo era falho e que o governo Santos não incorporou com boa-fé suas reservas. Alguns setores da esquerda também manifestaram críticas ao acordo modificado, em particular às mudanças de última hora do governo que permitiam que oficiais militares acusados de crimes graves evitassem processos judiciais. Ainda que, de modo geral, seja aceito que as modificações introduzidas no acordo final foram uma melhoria, a oposição ao pacto continuou a crescer (Feldmann, 2017; Johnson, 2017). "Não percebi que a pós-verdade, que a propaganda contra o processo (de paz) era muito mais poderosa e muito mais eficaz do que eu imaginava… E quando percebi, era tarde demais", Santos admitiu com pesar em uma entrevista recente.[5]

A natureza da polarização na Colômbia, impulsionada pelas elites, é ilustrada pelo desentendimento entre figuras políticas de peso e os ex-aliados Uribe e Santos, que envolveu intriga e drama de natureza verdadeiramente shakespeariana. Os colombianos que apoiam cada campo estão, até certo ponto, divididos por clivagens ideológicas e socioeconômicas: conservadores mais afluentes, em especial elites regionais, assim como setores populares especificamente em áreas rurais, tendem a apoiar Uribe e seu legado político. Em contrapartida, setores da esquerda, tanto afluentes quanto mais populares, apoiaram as tentativas de Santos de chegar a um acordo negociado com as FARC.[6] Apesar dessas diferenças, a rivalidade entre esses campos decorre principalmente de lealdades inabaláveis a homens fortes (caudilhos) que representam a elite política e econômica do país. Essa tem sido uma constante em um país onde tendências notoriamente personalistas caracterizaram a política e as animosidades pessoais dos líderes políticos foram transferidas para a população. Sem dúvida foi o que aconteceu durante os anos sombrios de "La Violencia", quando facções cometeram atrocidades em nome dos valores liberais e conservadores defendidos por seus patronos (Saford e Palacio, 2002). Esse padrão, embora

5 "Damned Is the Peacemaker". *The Economist*, 28 jul. 2018. Disponível em: www.economist.com/the-americas/2018/07/28/history-will-judge-colombias-outgoing-president-kindly. Acesso 12 jan. 2026.

6 A Colômbia é um país relativamente homogêneo. A maior parte da população tem origem mestiça. Os indígenas representam 3,4%, e os negros, 10,3% da população. A esmagadora maioria da população é católica. Ver: Skidmore; Smith e Green, 2014, p. 193.

sob um disfarce diferente, parece se repetir hoje: a maioria dos colombianos deseja paz e segurança, mas está veementemente dividida em seu apoio a diferentes facções da elite política que defendem fórmulas distintas para alcançar objetivos fundamentalmente semelhantes.

2.4. As eleições nacionais de 2018

As eleições nacionais de 2018 representaram o avanço mais recente do insidioso processo de polarização que toma conta da Colômbia. Desiludidos com a administração Santos, na esteira dos escândalos de corrupção e do desempenho econômico insatisfatório – parcialmente impulsionado pelo fim do *boom* das *commodities* –, e inflamados pelas discussões sobre o processo de paz com as FARC, os colombianos abandonaram os partidos centristas. No primeiro turno da eleição presidencial, Iván Duque e Gustavo Petro, representando os extremos do espectro político, derrotaram rivais moderados, incluindo Sergio Fajardo, ex-prefeito de Medellín, e Humberto de la Calle, o ex-negociador-chefe do processo de paz de 2016.[1] Ao votar em Duque e Petro, os colombianos endossaram visões de mundo marcadamente opostas.

Um ex-comandante guerrilheiro esquerdista que se tornou prefeito de Bogotá e senador, Gustavo Petro representava uma esquerda moderna, urbana e progressista, defendendo mudanças estruturais na sociedade e vendo o Estado como o principal veículo para fazer essa transformação. Petro era um defensor convicto do acordo de paz, embora criticasse o governo centrista do presidente Santos. Gerações jovens e urbanas que ansiavam por mudanças e apoiavam esforços para que se chegasse a uma solução negociada para o conflito armado interno apoiaram a campanha de Petro. Comunidades rurais, especialmente na costa do Pacífico, na região amazônica e em partes da costa atlântica, também apoiaram sua candidatura. A maioria dos apoiadores de Petro consideravam o acordo de paz um ponto de inflexão, um momento de refundação para o país. Partidos

1 Duque obteve 39%, e Petro, 25% dos votos. Fajardo ficou em terceiro lugar, com 23%, e de la Calle com 2%. Germán Vargas Lleras, considerado um representante convicto do Partido Conservador, obteve 7%. Ver: Villadiego Mogollón, 2018.

de esquerda, o partido verde e membros da coalizão centrista que haviam votado em Fajardo no primeiro turno apoiaram Petro.

Iván Duque, por outro lado, representava uma ampla coalizão de conservadores pró-mercado próximos ao ex-presidente Álvaro Uribe. Candidato do Centro Democrático, Duque foi apoiado pelos partidos conservadores e pela maioria dos liberais, além do Cambio Radical, um pequeno partido liderado pelo conservador dissidente Germán Vargas Lleras. Duque tinha um apelo generalizado entre os eleitores de classe média e alta, bem como entre setores populares mais conservadores, como os evangélicos. Ele venceu em 24 dos 32 departamentos da Colômbia, recebendo um apoio especialmente forte no chamado Eixo Cafeeiro (Eje Cafetero), nas planícies orientais e nos departamentos colombianos centrais, incluindo Antioquia.[2] Seu campo considerava o acordo de paz com as FARC um passo perigoso que minava a ordem socioeconômica e política existente na Colômbia. Duque e seus aliados rejeitaram o que eles consideraram os "valores liberais" por trás do acordo de paz. Esse campo também estava preocupado com a influência cubana e sobretudo venezuelana nas negociações e, com consequências ainda maiores, com os laços do regime de Maduro com grupos insurgentes, uma acusação negada veementemente por Caracas.[3] Duque com frequência atacava Petro, chamando-o de "peão" do regime venezuelano, o que o levou a acusar Duque de usar táticas sujas e enganosas (Arboleda, 2018).

3. Discórdia sobre o acordo

Por que o Acordo de Paz de 2016 dividiu tanto os colombianos? Três pontos principais dividem o público: justiça pós-conflito, participação política para ex-líderes da guerrilha e reforma agrária nas áreas rurais. Essas questões têm forte carga emocional para muitos colombianos e, especificamente no caso da reforma agrária, trazem à tona diferenças ideológicas

2 Unidad Investigativa. "El Centro Democrático ganó en 24 de los 32 departamentos y 19 capitales". *El Tiempo*, 17 jun. 2018. Disponível em: www.eltiempo.com/elecciones-colombia-2018/presidenciales/analisis-de-la-segunda-vuelta-por-regiones-y-capitales-231930. Acesso em: 12 jan. 2026.

3 Colombia Rejects Venezuela as a Guarantor of Peace Negotiations with ELN Rebels. *Reuters*, 29 set. 2018. Disponível em: www.reuters.com/article/us-colombia-rebels-venezuela/colombia-rejects-venezuela-as-guarantor-of-peace-talks-with-eln-rebels-idUSKCN1M72H0. Acesso em: 12 jan. 2026.

significativas entre campos opostos. No entanto, como a seção anterior mostrou, as rivalidades da elite desempenharam um papel crucial na ampliação dessas divisões.

3.1. Justiça pós-conflito

Discordâncias sobre como lidar com a espinhosa questão da justiça pós-conflito causaram um forte atrito na sociedade colombiana. Baseado em um modelo de justiça transicional, o acordo tenta encontrar um equilíbrio entre paz e justiça que busca esta última na maior medida possível. O acordo estabeleceu um mecanismo de justiça transicional conhecido como Jurisdição Especial para a Paz (Jurisdicción Especial Para la Paz, ou JEP). José Miguel Vivanco, diretor da Human Rights Watch para as Américas, descreve a JEP como um "sistema de regras de 'justiça transicional' lenientes" (Vivanco, 2018).[4] Como parte do acordo, os membros de base das FARC serão perdoados, enquanto os líderes terão que comparecer a um tribunal e confessar seus supostos crimes em troca de clemência.[5] Funcionários do Estado, incluindo governadores, prefeitos, membros do Congresso e civis, também podem ser chamados a depor perante a JEP.

Como costuma acontecer em cenários pós-conflito, a violência endureceu as opiniões dos colombianos, das vítimas e de seus familiares em particular. No decorrer do conflito, todos os atores envolvidos (guerrilheiros, grupos paramilitares e o Estado) cometeram abusos sistemáticos e generalizados de direitos humanos, incluindo massacres, sequestros, desaparecimentos, execuções, bombardeios, recrutamento forçado de menores e deslocamento populacional (Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas, 2015). As tentativas furtivas das partes de esconder seus abusos e sua relutância em demonstrar remorso por seus atos semearam um pro-

4 O retrato da JEP feito por Vivanco não é compartilhado pela maioria das organizações não governamentais de direitos humanos colombianas, que não a consideram excessivamente tolerante.

5 O acordo concedeu anistia a 7.405 guerrilheiros, incluindo 1.405 que foram libertados da prisão. Ver: Colombia Approves Amnesty Agreed in FARC Peace Deal. *BBC World*, 28 dez. 2016. Disponível em: www.bbc.com/news/world-latin-america-38455493. Acesso em 12 jan. 2026. Os considerados culpados receberão penas que variam de dois a oito anos de restrição de liberdade, mas não de prisão. Aqueles que se recusarem a confessar não vão gozar desse benefício. Ver: República de Colombia, 2016.

fundo sentimento de desconfiança na população.[6] Esse contexto criou um terreno fértil para as sementes da crescente polarização.

A percepção de leniência do processo de paz em relação às lideranças das FARC desencadeou uma grande reação negativa. A maioria dos colombianos se ressente profundamente do grupo. Em uma pesquisa recente, 58 por cento dos colombianos acreditavam que as FARC eram as principais responsáveis pela violência no país (32 por cento atribuíam a responsabilidade aos paramilitares e 7 por cento ao Estado). Míseros 6,2 por cento indicaram confiar nas FARC. Curiosamente, embora 67 por cento dos colombianos fossem a favor de uma solução negociada para o conflito, apenas 41 por cento eram a favor de negociar com as FARC (Galvis, 2016). Não é surpreendente, então, que o tratamento especial dispensado aos líderes do grupo incomode muita gente.

Na opinião dos detratores do acordo, os termos para que a justiça fosse feita com os membros das FARC abrem um precedente perigoso que possibilita a impunidade para os crimes mais graves. A JEP teve um período de implementação lento e conturbado, causado por sua própria natureza como um mecanismo paralelo complexo para administrar a justiça, o que requer a seleção e o treinamento de pessoal, incluindo juízes, advogados e administradores públicos. Essa lentidão potencializou ainda mais a percepção de que não há vontade política para fazer justiça e de que o governo está atrasando intencionalmente o processo porque reluta em investigar (quanto mais processar) os supostos perpetradores. Inversamente, aqueles a favor do acordo dizem que a JEP precisa de tempo para funcionar e que algum grau de leniência é um preço pequeno a se pagar, caso o objetivo final seja a desmobilização das FARC (Johnson, 2017).

Embora a questão da justiça tenha sido uma fonte de discórdia nas negociações de paz anteriores, as posições dos colombianos sobre qualquer acordo específico tendem a refletir sua lealdade a líderes particulares, em vez de sua ideologia política. A desmobilização das AUC em 2005, durante a administração Uribe, causou divergências igualmente apaixonadas. No entanto, os apoiadores de direita de Uribe, que agora reclamam dos termos

6 Um exemplo é o famoso escândalo dos "Falsos Positivos" (Falsos Positivos). Durante a administração Uribe, forças de segurança executaram jovens de áreas periféricas e os apresentaram como guerrilheiros para reivindicar recompensas e divulgar o sucesso da PSD. A revelação desse escândalo manchou muito o mandato do presidente Uribe e destruiu a confiança pública nas Forças Armadas colombianas. Ver: Human Rights Watch, 2016b. Além de alguns pedidos de desculpas mornos e promessas de "nunca mais" repetir essas ações ilegais, as FARC – e outras partes – não foram capazes de reconhecer sinceramente sua responsabilidade e se arrepender de suas ações.

do atual acordo com as FARC,[7] defenderam mecanismos semelhantes durante a desmobilização das AUC. Em uma demonstração de inconsistência semelhante, setores de esquerda que agora são a favor da leniência para com os membros das FARC foram extremamente críticos aos termos do acordo de paz com as AUC. Associações de vítimas e algumas organizações de direitos humanos expressaram sua crítica a essa situação com dois pesos e duas medidas.[8]

3.2. Participação política

Um segundo aspecto polarizador do acordo envolve a participação política das FARC na democracia da Colômbia. Reconhecendo que um déficit democrático e a falta de caminhos para a participação política estavam na raiz do conflito, o acordo dedicou uma seção inteira à participação política e à reforma democrática. Ele afirma explicitamente que o fortalecimento da democracia colombiana é fundamental para alcançar uma paz duradoura. Um elemento crucial é a promessa de promover a participação de organizações sociais anteriormente marginalizadas para construir um sistema mais representativo. De acordo com esse espírito, as FARC concordaram em se desmobilizar e fazer a transição para se tornar um partido político – para esse fim, em 2017, o grupo mudou seu nome para Força Alternativa Revolucionária do Comum. O Estado, por sua vez, garantiu às FARC representação especial por um período de transição, alocando ao grupo 5 dos 172 assentos na Câmara Baixa e 5 dos 108 assentos no Senado (República de Colombia, 2016).

Detratores afirmam que um grupo que defendeu a violência e atacou instituições representativas democráticas não deveria ter permissão para participar do sistema. Muitas pessoas, mesmo aquelas que, em princípio, favorecem a participação do grupo na política, parecem revoltadas em permitir que as FARC participem da política antes do início das audiências da

7 Essa posição foi apoiada pela senadora Paloma Valencia, do Centro Democrático de Uribe, nas eleições presidenciais de 2026. Ela chegou a ter uma ligeira vantagem eleitoral sobre o candidato de centro-esquerda Iván Cepeda, que representava a continuidade do governo do presidente Gustavo Petro. Abelardo Espriella, uma alternativa de direita mais radical e populista, foi o candidato eleito.

8 José Miguel Vivanco, diretor da Divisão das Américas da Human Rights Watch, criticou o acordo e alertou contra os perigos da impunidade em carta aberta ao presidente Santos. Vivanco também foi um opositor ferrenho do acordo anterior com as AUC. Ver: Human Rights Watch, 2016a.

JEP. Elas alegam, razoavelmente, que isso representa o risco de que pessoas que cometeram crimes graves possam se tornar autoridades eleitas. Refletindo a impopularidade do grupo, os resultados das eleições para o Congresso de março de 2018 foram desastrosos para as FARC: o grupo obteve apenas 53 mil votos na eleição para o Senado, 0,34 por cento do total. O desempenho do candidato presidencial do grupo, Rodrigo Londoño, não estava muito melhor quando ele desistiu do primeiro turno das eleições presidenciais por motivos de saúde.[9]

3.3. Reforma agrária

Por fim, o plano do acordo de paz para abordar a distribuição desigual de terras e promover o desenvolvimento rural tem sido controverso.[10] Uma parte estridente da oposição ao acordo vem de poderosas elites provinciais representadas pelo Centro Democrático e outros partidos de direita que podem perder muito com as reformas propostas pelo acordo. Esse grupo está alarmado com a perspectiva de ser forçado a ceder áreas de suas propriedades como parte de esquemas de redistribuição de terras. Eles também se preocupam com uma tributação mais alta e, de modo mais geral, se opõem aos esforços para aumentar a presença do Estado nas áreas rurais, o que pode prejudicar o poder que exercem em alguns municípios remotos. As divisões sobre esse ponto refletem discrepâncias mais profundas e contrastantes sobre o modelo econômico mais desejável para a Colômbia e, concomitantemente, o papel que o Estado deve desempenhar no desenvolvimento futuro do país.

Os colombianos estão divididos entre os que defendem firmemente os direitos de propriedade e os que, embora sejam a favor da propriedade privada, acreditam que esses direitos devem cumprir uma função social. A influente e poderosa elite econômica da Colômbia é a favor do *status quo* socioeconômico, baseado em uma economia de livre mercado. Membros da

9 The Contenders to Succeed Colombia's Peacemaking President. *The Economist*, 15 mar. 2018. Disponível em: www.economist.com/the-americas/2018/03/15/the-contenders-to-succeed-colombias-peacemaking-president. Acesso em: 12 jan. 2026.

10 A justificativa para a redistribuição de terras é o conflito armado ter fomentado a apropriação sistemática de terras em toda a Colômbia rural. Ver: Gutiérrez Sanin e Vargas Reina, 2016, pp. I-VI. As elites provinciais de hoje são as principais beneficiárias dessas apropriações de terras, que também geraram deslocamento massivo da população no país. Ver: Engel e Ibáñez, 2007, pp. 335-50.

elite tradicional associada às indústrias de serviços e manufatura, bem como profissionais liberais de classe média, compõem esse grupo. Elites provinciais poderosas com vínculos com a terra e o setor agrícola – muitas das quais prosperaram apesar de um contexto geral de conflito armado – também são a favor de manter as coisas como estão.[11] O campo oposto defende mudanças estruturais para lidar com a desigualdade socioeconômica e a falta de inclusão, que, na sua visão, são as principais causas da violência no país. Esse setor inclui grupos bastante distintos que vão de elites moderadas pró-livre mercado, acadêmicos e intelectuais, e setores da classe média, até partidos de esquerda, sindicalistas, ecologistas, camponeses, a classe trabalhadora e ativistas da sociedade civil que são mais críticos ao livre mercado.

O governo Santos tentou encontrar um equilíbrio entre essas posições opostas defendendo reformas estruturais na posse da terra, enquanto garantia um ambiente favorável para o influente setor agroindustrial do país. Em um movimento curioso, no entanto, o governo Santos aprovou uma lei agrária que contém vários elementos controversos que, segundo os críticos, vão contra o espírito dos acordos e tornarão impossível introduzir reformas. Tendo como pano de fundo as reivindicações de milhares de camponeses despossuídos, o governo decidiu permitir que corporações agroindustriais tivessem acesso a lotes vazios de terras estatais destinadas à redistribuição. Esse movimento reforçou a percepção entre alguns setores progressistas de que o governo se comprometeu com os grupos poderosos que se opõem ao acordo, a fim de bloquear uma grande reforma agrária (Feldmann, 2017).

4. Consequências

A fase atual de polarização tem tido um grande impacto na política e na sociedade colombianas. Ao contrário do que se poderia esperar, especialmente em um sistema presidencialista como o da Colômbia, a polarização até agora não teve um efeito paralisante no funcionamento do governo. Apesar da retórica dura e dos constantes confrontos entre diferentes cam-

11 Algumas elites rurais recentes formaram consórcios com ligações a organizações armadas obscuras, particularmente grupos paramilitares. A indústria de óleo de palma é um exemplo. Ver: Gómez; Sánchez Ayala e Vargas, 2015, pp. 255-74.

pos políticos, os presidentes encontraram maneiras de aprovar legislações. Durante a administração Santos, por exemplo, a colaboração em vários projetos de lei surgiu em termos estritamente pragmáticos.[12] Valendo-se de poderes executivos substanciais e da capacidade de desembolsar recursos, o presidente colombiano detém ferramentas importantes para garantir maiorias para aprovar legislações (Botero, Hoskin e Pachón, 2010). As facções políticas da Colômbia também encontraram um terreno comum no contexto de acusações de que alguns de seus líderes receberam propinas da Odebrecht. Essas acusações aumentaram a pressão sobre os partidos para concordar em aprovar legislação anticorrupção como forma de restaurar a fé pública no governo.

A polarização, porém, tem quatro efeitos poderosos e perniciosos nas instituições políticas e na sociedade da Colômbia. O primeiro, e mais consequente, está arruinando as perspectivas de uma paz duradoura no país. Como explicado anteriormente, objeções a um acordo com as FARC alimentaram a polarização. Em um grau significativo, essa rejeição é alimentada por uma narrativa de que as FARC poderiam ter sido derrotadas por meios militares e que o acordo não apenas recompensa injustamente o grupo, como também era desnecessário. Independentemente dos méritos dessa visão, que parece ter sustentação fraca, o acordo foi assinado e as FARC desmobilizadas. No entanto, enquanto as partes opostas discutem os méritos e a implementação do acordo, culpando-se mutuamente por seus problemas, o acordo enfraquece e perde credibilidade pública, colocando seu futuro em perigo. Em outras palavras, o processo de paz atingiu um ponto de não retorno – a única alternativa possível é um colapso completo do acordo, o que abriria o caminho para o retorno das FARC à luta armada. Esse resultado seria desastroso para a Colômbia, onde (apesar das melhorias) as condições de segurança permanecem problemáticas. Além disso, vários grupos paramilitares e o ELN, com o qual o governo está atualmente negociando um acordo de paz no Equador, seguem armados. O ELN, que continua sendo uma força poderosa, reivindicou em janeiro de 2019 a responsabilidade por um ataque com carro-bomba contra a academia de polícia em Bogotá que

12 Em 2016, o Congresso colombiano aprovou 51 leis e um ato administrativo (uma emenda constitucional), 11 delas sobre questões sociais substantivas como habitação, primeira infância, alívio da pobreza e trabalho, e quatro outras que fornecem a estrutura legal para o acordo de paz. Elas incluíram leis para a criação de zonas de transição para membros desmobilizados das FARC, um acordo para o destacamento de forças de paz da ONU, a criação de Legislação Especial para a Paz e os termos para um referendo sobre o acordo final.

matou 20 pessoas.[13] Nesse cenário, renegar o acordo tornaria qualquer solução futura negociada extremamente improvável, seja com as FARC ou com outros grupos armados.

Em segundo lugar, os ataques contra defensores de direitos humanos e organizadores comunitários aumentaram significativamente. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos relata que houve 441 ataques – 121 deles fatais – contra defensores de direitos humanos e líderes comunitários na Colômbia em 2017 (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2018). No ano anterior, um número semelhante de ativistas foi assassinado. Jornalistas também têm sido rotineiramente atacados e ameaçados.[14] Um contexto polarizado caracterizado por acusações infundadas sem dúvida ajuda a criar condições que aumentam o risco de ataques a tais grupos. Acusações frívolas de cumplicidade com as guerrilhas parecem ser especialmente imprudentes, dada a existência no país de perigosos extremistas de direita prontos para atingir rivais.[15]

Em terceiro lugar, o ambiente político polarizado contribuiu para o aumento das tensões sociais em todo o país. A Defensoria do Povo da Colômbia, uma agência encarregada de monitorar os direitos humanos, manifestou sua preocupação com um aumento significativo no nível de conflito social desde a assinatura do acordo de paz em 2016. Protestos, incluindo comícios, greves e bloqueios de estradas, cresceram em número e intensidade à medida que setores de esquerda ficaram mais frustrados com a lenta implementação dos principais pontos do acordo de paz. Setores esquerdistas mobilizados exigiram mudanças em questões que incluem educação, condições de trabalho, infraestrutura, segurança, terra e participação política. Os protestos têm sido particularmente generalizados nas áreas mais afetadas pelo conflito armado, como as regiões atlântica e sudoeste (Defensoría del Pueblo Colombia , 2017).

Finalmente, a polarização política ameaçou a independência e a credibilidade do sistema judicial. Partidos de ambos os lados do espectro

13 Bogotá Blast: Deadly Car Bomb Kills 20 in Colombian Capital. *BBC*, 18 jan. 2019. Disponível em: www.bbc.com/news/world-latin-america-46904683. Acesso em: 12 jan. 2026.

14 Em 2017, um jornalista foi assassinado, enquanto em 2018 dois foram mortos. Ver: Committee to Protect Journalists. "Journalists Killed in Colombia Since 1992". Disponível em: https://cpj.org/americas/colombia/. Acesso em: 12 jan. 2026.

15 A Human Rights Watch criticou fortemente os contínuos ataques do senador Uribe "contra jornalistas e outros críticos, acusando-os, sem provas, de serem cúmplices de grupos guerrilheiros". Ver: Human Rights Watch, 2017.

político acusaram o judiciário de viés e favoritismo devido à influência indevida do poder executivo. O Centro Democrático tem sido enfático em suas críticas à investigação da Suprema Corte sobre o ex-presidente Uribe. Partidos de esquerda também acusaram o judiciário de agir de forma parcial ao abrir investigações frívolas.[16] No geral, observadores demonstraram preocupação com o processo de nomeação, seleção e promoção de juízes e o comportamento da poderosa Procuradoria-Geral (Fiscalía), que muitas vezes seleciona e executa investigações de forma inconsistente. O Judiciário colombiano já vinha perdendo credibilidade devido a sérias alegações de impropriedade e corrupção, e agora acusações de politização estão minando ainda mais a reputação desta instituição crucial.[17]

5. Ações de reparação

Preocupados com os efeitos que a dura cisão sobre o processo de paz está tendo no país, diversos atores, incluindo o governo Santos, a Igreja Católica, universidades e organizações de base, de defesa e de direitos humanos, conceberam iniciativas para abordar o problema. Esses esforços se enquadram em quatro categorias principais: 1) atividades de resolução de conflitos e mediação de paz; 2) campanhas de comunicação para promover a tolerância; 3) encontros e *workshops* para incentivar o diálogo político entre os campos opostos e 4) liderança política.

No domínio das atividades de resolução de conflitos, a administração Santos criou o Conselho Nacional de Paz, Reconciliação e Coexistência, encarregado de desenvolver um programa nacional para promover o diálogo e promover a reconciliação. Uma parte importante de sua missão era compartilhar informações sobre o acordo de paz e sua implementação com o público. O Vaticano, por sua vez, ofereceu seus bons ofícios para facilitar o diálogo entre apoiadores e detratores do acordo de paz, numa tentativa de sustentar o processo. Em um movimento altamente simbólico, o Papa Francisco viajou para a Colômbia em visita

16 "¿ESTÁ politizada la justicia en Colombia?" *El País*, 1º ago. 2018.

17 A imprensa revelou que o procurador-geral (Fiscal General), Néstor Humberto Martínez, pode estar envolvido no encobrimento de um grande escândalo de suborno referente a uma licitação da Odebrecht. Ver: Goodman, 2018.

oficial em 2017. Durante sua visita ao país, ele promoveu o acordo de paz e repetidamente instou os líderes colombianos a perseverar em seus esforços para alcançar a paz, apesar de "obstáculos, diferenças e perspectivas variadas" (Tomasseli, 2017).

Quanto às iniciativas de comunicação, a Defensoria do Povo da Colômbia lançou uma campanha de "não estigmatização" para divulgar informações sobre o processo de paz, ressaltando a necessidade de promover o diálogo entre os diferentes setores da sociedade. A Defensoria do Povo também realizou *workshops* e sessões de treinamento em áreas rurais, incluindo antigos redutos das FARC. Na mesma linha, por meio de sua Conferência Episcopal, a Igreja Católica Colombiana lançou recentemente uma campanha nacional de Pedagogia da Paz com atividades em escolas, centros comunitários e paróquias para ensinar às pessoas a importância do diálogo e do compromisso. Da mesma forma, a Agência Colombiana para a Reintegração realizou uma campanha de comunicação para disseminar informações, incluindo vários anúncios de televisão, para promover a aceitação pública de combatentes que estão sendo reintegrados na sociedade colombiana.

Em relação ao diálogo político, a Universidade Nacional, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, organizou um programa bem-sucedido para promover fóruns nacionais e regionais para discutir cenários pós-conflito em áreas fortemente afetadas pela violência (Murphy e Acosta, 2018). Os tópicos incluíram direitos das vítimas, reconciliação e esquemas de substituição de plantações ilegais. Várias organizações não governamentais promoveram outras iniciativas para fomentar o diálogo. A Dejusticia, uma influente organização de vigilância legal sediada em Bogotá, lançou uma campanha contra a violência, ressaltando a necessidade de remover as armas da política. Essa campanha incluiu *workshops* e uma série de reuniões entre advogados de direitos humanos e corporativos.

Por fim, em contraste com o tom geral carregado dos favoritos da campanha presidencial de 2018, alguns aspirantes à presidência se esforçaram deliberadamente por um tom centrista e conciliatório. Humberto de la Calle enfatizou os benefícios da paz e a importância do diálogo e da reconciliação em sua campanha. Sergio Fajardo e Claudia López, sua companheira de chapa, fizeram do diálogo e da reconciliação a base de sua campanha presidencial, que se baseou em pilares como cultura cívica,

segurança, luta contra a corrupção e educação. As propostas substantivas e o tom construtivo de Fajardo contrastaram com a retórica divisiva que caracterizou as campanhas presidenciais de Duque e Petro.

Apesar da importância simbólica dessas atividades, as iniciativas para mitigar a polarização têm sido relativamente poucas e distantes entre si e, na maior parte das vezes, são esforços isolados e fragmentados. Previsivelmente, seu efeito na diminuição da polarização tem sido bastante limitado. Reparar a política divisiva que envolve a Colômbia exigirá uma estratégia de ação conjunta, multidimensional e que abranja todo o país.

Referências

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2018): *Report on the Situation of Human Rights in Colombia*. A/HRC/37/3Add.3. 2 mar. 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/report/colombia/annual-report-united-nations-high-commissioner-human-rights-situation-human-rights-0. Acesso em: 12 jan. 2026.

Arboleda, Lorena (2018): "Mitos y realidades de Iván Duque y Gustavo Petro". *El Espectador*, 7 jun. 2018. Disponível em: http://www.elespectador.com/elecciones-2018/noticias/politica/mitos-y-realidades-de-ivan-duque-y-gustavo-petro-articulo-792936. Acesso em: 12 jan. 2026.

Arjona, Ana (2016): "War Dynamics and the No Vote in the Colombian Referendum". *Political Violence @ a Glance*, 20 out. 2016. Disponível em: http://politicalviolenceataglance.org/2016/10/20/war-dynamics-and-the-no-vote-in-the-colombian-referendum/. Acesso em: 12 jan. 2026.

Banco Mundial (s.d.): *International Homicides*. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/VC.IHR.PSRC.P5?locations=CO. Acesso em: 12 jan. 2026.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2013): "Colombia Coca Cultivation Survey". Disponível em: www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Colombia/Colombia_Coca_Cultivation_Survey_2012_web.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

BBC World (2016): "Colombia Approves Amnesty Agreed in FARC Peace Deal". *BBC World*, 28 dez. 2016. Disponível em: www.bbc.com/news/world-latin-america-38455493. Acesso em: 12 jan. 2026.

BBC (2019): "Bogotá Blast: Deadly Car Bomb Kills 20 in Colombian Capital". *BBC*, 18 jan. 2019. Disponível em: www.bbc.com/news/world-latin-america-46904683. Acesso em: 12 jan. 2026.

Botero, Felipe; Hoskin, Gary W.; Pachón, Mónica (2010): "On Form and Substance: An Assessment of Electoral Democracy in Colombia". *Revista de Ciencia Política*, vol. 30, n. 1, pp. 41-64.

Bushnell, David (1992): "Politics and Violence in 19th Century Colombia", in: Bergquist, Charles; Peñaranda, Ricardo; Sánchez, Gonzalo (orgs.). *Violence in Colombia: The Contemporary Crisis in Historical Perspective*. Wilmington, DE: SR Books, pp. 11-30.

Bushnell, David (1993): *The Making of Modern Colombia: A Nation in Spite of Itself*. Berkeley: University of California Press, p. 40.

Centro Nacional de Memoria Histórica (2017): "Estadísticas del conflicto armado en Colombia". Disponível em: www.centrodmemoriahistorica.gov.co/micrositios/informeGeneral/estadisticas.html. Acesso em: 12 jan. 2026.

Reuters (2018): "Colombia Rejects Venezuela as a Guarantor of Peace Negotiations with ELN Rebels". *Reuters*, 29 set. 2018. Disponível em: www.reuters.com/article/us-colombia-rebels-venezuela/colombia-rejects-venezuela-as-guarantor-of-peace-talks-with-eln-rebels-idUSKCN1M72H0. Acesso em: 12 jan. 2026.

Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas (2015): *Comisión al entendimiento del conflicto armado en Colombia*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo.

Committee to Protect Journalists (s.d.): "Journalists Killed in Colombia Since 1992". Disponível em: https://cpj.org/americas/colombia/. Acesso em: 12 jan. 2026.

Cubides, Fernando (2001): "From Private to Public Violence: The Paramilitaries", in: Bergquist, Charles; Peñaranda, Ricardo; Sánchez, Gonzalo (orgs.). *Violence in Colombia: Waging War and Negotiating Peace*. Wilmington, DE: SR Books, pp. 127-48.

The Economist (2018): "Damned Is the Peacemaker". *The Economist*, 28 jul. 2018. Disponível em: www.economist.com/the-americas/2018/07/28/history-will-judge-colombias-outgoing-president-kindly. Acesso em: 12 jan. 2026.

Defensoría del Pueblo Colombia (2017): *Informe del Defensor del Pueblo al Congreso*. Disponível em: https://www.defensoria.gov.co/documents/20123/1394282/XXV-Informe-del-Defensor-del-Pueblo-al-Congreso.pdf/414d1c49-636a-7054-4928-032a0bfa0d0a?t=1650943577148. Acesso em: 25 mar. 2026.

El País (2018): "¿Está politizada la justicia en Colombia?". *El País*, 1º ago. 2018. Disponível em: www.elpais.com.co/politica/esta-politizada-la-justicia-en-colombia.html. Acesso em: 12 jan. 2026.

Engel, Stefanie; Ibáñez, Ana María (2007): "Displacement Due to Violence in Colombia: A Household Level Analysis". *Economic Development and Cultural Change*, vol. 55, n. 2, pp. 335-50.

Feldmann, Andreas E. (2024): *Repertoires of Terrorism: Organizational Identity and Violence in Colombia's Civil War*. Nova York: Columbia University Press.

Feldmann, Andreas E. (2012): "Measuring the Colombian 'Success' Story". *Revista de Ciencia Política*, vol. 32, n. 3, pp. 739-52.

Feldmann, Andreas E. (2018): "Revolutionary Terror in the Colombian Civil War". *Studies in Conflict & Terrorism*, vol. 41, n. 10, pp. 35-52.

Feldmann, Andreas E. (2017): "Will Colombia's Peace Accord Boost Its Democracy?". Carnegie Endowment for International Peace,

Rising Democracy Network, 13 jul. 2017. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/RDN_Feldman_Columbia_07132017.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.
Johnson, Kyle (2017): "The Uncertainty of Peace in Colombia". International Crisis Group, 1º fev. 2017. Disponível em: https://colombiareports.com/uncertainty-peace-colombia/. Acesso em: 12 jan. 2026.
Feldmann, Andreas E.; Hinojosa, Victor (2009): "Terrorism in Colombia: Logic and Sources of a Multidimensional and Ubiquitous Political Phenomenon". *Terrorism and Political Violence*, vol. 21, n. 1, pp. 42-61.
Galvis, Nicolás et al. (2016): "Barómetro de Las Americas Colombia 2016: Paz, posconflicto y reconciliación". Observatorio de la Democracia.
Gómez, Carlos; Sánchez Ayala, Luis; Vargas, Gonzalo (2015): "Armed Conflict, Land Grabs and Primitive Accumulation in Colombia: Micro Processes, Macro Trends and the Puzzles in Between". *The Journal of Peasant Studies*, vol. 42, n. 2, pp. 255-74.
Goodman, Joshua (2018): "New Allegations that Colombia Prosecutor Covered Up Bribes". Associated Press, 14 nov. 2018. Disponível em: www.570news.com/2018/11/14/new-allegations-that-colombia-prosecutor-covered-up-bribes/. Acesso em: 12 jan. 2026.
Gutiérrez Sanin, Francisco; Vargas Reina, Jennifer (orgs.) (2016): "Front Matter", in: *El despojo paramilitar y su variación: ¿Quiénes, cómo, por qué?*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, pp. i-vi.
Handlin, Samuel (2018): "The Logic of Polarizing Populism: State Crisis and Polarization in South America". *American Behavioral Scientist*, vol. 62, n. 1, pp. 75-91.
Hartlyn, Johnatan (1989): "Colombia: The Politics of Violence and Accommodation", in: Linz, Juan; Lipset, Seymour Martin (orgs.). *Developing Countries: Latin America*. Londres: Adamantine Press, pp. 290-334.
Holmes, Jennifer; Amin-Gutierrez de Piñares, Sheila (2014): "Violence and the State: Lessons from Colombia". *Small Wars and Insurgencies*, vol. 25, n. 2, pp. 372-403.
Human Rights Watch (2010): *Paramilitary Heirs: The New Face of Violence in Colombia*. Nova York: Human Rights Watch.
Human Rights Watch (2016a): "Carta al Presidente Santos sobre la Ley de Amnistía". 25 dez. 2016. Disponível em: www.hrw.org/es/news/2016/12/25/carta-al-presidente-santos-sobre-la-ley-de-amnistia. Acesso em: 12 jan. 2026.
Human Rights Watch (2016b): *Colombia Prosecution of False Positive Cases under the Special Jurisdiction of Peace*. 28 mar. 2016. Disponível em: www.hrw.org/news/2016/03/28/colombia-prosecution-false-positive-cases-under-special-jurisdiction-peace#. Acesso em: 12 jan. 2026.
Human Rights Watch (2017): *Colombia Events 2017*. Disponível em: www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/colombia. Acesso em: 12 jan. 2026.
Kline, Harvey (1999): *State Building and Conflict Resolution in Colombia, 1986–1999*. Tuscaloosa: University of Alabama Press.

Llorente, María Victoria; McDermott, Jeremy (2014): "Colombia's Lessons for Mexico", in: Arnson, Cynthia; Olson, Eric; Zaino, Christian (orgs.). *One Goal, Two Struggles: Confronting Crime and Violence in Colombia and Mexico*. Woodrow Wilson Reports on the Americas, n. 32. Washington, DC: Woodrow Wilson Center, pp. 1-37.

Mignozzetti, Umberto; Spektor, Matias (2019): "When Political Oligarchies Limit Polarization but Fuel Populism", in: Carothers, Tom; O'Donohue, Andrew (orgs.). *Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization*. Washington, DC: Brookings Institution Press, pp. 228-254.

Murphy, Helen; Acosta, Luis Jaime (2018): "Colombian Academic Seeks to Heal Divided Nation as President". Reuters, 2 mar. 2018. Disponível em: http://www.reuters.com/article/us-colombia-election-fajardo/colombian-academic-seeks-to-heal-divided-nation-as-president-idUSKCN1GE2NU. Acesso em: 12 jan. 2026.

Nasi, Carlo; Hurtado, Monica (2018): "Las elecciones presidenciales del 2014 y las negociaciones de paz con las FARC: Cuando la estrategia de polarizar no basta para ganar", in: Botero, Felipe; García Sánchez, Miguel; Willis Otero, Laura (orgs.). *Polarización y Posconflicto: Las Elecciones Nacionales y Locales en Colombia, 2014–2017*. Bogotá: Universidad de los Andes, pp. 229-68.

Nussio, Enzo (2011): "Learning from Shortcomings: The Demobilisation of Paramilitaries in Colombia". *Journal of Peacebuilding & Development*, vol. 6, n. 2, pp. 88-92.

Ortiz, Román D. (2002): "Insurgent Strategies in the Post-Cold War: The Case of the Revolutionary Armed Forces of Colombia". *Studies in Conflict & Terrorism*, vol. 25, n. 2, pp. 127-43.

Otero Prada, Diego (2017): *Gastos de guerra en Colombia*. Fundación Indepaz. Disponível em: https://indepaz.org.co/wp-content/uploads/2018/09/Los-Gastos-de-la-Guerra.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

Pachón, Mónica (2010): "Colombia 2008: Success, Dangers and Mistakes of the Policy of Democratic Security in the Uribe Administration". *Revista de Ciencia Política*, vol. 29, n. 2, pp. 327-53.

Palacio, Marco (1995): *Entre la legitimidad y la violencia, 1875–1944*. Bogotá: Norma.

Pécaut, Daniel (2002): *Guerra Contra La Sociedad*. Bogotá: ESPASA.

Plataforma Colombiana de Derechos Humanos (2003): "El embrujo autoritario: Primer año de gobierno de Álvaro Uribe Vélez". Disponível em: http://pdba.georgetown.edu/Security/citizensecurity/Colombia/evaluaciones/primeranoUribe.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

Presidencia de la República Colombia (2003): *Política de defensa y seguridad democrática*. Bogotá.

Ramírez, Socorro (2004): "Colombia y sus vecinos". *Revista Nueva Sociedad*, n. 192, pp. 144-56, jul./ago. 2004.

República de Colombia (2016): "Acuerdo Final Para La Terminación Del Conflicto y Las Construcción de una Paz Estable y Duradera", ponto 5, pp. 164-7. Disponível em: https://www.jep.gov.co/Normativa/Paginas/Acuerdo-Final.aspx. Acesso em: 25 mar. 2026.

Richani, Nazih (2013): *Systems of Violence: The Political Economy of War and Peace in Colombia*. Albany: State University of New York Press.
Rosen, Jonathan D. (2014): "The Losing War: Plan Colombia and Beyond". Albany: State University of New York Press.
Safford, Frank; Palacio, Marco (2002): *Colombia: País fragmentado, sociedad dividida*. Bogotá: Norma.
Safford, Frank (1972): "Social Aspects of Politics in Nineteenth-Century Spanish America: New Granada, 1825–1850". *Journal of Social History*, vol. 5, n. 3, pp. 344-70.
Segura, Renata; Mechoulan, Delphine (2017): "Made in Havana: How Colombia and the FARC Decided to End the War". International Peace Institute, fev. 2017. Disponível em: www.ipinst.org/2017/02/how-colombia-and-the-farc-ended-the-war. Acesso em: 12 jan. 2026.
Skidmore, Thomas; Smith, Peter; Green, James (2014): *Modern Latin America*. Oxford: Oxford University Press, pp. 185-87.
Somer, Murat; McCoy, Jennifer (2018): "Déjà Vu? Polarization and Endangered Democracies in the 21st Century". *American Behavioral Scientist*, vol. 62, n. 1, pp. 3-15.
The Economist (2018): "The Contenders to Succeed Colombia's Peacemaking President". *The Economist*, 15 mar. 2018. Disponível em: www.economist.com/the-americas/2018/03/15/the-contenders-to-succeed-colombias-peacemaking-president. Acesso em: 12 jan. 2026.
Tomaselli, Wes (2017): "Pope Francis Appeals for Reconciliation in War-Scarred Colombia". *Washington Post*, 7 set. 2017. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/world/the_americas/pope-francis-appeals-for-reconciliation-in-war-scarred-colombia/2017/09/07/a1ef2618-9327-11e7-8482-8dc9a7af29f9_story.html. Acesso em: 12 jan. 2026.
Unidad Investigativa (2018): "El Centro Democrático ganó en 24 de los 32 departamentos y 19 capitales". *El Tiempo*, 17 jun. 2018. Disponível em: http://www.eltiempo.com/elecciones-colombia-2018/presidenciales/analisis-de-la-segunda-vuelta-por-regiones-y-capitales-231930. Acesso em: 12 jan. 2026.
Van Evera, Stephen (1994): "Hypothesis on Nationalism and War". *International Security*, vol. 18, n. 4, pp. 5-39.
Villadiego Mogollón, Santiago (2018): "Así quedaron las fuerzas para la segunda vuelta presidencial". *El Tiempo*, 1º jun. 2018. Disponível em: www.eltiempo.com/elecciones-colombia-2018/presidenciales/que-partidos-apoyan-a-ivan-duque-y-gustavo-petro-en-la-segunda-vuelta-225632. Acesso em: 12 jan. 2026.
Vivanco, José Miguel (2018): "Colombia Should Think Twice Before Extraditing a Former FARC Commander". *El Tiempo*, 7 maio 2018. Disponível em: www.hrw.org/news/2018/05/07/colombia-should-think-twice-extraditing-former-farc-commander. Acesso em: 12 jan. 2026.

Capítulo 4

“São contra o que nos fizeram acreditar”: discursos sobre a polarização em El Salvador[1]

Carlos Iván Orellana
Amparo Marroquín-Parducci

1. Introdução

Na segunda posse de Nayib Bukele, as redes sociais expuseram mudanças e sentimentos contraditórios. Entre as mensagens que circulavam, no entanto, houve uma que foi muito repetida em contas oficiais de servidores públicos: o presidente conseguiu acabar com a

1 Este texto foi publicado originalmente como “Están en contra de lo que nos han hecho creer”: Discursos sobre la polarización en El Salvador. *Teoría y Praxis*, 2024, vol. 22, n. 45, pp. 69-98. DOI: https://doi.org/10.61604/typ.v22i45.384. A presente versão traduzida do espanhol ao português por Fernanda Lobo e revisada pelos autores é fiel ao original, mas apresenta alguns comentários adicionais em notas de rodapé assim como edições menores. [N.E.]

polarização no país. Com essa afirmação, reforçava-se a narrativa oficial segundo a qual o país iniciou uma nova era, a do bukelismo.

El Salvador passou por transformações sociopolíticas muito rápidas que mudaram a forma de dinâmicas políticas até então familiares se manifestarem. Processo similar parece acontecer com a polarização. O declínio do espectro ideológico esquerda-direita como o antigo referente fundamental de polarização entre pessoas na política, mas também na academia, justifica a exploração das manifestações atuais do fenômeno. Assim, sem perder de vista a persistência dessa matriz ideológica, são consideradas novas expressões, mais imediatas, relacionais e atreladas às preocupações cotidianas. A polarização não acabou, mas é plausível pensar que seu panorama tenha mudado.

No meio do alvoroço do conflito armado, em 1984, o psicólogo social Martín-Baró (1992a) defendia que, junto com a violência e a proliferação da mentira, a polarização social era um dos elementos determinantes das relações sociais daquele momento. A guerra trazia consigo a polarização social, entendida como "o deslocamento dos grupos a opostos extremos" (Baró, 1992a, p. 29), em que "eles" são invariável e primordialmente "os maus" e "nós" os bons. Em 2024, já era possível reconhecer que tanto a ideologia quanto o pertencimento a diferentes clivagens sociais (por exemplo, afinidades políticas distintas, posturas liberais e conservadoras) podiam ser traduzidos como polarização afetiva, algo ainda mais evidente graças à enorme capacidade de mobilização emocional das redes sociais, como demonstra o próprio caso de El Salvador sob o mandato do presidente Bukele (Mila-Maldonado et al., 2022; Rogowski e Sutherland, 2016; Waisbord, 2020).

Kessler e Vommaro (2021), por sua vez, defendem que a polarização pode ser verificada com base em uma perspectiva histórica, por meio de assuntos ou de *issues* sociais de caráter moral-cultural ou econômico-distributivo. Segundo os autores, o estudo da polarização deve incluir também os consensos, à medida em que estes expõem perspectivas contraditórias da realidade. Curiosamente, os consensos parecem desempenhar um papel duplo nas dinâmicas de polarização. Ainda que exista a possibilidade de que os consensos sejam genuínos, Velázquez Cuartas et al. (2020, p. 159) constatam que eles também constituem práticas de "silêncio tácito", uma espécie de pacto de não agressão – em condições de conflito nem sempre assumido – pelo qual se opta para evitar ferir emocionalmente o outro e

evitar o confronto aberto. A (auto)imposição de silêncios para evitar a escalada de conflitos é considerada uma expressão derivada da polarização política que, além de tudo, pode assumir a forma de disputas familiares em que emergem posicionamentos políticos antagônicos (amigo-inimigo) ou em que se recorre a ofensas e provocações mútuas devido a alinhamentos políticos do passado (Avendaño Ramírez e Villa Gómez, 2021).

Considerando o contexto apresentado, o objetivo geral da presente pesquisa foi explorar discursos de simpatizantes e opositores do presidente Bukele e de seu partido Nuevas Ideas (NI) com relação a diferentes aspectos de interesse nacional que indicam a manifestação atual da polarização em El Salvador. O que aqui se apresenta é parte de uma pesquisa mais ampla sobre polarização política e democracia na América Latina conduzida pela Universidade Nacional de San Martín, na Argentina, e que procura comparar posicionamentos de cidadãos sobre temas polêmicos para, assim, se aproximar da gestão contemporânea do conflito na região (ver Kessler e Vommaro, 2024).

1. A polarização no contexto histórico das transformações políticas nacionais

Há pelo menos 40 anos, a polarização[2] passou a ser uma característica constitutiva e conhecida da sociedade e do sistema político salvadorenho. Durante a guerra dos anos 1980, Martín-Baró (1983; 1992b, p. 245) defendia que a polarização gerava processos especulares que fortaleciam estereótipos entre os grupos em confronto, tanto entre as pessoas comuns quanto entre estudantes universitários, instigados pelo favoritismo grupal. De modo semelhante, se apresentava a hipótese de que a polarização daquele momento, com sua contínua disjunção relacional, como a exigência

2 Na literatura disponível em El Salvador, a polarização costuma vir acompanhada de adjetivos como "política", "social", "partidária" ou "ideológica". Essas noções apresentam matizes, mas também são utilizadas de forma intercambiável. Dado o contexto de discussão em que são empregadas, geralmente se referem à separação existente entre posições ideológicas em virtude dos polos de esquerda e direita do espectro político, seja no âmbito dos partidos políticos, seja no das opiniões da cidadania. Para efeitos de clareza expositiva, e salvo indicação em contrário, neste texto, se falará apenas em polarização "pura e simples", sem qualquer adjetivo, tanto para designar a polarização acima descrita (isto é, a polarização esquerda-direita) quanto para se referir a expressões de polarização cotidianas que, por exemplo, se produzem a partir do desacordo em torno de questões sociais sem que o pertencimento ideológico seja claro ou manifesto.

de parcialidade entre posicionamentos que colocavam a vida em jogo, podia chegar ao ponto de gerar manifestações corporais de traumas da infância, ao submetê-la ao dilema existencial de "polarização-dilaceramento", provocando a formação de mentalidades dicotômicas, pouco criativas para a resolução de problemas e propensas à violência.

Para Martín-Baró (1992a), a polarização corroía a convivência cotidiana ao condicionar os contextos de referência a sua funcionalidade sectária: só era possível ser a favor ou contra algo e o mínimo sinal de indefinição, longe de se afastar do conflito, confirmava a condição de inimigo. A polarização durante a guerra corrói o cotidiano a ponto de provocar processos de "absolutização, idealização e rigidez ideológica" até alcançar o "enrijecimento de ideias e valores" (Samayoa, 1992, pp. 52-53).

A dinâmica polarizante da guerra permeia também a disputa política. Nos anos 1980, as eleições em El Salvador foram realizadas sob tiroteio e a disputa antagônica pelo poder político recaía no Partido de la Democracia Cristiana (PDC), como opção de centro, e a Alianza Republicana Nacionalista (Arena) representando a direita. O sistema de partidos passou então a ser considerado bipolar, apesar da existência de outros partidos políticos (Córdova Macías et al., 2007).

Formalmente finda a guerra com os Acordos de Paz de 1992 e, uma vez iniciado o processo de consolidação da democracia salvadorenha, o extremismo político inerente à polarização própria do período de guerra se deslocou e se difundiu sobretudo por intermédio dos partidos políticos representantes da direita – Arena – e da esquerda – a outrora guerrilha, Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) –, instituições políticas cujas origens remetem ao conflito armado. Mais adiante, parte da instabilidade que a democracia salvadorenha experimentou nos anos 1990, como exemplo da fragilidade das democracias centro-americanas, foi explicada pela polarização que se manifestou então na disputa por votos, numa espécie de reedição das dinâmicas fragmentadoras da guerra (Torres-Rivas, 2007).

De 1989 a 2019, o Arena manteve a presidência durante 20 anos, até 2009, quando finalmente houve alternância no Executivo em favor da FMLN que, por sua vez, se reafirmaria nas eleições de 2014. Durante esse período, a polarização marcou a sempre frágil democracia salvadorenha. Ela se manifesta quando processos de cisão e de distanciamento contínuo entre atores de diferentes tendências, em geral, mas não exclusivamente,

partidos políticos, "seja em relação às suas visões de mundo, às suas propostas programáticas ou às suas práticas políticas, alcançam um grau tão elevado que interferem, paralisam ou destroem o funcionamento adequado do sistema político" (Zamora, 2007, p. 66), bem como da convivência social.

Ao longo dessas três décadas, forjou-se um sistema partidário com traços de multipartidarismo bipolar – graças à Arena e à FMLN – que conduziu à polarização do sistema.[3] Nele, inexistiram partidos de centro (em sentido estrito); a ideologia constituiu um dos principais preditores da preferência partidária e "as duas principais forças políticas perderam a capacidade de negociar e alcançar acordos sobre temas relevantes para o país" (Azpuru, 2010; Córdova et al., 2007, p. 194; Marroquín, 2015, 2020). De um sistema com essas características se depreende a emergência de uma cultura política com eleitores e partidos polarizados, na qual se "privilegia a conflituosidade" (Artiga-González, 2020; Whitehead et al., 2005, p. 65).

2. Emergência e manifestações gerais do bukelismo

Em junho de 2019, aconteceu em El Salvador a sexta eleição presidencial desde a assinatura dos Acordos de Paz de 1992. Nessa ocasião, foi eleito o presidente mais jovem da história do país (38 anos) com uma quantidade de votos válidos superior a de todos os outros partidos concorrentes juntos (Córdova Macías e Cubas, 2019). Com o resultado dessa eleição, retirou-se o poder dos partidos tradicionais de esquerda e de direita, nascidos durante a guerra na década de 1980 e entre os quais o Poder Executivo vinha se alternando desde então.

O novo presidente, Nayib Bukele, um empresário milionário sem formação universitária, se destacou rapidamente por seu estilo combativo, personalista, sensacionalista e grandiloquente, que encontra nas redes sociais – especialmente no Twitter, agora X – sua principal plataforma para visibilidade e autopromoção. Seu mandato sofreu uma reviravolta

3 Segundo Marroquín (2020, p. 78), antes de 2019, El Salvador apresentava altos níveis de polarização. Parte da explicação desse fato reside na existência de uma enorme massa de eleitores desencantados com os partidos, que acabam exercendo forças centrífugas no espectro político (votam nos extremos ou se abstêm) e devido ao "recrudescimento ideológico" que a cada campanha eleitoral reaviva o extremismo herdado da guerra.

decisiva quando, em 9 de fevereiro de 2020, ele invadiu a Assembleia Legislativa com o Exército, a fim de pressionar os deputados pela aprovação de empréstimos destinados à implementação de um – suposto – plano de segurança de grande alcance. Antes do fim do primeiro ano de governo de Bukele, Dada (2020) sustentava que o país já atravessava uma tripla crise: sanitária, devido à pandemia; econômica, em razão de desemprego súbito, informalidade e pobreza; e política, devido ao crescente clima de confronto, à militarização e às ameaças dirigidas, a partir de instâncias oficiais, a pessoas e instituições contestatórias.

Durante o primeiro quinquênio, o governo de Bukele demonstrou traços essenciais de seu exercício de poder: 2020 mostrou evidente falta de transparência nos gastos e processos durante a gestão da pandemia; 2021 se destacou pelo desmonte da institucionalidade democrática e da separação de poderes porque o Nuevas Ideas, o partido do presidente, ganhou maioria legislativa e o presidente se reservou o direito de nomear seu próprio candidato a procurador-geral e magistrados alinhados a ele para a Sala Constitucional;[4] em 2022, por sua vez, foi decretado o estado de exceção, cuja vigência ininterrupta, 27 meses depois,[5] tem conduzido ao enfraquecimento dos direitos humanos e ao fortalecimento do militarismo e do punitivismo para levar a cabo o que o governo chamou de "guerra contra as *pandillas*" [guerra contra as gangues].

Essa tríade – opacidade, corrosão da institucionalidade democrática e punitivismo – continuou constante nos anos seguintes, até que em 2023 um passo adicional foi dado para garantir o acesso a um segundo mandato presidencial: a possibilidade da reeleição. Para isso, levou-se a cabo uma série de adaptações legais e reinterpretações da Constituição. Apesar de tudo, inclusive das suspeitas de corrupção, de instigar o conflito contra vozes opositoras, de ter feito um pacto com as gangues ou de aprovar medidas impopulares, como a implementação do Bitcoin como moeda de curso

4 Análogo ao Supremo Tribunal Federal, a Sala Constitucional é um tribunal especializado que se ocupa de matéria que ultrapassa a jurisdição comum, já que resolve a distribuição de competências entre a Constituição e a lei; pronuncia-se sobre os limites da atuação das autoridades estatais; e, por meio de sua jurisprudência, exerce uma função normativa própria na depuração do ordenamento jurídico e na interpretação em conformidade com a Constituição. Além disso, é a máxima intérprete e garantidora da Constituição, pois, embora todas as autoridades devam observar e salvaguardar os preceitos constitucionais em seu âmbito de competência, a Sala Constitucional é competente quando, em qualquer disciplina, há controvérsia em um mandato constitucional. Fonte: https://www.csj.gob.sv/sala-de-lo-constitucional-competencias/. Acesso: 3 de set. de 2025. [N.T.]

5 Em março de 2026, o regime de exceção alcançou quatro anos de vigência ininterrupta por meio de 48 prorrogações promovidas pelo partido no poder.

legal,[6] Bukele manteve uma alta aprovação popular durante todo esse tempo (Instituto Universitário de Opinião Pública [IUDOP], 2023; Quintanilla, 2024). Foi o que ficou evidente com a votação majoritária a seu favor na reeleição presidencial de fevereiro de 2024, ainda que esta contrariasse as regras constitucionais do país.

Desde o início, Bukele se mostrou contrário aos poderes e às posições extremas tradicionais por meio do rótulo pejorativo: "Os mesmos de sempre". Sua aura de mandatário disruptivo, de "escolhido" que persegue uma causa a favor do "povo", se alimenta de um fluxo comunicacional constante, que ocorre principalmente nas redes sociais e combina aspectos juvenis, religiosos e performativos que, na maioria das vezes, servem para instigar a separação do mundo entre amigos e inimigos, entre eles e nós, por meio de "retóricas de antagonismo" (Aguilar Vázquez, 2022a; Menjívar Argueta et al., 2020; Navas, 2020; Sermeño Quezada, 2021, p. 10).

O retrocesso democrático que El Salvador experimentou é tamanho que a organização Freedom House (2022) fez o país retroceder mais de 20 anos no avanço da democracia e agora o considera "parcialmente livre", denominação que havia ostentado de antes da guerra até 1997. Do mesmo modo, a academia dentro e fora do país já reconhece Bukele como um líder autoritário e populista (Díaz González et al., 2021; Navas, 2020; Roque Baldovinos, 2020; Sermeño Quezada, 2021).

No contexto da discussão sobre polarização que orienta este trabalho, o V-Dem Institute (Boese et al., 2022) constata que a "polarização tóxica", isto é, aquela que se torna onipresente a ponto de moldar a sociedade, tem aumentado e contribui para os processos contemporâneos de autocratização. A polarização tóxica se manifesta na forma de desrespeito à oposição e ao pluralismo, do exagero argumentativo e, em geral, do enfraquecimento da deliberação. Mila-Maldonado et al. (2022) identificam, por meio da análise de uma amostra de mensagens do Twitter do mandatário,[7] que

6 A implementação do Bitcoin pelo governo enfrenta atualmente importantes contratempos: a rejeição da maioria da sociedade salvadorenha, o não cumprimento de grandes projetos governamentais como o Bitcoincity e, sobretudo, a necessidade de o retirar como moeda de curso legal e de uso obrigatório devido às exigências do FMI como condição para receber um empréstimo milionário. Apesar de tudo, o governo salvadorenho continua a adquirir Bitcoins, alegando se tratar de uma estratégia de acumulação de reservas nacionais. No país existe um "Gabinete Nacional do Bitcoin", conhecido como The Bitcoin Office.

7 A pesquisa de Mila-Maldonado et al. (2022) se desenvolve no contexto do embate da pandemia de Covid-19 e um ano antes de Bukele contar com uma Assembleia Legislativa favorável a seus interesses. No entanto, a elaboração mantém plena validade, pois permite extrapolar os achados para a situação atual, bem como identificar o estilo comunicacional do mandatário em um momento crucial: quando as circunstâncias não estão necessariamente a seu favor e a confrontação se converte em um padrão

Bukele tende a recorrer a um discurso altamente polarizador ao se referir a seus adversários políticos e ao defender o povo adotando uma posição redentora, ao mesmo tempo que apela a uma presença carismática, protetora e transparente com a qual atenua a polarização. Diferentes análises dos autores confirmam que um aspecto predominante nas comunicações de Bukele é o confronto.

A guinada rápida e radical experimentada pelo sistema político salvadorenho, ponto de chegada do que Roque Baldovinos denomina "a espiral descendente da legitimidade do regime do pós-guerra" (Roque Baldovinos, 2020, p. 240), permite evidenciar contrastes relevantes em relação ao período 1989-2019 descrito anteriormente e, com isso, traços políticos do bukelismo.

Hoje, o sistema político está degradado em termos de institucionalidade, direitos e liberdades civis, e o regime atual já não é considerado uma democracia, mas uma autocracia eleitoral (Boese et al., 2022; Freedom House, 2022) ou, nas palavras do relatório Latinobarómetro (2023, p. 13), uma "eletroditadura civil". Em um contexto de deslocamento das preferências e filiações partidárias, em boa medida movido pelo desencanto rumo a identidades políticas mais voláteis e caracterizadas pela aliança instrumental (Monterroza e Castro, 2021; Santacruz Giralt, 2021), o Nuevas Ideas se posiciona no sistema de partidos como um partido "antissistema" ou de "ideologia atípica" (ou seja, na prática, carece de uma agenda clara, se movendo pela imediatez e pelo oportunismo). A ideologia, precisamente nos termos conhecidos durante as três décadas anteriores, ou foi para o segundo plano ou passou a ser abertamente estigmatizada,[8] em

recorrente, além de uma ferramenta política imprescindível em seu estilo de governo. Segundo Orellana et al. (2023), o perfil de personalidade atribuído a Bukele, em consonância com o de líderes populistas, parece se orientar para o antagonismo, ao manifestar alta extroversão e traços sombrios de personalidade, mas baixos níveis de afabilidade e de estabilidade emocional.

8 Um indicador da desvalorização ou do desprezo estratégico que agora recai, no país, sobre o espectro ideológico de esquerda e direita, bem como do valor – e do sucesso – político de Bukele ao se mostrar como "desprovido de ideologia", está na constatação de que, nos últimos 30 anos, nunca foi necessário perguntar em pesquisas de opinião pela ideologia de um mandatário. Essa sempre foi uma certeza vinculada à sua filiação partidária. Por exemplo, Córdova Macías et al. (2021) perguntaram sobre a ideologia do presidente e descobriram que ele é considerado predominantemente de centro-direita: 56,8% o situam no centro e 28,3% à direita do espectro político (enquanto apenas 11,7% da população disse que Bukele é de esquerda e uma minoria de 3,2% afirmou que ele não possui ideologia). No estudo de Orellana et al. (2023), Bukele é situado ao centro por estudantes (mais jovens) e à direita por profissionais; situam-no à direita especialmente aqueles que se autoposicionam à esquerda. Atribuir-lhe uma ideologia de direita, entre outros fatores, leva a percebê-lo como semelhante a Donald Trump. Ou seja, a ideologia é relevante: segundo Córdova Macías et al. (2021), uma avaliação favorável a Bukele é concedida, entre outras coisas, quando quem responde se posiciona mais à direita do espectro político.

consonância com a irrelevância programática da oposição política. Por causa do distanciamento ideológico e da aversão aos extremos calculados, em um primeiro momento, o Nuevas Ideas está aparentemente no centro do espectro político, mas, na realidade, acabou se consolidando como um partido dominante, único, personalista e alinhado à extrema direita, tudo o que favorece a consolidação de um regime autoritário (Aguilar Vázquez, 2022b; Artiga-González, 2020; Barbosa dos Santos et al., 2022; Luna e Rovira Kaltwasser, 2021; Marroquín, 2020, pp. 79-80; Quintanilla, 2024).

Em resumo, as transformações políticas no país nos últimos anos, especialmente as mais drásticas, detonadas pela ascensão do bukelismo e pelas dinâmicas peculiares de apoio social que provoca, justificam a exploração das formas concretas por meio das quais a polarização no país se cristalizou na atualidade.

4. Pormenores metodológicos

A pesquisa adota *uma metodologia e um desenho qualitativo*, com uma abordagem de corte fenomenológico. Isso significa que o estudo está voltado para os significados comuns e divergentes que determinados indivíduos expressam ao vivenciar circunstâncias – fenômenos – semelhantes (Creswell e Poth, 2018; Hernández-Sampieri e Mendoza, 2018; Prieto Rodríguez e March Cerdá, 2002). Neste caso específico, trata-se dos problemas sociais de El Salvador na atualidade, vistos de perspectivas políticas particulares e, em princípio, antagônicas.

Participaram do estudo 66 pessoas adultas pertencentes a segmentos sociais médios e médio-baixos, com ocupações diversas. Foram selecionadas de forma dirigida, como uma amostra "estrutural" ou intencional, segundo características de interesse, mas sem chegar a contar com representatividade estatística (Prieto Rodríguez e March Cerdá, 2002, p. 367; Ruiz Olabuénaga, 2012).

O *instrumento* de entrevista utilizado continha perguntas geradoras referentes a nove temas da atualidade em El Salvador, a saber: 1) a percepção de união ou desunião nacional; 2) a existência de democracia; 3) a gestão da pandemia; 4) a situação de violência e falta de segurança; 5) a implementação do Bitcoin; 6) a corrupção; 7) a relação com os Estados

Unidos; 8) a forma como pessoas favoráveis e contrárias ao governo percebem umas às outras e, por fim, 9) opiniões sobre a figura do presidente da República.

Após os devidos contatos com os participantes do estudo, foram realizados *grupos focais* em dezembro de 2021 e fevereiro de 2022. Os participantes foram distribuídos em onze grupos de seis integrantes, equilibrados quanto a gênero, pertencimento geográfico e simpatia ou antipatia em relação ao governismo. Foram conduzidos seis grupos focais com pessoas favoráveis ao governo ou ao presidente Bukele e cinco com participantes críticos ao mandatário ou a sua gestão. Os participantes pertenciam a diferentes regiões geográficas do país: quatro grupos focais foram realizados com pessoas residentes no departamento de San Salvador (zona central), dois com pessoas de Santa Ana (zona ocidental) e dois com participantes de San Miguel (zona oriental). Também foram realizados grupos focais com salvadorenhos residentes nos Estados Unidos: dois em Los Angeles e um em Washington D.C. Seis grupos foram realizados online devido às restrições sanitárias impostas pela pandemia.

Parte da *metodologia* da pesquisa consistiu no contato com os participantes e na explicação dos propósitos do estudo. Esse passo foi reiterado durante a apresentação antes de cada grupo focal. Da mesma forma, em todos os grupos foram implementadas as medidas de proteção ética essenciais (Creswell e Poth, 2018; Traianou, 2014) para minimização de danos[9] (por exemplo, a garantia de respeito a todas as opiniões), autonomia pessoal (como a liberdade de participar ou de se retirar sem qualquer consequência) e privacidade (por exemplo, consentimento informado, incluindo a aceitação da gravação em vídeo das sessões; o compromisso de preservação do anonimato no processamento e na divulgação das informações coletadas e o compromisso de uso exclusivamente acadêmico do material).

A análise foi realizada por meio de um processo combinado de categorização e codificação manual de informação (Ruiz Olabuénaga, 2012) e com o apoio do programa Atlas.ti V.8. Dessa forma, foi possível obter unidades de sentido cujo agrupamento vai aumentando a "descrição textural"

9 A minimização de danos costuma ser um princípio ético recorrente na pesquisa experimental, especialmente naquelas experiências que podem envolver, por exemplo, a indução transitória de estados emocionais ou físicos desagradáveis. No âmbito da pesquisa qualitativa, o dano a ser minimizado é imediato, voltado a evitar qualquer afronta pessoal ou conflito durante o desenvolvimento de cada grupo focal, mas também mediato, relacionado à proteção das informações fornecidas – especialmente quando, como neste caso, foram obtidas em um contexto político marcado pela volatilidade emocional, pelo escárnio fácil nas redes e pela tendência à censura de vozes dissidentes.

(Creswell e Poth, 2018, p. 78) do que os participantes expressaram com emprego de verbatims ou exemplos específicos de texto editados apenas em prol da clareza.

5. Resultados

Foram realizadas perguntas a respeito de nove temas e a análise foi feita por meio de um processo idiossincrático de categorização e codificação. Também os resultados dos grupos focais foram pontualmente comparados ao conteúdo das entrevistas para uma triangulação de dados. Acompanham os verbatims um código genérico identificador que resguarda a identidade de quem fala: por exemplo, GF1-M-Pro refere-se ao grupo focal 1, participante mulher (H = homem) e que é a favor do governo (o contrário é identificado com a palavra "Contra"). Assim, os resultados foram organizados de maneira que as nove áreas temáticas mencionadas funcionam como categorias subordinadas que, por sua vez, se aglutinam em três categorias superiores, da seguinte forma:

1) Coesão social e conflito: percepção de união ou desunião nacional e percepção mútua entre aliados e adversários políticos;
2) Problemas nacionais e perspectivas de futuro: gestão da pandemia, violência e falta de segurança; implementação do Bitcoin; corrupção; relação com os Estados Unidos e expectativas para o futuro.
3) Democracia e populismo: a existência – ou não – de democracia e a figura do presidente da República.

1) Coesão social e conflito

A percepção de união ou de divisão – polarização – ficou evidente nos grupos focais partindo da preferência partidária de quem falava. Quem se mostrou a favor do presidente ou do Nuevas Ideas mencionou um momento de maior união nacional, mesmo quando implicava reconhecer que tudo responde à "sintonia" – no caso, à falta de separação – de todos os órgãos do governo e instituições com os desígnios do Executivo.

> […] é isso que incomoda as pessoas: o fato de que "olha, talvez ele tenha a seu favor os três poderes do Estado"; elas nunca tinham visto isso antes, para todos foi algo surpreendente […] se fosse uma ditadura, muitas cabeças já teriam rolado no país, pelo contrário […] (GF1-M-Pro)

> […] naquele momento, havia o Arena e o Frente, e uns, de um lado, outros de outro lado […] a Assembleia agora está mais com Nuevas Ideas porque foi bastante descontrole nos governos anteriores, com uns seguindo por um caminho e outros, por outro. (GF3-H-Pro)

Em contrapartida, as posições daqueles que não simpatizam com o governo retratam uma realidade diferente. Eles identificaram a existência de confrontos e atritos entre os partidos.

> Sempre houve rivalidades entre os partidos, mas agora com esse outro [Bukele] há ainda mais… também se enfrentam entre eles sabendo que os únicos prejudicados somos nós […] mas [o conflito], sim, está mais presente que antes. (GF7-M-Contra)

Esses resultados ecoam amplamente na opinião pública do momento. Em meados de 2020, 40,3% das pessoas maiores de idade acreditavam que o país estava mais dividido, diferentemente de quase dois terços (59,7%) que notavam maior união sob o atual governo (IUDOP, 2020). Não por acaso, essa é uma das fraturas políticas fundamentais que dividem a sociedade salvadorenha. Ser a favor ou contra o partido governista – ou do próprio presidente – implica a construção de visões estereotipadas do adversário, em um jogo de espelhos cuja perversidade acaba cedendo diante de sua utilidade cotidiana para orientar e justificar tanto a própria posição política quanto a situação vigente.

No entanto, isso não é tudo. Aliados e adversários também reconheciam que a desunião tinha lugar no cotidiano e na família sob a forma de enfrentamentos, insultos com base em afinidades partidárias, além da tendência a evitar assuntos ou a ficar em silêncio para diluir ou evitar conflitos.

> […] tenho família de esquerda e, sim, é possível discutir ou debater o assunto [simpatia pelo presidente ou pelo Nuevas Ideas] porque, como dizemos, não

> vamos criar inimizades por assuntos políticos, mas, sim… melhor mudar de assunto […]. (GF5-M-Pro)

A autocensura sobre assuntos de interesse nacional se confirma hoje como manifestação silenciosa da gestão e da existência do conflito, assim como da polarização sob condições autoritárias. O Latinobarómetro de 2023 reporta que 65,3% das pessoas adultas salvadorenhas não costumam expressar suas opiniões sobre os problemas do país, 67,2% silenciam sobre o que realmente pensam sobre a política e 61,3% consideram que expressar publicamente suas opiniões acerca dos problemas do país poderia ter consequências negativas. Essa tendência foi evidenciada de maneira mais precisa em 2024, quando quase três quartos das pessoas salvadorenhas maiores de idade (74%) afirmaram ter mais cuidado ao compartilhar sua opinião com outras pessoas sobre qualquer assunto relacionado à implementação do regime de exceção (IUDOP, 2024).

Do mesmo modo, os discursos mostram que, basicamente, os simpatizantes de ambos os setores traçam retratos-falados dos adversários. Os eleitores dos partidos tradicionais são caracterizados como "velhos", "ressentidos", "fechados" (em termos ideológicos). Se simpatizam com a Arena, seriam ou "se tornariam ricos" e seriam "empresários" ou "burgueses"; já os que simpatizam com o FMLN viriam da "classe trabalhadora" e aspirariam "a ficar ricos", inclusive por meios ilegais. Aos olhos de seus opositores, os simpatizantes do Nuevas Ideas, por sua vez, seriam "jovens", "influenciáveis", ressentidos com os partidos tradicionais e sem convicções (isto é, sem ideologia). A propósito do ressentimento como emoção comum nas representações de uns e de outros, assim como da credulidade ou ingenuidade atribuída aos eleitores do Nuevas Ideas, o Centro de Estudos Cidadãos da Universidade Francisco Gavidia (CECUFG, 2021) constatou, em um momento coincidente com o trabalho de campo desta pesquisa, que as emoções que os ex-presidentes dos partidos tradicionais mais despertavam na população eram raiva, tristeza e desprezo, enquanto Bukele despertava alegria e surpresa.

> […] no Arena havia influências de dinheiro, eram empresários, e depois vinha o FMLN, que eram pessoas ressentidas e queriam o poder […]. (GF1-M-Pro)

> […] o eleitor de Nuevas Ideas não tem ideia, ou seja, não tem uma postura clara sobre para onde ir, não tem clareza do que pensa em termos econômicos, sociais e culturais, apenas em termos políticos, isto é, estão contra o que nos fizeram acreditar […]. (GF2-H-Contra)

No entanto, embora de fato apareçam respostas estereotipadas e repetitivas que desenham percepções antagônicas do outro, também foram identificadas opiniões que podem corresponder a simpatizantes de qualquer postura política ou que, inclusive, sugerem que, no fundo, os eleitores são muito semelhantes entre si. Ou seja, características ambíguas que remetem ao reconhecimento de traços comuns entre a cidadania e o eleitor salvadorenho médio. Assim, foram mencionados o ressentimento próprio do salvadorenho, a facilidade com que surge o fanatismo, a ideia de que os eleitores não são nem velhos nem jovens, ou ainda de que tudo depende de como a informação é digerida. Nesse sentido, as emoções atribuídas aos presidentes, comentadas há pouco (CEC-UFG, 2021), podem ser interpretadas como indícios de consensos que coexistem com diferenças polares.

> […] nós somos simpatizantes do Nuevas Ideas, vamos votar nele [para presidente] e não analisamos em maior profundidade as qualidades desse candidato, então o mesmo acontece com os eleitores da Arena e do FMLN […]. (GF5-M-Pro)

2) Problemas nacionais e perspectivas de futuro

Seis problemas ou assuntos de interesse foram abordados por meio dos grupos focais (pandemia, violência, falta de segurança, Bitcoin, corrupção, relação com os Estados Unidos e expectativas sobre o futuro). A abordagem desses temas por parte dos participantes mostra, de maneira peculiar, como os discursos, em vez de se dividirem em polos antagônicos com contornos bem definidos, parecem na verdade se sobrepor e se fundir como as figuras de um caleidoscópio em movimento.

Foi uma opinião generalizada que a pandemia fora bem conduzida. Tanto para simpatizantes como para opositores do governo. No entanto, quem não simpatiza com o governo tende a criticar, e é aqui em que aparece com mais facilidade a sugestão de uma possível corrupção.

> […] na pandemia, apesar de tudo, foi tudo relativamente bem porque foi criado o hospital, o que ajudou bastante as pessoas com a doença, o sistema de vacinação também foi muito útil. (GF1-M-Pro)

> […] a questão da saúde em relação à pandemia eles realmente administraram bem, dentro do show político que já se esperava […]. (GF7-H-Contra)

> […] até agora, de todo o dinheiro que foi gasto na pandemia, não prestaram contas de nada […]. (GF8-H-Contra)

A violência e a falta de segurança, por sua vez, aparecem como uma preocupação relevante, assim como têm sido durante décadas no país.[10] Nos discursos dos participantes, o que parece se manifestar é a preocupação com o fenômeno, mas mediada por "filtros" ou matizes como a preferência política, o conhecimento de casos específicos e o gênero, já que se observa maior ênfase nesse problema quando quem fala são mulheres.

> […] todo dia acontece algo ainda mais atroz e vemos pessoas desaparecidas […] então, onde está a segurança? Onde está? (GF7-M-Contra)

> […] a violência, obviamente, é um tema muito complicado porque, por mais que um governo tente e tente, acho que vai além de simplesmente reforçar a segurança […]. (GF5-M-Pro).
> […] deu para ver um pouco as mudanças da delinquência, há um pouco menos, não é algo que vai acabar do dia para a noite, mas assim aos poucos as mudanças foram aparecendo. (GF1-M-Pro)

De acordo com as pesquisas então, no fim de 2021, os principais problemas para os salvadorenhos eram, em ordem decrescente: a economia (43,2%), a delinquência (38,2%), outros problemas (12%) e a pandemia

10 É importante lembrar que os grupos focais foram realizados antes da revelação jornalística mais importante que comprovaria a existência e a ruptura do pacto entre o governo e as gangues. Também antecedem a implementação do regime de exceção que vem sendo utilizado para declarar "guerra" a esses grupos. Apesar da constante prorrogação e das violações de direitos humanos que o regime de exceção tem implicado, ele continua recebendo apoio majoritário da população, já que propiciou um aumento substancial da segurança objetiva e percebida (IUDOP, 2022c, 2024).

(4,2%) (IUDOP, 2022a, os 100% se completam com o restante que não respondeu). De qualquer forma, economia e falta de segurança disputam constantemente a liderança dos problemas cotidianos. Esses problemas de fato vêm se alternando e se sobrepondo desde 2019, exatamente como os discursos coletados parecem indicar.

Há mais contundência e coincidência discursiva em relação à implementação do Bitcoin e às relações com os Estados Unidos. Nesses casos, o consenso entre os grupos participantes parece mais claro e prontamente expresso. Há uma tendência a rejeitar abertamente o criptoativo, assim como as possíveis repercussões que podem advir dos atritos com os Estados Unidos.

> […] o que eu critico nessa decisão é que a medida [implementação do Bitcoin como moeda legal] foi tomada como um "sim", sem pensar muito […]. (GF-5-M-Pro)

> […] eles foram gastando os 30 dólares que o presidente deu e pronto, ninguém investiu, ou seja, ninguém […] para mim é algo totalmente desnecessário. (GF8-M-Contra)

> […] houve atritos, aos Estados Unidos não agradou por completo a atitude do Governo, mas romper laços de vez, não sei que dano isso causaria ao país […]. (GF5-M-Pro)

> […] tenho medo de que ele [o presidente Bukele] acabe se tornando um ditador e rompa, tensione muito, os laços com vários países, por exemplo, com os Estados Unidos. (GF2-M-Contra)

Mais uma vez, os dados da pesquisa nacional ratificam as afirmações. No fim de 2021, por exemplo, quase 75% dos salvadorenhos achavam que os atritos com os Estados Unidos podiam repercutir muito ou ao menos um pouco sobre o país e sobre compatriotas migrantes, enquanto 55,8% afirmavam estar muito ou um pouco preocupados com a corrosão das relações com o gigante do norte. De igual maneira, um ano depois da aprovação da lei que deu – com dispensa de trâmite, sem discussão alguma – curso legal e obrigatório ao Bitcoin, 84% da população expressavam que isso beneficiou pouco ou nada sua economia familiar (IUDOP, 2022a, 2022b).

Tanto os juízos que aparecem nos grupos focais quanto nos dados de pesquisas fornecem um pano de fundo para as expectativas de futuro. Aqui, cabe uma leitura geral de otimismo em quem simpatiza com o governo e de muita hesitação e incerteza entre os opositores do oficialismo.

> […] se seguimos neste ritmo, as pessoas continuarão acreditando no partido Nuevas Ideas e chegaremos a ter um bom El Salvador. (GF6-M-Pro)

> […] apenas pedindo direção a deus em cinco anos. Como eu digo, a direção a deus e colocando-nos sempre nas mãos de deus para ver como o país vai caminhar, se vai melhorando ou vai piorando […]. (GF4-M-Contra)

No âmbito da opinião pública nacional também há indícios dessa tensão entre o passado e o futuro, ou o que parece ser uma leitura de pessimismo contra otimismo. No fim de 2021, quase um quarto dos salvadorenhos e salvadorenhas (22,7%) disseram que a situação política do país melhoraria em 2022; 48,8% achavam que nada mudaria e 24,2% achavam que a situação pioraria (4,2% se abstiveram de responder). Em complemento, 65,5% disseram ter esperança no futuro do país; 31,2% expressaram temor quanto ao assunto, enquanto uma pequena parte, 3,4%, não soube se posicionar a respeito disso (IUDOP, 2022a).

Nesse ponto, é possível tecer um comentário geral sobre os discursos obtidos nos grupos focais realizados nos Estados Unidos no que toca o otimismo ou o pessimismo. As posturas observadas nos grupos focais das pessoas da diáspora salvadorenha praticamente reproduzem as locais. Em suma, quem apoia o Nuevas Ideas e o presidente manifestou grande entusiasmo sobre o porvir e o exato oposto acontece com aqueles que não simpatizam com o governo. É digno de nota que de "fora", nota-se um grau maior de desinformação, muito tempo e peso são atribuídos ao que o presidente comunica diretamente ou ao que se fala sobre ele, e a religião parece servir como organizador fundamental para interpretar a realidade geral e nacional.

3) Democracia e populismo

Sob a categoria de democracia e populismo se agrupam discursos que se referem à existência ou não de democracia devidos às condições políti-

cas dominantes no país e, com relação a essa discussão, se o que emergiu com as mudanças políticas sedimentadas desde 2019 é ou não uma forma de governo antidemocrático.

Sobre a democracia, o que parece predominar é o desacordo entre partidários e opositores do governo. Para os primeiros, não há dúvidas de que existe democracia; já para os segundos, a democracia deixou de existir e, se ainda existe, ela corre riscos.

> […] me parece que está bem até o momento [a democracia], porque foi o povo quem escolheu. Deve-se respeito à opinião do povo e por isso estamos agora com ele, um tipo de governo democrata. (GF6-H-Pro)

> […] a democracia se perdeu desde que ele ganhou a Assembleia Legislativa, agora as liberdades, se você fala mal, ou seja, a polícia chega e leva você… é assim que estamos agora, estamos mal, muito mal […]. (GF8-H-Contra)

Curiosamente, as possíveis diferenças de opinião sobre o caráter democrático do regime encontram certa conciliação quando se trata da forma de liderança do mandatário salvadorenho. Tanto partidários quanto opositores concordam, ainda que com matizes, em qualificá-lo como populista, no sentido pejorativo do termo, isto é, como um líder camaleônico, que demonstra ousadia, firmeza e proximidade com os seus, mas também demagogia e uso da força contra seus adversários.

> […] nós nos protegemos rápido [da pandemia] graças ao senhor presidente […] mas o que aconteceria se ele não "apertasse bem o cinto" e dissesse que "fecha porque fecha"? (GF3-H-Pro)

> Bem, para mim, isso foi uma demonstração de amor do presidente Bukele, foi por isso que votei nele e voltaria nele novamente se ele se recandidatasse […]. (GF1-M-Pro)

> […] se o Twitter é uma das principais redes pelas quais o presidente se manifesta diante de nós […]. (GF5-M-Pro)

> […] ele me parece muito temerário e às vezes peca pela ousadia, porque embora seja claro que ele está liderando ou representando o inconformismo

> coletivo dos 25 aos 30 anos […] me parece muito atrevido, muito ousado ou muito corajoso, mas ao mesmo tempo me preocupa […]. (GF5-H-Pro)

> […] para um pouco mais de metade da população, acredito que ele gera gratidão, gera otimismo e simpatia, para mim, pessoalmente, gera absoluta antipatia, não me agradam os líderes populistas, nem de direita, nem de esquerda. (GF2-H-Contra)

Mais uma vez, dados das pesquisas nacionais concordam com os discursos expostos tanto sobre o dilema da vigência ou não da democracia, quanto da existência de opiniões ambíguas a respeito do presidente, nas quais sobressai sua faceta autoritária. Assim, enquanto dois terços da população (61,1%) concordam que a democracia está melhorando, 38% afirmam que ela está piorando (CEC-UFG, 2021). Segundo o IUDOP (2020), já no encerramento de seu primeiro ano de governo, Bukele foi descrito por dois terços da população como um líder com traços autocráticos ou populistas: 21,3% opinaram que ele é um líder autoritário; 22,2% disseram que ele toma decisões ágeis, mas põe fim ao diálogo; e 22,7% o caracterizaram como um governante mão de ferro. O terço restante (33,8%) dos salvadorenhos e salvadorenhas opinou que, sim, o presidente Bukele dialogava com todos os setores da população.

6. Discussão

O interesse acadêmico pela polarização – política, social ou ideológica – em El Salvador pode ser rastreado, ao menos, desde o conflito armado dos anos 1980 (Marroquín, 2020; Martín-Baró, 1983; Samayoa, 1992; Zamora, 2007). Desde então, primeiro durante a guerra, depois no sistema de partidos nascido dela e que perdura até hoje, é possível identificar tendências ao cisma, ao antagonismo e à prevalência de lógicas de jogo de soma zero entre setores, até cristalizar uma cultura política marcada a ferro quente pelo confronto (Córdova et al., 2007; Whitehead et al., 2005).

A chegada de Nayib Bukele ao poder, em 2019, inaugurou o ocaso acelerado de um ciclo do sistema político enrijecido por 30 anos, cujas marcas de identidade reconhecidas eram o multipartidarismo polarizan-

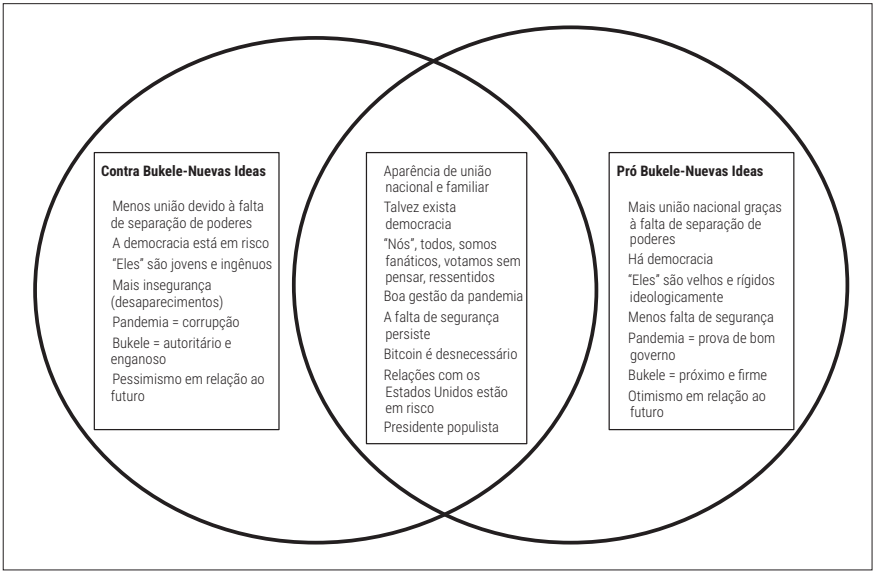
te, hegemonizado por partidos e eleitores identificados e comprometidos com eles sob o espectro ideológico esquerda-direita (Artiga-González, 2020). Esse sistema foi rapidamente lançado à obsolescência por outro modelo ou sistema – o bukelismo – no qual se destacam o personalismo presidencial, um estilo populista de governo, um partido dominante de caráter pragmático e o disfarce estratégico – quando não o desprezo – pelos distintivos ideológicos de outrora, apesar de ostentar traços claros de direita radical (Aguilar Vázquez, 2022b; Luna e Rovira Kaltwasser, 2021; Marroquín, 2020). O regime político atual em El Salvador, a partir da eleição presidencial de 2019, já não é considerado uma democracia deficiente, mas sim uma autocracia eleitoral (Boese et al., 2022).

Essas transformações fazem com que a polarização já não se manifeste prioritariamente nas esferas partidárias ou por meio de discussões abertamente ideológicas (embora veladamente ainda possam sê-lo). Em vez disso, sem perder conexão com esses elementos, a polarização "desce" ao cotidiano e se cristaliza no desacordo político do dia a dia. Daí o caráter "tóxico" – ubíquo, generalizado, intersticial e antidemocrático – que ela adquire atualmente, algo impulsionado pela exposição massiva da cidadania às redes sociais e pelo uso ativo delas por parte do presidente Bukele, com o objetivo de criar e recriar aliados e inimigos (Boese et al., 2022; Mila-Maldonado et al., 2022).

Esse estado de coisas justificou o desenvolvimento da presente pesquisa e sua atenção aos discursos sobre a polarização contemporânea. Interessa abordar facetas menos exploradas da polarização, como sua presença no cotidiano das relações familiares ou sua manifestação a partir da emocionalidade e de certas clivagens sociais (isto é, afinidade política). Para cumprir esse objetivo, deu-se atenção a posturas cidadãs sobre questões sociais (*social issues*) e consensos (Kessler e Vommaro, 2021). O cumprimento do objetivo geral da pesquisa permite lançar luz sobre esses aspectos específicos.

Os discursos apresentados na seção de resultados oferecem pistas sobre a polarização nos termos apontados. O exercício de categorização realizado, agora à luz dos resultados em diálogo com a teoria, pode ser reinterpretado e representado de forma pictórica em um diagrama de dissensos e consensos (ver Figura 1).

Figura 1. Diagrama de dissensos e consensos discursivos segundo afinidade política



Fonte: elaboração dos autores.

De acordo com a figura 1, é possível identificar polarização entre os discursos de simpatizantes e opositores do Nuevas Ideas e do presidente Bukele a partir de diferentes posicionamentos sociais. Os discursos antagônicos reproduzem uma refração estereotipada – nos extremos do diagrama – que pode ser sintetizada na expectativa de um futuro sombrio e pessimista por parte de quem se opõe ao governo, e, ao contrário, em um futuro esperançoso e otimista entre aqueles que apoiam o presidente Bukele e o Nuevas Ideas. A esse respeito, cabe dizer algo sobre os consensos e dissensos.

Em primeiro lugar, esse tipo de resultado confirmaria a persistência da polarização após 2019, assim como a possibilidade de "recrudescimentos" ideológicos. Ou seja, resquícios e reedições de conflitos que se atualizam no presente graças às novas dinâmicas sociopolíticas em curso e, particularmente, ao uso das redes sociais como arma de arremesso por parte do presidente (Marroquín, 2020; Mila-Maldonado et al., 2022). Em consonância com o papel protagonista que o presidente costuma adotar, seu comprovado uso performático e extrovertido das redes sociais para insti-

gar o confronto – inclusive recorrendo a narrativas religioso-emocionais (Menjívar et al., 2020; Orellana et al., 2023; Roque Baldovinos, 2021) –, o apogeu de um partido dominante a seu serviço, as dinâmicas de concentração de poder e a coerência com o roteiro populista, permitem afirmar que o presidente constitui o novo e principal fator de conflito e polarização na sociedade salvadorenha atual. Esse papel antes recaía sobre os partidos políticos, enquanto agentes impessoais, no período de 1989 a 2019.

Em segundo lugar, de maneira interessante, como se observa no centro da Figura 1, aparece uma "zona discursiva cinzenta" em que, apesar de tudo, uns e outros coincidem e conseguem encontrar certos consensos. Conforme mostra a Figura 1, o que predomina nos consensos discursivos encontrados são tendências conservadoras, em especial de resistência à mudança ou preservação do *status quo*: dissimulação ou medo do conflito (nacional, familiar e com os Estados Unidos), reconhecimento do dogmatismo grupal (o fanatismo de todos os eleitores de forma indistinta), aprovação do sistema apesar de suas deficiências (gestão da pandemia, insegurança, democracia), medo da inovação (o Bitcoin, em particular) e "medo da liberdade", ou seja, segundo a interpretação de Fromm, uma relação conflitiva mas, em última instância, submissa a um líder forte (tensão entre atração e repulsa por um presidente populista).

Esses consensos conservadores talvez possam ser classificados como um "conservadorismo contestado" (Kessler e Vommaro, 2021, p. 26), na medida em que coexistem com dissensos e algumas posturas progressistas (por exemplo, graus de aceitação do Bitcoin, uso das redes sociais como espaço de comunicação e informação etc.), o que, por sua vez, confirma a vigência de um contexto polarizado. A leitura da predominância conservadora faz ainda mais sentido caso se considere a "direitização" pela qual o sistema sociopolítico salvadorenho passa atualmente, em contraste com a galopante solidão, paralisia e irrelevância que acometem a esquerda (Córdova Macías et al., 2021; Marroquín, 2020).

A identificação de consensos é complementada com a de outras expressões relacionais e cotidianas da polarização, instituição existente no país desde a década do conflito armado (Martín-Baró, 1992b). Foram identificados discursos que mostram construções estereotipadas do contrário a partir de suas clivagens partidárias (isto é, posições contra *versus* pró Nuevas Ideas e Bukele), bem como o emprego de estratégias de silêncio nas relações cotidianas para dissolver o conflito em que subjazem diferenças

políticas (Latinobarómetro, 2023). O recurso da estereotipia como ferramenta interpretativa do mundo remete à vigência de limites simbólicos entre categorias de cidadãos em um meio conflitivo, enquanto fica claro que as posições político-ideológicas catalisam expressões de polarização de corte afetivo (Martín-Baró,1983; Rogowski e Sutherland, 2016). Tanto esses aspectos quanto o fato de que a polarização tem o potencial de condicionar as relações cotidianas e familiares (Avendaño Ramírez e Villa Gómez, 2021; Velázquez Cuartas et al., 2020) contribuem para confirmar a existência de uma "polarização tóxica" no país, com tudo o que ela tem de ubíqua e antidemocrática (Boese et al., 2022).

7. Conclusão

Apesar do tempo transcorrido, este estudo oferece traços para construir um mapa das novas formas de polarização. Quando este trabalho foi iniciado, eram escassas as pesquisas empíricas sobre o fenômeno do bukelismo e sobre a figura do presidente. Atualmente, multiplicam-se as reflexões acadêmicas acerca dessa realidade, como corolário de um contexto mundial em que novas polarizações se colocam a serviço da instauração de propostas autoritárias, antidemocráticas e associadas às extremas direitas globais (Barbosa dos Santos et al., 2022; Luna e Rovira Kaltwasser, 2021).

A polarização em El Salvador hoje parece assumir expressões renovadas e inéditas – ou, ao menos, bastante inexploradas – decorrentes das rápidas transformações sociopolíticas que o país experimentou com a chegada do presidente Bukele ao poder em 2019. Sua reeleição por mais cinco anos, em 2024, abre novas possibilidades de investigação sobre a polarização no país. Esta pesquisa pode oferecer uma aproximação ao fenômeno por meio dos discursos de simpatizantes e opositores do governante e de seu partido, Nuevas Ideas. Os principais resultados apontam para a existência de polarização sob o manto discursivo de diatribes especulares entre adversários, dissensos binários sobre o estado das coisas, consensos tendencialmente conservadores e indícios de conflitividade cotidiana e familiar associada às diferenças políticas.

A pesquisa não está isenta de limitações. Além da impossibilidade de generalizar os resultados, dadas as características inerentes à metodolo-

gia qualitativa empregada, cabe acrescentar que os participantes do estudo provêm, em sua maioria, de setores sociais médios ou baixos. Em outras palavras, este trabalho não registra opiniões de pessoas das classes altas. Por outro lado, um aspecto imponderável, mas possível, é a dificuldade de expressão verbal por parte dos participantes diante da conjuntura sociopolítica do país (semelhante às estratégias de silêncio detectadas em algumas famílias).

O caráter exploratório desta investigação abre um leque de possibilidades para pesquisas futuras. Ainda há uma margem considerável para aprofundar o papel das redes sociais em instigar – ou reduzir – o conflito e a polarização afetiva; o papel da diáspora nos processos de polarização nacional; assim como o peso da figura presidencial na modulação das dinâmicas de polarização no dia a dia ou em determinadas conjunturas do país.

O estudo da polarização em El Salvador é antigo e consubstancial ao interesse pelo devir sociopolítico do país. As mudanças abruptas ocorridas nos últimos anos, especialmente a deriva autocrática assumida pelo país, convidam a seguir de maneira criativa as pistas, evoluções e manifestações da polarização enquanto expressão persistente da conflitiva cultura política salvadorenha, tanto como condicionante das relações sociais cotidianas quanto como obstáculo ao fomento do debate público e da democracia.

Referências

Aguilar Vázquez, Luis Eduardo (2022a): "Nayib Bukele, el bukelismo y el uso de la religión". *Realidad y Reflexión*, vol. 1, n. 55, pp. 164-184. Disponível em: https://doi.org/10.5377/ryr.v1i55.14429. Acesso em: 12 mar. 2026.

Aguilar Vázquez, Luis Eduardo (2022b): "Los tipos de partidos políticos en la campaña 2021 de El Salvador". *Estudios Centroamericanos* (ECA), vol. 77, n. 768, pp. 69-85. Disponível em: https://doi.org/10.51378/eca.v77i768.6680. Acesso em: 12 mar. 2026.

Artiga-González, Aldo A. (2020): "Cambio en el sistema de partidos y fin de ciclo político en El Salvador". In: Baca, Sebastián Mantilla (org.). *Los partidos políticos en América Latina: ideología y estructura de la competencia*. Centro Latinoamericano de Estudios Políticos CELAEP y Fundación Hanns Seidel, pp. 255-289. Disponível em: https://bit.ly/3Pwd7Gp. Acesso em: 12 mar. 2026.

Avendaño Ramírez, Manuela e Villa Gómez, Juan David (2021): "Polarización política y relaciones familiares: prácticas relacionales y mecanismos de configuración

de la postura política como barreras psicosociales para la democracia y la paz en Medellín". *El Ágora USB*, vol. 21, n. 1, pp. 34-60. Disponível em: https://doi.org/10.21500/16578031.5472. Acesso em: 12 mar. 2026.

Azpuru, Dinorah (2010): "The Salience of Ideology: Fifteen Years of Presidential Elections in El Salvador". *Latin American Politics and Society*, vol. 52, n. 2, pp. 103-138. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2010.00083.x. Acesso em: 12 mar. 2026.

Barbosa dos Santos, Fabio Luis, Lero, Cecilia e Gerőcs, Tamás (orgs.) (2022): *The Radical Right: Politics of Hate on the Margins of Global Capital*. Leiden: Brill.

Boese, Vanessa A., Alizada, Nazifa, Lundstedt, Martin, Morrison, Kelly, Natsika, Natalia, Sato, Yuko, Tai, Hugo e Lindberg, Staffan I. (2022): *Autocratization Changing Nature? Democracy Report 2022*. V-Dem Institute. Disponível em: https://v-dem.net/media/publications/dr_2022.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Centro de Estudios Ciudadanos de la Universidad Francisco Gavidia (CEC-UFG) (2021): *El humor social y político, cosmovisión e ideología de los salvadoreños*. Disponível em: https://ri.ufg.edu.sv/jspui/handle/11592/9722. Acesso em: 12 mar. 2026.

Córdova Macías, Ricardo, Ramos, Carlos G. e Loya Marín, Nayelly (2007): "La contribución del proceso de paz a la construcción de la democracia en El Salvador (1992-2004)". In: Azpuru, Dinorah; Blanco, Ligia; Córdova Macías, Ricardo; Loya Marín, Nayelle; Ramos, Carlos G. e Zapata, Adrián. *Construyendo la paz en sociedades posconflicto. Guatemala y El Salvador, un enfoque comparado*. Pttawa/Dakar/El Cairo/Montevidéu/Nairobi/Nova Delhi/Singapura: F&G/IDRC, pp. 53-289.

Córdova Macías, Ricardo e Cubas, Violeta (2019): *Las elecciones presidenciales de 2019: Análisis de los resultados electorales*. San Salvador: Fundaungo/UCA/UDB/Flacso-Programa El Salvador.

Córdova Macías, Ricardo, Argueta, C. E. e Rodríguez, L. (2021): *El Salvador 2019: La visión sobre el país, la confianza institucional y las actitudes democráticas*. Documento de Trabajo 03-2021. San Salvador: Fundaungo.

Creswell, John W. e Poth, Cheryl N. (2018): *Qualitative Inquiry and Research Design Choosing among Five Approaches*, 4 ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Dada, Carlos (2020): "¿Quién teme al coronavirus?". *El Faro*, 14 abr. Disponível em: https://elfaro.net/es/202004/columnas/24281/%C2%BFQui%C3%A9n-teme-al-coronavirus.htm. Acesso em: 12 mar. 2026.

Díaz González, José Andrés, Ulloa Tapia, César e Mora Solano, Sindy (2021): "Aproximaciones al populismo en Daniel Ortega, Rafael Correa y Nayib Bukele". *Rev. Rupturas*, vol. 12, n. 1, pp. 49-52. Disponível em: https://doi.org/10.22458/rr.v12i1.3990. Acesso em: 12 mar. 2026.

Freedom House (2022): *Freedom in the World 2022. The Global Expansion of Authoritarian Rule*. Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-02/FIW_2022_PDF_Booklet_Digital_Final_Web.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Hernández-Sampieri, Roberto e Mendoza Torres, Christian Paulina (2018):

Metodología de la investigación: la ruta cuantitativa, cualitativa y mixta. Santa Fe: McGraw Hill.

Instituto Universitario de Opinión Pública (IUDOP) (2020): *Sondeo de opinión sobre el primer año del Gobierno del Presidente Nayib Bukele y el manejo de la pandemia de Covid-19 por parte de las autoridades*. Informe 156. Disponível em: https://uca.edu.sv/iudop/wp-content/uploads/informe156-1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Instituto Universitario de Opinión Pública (IUDOP) (2022a): *La población salvadoreña evalúa la situación del país al final del año 2021*. Boletim de imprensa, ano XXXVI, n. 1. Disponível em: https://uca.edu.sv/iudop/wp-content/uploads/Bol.-Eva-de-ano-2021-MOD.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Instituto Universitario de Opinión Pública (IUDOP) (2022b): *Evaluación ciudadana del tercer año de Gobierno del presidente Nayib Bukele*. Boletim de imprensa, ano XXXVI, n. 3. Disponível em: https://uca.edu.sv/iudop/wp-content/uploads/Bol-Eva-Gob-3er-anio-1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Instituto Universitario de Opinión Pública (IUDOP) (2022c): *La población salvadoreña opina sobre el Régimen de Excepción decretado en el país*. Boletim de imprensa, ano XXXVI, n. 2. Disponível em: https://uca.edu.sv/iudop/wp-content/uploads/Boletin-de-Regimen-de-Excepcion-VFinal.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Instituto Universitario de Opinión Pública (IUDOP) (2023): *Evaluación ciudadana del cuarto año de Gobierno del presidente Nayib Bukele*. Boletim de imprensa, ano XXXVII, n. 6. Disponível em: https://uca.edu.sv/iudop/wp-content/uploads/2023/06/Bol-Eva-Gob-4to-anio.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Instituto Universitario de Opinión Pública (IUDOP) (2024): *La población salvadoreña evalúa el segundo año del régimen de excepción*. Boletim de imprensa, ano XXXVIII, n. 3. Disponível em: https://uca.edu.sv/iudop/wp-content/uploads/2024/04/Bol.-Regimen-de-Excepcion-2024.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Kessler, Gabriel e Vommaro, Gabriel (2021): *Polarización, consensos y política en la sociedad argentina reciente*. Buenos Aires: Fundar. Disponível em: https://fund.ar/wp-content/uploads/2021/11/Fundar-Polarizacion-consensos-y-politica-1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Kessler, Gabriel e Vommaro, Gabriel (2024): "¿Cómo se organiza el descontento en América Latina? Polarización, malestar y liderazgos divisivos". *Nueva Sociedad*, vol. 310, pp. 92-105. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/6.TC_Kessler_y_Vommaro_310.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Latinobarómetro (2023): *Informe Latinobarómetro 2023: La recesión democrática de América Latina y documento de resultados de El Salvador*. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2023. Acesso em: 12 mar. 2026.

Luna, Juan Pablo e Rovira Kaltwasser, Cristóbal (2021): "Castigo a los oficialismos y ciclo político de derecha en América Latina". *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, vol. 30, n. 1, pp. 135-156. Disponível em: https://doi.org/10.26851/rucp.30.1.6. Acesso em: 12 mar. 2026.

Marroquín, Willian E. (2015): "Análisis de la turbulencia electoral en la elección presidencial del año 2014 en El Salvador". *Estudios Centroamericanos (ECA)*, vol. 70, n. 740, pp. 61-85. Disponível em: https://doi.org/10.51378/eca.v70i740.3199. Acesso em: 12 mar. 2026.

Marroquín, Willian E. (2020): "Ideología y teoría espacial de la competición en la determinación del sistema de partidos en El Salvador". *Estudios Centroamericanos (ECA)*, vol. 75, n. 762, pp. 63-90. Disponível em: https://doi.org/10.51378/eca.v75i762.3277. Acesso em: 12 mar. 2026.

Martín-Baró, Ignacio (1983): "Polarización social en el Salvador". *Estudios Centroamericanos (ECA)*, vol. 38, n. 412, pp. 129-142. Disponível em: https://revistas.uca.edu.sv/index.php/eca/article/view/8900. Acesso em: 12 mar. 2026.

Martín-Baró, Ignacio (1992a): "Guerra y salud mental". In: Martín-Baró, Ignacio (org.). *Psicología social de la guerra*. Antiguo Cuscatlán: UCA Editores, pp. 23-40.

Martín-Baró, Ignacio (1992b): "La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador". In: Martín-Baró, Ignacio (org.). *Psicología social de la guerra*. Antiguo Cuscatlán: UCA Editores, pp. 65-84.

Menjívar Argueta, Julissa, Ramírez Galán, Sofia e Marroquín-Parducci, Amparo (2020): *El Salvador. El presidente, el ungido: Nayib Bukele o la instalación de una fac(k)ecracia creyente*. In: Ponce, Matías e Omar Rincón, Omar (orgs.). *Fakecracia: memes y dioses en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, pp. 151-174.

Mila-Maldonado, Juan Arturo, Lara-Aguiar, Jhonatan Andrés, Carrasco-Muro, Carlos David e Narváez-Ruiz, Emilio Esteban (2022): "Construcción política de Nayib Bukele en Twitter en el contexto del Covid-19". *Universitas-XXI*, vol. 36, pp. 19-41. Disponível em: https://doi.org/10.17163/uni.n36.2022.01. Acesso em: 12 mar. 2026.

Monterroza, Carlos e Castro, Loida (2021): "Estrategias adoptadas y finalidades perseguidas en dos unidades generacionales". In: Departamento de Sociología y Ciencias Políticas de la UCA (DSCP-UCA). *Jóvenes como agentes políticos en El Salvador. Un enfoque generacional*. Antiguo Cuscatlán: UCA, pp. 145-181.

Navas, Albertina (2020): "Nayib Bukele, ¿el presidente más cool en Twitter o el nuevo populista millenial?". *GIGAPP Estudios Working Papers*, vol. 7, n. 166-182, pp. 529-552. Disponível em: https://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/208. Acesso em: 12 mar. 2026.

Orellana, Carlos Iván, Orellana, Ligia María e Sepúlveda, José Andrés (2023): "La personalidad de un 'presidente cool': rasgos percibidos en el presidente de El Salvador". *Teoría y Praxis*, vol. 21, n. 43, pp. 41-69. Disponível em: https://doi.org/10.61604/typ.v1i43.310. Acesso em: 12 mar. 2026.

Prieto Rodríguez, María Angeles e March Cerdà, Joan Carles (2002): "Paso a paso en el diseño de un estudio mediante grupos focales". *Atención primaria*, vol. 29, n. 6, p. 366. Disponível em: https://www.elsevier.es/es-revista-atencion-primaria-27-pdf-13029750. Acesso em: 12 mar. 2026.

Quintanilla, Jaime (2024): "El Salvador de Bukele: del autoritarismo cool al partido único". *Nueva Sociedad*. Disponível em: https://nuso.org/articulo/

el-salvador-de-bukele-del-autoritarismo-cool-al-partido-unico/. Acesso em: 12 mar. 2026.

Rogowski, Jon C. e Sutherland, Joseph L. (2016): "How Ideology Fuels Affective Polarization". *Political Behav*, vol. 38, pp. 485-508. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s11109-015-9323-7. Acesso em: 12 mar. 2026.

Roque Baldovinos, Ricardo (2021): "Nayib Bukele: populismo e implosión democrática en El Salvador". *Andamios*, vol. 18, n. 46, pp. 233-255. Disponível em: https://doi.org/10.29092/uacm.v18i46.844. Acesso em: 12 mar. 2026.

Ruiz Olabuénaga, José Ignacio (2012): *Teoría y Práctica de la investigación cualitativa*. Bilbau: Universidad de Deusto.

Santacruz Giralt, María (2021): "De compromisos y desencantos: identidad colectiva en unidades generacionales políticamente distantes". In: Departamento de Sociología y Ciencias Políticas de la UCA (DSCP-UCA). *Jóvenes como agentes políticos en El Salvador. Un enfoque generacional*. Antiguo Cuscatlán: UCA, pp. 97-144.

Samayoa, Joaquín (1992): "Guerra y deshumanización: una perspectiva psicosocial". In: Martín-Baró, Ignacio (org.). *Psicología Social de la Guerra*. Antiguo Cuscatlán: UCA Editores, pp. 41-64.

Sermeño Quezada, Ángel (2021): "¿Es el presidente Nayib Bukele un populista?". *Proceso*, n. 11, pp. 9-10. Disponível em: https://noticias.uca.edu.sv/uploads/texto_6364/file/PDF-697126-proceso-11.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

Torres-Rivas, Edelberto (2007): *La piel de Centroamérica (una visión epidérmica de setenta y cinco años de su historia)*. San Salvador: Flacso El Salvador.

Traianou, Anna (2014): "The Centrality of Ethics in Qualitative Research". In: Leavy, Patricia (org.). *The Oxford handbook of Qualitative Research*. Nova York: Oxford University Press.

Velázquez Cuartas, Yuli Natalí, Barrera Machado, Daniela e Villa Gómez, Juan David (2020): "Polarización política, relaciones familiares y barreras psicosociales para la paz en Medellín-Colombia". *Revista de Paz y Conflictos*, vol. 13, n. 1, pp. 149-174. http://dx.doi.org/10.30827/revpaz.v13i1.9529. Acesso em: 12 mar. 2026.

Waisbord, Silvio (2020): "¿Es válido atribuir la polarización política a la comunicación digital? Sobre burbujas, plataformas y polarización afectiva". *Revista SAAP*, vol. 14, n. 2, pp. 248-279. Disponível em: https://doi.org/10.46468/rsaap.14.2.A1. Acesso em: 12 mar. 2026.

Whitehead, Laurence, Guedán, Manuel, Villalobos, Joaquín e Cruz, Miguel (2005): *Perfil de gobernabilidad de El Salvador*. Madri: Trama Editorial.

Zamora, Rubén I. (2007): "Polarización y Democracia ¿Un mal necesario?". In: Artiga-González, Álvaro; Dada, Carlos; Escobar Galindo, David; Martínez, Hugo; Salguero Gross, Gloria; Zamora, Rubén I. e Turcios, Roberto. *La Polarización política en El Salvador*. San Salvador: Fundaungo/Flacso El Salvador, pp. 63-101. Disponível em: https://www.fundaungo.org.sv/products/la-polarizacion-politica-en-el-salvador/77. Acesso em: 12 mar. 2026.

Capítulo 5

Política sem identidade e adesão ao traço: setores populares no Chile

Kathya Araujo

1. Introdução

A relação das pessoas com a política institucional é um assunto que tem ganhado cada vez mais importância não só na agenda política como também na acadêmica (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, 2015).[1] Isso tem sido relacionado a um conjunto de fenômenos que parece revelar um crescimento da distância e

1 Este capítulo contém uma síntese dos resultados do projeto: *A relação com a política institucional nos setores populares*. Estudo n. 4, desenvolvido pela seguinte equipe de pesquisa: pesquisadora responsável: Kathya Araujo; copesquisadores: Nicolás Angelcos, Juan Pablo Rodríguez; equipe de assistentes de pesquisa: Mauro Navarrete (coordenador), Imara Álvarez, Miguel Barrientos, Monserrat Montaña, Bruno Rojas, Brenda Valenzuela. Este projeto foi desenvolvido com o apoio da Fundación Friedrich Ebert. Este capítulo foi publicado originalmente em espanhol: "Política sin identidad y adhesión al rasgo: Sectores Populares en Chile". Santiago de Chile: Fundación Friedrich Ebert, nov. 2024. A presente tradução do espanhol ao português de Fernanda Lobo foi revisada pela autora.

do questionamento dos cidadãos em relação à sua representação, seus mecanismos, seus atores e seu desempenho (Bargsted et al., 2019; Contreras e Navia, 2013; Corvalán e Cox, 2015; Fuentes, 2019; Montero et al., 2019; Morales, 2008; Araujo, 2022, entre outros). Nesse contexto, os setores populares têm despertado interesse especial, já que evidências no Chile e no exterior revelam que eles são os que parecem estar mais distantes ou ter relações mais instáveis com a política institucional (Braconnier e Dormagen, 2007; Hay, 2007; Dalton, 2017). Por isso, no nosso trabalho, a atenção se voltou à relação desses setores com a política institucional.

O problema da relação entre os indivíduos e a política institucional tem sido frequentemente abordado com destaque para fatores como a queda da participação eleitoral (Corvalán e Cox, 2015; PNUD, 2017a); o declínio da confiança e da valorização de instituições como os partidos políticos ou o Congresso (CEP, 2023; 2024); o problema da representação dos partidos políticos (Luna, 2016, 2017; Garretón, 2016); ou a diminuição da satisfação com a democracia (Araujo, 2017; Latinobarômetro, 2020). O projeto de pesquisa em cujos resultados este documento se baseia, no entanto, tomou outro rumo.

Partimos da consideração de que, para entender a relação dos indivíduos com a política institucional, era preciso combinar duas abordagens. Por um lado, era necessário estudar os conteúdos da relação que as pessoas estabelecem com a política institucional, isto é, se aproximar de percepções, juízos, avaliações e modalidades (ou não) de vinculação à política institucional, identificando as formas concretas e atuais como isso se dá.

Por outro lado, também consideramos a necessidade de investigar a imaginação social sobre o político, ou seja, as formas como se produz socialmente uma representação sobre as modalidades práticas e normativas ideais que são consideradas básicas e constitutivas da sociedade como inerentemente política. É claro que a imaginação social não é a representação de uma realidade objetiva, mas uma produção simbólica de caráter coletivo (Anderson, 1993). O político é um conceito que tem sido definido de várias maneiras, mas aqui o entendemos como distinto da política, na medida em que esta última se refere à gestão ordinária e ao sistema político propriamente dito (Gauchet, 2002). O político se refere, seguindo livremente Lefort, a uma modalidade de articulação do social e sua representação, que pressupõe formalizar, dar sentido e pôr em cena a coexistência humana (Lefort, 2004).

A importância de se estudar a imaginação social sobre o político reside no fato de que ela impacta a maneira como se constituem as relações entre os indivíduos e entre estes e as instituições, que entrelaçam concretamente a existência e orientam as dinâmicas do âmbito político em uma sociedade específica (Araujo, 2019; 2022). A imaginação social sobre o político funciona como um horizonte normativo de valores que contribui para moldar a relação concreta dos indivíduos com a política.

Em síntese, este projeto abordou, por um lado, o estudo da relação das pessoas com a política institucional, entendendo que existem pelo menos cinco componentes que informam essa relação: 1) as percepções sobre a política institucional, seus princípios e seu funcionamento; 2) os tipos de juízo e seus conteúdos (moral, de valor, etc.); 3) as práticas concretas de articulação com atores, procedimentos ou mecanismos próprios da política institucional (por exemplo, se militam ou quais são suas práticas em relação aos processos eleitorais); 4) os conhecimentos práticos sobre as potencialidades e coerções que estruturam essa relação (o peso das sanções eleitorais; as vias potenciais de influência etc.); e 5) os graus de adesão.

Por outro lado, este projeto abordou o estudo da imaginação social sobre o político, se interessando em desvendar as ideias básicas sobre como a articulação política da sociedade deve ser resolvida. Consideramos, entre outros aspectos, as concepções sobre as formas admissíveis de organização, distribuição e exercício do poder, as modalidades de administração e de estabelecimento das orientações para os rumos futuros; os mecanismos e modalidades estipulados para tratar da disputa política em torno dessas questões; e os princípios e valores que devem orientar as ações e interações nesse campo. Nesse contexto e de forma concreta, procurou-se investigar questões como: de que maneira a *polis* deve ser governada? Quem deve governá-la? Como o poder deve ser distribuído? O que é um bom governo? Quais são as características daqueles que estariam autorizados a desempenhar papéis de destaque na execução de tarefas políticas?

Em resumo, a pesquisa desenvolvida se interessou não apenas pelas percepções, juízos, avaliações, graus de adesão, conhecimentos práticos e práticas concretas de articulação que moldam a relação entre os indivíduos e a política institucional hoje, mas também pelos fundamentos ideais a partir dos quais ou em tensão com os quais essa relação toma forma.

A pesquisa compreendeu quatro estudos específicos: 1) a análise dos debates nas ciências sociais, numa perspectiva de longo prazo, sobre a rela-

ção dos setores populares com a política institucional; 2) uma análise desse fenômeno a partir de dados quantitativos; 3) uma revisão dos resultados de pesquisas qualitativas anteriores sobre setores populares desenvolvidas por membros desta equipe de pesquisa; e 4) um estudo empírico de tipo qualitativo no qual foram realizadas 92 entrevistas com membros de três gerações de quatro famílias extensas: uma no norte (Antofagasta), duas no sul (Temuco e Quemchi) e uma no centro do país (Santiago).

Este documento contém a apresentação dos resultados parciais do último estudo (estudo 4),[2] com o objetivo de debater apenas uma das conclusões que eles sugerem.

Como desenvolveremos em detalhes adiante, os resultados deste estudo confirmam a tese elaborada a partir dos três primeiros: o que caracteriza a relação dos setores populares com a política é o fenômeno da *politização sem identificação* (Araujo et al., 2023). Esses novos resultados, porém, ajudam a dar mais um passo na compreensão da relação com a política institucional, pois permitem aprofundar as dimensões que dão corpo ao fenômeno que identificamos e, com isso, contribuem para entender a tensão intrínseca do processo em curso hoje no Chile.

Em primeiro lugar, nossas descobertas oferecem uma explicação sobre as razões do fenômeno da *politização sem identificação*. Elas sugerem que esse fenômeno responde à presença simultânea de uma valorização significativa do político (os fundamentos ideais que estão na base da representação da sociedade como organização política), questão que dá suporte à politização, ao mesmo tempo que há um profundo descontentamento com as formas concretas de implementação da política institucional, o que fundamenta a falta de identificação.

Em segundo lugar, nossas descobertas permitem confirmar uma relação muito crítica com a política, marcada pela desidentificação e, portanto, pela existência de uma articulação que tende a não comprometer nenhum tipo de identidade política consolidada dos indivíduos com a política. Além disso, essa relação é caracterizada por altos graus de discricionariedade e fluidez, o que se relaciona com o fato de que ela se desenvolve preferencialmente a partir de um mecanismo que denominamos "adesão ao traço", isto é, uma característica particular do caráter, da personalidade ou do discurso da figura política.

2 Para uma descrição detalhada, ver Anexo metodológico, neste volume, pp. 167-ss.

A seguir, após discutir os resultados encontrados nos três primeiros estudos (ponto I), procuraremos apresentar as razões da coexistência da politização e da desidentificação, apresentando as principais tensões entre o político e a política que moldam esse fenômeno (ponto II). Em seguida, argumentaremos como as quatro tensões entre a valorização abstrata do político e o desencanto com os resultados concretos da política institucional (e da democracia) conduzem a uma modalidade específica de estabelecimento da relação com a política, discricionária, fluida e ancorada na preeminência do mecanismo de "adesão ao traço" (ponto III). Depois, serão incluídas algumas breves conclusões (ponto IV). No final do texto, adicionamos um anexo metodológico do estudo que sustenta o que é discutido neste capítulo. Uma advertência antes de continuar: por razões de espaço e para facilitar a leitura, este texto não inclui citações completas do material empírico. Algumas citações são utilizadas como epígrafes de cada seção com o objetivo de exemplificar o que é discutido em cada uma delas.

2. A politização sem identificação (com a política institucional)

Os resultados obtidos nos três primeiros estudos descritos anteriormente evidenciaram que, para compreender a relação dos setores populares com a política institucional, era necessário se distanciar da tese da pura desafetação política. Esta foi caracterizada como um distanciamento e um abandono do interesse pela política e pelo que é público em geral que toma a forma de apatia, alienação ou cinismo e que se expressa em desafetação institucional e falta de compromisso político (interesse ou importância da política na vida) (Torcal e Montero, 2006), duas dimensões que andam de mãos dadas. Porém, é necessário ir além dessa tese, pois ela não captura o essencial dos processos que estamos observando. O que nosso trabalho revelou foi a existência de um tipo de relação com a política que chamamos de "*politização sem identificação*" (Araujo et al., 2023). O que se observa, contrariamente à ideia de desafetação política, são formas cada vez mais variadas de politização acompanhadas de distanciamento da política institucional e de seus atores.[3] Trata-se, porém,

3 Processos semelhantes foram relatados em outros países, como a Espanha, onde se observa um aumento do interesse pela política e do envolvimento subjetivo nela, o que acompanha o aumento da desconfiança

de um tipo de politização que se afasta das formas convencionais e lineares que costumam descrevê-la. A forma de politização que encontramos implica interesse pelo público, uma representação da sociedade em termos políticos, considerações sobre o bem comum, disposição para participar de formas de expressão política. Isso não inclui, como se costuma considerar (Braconnier e Dormagen, 2007), a identificação com o campo da política institucional. Ou seja, não se encontra uma identificação com as clivagens que organizam a política institucional, com as ofertas programáticas que dela emanam, nem com as convenções que organizam o campo da política e suas práticas.

Como discutimos em texto anterior (Araujo et al., 2023), a *politização sem identificação* tem se produzido de forma gradual nas últimas décadas. As evidências provêm de várias fontes. No nosso trabalho de pesquisa quantitativa, revisamos a pesquisa Latinobarómetro entre os anos de 1995 e 2020. Por meio de uma análise descritiva, pudemos observar um aumento no nível de politização de todos os setores sociais, especialmente dos setores populares, desde o ano de 2013. Isso se expressa em um aumento da disposição para participar de manifestações (protestos não autorizados e manifestações autorizadas) e em um maior interesse em falar de política com amigos, bem como em tentar convencer alguém de suas próprias ideias políticas. No entanto, isso não se reflete em maior confiança nos partidos políticos nem em maior identificação com a divisão esquerda-direita. Essa politização sem identificação também se expressa, como mostrou a análise do debate nas ciências sociais sobre a relação dos setores populares com a política, no aumento de formas autônomas, não mediadas por partidos ou atores políticos, de conceber a organização e a mobilização política nesses setores (Angelcos e Pérez, 2023).

Da mesma forma, a revisão do material empírico produzido anteriormente a este projeto revelou que esse fenômeno está relacionado à existência de indivíduos mais fortalecidos, com maior confiança em suas próprias habilidades; maior consciência daquilo que é legítimo exigir e daquilo que não podem se dar ao luxo de perder, o que contribui para maior inclinação à mobilização, com o fortalecimento da desconfiança em relação à política e seus atores, dada a percepção de negligência e a expectativa

em relação à política e aos atores políticos (Megías, 2020). No entanto, isso ainda tem sido interpretado como desafetação política. Isso apesar de, rigorosamente, tal interpretação contrariar a definição dessa noção que o próprio autor mobiliza, a qual estabelece a presença de duas dimensões, a desafetação institucional e o compromisso político entendido como interesse pela política, atuando na mesma direção e não em direções opostas, como revelam esses resultados e os nossos.

de abuso por parte deles. A instabilidade da própria autodefinição desses setores e o agravamento da questão moral como estruturante de suas percepções, demandas e juízos contribuiu para diminuir a validade das divisões oferecidas pela política. Finalmente, o avanço dos processos sociais de desapego (Araujo, 2022) contribuíram para enfraquecer a ideia do comum e do coletivo, que é o próprio fundamento da existência da política e da política institucional.

O quarto estudo, cujos resultados são resumidos neste texto, como já mencionamos, confirmou a existência dos processos de *politização sem identificação* que havíamos notado anteriormente. Ao mesmo tempo, forneceu pistas para compreender mais profundamente as formas de relação com a política institucional, permitindo-nos apreender as razões da politização sem identificação e especificar a principal modalidade que essa relação assume. Vejamos cada um desses aspectos em detalhes.

3. A tensão entre o político e a política: uma chave para compreender a politização sem identificação

Os resultados acerca de como se estrutura a relação com a política e a política institucional nos setores populares revelam quatro tensões centrais entre o político e a política que explicam e permitem compreender a coexistência de formas de politização e de falta de identificação com a política (institucional). Isso se expressa em: 1) a permanência da valorização da política como atividade, ao mesmo tempo que há uma crítica e um distanciamento das práticas políticas concretas dos atores no campo; 2) adesão aos princípios gerais da democracia, mas uma rejeição à mesma por seus resultados concretos; 3) reconhecimento da importância e do valor cívico do voto (e da participação), ao mesmo tempo que há descrença em seus efeitos; 4) concepção transversal da política como motor de mudança e a convicção de que o exercício da mesma equivale mais à não mudança.

3.1. A visão positiva da política como prática social em termos abstratos versus *a rejeição aos políticos e às suas práticas políticas concretas*

> Os políticos […] sempre demonstraram preferir a sua própria segurança à segurança das pessoas, independentemente do partido político a que pertencem. Eles dizem: "não, eu apoio as pessoas", mas na verdade todos são iguais, só mudam algumas palavras […] sempre, sempre vi isso como uma questão política, no sentido de que preferem garantir a sua própria segurança em vez da segurança das pessoas […] e, como repito, não, não há cor ou partido político, para mim são todos as mesmas pessoas […] como se tudo o que prometeram eu já soubesse de cor e salteado". (Julián, 23 anos, desempregado, terceira geração, família Antofagasta)

> Há pessoas que fazem política pelo dinheiro, há pessoas que fazem pelo povo e há pessoas que fazem pela fama, por assim dizer. Por exemplo, eu não gosto do prefeito daqui porque, para mim, ele gosta de estar na mídia e tem o jeito dos programas de fofoca de celebridade […] Mas aqui é preciso… alguma autoridade política que resolva as coisas. (Mabelle, 26, manipuladora de alimentos, segunda geração, família Antofagasta)

> Ou seja, entendo que a sociedade não é a indicada para dizer o que é necessário, ou seja, para apresentar a ideia sim, mas não a forma, porque não somos economistas, não somos médicos, nem todas as pessoas sabem de direito, portanto, acho que não é correto que todas as pessoas digam como fazer uma lei, porque não temos as bases, não temos o conhecimento para fazê-lo, mas acredito que é extremamente importante que as pessoas se envolvam mais. (Andrés, engenheiro mecânico e de manutenção industrial, segunda geração, família Antofagasta)

De maneira transversal, se observa uma atitude muito crítica em relação à política institucional. Quase todas as pessoas compartilham dessa posição. No entanto, o distanciamento em relação à política institucional não significa que não haja interesse pelos assuntos públicos e pelas formas como eles são gerenciados e discutidos. Pelo contrário. As pessoas se in-

teressam pelo que consideram problemas públicos, têm opiniões formadas sobre a atuação dos atores envolvidos na geração desses problemas públicos e em suas possíveis soluções, e assumem posições e juízos sobre a gestão desses problemas, mas também sobre as formas de uso do poder político e a condução do país. Tudo isso apesar de a primeira reação de muitos dos entrevistados e das entrevistadas, especialmente os mais velhos e os mais jovens com menor escolaridade, ser afirmar que não sabem nada de política e/ou que não se interessam por ela. Uma vez ultrapassada essa primeira barreira, em boa parte dos casos, é possível acessar construções a alta complexidade com que as pessoas constroem suas percepções, experiências e posições políticas.

A política em termos abstratos, ou seja, como atividade destinada a tornar realidade o político, é estimada por muitos e chega até a ser considerada atraente. Mas, segundo as pessoas, são os políticos que a desvirtuaram. Vale ressaltar que os políticos, como mostra a citação anterior, são referidos como um conjunto homogêneo de sócios: "todos são iguais". Embora as críticas dos entrevistados possam muitas vezes se dirigir objetivamente a figuras específicas, cada uma delas contribui para a ideia de "os políticos" como um grupo compacto. Ou seja, cada figura específica funciona basicamente como um emergente que serve para confirmar o que caracteriza todo o conjunto "políticos".

Essa distinção entre a importância atribuída à atividade política e a crítica à política tal como ela se desenvolve é relevante e sugere que os problemas percebidos em relação à política institucional não são considerados inerentes à noção de política em geral, mas estão associados àqueles que a praticam. Nesse contexto, as opiniões sobre a política institucional são extremamente negativas. A seguir, mencionaremos as dimensões críticas mais importantes e frequentes que fundamentam a rejeição à política institucional, de acordo com nossas descobertas.

Em primeiro lugar, e em consonância com outros estudos e medições (CEP, 2024), critica-se o aproveitamento indevido de vantagens por parte dos políticos e a prática da corrupção, considerada um componente generalizado da política. Isso está relacionado ao fato de que, para a grande maioria das pessoas, o objetivo e a motivação central da prática política e do compromisso dos políticos com sua ação é o dinheiro. A associação entre a prática política e o dinheiro como sua motivação e motor é um elemento extremamente importante que estrutura a seleção de onde colocar

a atenção primeiro, bem como os juízos que as pessoas emitem sobre as figuras políticas. Isso faz com que a relação dos políticos com o dinheiro seja um foco privilegiado de observação e vigilância constante por parte das pessoas. Da mesma forma, tudo o que se relaciona com o dinheiro constitui um argumento principal para maldizer essas figuras.

Outro elemento especialmente mobilizado na crítica à política institucional é a ausência de concepção do bem comum nos políticos. Em um sentido realmente radical, as pessoas acreditam que, mais do que não levar em consideração a ideia do bem comum, são as próprias práticas políticas que desvirtuam o bem comum. Essa ideia está associada à percepção da distância da política em relação às necessidades concretas e urgências das pessoas, o que se traduz em um sentimento de abandono por parte da política. Segundo os entrevistados, isso ocorreria porque os atores políticos estariam fortemente concentrados em satisfazer seus interesses particulares e pessoais, como a primeira citação na epígrafe revela.

Vários fatores informam essa visão crítica, mas um elemento que participa especialmente na definição da percepção de distância da política em relação às realidades e necessidades das pessoas é fornecido pela chave geográfica. Assim, por exemplo, em Quemchi, uma pequena localidade semirrural situada na ilha de Chiloé, no sul do país, o sentimento de distância da política em relação às realidades das próprias pessoas está incorporado no isolamento que experimentam, o que se expressa, por exemplo, no acesso muito difícil aos serviços sociais. Ao mesmo tempo, em Antofagasta, isso está ligado aos problemas não resolvidos de segurança e migração. A tensão aqui se expressa no fato de que o sentimento de abandono da política, especialmente nas regiões (embora não apenas), faz com que se dê prioridade ao aspecto local, mas à custa das dinâmicas clientelistas que isso implica, como muitos outros estudos têm destacado (Arriagada, 2013; Barozet, 2004; Barozet et al., 2020), e que nosso material empírico, no caso das zonas norte e sul, confirma de forma muito consistente.

Vale ressaltar que o olhar crítico para a política institucional, devido à sua distância, está presente mesmo entre aqueles que têm histórias familiares de militância política transmitidas de geração em geração. Até quando as pessoas estão filiadas a um partido político, elas consideram que a política está muito distante e é rejeitável, pois se desenvolve e é decidida entre quatro paredes. O elitismo, o secretismo e as dinâmicas excludentes da política institucional colidem com a expectativa de ser levado em conta,

de "contar", que é o sentido mais básico e difundido que as pessoas têm sobre o que é participar.

Em terceiro lugar, a rejeição à política está ligada à percepção da política como um cenário marcado por divisões, falta de unidade e consenso, e disputas partidárias exacerbadas. As brigas constantes entre os atores políticos são consideradas uma evidência de que eles estão concentrados em suas lutas pelo poder (e nas vantagens que dele derivam), em vez de se concentrarem no trabalho de resolver os problemas sociais urgentes. A disputa pelo poder, na percepção das pessoas, acaba afetando a eficácia no cumprimento de seus deveres para com a sociedade. Esse é um aspecto que tem sido destacado por diversos trabalhos. Por exemplo, estudos relativos ao desenvolvimento do processo da Convenção Constitucional, que ocorreu entre 2020 e 2022, revelam que uma das razões para a perda de apoio à Convenção e de seu fracasso em ser aceita residiu no fato de as pessoas terem punido o que consideraram pouca disposição para o diálogo e a negociação entre seus membros (Fuentes, 2023, pp. 97 e 110).

Um último elemento crítico a se considerar é a visão das pessoas de que as práticas desenvolvidas pelos atores políticos institucionais são práticas privadas de civismo.[4] Os comportamentos pouco cívicos e incivis dos políticos são considerados afronta direta à integridade do que constitui o pacto político do qual as pessoas são parte constituinte. Portanto, a incivilidade nas figuras políticas é considerada uma afronta às próprias pessoas.

Isso também está ligado a uma visão especialmente crítica, caso essas práticas sejam desprovidas de respeito pelos símbolos (a bandeira, o hino ou a investidura de alguns espaços), que, especialmente nas duas gerações mais velhas, costumam ser considerados representações essenciais e estruturantes da relação que se estabelece entre os membros da sociedade (o que une) e são concomitantes à sua representação política (são simbolicamente relevantes para representar a comunidade política como um todo).

Em resumo, a rejeição à política institucional tem como base a convicção de que os interesses individuais dos atores políticos (partidos políticos, políticas e políticos etc.) se impõem sobre seus compromissos com a sociedade. A imagem que prevalece é a de uma política presa em lutas pelo

4 O caso da Convenção Constitucional também é um bom exemplo dessa rejeição. Como foi apontado em vários estudos, as agressões, as declarações bombásticas, a falta de respeito pelas convenções mínimas de decoro e respeito ao cargo geraram rejeição por parte da cidadania e influenciaram na queda do apoio e da avaliação do funcionamento da mesma (Fuentes, 2023, p. 77).

poder que não respeitam os limites de conduta e relações do pacto político, e que apenas escondem a motivação última de quem dela participa: a motivação do dinheiro. No entanto, essas posições não se traduzem numa rejeição da atividade política em si. A política, a atividade política concebida em termos abstratos, é considerada parte das dinâmicas da sociedade necessárias para enfrentar a questão de como se organizar, se governar ou estabelecer metas comuns, entre outras questões.

3.2. Adesão aos princípios da democracia, desencanto em relação aos seus resultados

> […] gostaria que fosse… de forma democrática, mas sem o sistema de puxar votos. Porque, no final das contas, não pode ser que eu vote em uma pessoa, queira que essa pessoa saia e haja outra pessoa que tenha maioria, mas por culpa dessa pessoa que obteve maioria, outra pessoa saia e a outra pessoa fique para trás. Então, sinto que seria democrático, mas democrático, apenas por maioria, isso, como realmente o que as pessoas querem que seja, porque agora não é o que está acontecendo. (Macarena, 24 anos, estudante em estágio técnico de nível superior, terceira geração, família Quemchi)

> Ah, não, bem, é… é que sejam ditadores, não, não, discordo totalmente […] quer dizer, já estamos aqui e há uma evolução que não nos permite aceitar um ditador a esta altura da vida. (Fátima, 32 anos, enfermeira, segunda geração, família Temuco)
>
> Acho que seria como ver o que a cidadania em geral quer. Acho que tudo isso deveria ser democrático, ou seja, entendo que haja senadores, deputados e coisas assim, mas sinto que não é tão representativo como se fosse em nível geral. (Ramiro, 23 anos, estudante universitário, segunda geração, família Santiago)

A crítica à democracia é generalizada, mas a menção de vários de seus princípios como aspectos valorizados está presente de maneira geral entre nossos entrevistados e entrevistadas. Em primeiro lugar, aparece a participação como um direito, embora a noção de participação não responda necessariamente às formas como o sistema político e os estudos políticos

a definem, ou seja, uma participação especialmente eleitoral. Essa valorização também se revela na consideração de que a observância de seus mecanismos é um dever. Ela está presente também na adesão aos valores que a compõem, como a igualdade, mas também, e de maneira importante, o princípio da liberdade e da autonomia. Outro princípio que faz parte do repertório da democracia e que é muito difundido na consideração das pessoas é o da importância da regulamentação do uso da força e da não violência, bem como a rejeição do autoritarismo como forma de tratar os cidadãos no exercício do governo (embora não como ferramenta para a regulamentação social do que consideram ameaças à vida social). Observa-se, além disso, uma valorização da capacidade de respeito, diálogo, aceitação da posição dos outros e do bem comum, ou seja, as fórmulas de diálogo e resolução de conflitos dentro dos marcos democráticos.

A adesão à democracia diminui na medida em que surge a decepção com os resultados concretos da mesma. Por um lado, como já demonstraram trabalhos anteriores (Araujo, 2017), porque esses resultados evidenciam que existe uma contradição entre os princípios ideais da democracia e as formas concretas em que ela se encarna. Existe uma lacuna entre as dimensões ideais e as experiências das pessoas. Isso se torna visível para as pessoas nos comportamentos e dinâmicas dos atores políticos institucionais (a partir das características percebidas que enumeramos na seção anterior). Por outro lado, os resultados da democracia cristalizam-se no desencanto associado ao não cumprimento das promessas de melhorar as condições de vida a partir da prestação de melhores serviços sociais ou da saída da pobreza e da mobilidade social, ou da proteção contra a insegurança cidadã, por exemplo.

Assim, embora haja um descontentamento associado ao termo democracia (o que implica reações críticas à sua menção), a verdade é que isso responde às avaliações sobre os rendimentos das formas de governo que se desenvolveram nas últimas décadas. Junto com essa rejeição desencantada, há uma adesão aos princípios que a constituem normativamente como regime de governo e, em muitos casos, exigências de ampliação democrática, especialmente por meio de novos e melhores meios de inclusão da opinião das pessoas, como mostram as citações que iniciam esta seção. Se há uma rejeição do substantivo democracia, há uma valorização do adjetivo democrático (a). Vários de seus princípios são valorizados e até mesmo se aprecia um desejo de radicalização dea cristalização desses princípios.

3.3. Um reconhecimento da importância e do valor cívico do voto e da participação eleitoral, ao mesmo tempo que uma desconfiança em seus efeitos

> […] por exemplo, agora, o voto é obrigatório e eu não iria votar, porque não confio no que eles vão fazer agora, mas tenho que votar porque é obrigatório. Se não fosse obrigatório, eu não iria votar. Da mesma forma, eu, como se diz, me contradigo, porque se não votar, não tenho opinião. Mas é como uma desilusão, estou desiludido com isso. Mas sim, geralmente participo. Acho que desde que pude votar, sempre votei. (Vicente, 30 anos, TENS em Consultório de Saúde, terceira geração, família Quemchi)

> Entrevistadora: Antes você não votava.
>
> Jacobo: Não.
>
> Entrevistadora: E por que não votava?
>
> Jacobo: Pelo mesmo motivo, porque nunca mudava nada [*risos*]. (Jacobo, 42 anos, transportador, segunda geração, família Antofagasta)

> […] nós não, nós três que moramos aqui não, assuntos políticos, nós não, mas meus filhos sim, o Andrés, o Pablo, que normalmente são aqueles que nós, a… é… quando é hora de votar, ou quando é hora de… eles nos dizem, é… não sei, eles nos aconselham, ou "votem neste", ou "leiam", como eu digo, "leiam a Constituição, antes de votar, leiam vocês, leiam este artigo, leiam aqui, ali, leiam", porque meus filhos são muito bons em ler. (Elisa, 58, costureira, primeira geração, família Antofagasta)

Os resultados mostram dois contextos muito distintos em relação ao voto. De maneira relevante, as posições em relação ao exercício do voto estão fortemente associadas à família de pertencimento (se se vota ou não, além das preferências eleitorais, que podem variar dentro da família). Os grupos familiares tendem a ter posições relativamente semelhantes em suas atitudes e práticas em relação à participação nos processos eleitorais. No entanto, não se encontra uma homogeneidade completa em nenhum dos casos. Outras dimensões, como níveis educacionais e geração, parecem ter um peso maior nessas decisões.

De todo modo, para uma parte importante dos entrevistados, votar, mesmo que nem sempre o tenham feito, é considerado um dever cívico. Apesar das opiniões negativas sobre a política em geral, o voto é considerado uma responsabilidade cidadã. Vale a pena insistir que isso é válido independentemente de se votar ou não em casos pontuais. O voto é reconhecido idealmente como uma forma de exercer certa influência sobre as decisões políticas e de se expressar politicamente, embora a confiança na capacidade de impacto do voto em termos concretos no caso do Chile seja baixa (PNUD, 2017b). Porém, nos setores estudados, o argumento mais importante para votar é que o voto dá legitimidade para opinar sobre assuntos públicos, para reclamar ou fazer exigências. Nesse sentido, o voto aparece como o elemento central de autorização para se expressar sobre política.

Além disso, reforçando o valor que é atribuído ao voto, há um consenso sobre a importância de se votar de modo informado. No entanto, as formas de se informar variam muito de acordo com a geração e o nível de escolaridade. Particularmente entre os mais velhos, aqueles da primeira geração estudada, e entre os jovens com menor nível de escolaridade, mesmo que haja uma elaboração de posições próprias sobre como as coisas deveriam ser, o voto costuma ser decidido em relação, com o apoio ou a influência de pessoas próximas, sobretudo familiares. Seja à mesa da família ou porque se recorre especialmente a alguém considerado informado, o voto nesses grupos tende a estar associado a essas dinâmicas de conversa e influência familiar. Dado que quanto maior o nível de escolaridade, mais autônomas e elaboradas são as opiniões e posições políticas (que, no entanto, muitas vezes não encontram representação no campo político); são esses membros das famílias que costumam ter uma função informativa e persuasiva extremamente importante em seus núcleos familiares.

Ao contrário do grupo de entrevistados que adere à "norma de participação" (Braconnier e Dormagen, 2007), ou seja, que identifica o voto como um ato obrigatório, existe outro grupo que deixou de votar ou nunca votou após a instauração do voto voluntário. Aqui, o não voto aparece justificado como uma extensão e consequência óbvia da crítica e da descrença em relação à política institucional e aos políticos. É claro que essa é uma crítica que também é compartilhada por aqueles que votam, só que, para estes últimos, ela não funciona como motivo para se absterem de votar. Apesar das diferenças no peso dessas críticas sobre a decisão de votar ou não, o que aparece de forma comum nos dois casos, como já mencionado,

é que a confiança no impacto real do voto para a melhoria de suas situações de vida, ou nas mudanças sociais esperadas, é muito baixa. Há pouca esperança de que o voto seja capaz de modificar ou realmente impactar as ações e decisões dos representantes eleitos, um resultado que coincide com o de outros estudos (PNUD, 2017b).

Em resumo, o voto é considerado um dever cívico legítimo e visto como uma forma de autorização para a palavra pública e política, mas a confiança em seu impacto real é escassa, o que muitas vezes acaba enfraquecendo-o e tornando-se uma razão ou um argumento retórico para justificar o abstencionismo eleitoral. A tensão entre a valorização do político e o desencanto em relação à política também é observada nesse nível.

3.4. Uma concepção transversal da política como motor de mudança e a convicção de que o exercício da mesma é equivalente à não mudança

> Acredito que, durante os protestos sociais […], senti que havia um acompanhamento também por parte das pessoas que pensavam o mesmo que eu, porque às vezes pensava que talvez apenas o meu grupo de amigos pensasse o mesmo que eu ou as pessoas com quem eu me relacionava, e depois percebi que havia muitas pessoas que também sabiam que estava abusando de certas coisas, que havia coisas que não estavam bem, que havia coisas que precisavam ser mudadas radicalmente, nem mesmo a partir de uma reforma. Enfim, senti que era necessário. (Diego, 23 anos, estudante universitário, terceira geração, família Santiago)

> […] a classe política parece que não entendeu. Não [risos], parece que se perdeu, como se tivesse entendido, depois parece que se perdeu e voltamos a ficar como antes, sem nenhuma, quer dizer […]. (Felipe, 34 anos, comerciante, terceira geração, família Quemchi)

> Olha, para mim, o Estallido Social,[5] é… do ponto de vista social, me pareceu bom, o que não me pareceu bom foi a delinquência, é, de queimar o metrô,

5 Em outubro de 2019, ocorreu no Chile o que foi chamado de Estallido Social [Explosão Social], um conjunto de mobilizações díspares que se caracterizaram por uma rejeição à classe política e por um

> se foi organizado ou não, não me importa, mas o que… no final, prejudicou as pessoas que ocupamos essas… essas coisas, porque eu trabalhava naquela época no metrô El Golf, para o Estallido Social… (Pedro, 53, chef de cozinha em empresa de alimentação, segunda geração, família Santiago)

A mudança é uma dimensão central do que se espera da política e de seus atores. A esperança de que haja mudanças no Chile aparece como uma constante no material analisado, independentemente das posições políticas das pessoas. No setor social analisado, isso sugere um consenso generalizado sobre a necessidade de transformações em diferentes aspectos da sociedade chilena. De acordo com o que foi encontrado, há preferencialmente três áreas que deveriam sofrer melhorias substanciais, em concordância com o que outros dados quantitativos mostram (CEP, 2024): saúde, educação e pensões. Em seguida, aparece com um pouco menos de frequência, a habitação. Especialmente na geração mais jovem, surgem novas demandas relacionadas ao meio ambiente ou aos direitos dos animais.

A ideia de "mudança" é, portanto, central. O que se espera é que haja mudança, embora o conteúdo dessa mudança varie, ou não esteja claro o que deve ser mudado ou o que deve ser melhorado e como. No entanto, o tom predominante em relação à possibilidade de mudanças tende a ser pessimista. Esse pessimismo está associado à experiência de que suas expectativas não foram atendidas pelos políticos, decepções que se acumularam ao longo do tempo.

Cada geração possui e soma marcas históricas de momentos que se associaram à ilusão de que "as coisas poderiam melhorar" para eles. Ou seja, que as coisas poderiam melhorar para os setores menos beneficiados. Para a primeira geração, essa esperança estava ligada à transição para a democracia, enquanto, para a segunda ou terceira geração, esse otimismo surgiu com a Revolução dos Pinguins e, de forma mais transversal em todas as gerações, com o *Estallido Social* de 2019, o primeiro processo de transformação constitucional que se inicia com o plebiscito de 2020 e o governo de Gabriel Boric. No entanto, em qualquer uma dessas gerações,

significativo espontaneísmo organizativo; um elevado nível de conflito; participação transversal; apoio generalizado da população. Os atos se desenvolveram com grande intensidade até dezembro de 2019 e não desapareceram – embora tenham ocorrido de forma menos intensa – até que a pandemia da Covid-19, que se alastrou no país em março de 2020, lhes pusesse fim.

essas esperanças desaparecem gradualmente, se transformando em uma atitude negativa e descrente.

Nesse contexto, é importante destacar a existência de uma crença básica, apesar dos diversos desencantos, de que a ação política em massa por parte da população seria a única maneira de alcançar a mudança. Um tipo de ação que estaria destinada e, portanto, justificada, a quebrar a inércia da política institucional e abrir a oportunidade das pessoas "serem ouvidas". Isso parece explicar a reserva da qual se alimenta a disposição para se mobilizar. A convicção de que para alcançar mudanças é necessário o uso da força e ações massivas corresponde a um aprendizado histórico de longa data sobre os processos de transformação. Mas essa convicção é modulada em função dos contextos. O Estallido Social de 2019 e o fracasso em conduzi-lo às mudanças exigidas que se seguiu são bons exemplos dessa dinâmica. Nesse quadro, os indivíduos começam a se perceber como agentes com pouca capacidade de influenciar a sociedade e a política. Em relação a esta última, vale ressaltar também que a busca política pela mudança hoje tem limites, sendo o mais importante o uso da violência, em especial aquela que prejudica os já socialmente prejudicados. A rejeição à violência é transversal. Paradoxalmente, porém, persiste o sentimento de que não haverá mudanças sem ações massivas e sem formas de pressão que envolvam muita força. Essa aparente contradição está ligada ao impacto das experiências recentes. Condena-se a insurgência de 2019 pela destruição que causou (bens públicos, serviços etc.), mas, acima de tudo, pelo fato de que os danos causados foram aos setores menos favorecidos, aos "pobres" ou, como muitos chamam, ao "povo". Não se questiona nem a vontade de mudança, nem o caráter massivo, nem o uso da força, mas o fato de que as primeiras e maiores vítimas foram esses mesmos setores. A convicção da necessidade do uso da força e de ações massivas corresponde não apenas a um aprendizado histórico, como também é uma convicção que goza de estabilidade e solidez, mas que se intensifica ou se atenua em função dos contextos experienciais, e o pós-insurgência de 2019 é um deles.

Em suma, o desencanto com a política institucional se resume à ideia de que nada muda. A política não é um veículo de mudança, ou pelo menos não o é com a velocidade e a magnitude esperadas. Mas a mudança é a única coisa que a justifica. O que se encontra, então, é uma mistura contraditória de expectativa e desesperança. O sentimento de impotência coexiste com a confiança nas ações massivas da população. Se a insatisfação

e a perspectiva de mudança aparecem como um incentivo à politização, o desencanto e os fracassos se revelam um grande desincentivo.

4. Formas de vinculação com a política institucional: fluidez, discricionariedade e adesão ao traço

> Entrevistado: Olha, eu pensei, pensei e ainda penso que ele [um ex-candidato presidencial da direita] teria sido um bom presidente, sinceramente.
>
> Entrevistador(a) 2: E por quê?
>
> Entrevistado: Porque, apesar de eu ter acabado de dizer que sou de esquerda, eu sabia que aquele cara me… Ele era o mais crível na política, para mim […] eu vejo que ele é muito comunicativo e se aproxima muito das pessoas humildes, é o que mostra a televisão. (Gonzalo, 56, inspetor em escola, segunda geração, família Quemchi).

As quatro tensões entre a avaliação abstrata dos componentes do político e o desencanto com os resultados concretos da política institucional e da democracia discutidas anteriormente conduzem a uma modalidade específica de estabelecimento da relação com a política institucional. As pessoas percebem que não existem atores ou posições no campo político que as representem completamente. Mesmo quem participa de protestos, mobilizações ou organizações comunitárias ou sociais o faz sem uma identificação ideológica consistente com as ofertas provenientes do campo político institucional. Em militantes partidários, não se observa uma identificação programática nem militância ativa. Essa falta de identificação está associada ao sentimento de não se sentirem representados pela política institucional. Isso está ligado às percepções negativas em relação à política e ao juízo de que a política deixou de ser concebida como uma ferramenta eficaz para beneficiar a população, bem como às atitudes de rejeição e desinteresse com as quais ela é associada. No entanto, isso também se relaciona, como veremos a seguir, com uma tendência a avaliar de forma fragmentada as ofertas presentes no campo político. Isso vale para as decisões sobre apoios, adesões, construção de opiniões ou orientações na articulação com a política e seus atores.

Por exemplo, nosso material revela que o voto, apesar de continuar sendo considerado uma via valorizada de participação (no sentido preciso de ser levado em consideração), é decidido no âmbito da visão negativa da política, bem como do sentimento de não se sentir interpretado e interpelado pelo mundo político e suas ofertas. O ato de votar assume dinâmicas mais complexas. Pode-se não votar como expressão de desencanto com a política, e é assim em termos gerais nesses casos. Porém, quando se vota, a adesão como frequência aparece mais ligada a causas ou a demandas específicas que dizem respeito a temas que interpelam os eleitores muito de perto em suas experiências pessoais cotidianas do que a posições políticas programáticas. Em seus relatos sobre política e sobre suas decisões, quase não se faz referência a aspectos programáticos. Em termos gerais, se vota por medidas, mas não por programas.

As lealdades pessoais duradouras a figuras políticas, por outro lado, são quase inexistentes. Acontece de se apoiar alguém em função das suas características pessoais ou singularidades, mas isso pode mudar muito rapidamente. Não apoiam nem se inclinam por pessoas, mas por características destas. Os apoios não são, dessa forma, por uma totalidade abrangente, seja como personagem político, seja por carisma, seja por identificação com posições ideológicas representadas por essa figura. Eles se dão por alguma característica. Isso ocorre apesar de as pessoas terem opiniões muito precisas sobre como as coisas deveriam ser e relatos precisos do que não foi concretizado devido à falta de compromisso dos políticos.

Dessa forma, as adesões dos eleitores são parciais, produzidas a partir de um mecanismo que poderíamos chamar de adesão ao traço. Cada pessoa adere a um elemento parcial. Esse traço pode estar presente em uma figura política (o idealismo, a *chispeza*[6] ou a proximidade, por exemplo). Mas também pode ser uma característica das propostas programáticas (promessa de segurança nos bairros; melhorar a situação dos mais pobres etc.). A escolha dos traços a partir dos quais se produz a adesão está frequentemente associada a uma condição: que estejam altamente relacionadas a demandas pessoais. Um motor comum da escolha dos traços são dimensões das sensibilidades sociais, como o antielitismo, a desconfiança baseada na classe social da figura política, o punitivismo etc.

6 Palavra de uso coloquial que alude a uma perspicácia mental ou inteligência rápida. É usada em linguagem cotidiana para definir a qualidade de uma pessoa.

Essa modalidade de adesão ao traço ajuda a explicar a falta de estabilidade do apoio eleitoral aos partidos e a figuras políticas e, portanto, como vimos, contribui para explicar a fluidez e a discricionariedade dos apoios ou das posições e opiniões. Mas essa modalidade também está relacionada ao fato de que o apoio das pessoas a um ou outro traço ou às posições que elas constroem sobre certos temas, instituições ou atores políticos costuma ser fortemente influenciado pelas agendas da mídia. A preeminência das características escolhidas é sensível à contingência da agenda da mídia ou aos acontecimentos conjunturais porque eles influenciam a forma como são hierarquizadas as preocupações pessoais individuais.

Em resumo, as pessoas não apoiam programas, mas medidas, num contexto fortemente influenciado pela definição mediática das urgências atuais que enfrentam. Também se evidencia a fragilidade do apoio a figuras políticas, pois estas dependem de um único traço que pode, a qualquer momento, ser melhor encarnado por outra figura; ou que, em certas conjunturas, pode se transformar inesperadamente em um aspecto de elevada vulnerabilidade. Em qualquer caso, o mecanismo de adesão à característica coloca em tensão as lideranças. A adesão ao traço produz uma alta instabilidade e inconsistência dos apoios e posições políticas e faz com que a relação com a política institucional seja caracterizada por altos graus de discricionariedade e fluidez, agravando a crise de representação dos partidos (Luna, 2016; Garretón, 2016).

Por fim, vale a pena chamar a atenção para o fato de que essa modalidade de relação com a política, discricionária, fluida e orientada pela adesão ao traço, aconselha revisar a associação entre voto e adesão política à figura votada. O material mostra uma relação muito mais complexa entre esses dois elementos. Além disso, nossos resultados aconselham acrescentar sinais de interrogação, como já foi proposto (Mardones, 2014), à existência de um vínculo direto entre voto e adesão partidária. E ainda mais: de forma radical, os resultados convidam a revisar uma postura que associa o fato de comparecer ao voto com a adesão à política institucional, uma associação que tem sido constante e continua presente em estudos (Centro de Estudos de Conflito e Coesão Social, COES, 2023). O ato de votar aparece como um testemunho do compromisso com os princípios que ordenam a sociedade em termos políticos (o político), mas disso não se pode derivar a adesão à política institucional.

5. Conclusões

Os resultados revelam um cenário menos linear do que o que costuma compor as discussões acadêmicas e os debates públicos, muitas vezes impregnados por uma imagem de completa desafetação, de um lado, ou de uma militância ideologicamente coerente do outro.

De fato, como vimos, existe uma rejeição às formas concretas que a política assume, e isso implica graus de distanciamento da política institucional, especialmente dos partidos políticos e seus atores. É isso que está na base da falta de identificação com a política institucional. No entanto, por outro lado, há uma clara consciência e valorização dos conteúdos da política e da necessidade da atividade política para concretizá-los. Há um interesse pelos assuntos públicos; respeito e preocupação pelos princípios e valores que nos articulam como comunidade política; e uma alta valorização dos princípios normativos e mecanismos próprios da democracia (mas não das formas concretas em que são mobilizados por atores políticos concretos). Também se evidenciam posicionamentos claramente construídos sobre as formas como a sociedade deveria se organizar, ser administrada, ser governada e sobre os rumos que deveria tomar: isto é, uma reflexividade desenvolvida sobre o político. É isso que explica a politização encontrada entre nossos entrevistados.

É claro que se trata de uma forma específica de politização, distante de uma compreensão que a reduz aos vínculos com a política institucional (voto, militância, adesão estável a partidos políticos, identificação com clivagens oferecidas pelo campo político). Na medida em que uma avaliação parte dessa última forma de entender a politização, reduzida à análise das articulações esperadas com a política institucional, evidentemente encontrará mais de uma razão para afirmar, e com justiça, que estamos diante de um declínio dramático da politização. No entanto, se a conceituação da politização integrar as outras dimensões que propomos aqui (interesse por questões públicas, uma representação da sociedade em termos políticos, considerações sobre o bem comum, disposição para participar de formas de expressão política), a análise conduz na direção oposta. O que observamos são graus importantes de politização, mas que não encontram formas de tradução e interpretação das demandas e de estruturação das práticas políticas institucionais atraentes e em

consonância com suas posições. Isso conduz a uma forma particular da política: uma política sem identidade e, naturalmente, conduz à existência de energias que fluem sem canal institucional.

Um segundo elemento que vale a pena destacar desses resultados é que, como consequência do tipo de relação atual com a política institucional, verifica-se que as decisões pontuais sobre apoios que devem ser dados (por exemplo, no momento da votação ou ao ter que decidir sobre uma hierarquia de simpatias por atores do campo) são tomadas a partir do mecanismo de adesão ao traço. As implicações disso não são pequenas. Por um lado, elas reafirmam a baixa adesão programática, bem como a preeminência da leitura do político e de suas ofertas a partir da lente das experiências pessoais diretas e de suas necessidades particulares. As pessoas não apoiam programas, mas medidas em um contexto fortemente influenciado pela definição das urgências atuais que enfrentam. Mas também fica evidente a fragilidade do apoio a figuras políticas, pois elas dependem de uma única característica, que pode ser de curta duração ou mudar em termos do valor ou valência (positiva ou negativa) que lhe é atribuída. Em qualquer caso, o mecanismo de adesão ao traço coloca em tensão a política institucional. A adesão ao traço leva, em última instância, a que a relação com a política institucional seja caracterizada por altos graus de discricionariedade e fluidez.

É nesse cenário de politização sem identificação, ligado a mecanismos de adesão ao traço e a formas de relação com a política institucional discricionárias e fluidas, que a política institucional hoje deve encontrar um caminho para evitar ser, contrariando tudo o que tem sido a base da legitimação de sua existência, um fator de erosão da democracia e do vínculo político e social.

6. Anexo metodológico

Os objetivos da pesquisa empírica, cujos resultados parciais são apresentados neste capítulo, foram:

1. Caracterizar e examinar a relação com a política nos setores populares por meio da análise dos diagnósticos sobre o vínculo com a política institucional, seus atores e suas práticas;

2. Estabelecer a imaginação social sobre o político nos setores populares, ou seja, sobre a maneira como o vínculo político e as formas de governo da sociedade deveriam se desenvolver.

A partir desses objetivos, definiu-se o procedimento metodológico a ser implementado.

6.1. Procedimento metodológico

A amostra foi composta por quatro famílias ampliadas de setores populares. Com isso, buscou-se compreender a variabilidade ao longo do tempo das relações com a política e da imaginação política nos indivíduos, o impacto das trajetórias (ou não) de mobilidade social, o peso dos eventos históricos, o peso das tramas familiares, bem como os determinantes geracionais e de gênero.

As famílias deveriam cumprir os seguintes requisitos básicos: a) que as pessoas da primeira geração fossem filhos/as de pessoas pertencentes aos setores populares, de acordo com critérios de nível educacional, ocupação, renda e local de residência; b) que o número de irmãos da primeira geração não fosse inferior a quatro e, idealmente, fosse maior (independentemente do número de membros vivos dessa geração); c) que houvesse membros vivos de pelo menos três gerações. Além disso, definiu-se que se trabalharia com famílias das três grandes regiões do país (norte, centro e sul), a fim de incorporar as eventuais diferenças decorrentes de razões geográficas, dadas suas especificidades sociais, econômicas e culturais.

Uma vez estabelecidos os primeiros contatos, a amostragem foi realizada com a técnica de "bola de neve". Procurou-se que estivessem representados membros de diferentes núcleos familiares, representantes de três gerações familiares e, na medida do possível, que houvesse um certo equilíbrio proporcional em termos de gênero e geração (neste ponto, um fator de maior influência na composição da amostra foi a liberdade que tiveram para aceitar ou recusar as entrevistas).

O trabalho de campo foi realizado na região norte (Antofagasta, 30 entrevistas), centro (Santiago, 32 entrevistas) e sul (Temuco, 15 entrevistas, e Quemchi, 15 entrevistas) do país, entre setembro de 2022 e agosto de

2023. A razão pela qual havia duas famílias na zona sul e não apenas uma, como nas outras duas zonas, deveu-se à extrema dificuldade em identificar famílias que cumprissem todos os requisitos estabelecidos na amostragem intencional. Fatores como os padrões de migração e seus efeitos nos laços familiares e razões demográficas parecem estar por trás dessa dificuldade.

Foram utilizadas as seguintes técnicas: a) foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os membros das famílias; b) foi produzido um genograma para cada família, que permitiu estabelecer as relações entre os membros e identificar as posições dos entrevistados na família, facilitando assim a análise; c) foram gerados mapas a partir da análise do material para identificar os padrões residenciais atuais e as mudanças residenciais dos membros das famílias.

A análise do material das entrevistas, na qual se baseia principalmente este texto, foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo.

1. Tabela completa dos entrevistados por família

Santiago

Nº	Nome	Geração	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Ocupação	Estado civil	Nº de filhos
1	Gabriela	Primeira	F	56	Ensino básico completo	Dona de casa	Viúva	3
2	Violeta	Primeira	F	67	Ensino básico completo	Feirante em Lo Prado	Em casal	3
3	Manuel	Primeira	M	61	Ensino básico completo	Motorista da Rede de Mobilidade	Divorciado	4
4	Elisa	Primeira	F	52	Ensino médio incompleto	Auxiliar de limpeza na Prefeitura de Las Condes	Viúva	3
5	Pablo	Segunda	M	27	Ensino médio completo	Jardineiro no município de Las Condes	Solteiro, morando com a namorada	3
6	Daniela	Primeira	F	54	Ensino médio incompleto	Dona de casa	Viúva	5
7	Javiera	Primeira	F	68	Ensino básico incompleto	Dona de casa	Casada	4
8	Diego	Terceira	M	23	Estudante universitário	Estudante	Solteiro	0
9	Cecilia	Primeira	F	59	Ensino médio incompleto	Pastora evangélica	Casada	3
10	Claudia	Segunda	F	33	Ensino técnico superior	TENS	Casada	1
11	Carla	Primeira	F	63	Quarto ano do ensino básico	Auxiliar de limpeza	Viúva	4
12	Camila	Segunda	F	30	Ensino médio incompleto	Gastronomia	Solteira	1
13	Mauricio	Segunda	M	33	Contador, instituto técnico	Administrativo em uma empresa	Em casal	2
14	Armando	Segunda	M	46	Formação universitária completa	Executivo na Aguas Andinas	Casado	2
15	Alberto	Segunda	M	28	Ensino técnico superior	Técnico em administração de empresas	Solteiro	1
16	Fernanda	Segunda	F	37	Ensino médio	Administradora no setor de varejo	Casada	2
17	Rafael	Segunda	M	34	Ensino médio completo	Cozinha	Solteiro	2

Nº	Nome	Geração	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Ocupação	Estado civil	Nº de filhos
18	Ramiro	Segunda	M	23	Educação universitária	Estudante	Solteiro	0
19	Lester	Segunda	M	30	Ensino médio incompleto	Construção	Solteiro	2
20	Antonia	Segunda	F	39	Ensino médio	Auxiliar de limpeza no Centro Nacional de Treinamento Olímpico	Casada	2
21	Sofía	Segunda	F	31	Ensino médio	Auxiliar de limpeza no Centro Nacional de Treinamento Olímpico	Solteira	1
22	Andrés	Terceira	M	19	Cursando educação superior universitária (Direito)	Estudante universitário	Solteiro	0
23	Alejandra	Primeira	F	68	Ensino básico incompleto	Dona de casa	Viúva	3
24	Paula	Segunda	F	43	Ensino médio	Guarda de segurança	Casada	2
25	Denise	Segunda	F	29	Ensino médio incompleto	Garçonete em um café	Solteira	3
26	Pedro	Segunda	M	39	Ensino superior universitário completo	Chef em empresa de alimentação	Casado	3
27	Rocío	Terceira	F	19	Cursando educação superior universitária (Direito)	Estudante universitária	Solteira	0
28	Emilio	Segunda	M	37	Contador, ensino médio técnico profissional	Trabalhador em centro esportivo	Em união estável	2
29	Carlos	Terceira	M	18	Ensino médio completo	Trabalhos esporádicos	Solteiro	0
30	Rosario	Segunda	F	20	Ensino médio completo	Estudante de cosmetologia	Solteira	0
31	Zoe	Segunda	F	22	Ensino médio completo	Desempregada	Solteira	1
32	Lisandro	Terceira	M	28	Educação universitária completa	Sociólogo	Solteiro	0

Antofagasta

Nº	Nome	Geração	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Ocupação	Estado civil	Nº de filhos
1	Samuel	Primeira	M	63	Ensino básico incompleto	Júnior em posto de gasolina	Casado	6
2	Norma	Primeira	F	62	Educação básica completa	Vendedora em feira livre	Casada, separada de fato	4
3	Gloria	Primeira	F	60	Ensino básico completo	Dona de casa	Viúva	5
4	Elisa	Primeira	F	58	Ensino médio incompleto	Costureira	Divorciada	3
5	Adela	Primeira	F	57	Ensino básico completo	Comerciante itinerante	Solteira	3
6	Martina	Primeira	F	48	Ensino médio incompleto	Dona de casa	Divorciada	4
7	Severino	Primeira	M	47	Ensino médio incompleto	Guarda de segurança	Casado	2
8	Maribel	Primeira	F	40	Estudante universitária	Estágio profissional Educadora especial	Casada	3
9	Gladina	Segunda	F	43	Educação universitária completa	Educadora de crianças em idade pré-escolar	Casada	5
10	Mariana	Segunda	F	43	Ensino médio técnico profissional	Funcionária da área química em empresa de mineração	Solteira, morando com o namorado	

Temuco

Nº	Nome	Geração	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Ocupação	Estado civil	Nº de filhos
1	Mara	Primeira	F	63	Ensino médio técnico profissional	Secretária	Casada	3
2	Rebeca	Primeira	F	68	Ensino médio técnico profissional	Dona de casa	Casada	1
3	Efraín	Primeira	M	64	Educação universitária completa	Contador auditor	Casado	3
4	José María	Primeira	M	68	Formação universitária completa	Contador auditor	Casado	3
5	Isaac	Segunda	M	38	Educação técnica de nível superior	Técnico industrial	Solteiro	2

Nº	Nome	Geração	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Ocupação	Estado civil	Nº de filhos
6	Ester	Segunda	F	34	Educação universitária completa	Socióloga	Solteira	0
7	Tabita	Segunda	F	25	Educação universitária	Estudante universitária	Solteira	0
8	Débora	Segunda	F	46	Educação universitária completa	Professora	Casada	3
9	Joel	Segunda	M	26	Educação universitária completa	Engenheiro	Solteiro	0
10	Fátima	Segunda	F	32	Ensino superior completo	Enfermeira	Solteira	0
11	Maite	Segunda	F	35	Educação universitária completa	Engenheira	Casada	0
12	Gregorio	Segunda	M	40	Educação universitária completa	Advogado	Casado	2
13	Pablo	Segunda	M	34	Educação universitária completa	Advogado	Solteiro	0
14	Benedicto	Segunda	M	38	Educação universitária completa	Sociólogo	Casado	0
15	Arlet	Terceira	F	26	Educação universitária completa	Psicóloga	Solteira	0

Quemchi

Nº	Nome	Geração	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Ocupação	Estado civil	Nº de filhos
1	Alba	Segunda	F	59	Ensino médio completo	Auxiliar de serviço em creche	Casada	4
2	Begonia	Primeira	F	80	Ensino básico incompleto	Artesã	Casada	9
3	Ignacio	Segunda	M	53	Ensino médio completo	Administrativo em consultório	Solteiro	3
4	Enzo	Terceiro ano	M	22	Educação universitária	Estudante	Solteiro	0
5	Felipe	Terceiro ano	M	34	Ensino médio completo	Comerciante	Solteiro	2
6	Gonzalo	Segundo	M	56	Ensino médio completo	Inspetor escolar	Casado	1
7	Aníbal	Terceira	M	28	Educação universitária completa	Fisioterapeuta	Solteiro	1
8	Macarena	Terceira	F	24	Técnica de nível superior	Funcionária municipal	Solteira	0
9	Fabián	Terceira	M	27	Formação univer			

Referências

Anderson, Benedict (1993): *Comunidades imaginadas*. Fondo de Cultura Económica.

Angelcos, Nicolás (2010): "La estructuración de la subjetividad popular y el problema de la política". *Revista de Psicología*, vol. 19, n. 2, pp. 55-78. Disponível em: https://doi.org/10.5354/0719-0581.2010.17108.

Angelcos, Nicolás (2023): *Espacio y participación política en sectores populares en el Gran Santiago*. No prelo.

Angelcos, Nicolás; Pérez, Mario (orgs.) (2023): *Vivir con dignidad. Transformaciones sociales y políticas en los sectores populares*. Fondo de Cultura Económica. Disponível em: https://doi.org/10.5354/0719-529X.2023.73174.

Araujo, Kathya (2017): *Democracia y transformaciones sociales en Chile. ¿Qué significa actuar democráticamente?* Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/14330.pdf. Acesso em: 28 ago. 2026.

Araujo, Kathya (2022): *The Circuit of Detachment in Chile. Understanding the Fate of a Laboratory of Neoliberalism*. Cambridge University Press. Disponível em: https://doi.org/10.1017/9781009310697.

Araujo, Kathya; Angelcos, Nicolás; Pérez Ahumada, Pablo (2023): *Politización sin identificación. Los sectores populares y su relación con la política en Chile*. Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/20554.pdf. Acesso em: 28 ago. 2026.

Arriagada, Evelyn (2013): "Clientelismo político y participación local. El rol de los dirigentes sociales en la articulación entre autoridades y ciudadanos en Santiago de Chile". *Polis*, vol. 12, n. 36, pp. 15-38. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682013000300002.

Bargsted, Matías; Somma, Nicolás; Muñoz Rojas, Benjamín (2019): "Participación electoral en Chile. Una aproximación de edad, período y cohorte". *Revista de Ciencia Política* (Santiago), vol. 39, n. 1, pp. 75-98. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2019000100075.

Barozet, Emmanuelle (2004): "Elementos explicativos de la votación de los sectores populares en Iquique: Lógica y eficiencia de las redes clientelares". *Política. Revista de Ciencia Política*, vol. 43, pp. 205-51. Disponível em: https://revistas.uchile.cl/index.php/RP/article/view/55774. Acesso em: 28 ago. 2026.

Barozet, Emmanuelle; Espinoza, Vicente; Ulloa, Valentina (2020): "Élite parlamentaria e instituciones informales en Chile. Nepotismo y clientelismo como formas de sustento del poder". *Revista Española de Sociología*, vol. 29, n. 3, pp. 595-611. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22325/fes/res.2020.37.

Braconnier, Céline; Dormagen, Jean-Yves (2007): *La démocratie de l'abstention: Aux origines de la démobilisation électorale en milieux populaires*. Folio.

Centro de Estudios de Conflicto y Cohesión Social (COES) (2023): *Radiografía del cambio social: Análisis de resultados longitudinales ELSOC 2016-2022*. Presentación de resultados COES. Disponível em: https://radiografia-cambio-social-2016-2022.netlify.app/. Acesso em: 28 ago. 2026.

Centro de Estudios Públicos (CEP) (2023): *Encuesta CEP n. 88, noviembre-diciembre 2022*. Disponível em: https://www.cepchile.cl/encuesta/encuesta-cep-n-88/. Acesso em: 28 ago. 2026.

Centro de Estudios Públicos (CEP) (2024): *Encuesta CEP n. 91, junio-julio 2024*. Disponível em: https://www.cepchile.cl/encuesta/encuesta-cep-n-91/. Acesso em: 28 ago. 2026.

Contreras, Gonzalo; Navia, Patricio (2013): "Diferencias generacionales en la participación electoral en Chile, 1988-2010". *Revista de Ciencia Política*, vol. 33, n. 2, pp. 419-41. Disponível em: https://doi.org/10.4067/S0718-090X2013000200001.

Corporación Latinobarómetro (2020): *Informe Chile 2020*. Disponível em: www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_LATINOBAROMETRO_CHILE_1995_2020.pdf.

Corvalán, Andrés; Cox, Patricio (2015): "Participación y desigualdad electoral en Chile". In: Cox, Cristián; Castillo, Juan Carlos (orgs.). *Aprendizajes de la ciudadanía: Contextos, experiencias y resultados*. Ediciones Universidad Católica de Chile, pp. 175-206.

Dalton, Russell J. (2017): *The Participation Gap: Social Status and Political Inequality*. Oxford University Press. Disponível em: https://doi.org/10.1093/oso/9780198733607.001.0001.

Fuentes, Claudio (2019): "Voto voluntario y la ilusión de la representación (o cómo la democracia se fue vaciando de electores)". *CIPER*. Disponível em: https://www.ciperchile.cl/2019/01/07/voto-voluntario-y-la-ilusion-de-la-representacion-o-como-la-democracia-se-fue-vaciando-de-electores/. Acesso em: 28 ago. 2026.

Fuentes, Claudio (org.) (2023): *El proceso fallido. La dinámica constituyente en Chile (2020-2022)*. Catalonia.

Garretón, Manuel Antonio (org.) (2016): *La gran ruptura. Institucionalidad política y actores sociales en el Chile del siglo XXI*. LOM.

Gauchet, Marcel (2002): *La démocratie contre elle-même*. Gallimard.

Hay, Colin (2007): *Why We Hate Politics?* Polity Press.

Lefort, Claude (2004): *La incertidumbre democrática. Ensayos sobre lo político*. Anthropos.

Luna, Juan Pablo (2016): "Delegative Democracy Revisited: Chile's Crisis of Representation". *Journal of Democracy*, vol. 27, n. 3, pp. 129-38. Disponível em: https://doi.org/10.1353/jod.2016.0046.

Luna, Juan Pablo (2017): *En vez del optimismo: Crisis de la representación política en el Chile actual*. Catalonia.

Montero, José Ramón; Rama, José; Santana, Andrés (2019): *Aprendiendo a ser abstencionistas: Participación electoral e instituciones en Chile*. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/331951933. Acesso em: 28 ago. 2026.

Morales, Mauricio (2008): "Evaluando la confianza institucional en Chile. Una mirada desde los resultados LAPOP". *Revista de Ciencia Política*, vol. 28, n. 2, pp. 161-86. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2008000200007.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) (2015): *Desarrollo humano en Chile. Los tiempos de la politización*. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/cl/Informe-2015.pdf. Acesso em: 28 ago. 2026.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) (2017a): *Desiguales: Orígenes, cambios y desafíos de la brecha social en Chile*. Disponível em: https://www.estudiospnud.cl/informes-desarrollo/desiguales-origenes-cambios-y-desafios-de-la-brecha-social-en-chile/. Acesso em: 28 ago. 2026.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) (2017b): *Diagnóstico sobre la participación electoral en Chile*. Disponível em: http://www.cl.undp.org/content/chile/es/home/library/democratic_governance/diagnostico-sobre-la-participacion-electoral-en-chile.html. Acesso em: 28 ago. 2026.

Capítulo 6

Desigual e dividida: a classe média no Brasil contemporâneo

Sérgio Costa

1. Introdução

No passado, as vozes progressistas tendiam a desconfiar da classe média por considerá-la cronicamente conservadora, enquanto os conservadores a viam como um pilar central das instituições modernas.[1] Desde então, as opiniões sobre a classe média têm se multiplicado e diversificado. Dessa forma, a classe média se tornou um dos tópicos mais pesquisados e politicamente disputados nas duas primeiras décadas do século XXI.

1 Este texto foi publicado originalmente como "Unequal and Divided The Middle Classes in Contemporary Brazil", na *Mecila Working Paper Series*, n. 45. São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America, 2022. A tradução do inglês ao português de Alyne Azuma para este capítulo foi revisada pelo autor. [N.E.]

Göran Therborn identifica duas tendências principais nos debates contemporâneos sobre esse tema: referências às classes médias do Sul Global identificadas como novas possibilidades de desenvolvimento ("sonhos do sul") e narrativas sobre as classes médias do Norte Global, apresentadas como abandonadas e esquecidas por políticos e grandes corporações ("pesadelos do norte"). De acordo com Therborn, apesar desses discursos diversos, as classes médias do sul e do norte têm, em última análise, um destino comum no capitalismo digital, especialmente desde que a pandemia de Covid-19 surgiu como o "Grande Desequalizador": "A 'marcha para a frente' da classe média do Sul, seja qual for a definição, estacionou. Os pesadelos do Norte, por outro lado, provavelmente vão continuar" (Therborn, 2020, p. 86).

No Brasil, os discursos recentes sobre a classe média combinam as características identificadas por Therborn tanto no Sul quanto no Norte Global. Alimentado pelos governos de centro-esquerda até 2014, o sonho de que a expansão da capacidade de consumo da chamada classe média emergente levaria a um crescimento econômico contínuo e inclusivo se transformou, desde então, na frustração das expectativas de mobilidade ascendente, especialmente para a chamada "nova classe média", e na fúria da classe média estabelecida pela "perda de privilégios". O resultado é o pesadelo materializado na eleição de 2018, quando os eleitores escolheram o radical de direita Jair Bolsonaro para governar o país.

A classe média, ou melhor, *as classes médias*, para fazer justiça à sua heterogeneidade, estiveram e ainda estão no centro da longa crise política e econômica que assola o Brasil desde 2014 e que se agravou drasticamente desde março de 2020 devido à crise da Covid-19.

Enquanto uma gama já ampla de estudos pesquisa o papel das classes médias na prolongada crise brasileira, o presente capítulo estabelece um diálogo crítico com essa literatura na tentativa de entender como os sujeitos políticos de classe média vêm participando da vida política brasileira.

Na primeira seção deste trabalho, discuto, no âmbito teórico, como as classes médias se articulam a partir da situação de classe (*Klassenlage*) e como se constituem como sujeitos políticos. Na segunda seção, descrevo as mudanças sociais e políticas observadas no Brasil desde que o Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao poder em 2003 para identificar os deslocamentos e as flutuações na situação de classe das classes médias desde então. Na terceira seção, tento entender as diferentes articulações entre as

variações na situação de classe e a adesão a diferentes discursos políticos desde a eclosão da crise econômica em 2014 até fevereiro de 2022, quando este texto foi finalizado. Concluo com um resumo dos principais resultados da análise desenvolvida neste capítulo.

2. Situação de classe e articulação política

2.1. Classes sociais e sujeitos políticos

As divergências sobre como a classe social – enquanto posição na estrutura social – se relaciona com preferências ou comportamentos políticos são tão antigas quanto a própria sociologia. Elas remontam a dois dos principais fundadores da disciplina, Karl Marx e Max Weber e, desde então, marcam o desenvolvimento de duas linhagens distintas na interpretação da relação entre classe como situação social e classe como sujeito político.

Na tradição marxista, prevalece o entendimento de que existe um nexo necessário, ainda que histórico – ou seja, não mecânico nem determinista –, entre a posição estrutural das duas classes predominantes no capitalismo (a saber: o proletariado, que vende sua força de trabalho, e a burguesia, que detém os meios de produção), a consciência e a ação políticas. A redução da multiplicidade de posições sociais a duas classes e a rigidez atribuída à relação entre a dimensão estrutural (classe em si) e a dimensão política (classe para si), próprias do marxismo, impediram, até poucas décadas atrás, que os marxistas reconhecessem a relevância política e social das classes médias. Esse panorama só foi modificado a partir do final do século XX, quando os primeiros autores marxistas, em especial, E. O. Wright, abordaram com seriedade o lugar social e o papel político das classes médias (Wright, 1985).

Na linhagem que teve origem com Max Weber, o nexo entre a situação de classe (*Klassenlage*), consciência política e ação é visto de forma muito mais flexível e dinâmica. Nas palavras de Weber, sob certas circunstâncias, as pessoas que pertencem à mesma classe podem, de fato, agir politicamente em favor de seus interesses comuns como uma comunidade de interesses, "mas não precisa ser assim; em todo caso, a classe

não é uma comunidade [*Gemeinschaft*], e tratar as classes conceitualmente como sinônimo de comunidades leva a distorções" (Weber, 1956 [1922], p. 533).[2] Além disso, à medida que a classe é definida pelo "fator determinante específico de suas chances vitais" compartilhado por um grupo (Weber, 1956 [1922], p. 531), ou seja, o lugar ocupado nas hierarquias de distribuição de riqueza, e não mais exclusivamente pela propriedade ou não propriedade dos meios de produção, as posições possíveis na estrutura social vão muito além da burguesia e da classe trabalhadora. Isso explica, em grande parte, por que a tradição weberiana se interessa muito mais pelas classes médias do que os marxistas.

Neste capítulo, parto da premissa adotada tanto pela linhagem marxista quanto pela weberiana de que a situação de classe é relevante para condicionar a ação política. Evito, entretanto, a rigidez marxista presente na definição de duas classes. Ao mesmo tempo, busco radicalizar a intuição de Max Weber de que a constituição de classes como sujeitos políticos é contingente e condicionada por uma multiplicidade de fatores que não a posição de classe na estrutura social.

Para tanto, recorro às teorias contemporâneas da articulação e, particularmente, ao trabalho de Stuart Hall, que usa o termo "articulação" para caracterizar a maneira como os sujeitos e os discursos são constituídos de forma contingente e simultânea. Vale observar que contingente não significa arbitrário, casual ou fortuito. Contingência se refere aqui ao fato de que a situação de classe pode, em momentos específicos, ser o ponto de partida para a articulação de sujeitos políticos. Entretanto, não existe automatismo nem determinação irremediável. Além disso, a direção específica que a articulação de classe vai tomar não é predeterminada. Ou seja, não se pode definir *a priori*, por dedução teórica, qual interesse de classe "legítimo" será articulado politicamente, como acontece na tradição marxista. Nas palavras de Hall:

> [A] teoria da articulação questiona como uma ideologia descobre seu sujeito, em vez de como o sujeito elabora os pensamentos necessários e inevitáveis que pertencem a ela; e nos permite pensar como uma ideologia dá poder às pessoas, permitindo que elas comecem a fazer algum sentido ou inteligibilidade de sua

2 Essa e todas as outras traduções de citações originalmente publicadas em outros idiomas que não o inglês são do autor do artigo. A tradutora traduziu as citações do inglês, quando não publicadas originalmente em português, para o português.

> situação histórica, sem reduzir essas formas de inteligibilidade à sua localização socioeconômica, de classe ou posição social (Hall, 1996, p. 142).

Desse modo, o objetivo deste capítulo é identificar quando e por que, no contexto da crise prolongada que o Brasil atravessa, as classes médias se articularam como sujeitos políticos e como intervieram e vêm intervindo em diferentes disputas políticas. Antes de discutir os termos dessa longa crise brasileira e o papel desempenhado pelas classes médias nela, busco definir as esferas ou os eixos que moldam a situação de classe das classes médias.

2.2. Situação de classe

Como bem se sabe, a classe média é um termo disputado não apenas na política, mas também nas ciências sociais. Em geral, as discordâncias nas ciências políticas estão ligadas às diferentes avaliações do papel político das classes médias. Elas tendem a ser presas fáceis para populistas de direita ou, ao contrário, são forças motrizes da democracia e da governança política (Fowler e Biekart, 2016)? No campo da antropologia social, os debates se concentram nas diferentes formas de interpretar as experiências cotidianas da classe média, bem como na importância de práticas culturais e de consumo para a conformação da experiência de classe (Heiman et al., 2012). As disputas na sociologia costumam ser orientadas pela crítica às leituras da classe média desenvolvidas por muitos economistas, empresas de consultoria e pela maioria das organizações internacionais que tendem a definir a classe média exclusivamente pelos critérios de renda e consumo (Pieterse, 2018, p. 157). Em se tratando de discutir quais são os outros critérios relevantes para definir as classes médias, as abordagens sociológicas divergem. Enquanto muitos autores enfatizam a centralidade do tipo de ocupação profissional ou a maneira como as pessoas gastam ou investem o que ganham, outros destacam variáveis como capital cultural e *habitus* de classe (Clément et al., 2020).

Para os propósitos deste capítulo, reúno debates desenvolvidos nesses diferentes campos disciplinares a fim de abarcar as diversas dimensões e variáveis que moldam a situação de classe das classes médias no Brasil. A consideração dessas múltiplas variáveis permite entender como, em determinados

contextos políticos, a situação de classe está ligada à articulação de sujeitos políticos que buscam, publicamente, defender interesses e posições comuns.

Uma compreensão ampla da situação de classe, como formulada aqui para o caso brasileiro, implica considerar pelo menos três eixos ou aspectos inter-relacionados da estrutura social:

Renda e riqueza:

O interesse renovado nas classes médias no Brasil foi motivado inicialmente pela pesquisa sobre a "nova classe média" brasileira elaborada por Marcelo Neri, economista e presidente, entre 2012 e 2014, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Neri, 2012). Os trabalhos publicados à época no Brasil estão alinhados com estudos semelhantes desenvolvidos por organizações internacionais (por exemplo, Ferreira et al., 2013) que buscaram capturar a mobilidade ascendente de grupos pobres para os estratos médios de renda em diferentes países do Sul Global na década de 2000. Nesses estudos, a faixa comumente adotada para definir a classe média fica entre dez e cinquenta dólares em paridade do poder de compra *per capita*/dia.

Mesmo que estudos posteriores, realizados sobretudo por sociólogos, procurem corretamente indicar que a definição de classe não pode se limitar ao exame da distribuição de renda (por exemplo, Scalon e Salata, 2012; Cardoso e Préteceille, 2017), a centralidade da renda na definição de classe é indiscutível.[3] Junto com a renda, um exame mais abrangente das variações de riqueza ao longo do tempo, como estudado em trabalhos que usam declarações de imposto de renda como base de dados (por exemplo, Medeiros et al. 2015), oferece elementos importantes para compreender as transformações na situação de classe das classes médias brasileiras.

Uso de bens, serviços e espaços sociais hierárquicos identificados com as classes médias:

3 Na maioria dos casos, a objeção ao uso exclusivo do critério de renda para a definição da classe média se baseia na ênfase dada à importância dos tipos de ocupação, uma vez que existe um conjunto de "posições sociais intermediárias que não são nem as posições econômica e hierarquicamente dominantes das classes altas, nem as posições de execução dominadas das classes populares" (Cardoso e Préteceille, 2017, pp. 1007-8). Não há dúvida de que estudar a natureza da ocupação continua sendo relevante para analisar a estrutura social brasileira, apesar da crescente fragmentação e informalização do mercado de trabalho. No entanto, como este artigo se concentra nas articulações da situação de classe e no engajamento político das classes médias, não vou levar a ocupação em conta.

Uma ampla gama de estudos de caso realizados em diferentes regiões do Brasil nos permite caracterizar e qualificar melhor, no âmbito local, os hábitos gerais e as tendências de diferentes classes sociais captadas por pesquisas domiciliares representativas. Se as pesquisas baseadas em fontes estatísticas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ou a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) permitem estabelecer correlações consistentes, por exemplo, entre o aumento da renda e o consumo de bens duráveis, o investimento em educação ou a busca por medicina privada (ver, por exemplo, Neri, 2012; Vaz e Hoffmann, 2020; Pilotto e Celeste, 2018), os estudos de caso possibilitam identificar os significados de classe atribuídos ao uso e ao acesso a esses bens, serviços e espaços sociais.

Em primeiro lugar, vale a pena destacar estudos que exploram a dinâmica de apropriação e uso do solo urbano, bem como o papel do próprio mercado imobiliário estratificado na segmentação e classificação do espaço físico da cidade. Nesse movimento, determinados bairros ou subáreas são constituídos, física e simbolicamente, como espaços das classes médias (Moura e Januzzi, 2019; Nogueira, 2020).

São igualmente relevantes as pesquisas que mostram que, apesar das diferenças significativas entre as distintas regiões e cidades do Brasil, e também das diferenças patentes entre o campo e a cidade, a experiência de classe das famílias de classe média parece, de forma recorrente e persistente nas últimas décadas, estar associada ao uso de alguns bens e serviços, como carro particular (O'Dougherty, 1998; Zandonade e Moretti, 2012), medicina e escola particulares (Nascimento et al., 2017), ensino superior para os filhos (Lima, Marco Antônio de Oliveira e Robertt, 2016) e contratação de trabalho doméstico (Pinho e Silva, 2010).

Corporificação:

Os dois eixos que definem a situação de classe discutidos até aqui – a saber, renda e riqueza, por um lado, e uso e acesso a determinados bens, serviços e espaços sociais, por outro – são pré-condições socioestruturais para pertencer às classes médias. A situação de classe, entretanto, também envolve uma dimensão relacional e interacional. É nas interações cotidianas que a situação de classe ganha concretude e plausibilidade; em outras palavras, é nessas interações que a situação de classe se inscreve nos corpos. Entendo a corporificação como o conjunto de práticas físicas

(vestimenta, acessórios, postura corporal etc.), culturais e sociais que dão visibilidade e validação à situação da classe média, tornando-a reconhecível e reconhecida tanto por membros da própria classe quanto por membros de outras classes. Essas práticas incluem rituais internos (celebrações e viagens familiares, formas compartilhadas de lazer, rumores e fofocas) e mecanismos de demarcação de limites em relação a outras classes, a saber, a admiração subserviente dos mais ricos e os rituais de disciplinamento e humilhação dos mais pobres (Freitas, 2014).

Alinho meu uso do termo corporificação, hoje muito difundido em vários campos disciplinares, com a interpretação de Judith Butler e sua ênfase na dimensão performativa dos processos de corporificação, nos quais

> o corpo não é entendido como um fato consumado e estático, mas como um processo de maturação, um modo de tornar-se que, ao tornar-se de outro modo, excede a norma, retrabalha a norma e nos faz ver como as realidades às quais pensávamos estar confinados não estão escritas em pedra (Butler, 2004, p. 29).

Dessa interpretação decorre que, embora a materialidade do corpo (sempre sujeita à decodificação social), a força das normas e a posição ocupada pela pessoa nas hierarquias sociais determinem o escopo das negociações e mediações possíveis em uma determinada interação, é nas interações sociais concretas que a situação de classe é validada e negociada.

Claramente, os processos de corporificação das classes médias são necessariamente momentos interseccionais nos quais a origem regional, a etnia e a raça (Maia e Reiter, 2021), o gênero e a sexualidade (Corossacz, 2014) e até mesmo a religiosidade (St. Cair, 2017) aparecem inseparavelmente ligados às marcas próprias da classe. Isso implica que grupos historicamente não associados à classe média enfrentem enormes dificuldades para ter sua situação de classe média reconhecida e sejam vítimas recorrentes de rejeição social, classismo e racismo, como mostram os estudos sobre a classe média negra brasileira: "a experiência do racismo, da discriminação e, consequentemente, do sentir-se fora do lugar, ainda caracteriza a experiência da maioria dos negros de classe média" (Figueiredo, 2021, p. 11).

A dimensão da situação de classe que trato aqui como corporificação é recorrentemente discutida na sociologia e na antropologia brasileiras por meio das categorias de capital cultural e *habitus*, como desenvolvido na

sociologia da distinção de Pierre Bourdieu (1979). Não é minha intenção aqui desqualificar como um todo o grande número de estudos relevantes que seguem essa abordagem. De todo modo, não se pode ignorar o uso abusivo e muitas vezes não mediado das categorias desenvolvidas por Bourdieu para estudar os conflitos de classe no Brasil contemporâneo – uma época e uma sociedade muito diferentes daquelas observadas pelo autor francês. A situação de classe das classes médias brasileiras hoje é muito heterogênea e, como já mencionado, interpenetrada por relações de raça, etnia e gênero, aspectos que não foram – nem poderiam ter sido – contemplados na teoria original de Bourdieu.[4] Charles H. Klein, Sean T. Mitchell e Benjamin Junge estão corretos quando criticam a aplicação dos axiomas bourdieusianos para estudar a chamada nova classe média no Brasil, cujo padrão de comportamento "não é meramente uma emulação do padrão das classes médias existentes como sugere a interpretação acanhada da teoria das práticas sociais de Bourdieu" (Klein et al., 2018, p. 92).

3. Flutuações recentes na situação de classe das classes médias no Brasil

3.1. A era do PT (2003-2014/2016)

Desde que Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), chegou à presidência em 2003, ocorreram mudanças importantes que afetaram de modo significativo a situação de classe das classes médias. Com Lula como presidente por dois mandatos (2003-2006, 2007-2010) e Dilma Rousseff como presidente também por dois mandatos – embora seu segundo mandato tenha sido interrompido por um impeachment (2011-2014, 2015-2016) – o PT, apesar de fazer enormes concessões a aliados conservadores para formar maiorias parlamentares, conseguiu implemen-

4 Mesmo que original e válida, a tentativa de acrescentar novas dimensões à teoria de Bourdieu em resposta ao desafio da interseccionalidade, como fazem Maia e Reiter ao usar a categoria capital racial, não me convence totalmente (Maia e Reiter, 2021). Transformada em capital, a raça se torna uma categoria ontológica, ou seja, uma propriedade dos sujeitos anterior às interações sociais. É exatamente isso que tento evitar ao me referir aqui à corporificação, que, a partir de uma perspectiva relacional, nos permite estudar as negociações dinâmicas e as combinações de significados atribuídos a categorias como classe, gênero, raça e etnia.

tar um conjunto de políticas e ações que causaram transformações relevantes na estrutura social brasileira.

Isso é especialmente verdadeiro para o período de 2003 a 2014. O segundo mandato de Dilma (2015-2016) é marcado pela conjunção de crises econômicas e políticas e dá início ao processo de desmantelamento das conquistas sociais dos anos anteriores.

Entre 2003 e 2013, dadas as políticas econômicas anticíclicas adotadas e o ambiente internacional favorável em boa parte desse intervalo, o produto interno bruto brasileiro cresceu 64%. Durante esse período, os gastos sociais também aumentaram significativamente e novas políticas de combate à pobreza foram implementadas, reduzindo em mais da metade a proporção de pobres na população brasileira. O salário-mínimo, estabelecido pelo governo, cresceu 75% em termos reais nesses anos e milhões de novos empregos formais foram criados anualmente (Pochmann, 2014).

O contexto favorável permitiu que um número significativo de pessoas saísse dos estratos de renda mais baixos para formar o contingente que ficou conhecido no debate brasileiro – de acordo com o vocabulário de grandes empresas internacionais de consultoria e organizações internacionais como a OCDE e o Banco Mundial – como a nova classe média ou a classe média emergente.[5] De acordo com as medições de Neri, entre 2003 e 2014, 51,1 milhões de brasileiros passaram das classes de renda D e E para a classe C, juntando-se aos 67,9 milhões de pessoas que já estavam nessa faixa de renda em 2003 (Neri, 2019a).[6]

Essas mudanças na pirâmide social produziram efeitos importantes na estrutura de consumo de bens e serviços, o que é exemplificado pelo aumento da demanda por viagens aéreas e de veículos motorizados em circulação. O número de passageiros que embarcaram em voos domésticos e internacionais no Brasil saltou de 37,1 milhões em 2003 para 117,1 milhões em 2014 (Regis, 2021). Enquanto isso, o número de carros e motocicletas em circulação saltou de 27,7 milhões de carros e 7,9 milhões de

5 Seguindo a crítica sociológica do termo novas classes médias discutida na seção anterior, esses grupos que saíram da pobreza deveriam ser chamados de novos estratos médios, ou seja, estratos que ocupam posições intermediárias na pirâmide de distribuição de renda. Como conceito sociológico, "classe" contempla, como foi visto, outras dimensões, como riqueza, acesso a determinados serviços, bens e espaços sociais, além dos processos de corporificação não considerados na abordagem econômica das "novas classes médias".

6 A classe C compreende as famílias com renda familiar mensal entre 2.004 reais e 8.640 reais (847 dólares a 3.569 dólares) em valores de janeiro de 2014 (Neri, 2019b, p. 16).

motocicletas em 2006 para 47,9 milhões de carros e 19,2 milhões de motocicletas em 2014 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Essa elevação da renda e do poder de consumo dos estratos intermediários – quando observada sob a ótica do aumento da renda de outros grupos no mesmo período e levando em conta não apenas as pesquisas domiciliares, mas também as declarações do imposto de renda – deve, no entanto, ser relativizada.[7] De acordo com as medições de Morgan, enquanto a renda real dos 40% intermediários da população cresceu 9,2% entre 2001 e 2015, a renda dos 50% mais pobres cresceu 29,9%; e a dos 10% mais ricos cresceu 21,0% no mesmo período.

Levando em consideração tanto a renda quanto a riqueza de modo geral, incluindo propriedades e outros ativos que podem ser medidos em dinheiro, nota-se uma crescente concentração de riqueza no Brasil ao longo do século atual: quando medida pelo coeficiente de Gini, a concentração de riqueza saltou de 84,7 em 2000 para 88,7 em 2015 e 89,0 em 2020. A parcela da riqueza apropriada pelo 1% mais rico da população brasileira saltou de 44,2% em 2000 para 48,6% em 2015 e 49,6% em 2020 (Credit Suisse Research Institute, 2021, p. 24).

Igualmente relevantes para nossos propósitos neste capítulo são as mudanças políticas e institucionais introduzidas pelos governos liderados pelo PT. Em especial, destacam-se as políticas de proteção e fortalecimento dos direitos das mulheres, dos afrodescendentes e da população LGBTQIA+ que, em articulação com as mobilizações políticas dos respectivos movimentos sociais, contribuíram de modo significativo para mitigar as desigualdades socioeconômicas e, de forma ainda mais contundente, as assimetrias de poder entre brancos e negros, homens e mulheres, e entre grupos LGBTQIA+ E o restante da população. Obviamente que essas assimetrias de poder ainda são abismais. No entanto, é inegável que os novos órgãos públicos criados, os programas especiais e os vários instrumentos introduzidos para ampliar e consolidar os direitos e as políticas públicas destinadas a apoiar as mulheres, os afrodescendentes e a população LGBTQIA+ Durante a era PT contribuíram para o empoderamento desses grupos (Costa, 2018a).

Outro conjunto de políticas públicas implementadas pelos governos liderados pelo PT e relevantes para nossos propósitos de análise diz

7 Isso é demonstrado por autores como Medeiros et al., 2015; Morgan, 2017.

respeito à expansão do acesso ao ensino superior. Isso envolve diferentes modalidades de bolsas de estudo e financiamentos estudantis subsidiados para o pagamento de mensalidades em instituições de ensino superior privadas, bem como o incentivo à expansão do número de vagas em universidades públicas. A lei de cotas de 2012 também teve o importante impacto de determinar que 50% das vagas nas universidades federais deveriam ser reservadas para estudantes egressos de escolas públicas, incluindo brancos, negros e indígenas, de acordo com a representação demográfica desses grupos na população da respectiva região. Juntas, essas medidas levaram a um crescimento exponencial do número de estudantes, saltando de 3,5 milhões em 2003 para 6,5 milhões em 2014 (Semesp, 2016, p. 9), e a um salto significativo da participação de estudantes negros e das camadas de menor renda na população universitária brasileira (Picanço, 2015).

3.2. O retrocesso da direita (2016-2022)

A partir de 2014, a situação política foi completamente revertida. A economia entrou em uma forte recessão e o produto interno bruto, que vinha crescendo a uma taxa de 7,5% em 2010, caiu 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016. As taxas de crescimento voltaram a girar em torno de 1,5% até 2020, quando a crise agravada pela pandemia fez com que a economia do país encolhesse 4,1% (Banco Mundial, 2022). A crise econômica que começou em 2014 foi acompanhada por uma crise política: a presidente Dilma, eleita por uma margem estreita em 2014 para um segundo mandato que deveria durar até 2018, viu seu governo se tornar politicamente inviável até ser deposta em 2016 em um processo de impeachment que, embora tenha seguido os procedimentos formais, teve sua legitimidade e legalidade questionadas. De acordo com a legislação brasileira, o impeachment só é aplicado nos casos em que um presidente comete um delito classificável como "crime de responsabilidade". No caso de Dilma, porém, o que levou ao impeachment foi a rejeição popular e sua incapacidade de formar uma maioria parlamentar. O crime do qual ela foi acusada, a manipulação das contas públicas para ocultar um déficit orçamentário, não foi devidamente comprovado nem atende aos requisitos legais para ser classificado como crime de responsabilidade (Soler e Prego, 2020).

Dilma foi substituída por seu vice-presidente conservador, Michel Temer, que adotou um programa de governo que claramente penalizou as pessoas mais pobres e as minorias que tiveram seus direitos fortalecidos durante os governos do PT. Temer extinguiu órgãos criados para atender à população menos privilegiada, congelou os gastos sociais e reduziu os direitos sociais dos trabalhadores. Além disso, acossado por graves acusações de corrupção, se tornou alvo da pressão de deputados e senadores para atender aos interesses de grupos econômicos específicos, em especial o lobby agrário. Esse é o contexto político e econômico que antecede a eleição de Bolsonaro, um deputado de extrema direita eleito como representante do Rio de Janeiro e, até aquele momento, politicamente irrelevante no âmbito federal. A legitimidade de sua eleição também é debatida, uma vez que o ex-presidente Lula da Silva, que liderava as pesquisas eleitorais, foi denunciado por corrupção, julgado e preso no âmbito das amplas ações de combate à corrupção denominadas Operação Lava Jato e, portanto, não pôde concorrer à presidência (Anderson, 2019).

Assumindo o poder em janeiro de 2019, Bolsonaro demonstrou, desde os primeiros dias de seu mandato, uma profunda incapacidade de conduzir um governo pautado por um conjunto consistente e coerente de ações (Nobre, 2020). Ele nomeou influenciadores de direita e indivíduos sem treinamento nem experiência adequados para ministérios responsáveis por grandes orçamentos e pela articulação de tarefas muito complexas. No que de fato foi implementado, seu governo pode ser caracterizado como uma continuação radicalizada da administração de Temer: ele promoveu o desmonte dos mecanismos de participação da sociedade civil nas decisões políticas, reduziu os direitos sociais e, ao desmantelar os órgãos de controle, facilitou o acesso, o uso e a apropriação criminosa de bens comuns e públicos, como áreas de preservação, reservas indígenas, terras públicas etc. (Gonçalves e Costa, 2020; Rios, 2020).

O quadro se complicou drasticamente com a deflagração da pandemia de Covid-19 no Brasil, em março de 2020. A irresponsabilidade e a incapacidade do governo Bolsonaro de adotar as medidas necessárias para conter os danos causados pela pandemia, associadas à sua negação da medicina e da ciência, levaram a uma dramática crise de saúde e custaram um número de vidas sem precedentes na história do Brasil. Nesse contexto, muitos eleitores de Bolsonaro e até mesmo aliados políticos que contribuíram para sua chegada à presidência se distanciaram dele. Ele passou a

contar com o apoio de uma minoria radicalizada com pouca consideração pelas instituições democráticas (Rennó et al., 2021). Para se livrar de um impeachment iminente, Bolsonaro na prática entregou o poder de controlar o orçamento federal aos setores mais clientelistas da Câmara dos Deputados (Carnut et al., 2021).

Os indicadores de desigualdade, renda e pobreza refletem com clareza os impactos da crise tripla: a porcentagem de pobres, medida pela renda individual, que havia caído de 21,8% em 2003 para 8,4% da população em 2014, voltou a crescer e atingiu 11,1% em 2017 (Neri, 2019b). Durante a pandemia, o percentual de pobres oscilou de acordo com o cronograma de pagamentos de auxílio emergencial oferecido pelo governo, mas se manteve, em média, acima dos níveis pré-pandêmicos (Neri, 2021).

A análise da perda de rendimentos do trabalho revela o impacto altamente desigual da crise tripla e, particularmente, do desemprego em diferentes estratos de renda. Entre o quarto trimestre de 2014 e o segundo semestre de 2019, os 50% mais pobres perderam 17,1% e os 40% da camada intermediária perderam 4,2% de sua renda, enquanto os 10% mais ricos viram sua renda crescer 2,6%; para o 1% no topo da pirâmide, a renda aumentou 10,1% (Neri, 2019b, p. 5). Essas tendências persistiram e se aprofundaram no período da pandemia, embora os mais ricos, diferentemente do período anterior, também tenham sofrido uma perda de renda do trabalho. Entre o quarto trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2021, os 50% mais pobres perderam 21,5%, os 40% da camada intermediária perderam 9%, e os 10% mais ricos perderam 7,25% de suas rendas do trabalho. Vale ressaltar que as perdas foram proporcionalmente maiores para mulheres e idosos e para a população da região nordeste do Brasil (Neri, 2021).

3.3. Heterogeneidade e volatilidade da situação da classe média

Quando observado a partir dos três eixos ou marcadores da situação de classe descritos na seção anterior – renda e riqueza; acesso a bens, serviços e espaços sociais da classe média e corporificação – o período histórico aqui analisado (2003-2022) é atravessado por diversificação e descontinui-

dades na situação de classe das classes médias brasileiras. Com relação a renda e riqueza, de acordo com os parâmetros de Neri, os estratos de renda média saltaram de cerca de 38% da população total em 2003 para quase 60% em 2014 (Neri, 2019a). Estudos qualitativos demonstram que o crescimento exponencial da população que ocupa posições intermediárias de renda é acompanhado, em termos de consumo de bens e serviços e acesso a espaços sociais, por um profundo processo de diversificação e pluralização. Ou seja, se é verdade que os grupos que ascenderam da pobreza para os estratos médios competem pelo acesso aos bens, serviços e espaços da classe média estabelecida, os recém-chegados também levaram à criação de novos bens, serviços e espaços socialmente codificados como marcadores da classe média.

Isso gera uma topografia social heterogênea composta por espaços tradicionais ainda controlados pela classe média estabelecida (determinados bairros e condomínios residenciais, clubes recreativos, teatros etc.), novos espaços sociais e de consumo que emergem ou são recodificados pelos recém-chegados e que não são disputados pela classe média estabelecida (reconfiguração de bairros periféricos, [re]criação de gêneros musicais, como no caso da música sertaneja ou do funk brasileiro), assim como bens, serviços e espaços sociais que se tornam alvo de disputas entre diferentes segmentos das classes médias, como é o caso do espaço viário da cidade, saturado pelo aumento exponencial do número de veículos em circulação, das viagens aéreas e do acesso ao ensino superior.[8]

Nessa topografia social cada vez mais heterogênea, os processos e as estratégias de corporificação das classes médias também se diversificaram. Ou seja, as formas de ser classe média, que já eram diversas do ponto de vista regional, também se tornaram mais pluralizadas com relação à raça, etnia, religião, espaços anteriores de socialização etc. Como consequência da mobilidade social e da diversificação das corporalidades da classe média, as práticas cotidianas de afirmação e decodificação da situação da classe média se tornaram menos unívocas e mais incertas. Estratégias

8 A referência nesse contexto à classe média estabelecida – ou seja, os segmentos que já compunham os estratos intermediários de renda antes de o PT chegar ao poder em 2003, e os *outsiders* ou emergentes, ou seja, os segmentos que chegaram aos estratos intermediários depois de 2003 – remete aos meus trabalhos anteriores sobre a crise política brasileira (entre outros, Costa, 2018b). Mesmo que a representação dupla de dois segmentos da classe média seja muito restrita para dar conta da heterogeneidade das classes médias brasileiras, a distinção inspirada na figuração estabelecidos-*outsiders*, descrita no trabalho clássico de Elias e Scotson ([1965] 1994), ajuda a entender o desdém da classe média tradicional brasileira pelas chamadas "classes médias emergentes".

conhecidas e anteriormente eficientes para performar o pertencimento à classe média e demarcar as fronteiras sociais diante de outros grupos não apresentam mais a mesma eficácia.

Essas incertezas e inseguranças geradas pelos deslocamentos e pelas rupturas nos processos de corporificação da classe média, vivenciadas na esfera cotidiana, são acompanhadas, a partir de 2015, por um enfraquecimento brutal das bases materiais que sustentam a situação da classe média. Para a classe média estabelecida, além da já mencionada concentração de riqueza pelos muito ricos, os preços de bens e serviços que historicamente funcionavam como marcadores da condição da classe média, como educação e medicina privadas e a contratação de trabalho doméstico, aumentaram enormemente (Gethin e Morgan, 2018, pp. 4-5).

No caso dos recém-chegados, a volatilidade da situação de classe cresceu drasticamente no contexto do aprofundamento da crise econômica, uma vez que, devido à prosperidade recente, eles não contam com patrimônio vultuoso e outros ativos, são mais vulneráveis ao desemprego e à perda de renda e estão particularmente endividados.[9] O retorno à pobreza é uma ameaça constante e uma experiência frequente e dolorosa em suas vidas (Neri, 2021).

4. Articulações das classes médias como sujeitos políticos

4.1. Interpretações da crise brasileira

Depois de discutir as recentes flutuações na situação de classe das classes médias brasileiras, podemos voltar à nossa questão central: como as variações na situação das classes médias brasileiras se correlacionam com sua constituição e ação como sujeitos políticos na crise brasileira? Nesse contexto, a pergunta particularmente relevante é: o que levou as classes médias brasileiras, ou pelo menos setores significativos delas, a apoiar e contribuir para eleger como presidente Bolsonaro, um político até então pouco co-

9 Vaz e Hoffmann (2020, p. 7-8) mostram que, entre 2008 e 2017, a despesa que mais cresceu nos orçamentos das famílias brasileiras foi o pagamento de dívidas, que teve uma elevação de 64% no período.

nhecido, sem qualquer histórico relevante de serviços prestados ao país, que construiu sua campanha vitoriosa com base em um discurso caracterizado por misoginia, homofobia, racismo e ultraconservadorismo na área da moralidade e da família e ultraliberalismo na política econômica?

Embora eu não tenha a pretensão de cobrir toda a vasta e rica bibliografia disponível sobre a longa crise no Brasil, parece possível, para os propósitos deste capítulo, classificar as contribuições existentes de acordo com três matrizes explicativas principais: fatores socioestruturais, ideológicos e culturais.

As abordagens socioestruturais destacam a mudança no perfil dos eleitores do PT, que, ao longo de sucessivas eleições, passou cada vez mais das classes médias instruídas do Centro-Sul do país para os estratos de renda mais baixa, os menos instruídos e a região Nordeste. Amory Gethin e Marc Morgan buscam explorar a relação entre a motivação do voto e os ganhos e perdas econômicos, tanto para diferentes estratos de renda quanto em combinação com outros fatores, como raça, escolaridade, região e religião (Gethin e Morgan, 2018; 2021). Eles encontram uma correlação positiva consistente entre votar a favor ou contra o PT e os grupos que ganharam ou perderam economicamente durante os governos do partido e nos anos seguintes. De acordo com os autores, a situação das chamadas classes médias "espremidas" é particularmente relevante: mesmo em tempos de rápido crescimento econômico, quando todos os estratos tiveram ganhos de renda, as classes médias estabelecidas viram suas rendas aumentarem muito menos do que as dos mais ricos e as dos mais pobres.

Para André Singer, as conexões entre o comportamento eleitoral e as mudanças socioeconômicas exigem uma compreensão das contradições intrínsecas ao que ele chama de lulismo, ou seja, a aliança de classes que o PT formou para governar, que buscava, na interpretação do autor, conciliar os interesses das classes trabalhadoras organizadas, de diferentes frações da burguesia e das classes médias (Singer, 2012). Em suas ações específicas, os governos do PT beneficiaram particularmente o subproletariado, ou seja, a massa informalizada de trabalhadores com ocupações incertas e vínculos trabalhistas precários. No entanto, quando Dilma tentou aprofundar o reformismo social iniciado pelos governos Lula, combinando reformas políticas desenvolvimentistas com um programa anticorrupção, as

contradições inerentes à aliança de classes no lulismo foram exacerbadas e essa aliança entrou em colapso (Solano, 2018).

Armando Boito Jr. e Tatiana Berringer também entendem que os governos do PT representaram uma aliança, mas, em sua visão, "a *grande burguesia* brasileira sempre manteve o controle da aliança de modo a obter do Estado as garantias de favoritismo e proteção estatal na competição que empreendem com o capital estrangeiro" (Boito Jr. e Berringer, 2013, p. 32). Para Boito Jr., o colapso da aliança de classes costurada pelo PT pode ser visto como produto da Operação Lava Jato, que, articulada com o Departamento de Estado estadunidense, "instrumentalizou politicamente o combate à corrupção para prejudicar empresas brasileiras e o próprio PT, satisfazendo interesses e expectativas políticas do capital estrangeiro e da classe média alta" (Boito Jr., 2021, p. 6).

Alfredo Saad-Filho busca entender a eleição de Bolsonaro no contexto do que chama de neoliberalismo autoritário (Saad-Filho, 2021). De acordo com sua interpretação, a fase atual do neoliberalismo sucede períodos anteriores de contínuas perdas econômicas e de direitos para a maioria da população. Nesse contexto, surgem lideranças que se apresentam como opositoras à política convencional e às elites estabelecidas, prometendo restaurar as perdas sofridas para conquistar o apoio dos eleitores. Entretanto, esses líderes, "quando no poder, implementam programas que intensificam o neoliberalismo sob o véu do nacionalismo e do racismo mais ou menos explícito" (Saad-Filho, 2021, p. 133). Isso gera novas frustrações, criando um terreno fértil para novos ciclos de aprofundamento do autoritarismo.

Os trabalhos que se concentram em fatores ideológicos fazem uso de diversas fontes e diversos métodos, como pesquisas quantitativas de comportamento eleitoral (Fuks e Marques, 2020), análise de discurso (Messenberg, 2017), análise de organizações e redes de direita, etnografias digitais e *big data* (vale consultar diferentes contribuições em Solano, 2018; Solano e Rocha, 2019) para estudar a disseminação de discursos e ideologias de extrema direita. Essas pesquisas concluem que os grupos à direita do espectro político conseguiram promover um aumento vigoroso em seu poder de disseminar seus discursos e suas ideias tanto nas mídias sociais e na internet em geral quanto por meio de movimentos sociais organizados e manifestações de rua, chegando à penetração nos veículos convencionais de comunicação de massa, ou seja, rádio, televisão e imprensa escrita. Ao

mesmo tempo, de acordo com essa leitura, as disputas eleitorais no Brasil têm se tornado cada vez mais pautadas por disputas ideológicas, de modo que o fator decisivo para as escolhas nas eleições de 2018, quando Bolsonaro chegou à presidência, foi a ideologia política:

> O brasileiro, a partir de 2014, tem se posicionado mais na escala esquerda-direita e, em 2018, mostra maior coerência entre, de um lado, a sua localização nessa escala e, de outro, a sua identificação partidária e o voto. Além disso, suas opiniões e posições em relação a alguns dos assuntos que dividem esquerda e direita no Brasil hoje revelaram ser bons preditores do voto. (Fuks e Marques, 2020, p. 417)

As contribuições que tratam de fatores ideológicos são particularmente elucidativas ao explicar como as estratégias políticas usadas pela direita e os mecanismos como políticas de ódio, guerras culturais, pós-verdades e a construção de inimigos públicos redefiniram as linhas de conflito político no Brasil. Temas que haviam articulado a luta política em décadas anteriores, como o fortalecimento da democracia e a justiça social, perderam importância relativa em comparação a temas como modelos de família e padrões de sexualidade e moralidade. Por outro lado, temas relevantes do ponto de vista eleitoral foram ressignificados em linguagem moral, de modo que, por exemplo, a segurança pública passou a ser uma disputa entre mocinhos e bandidos e a mobilidade social tornou-se sinônimo exclusivo de mérito pessoal. A corrupção também é ressignificada no discurso da direita. Não se trata mais de um problema sistêmico localizado na interface entre Estado, sistema político e economia, mas de um produto da falta de decência e compostura dos políticos do PT e, em especial, de Luiz Inácio Lula da Silva. Esses estudos também evidenciam o papel da Operação Lava Jato e a cobertura sensacionalista que a mídia fez dela para personalizar a corrupção e reforçar a rejeição pública ao PT (Lopes et al., 2020).

As abordagens que buscam na *cultura* a explicação para o avanço da extrema direita no país tendem a ler a adesão à direita como uma reação à perda ou à ameaça de perda de privilégios inscritos na cultura brasileira marcada por múltiplas hierarquias nas áreas de sexo e gênero, sexualidade, raça e etnia, origem social etc. Para analisar a ameaça aos privilégios raciais, Patrícia de Santana Pinho utiliza, de forma bastante elucidativa, os conceitos de branquitude ferida e branquitude aspiracional:

> enquanto a branquitude ferida se refere à classe média brasileira tradicional e a branquitude aspiracional se refere à classe baixa brasileira, esses dois fenômenos se apoiam mutuamente e revelam a cumplicidade interclasses necessária para sustentar o poder da branquitude (Pinho, 2021, p. 66).

Com base no termo usado por Pinho, pode-se dizer que, em diversos campos, estudos mostram que a adesão à direita é motivada pela supremacia ferida pelas transformações que ocorreram nas últimas duas décadas no Brasil. Assim, estudos documentam a "desestabilização da masculinidade hegemônica" pelo empoderamento feminino (Pinheiro Machado e Scalco, 2018, p. 57), bem como a defesa radical da família tradicional e da sexualidade heteronormativa, supostamente ameaçadas pela pluralização dos modelos existentes de sexualidade e família (Almeida, 2019) e as reações violentas da classe média estabelecida contra a perda de privilégios (Costa, 2018b). O que não encontra paralelo nesses outros estudos é a referência de Pinho a um equivalente de branquitude aspiracional, ou seja, formas de adaptação e mimetismo do grupo oprimido como estratégia de mobilidade social. Essa é a originalidade de seu trabalho. A autora consegue explicar não apenas por que os grupos opressores aderem à direita, mas também por que os grupos oprimidos aceitam e aderem ao discurso da meritocracia (Pinho, 2021).

4.2. Articulações interseccionais das classes médias

Apesar de não tratar exclusivamente do papel das classes médias, as três vertentes de interpretação do avanço da extrema direita no Brasil fornecem *insights* relevantes para a compreensão de como as classes médias se constituíram como sujeitos políticos na duradoura crise brasileira. Contudo, deixam sem resposta questões centrais associadas ao tema. Mesmo se começarmos nossa análise a partir de estudos que explicam a adesão à direita de acordo com determinações socioeconômicas ou culturais, não é possível dizer por que grande parte das classes médias, tanto as estabelecidas quanto as emergentes, *não adere* à direita. Também é difícil explicar por que até mesmo setores da classe média que votaram em Bolsonaro se distanciaram dele, enquanto os supostos determinantes culturais ou so-

cioeconômicos que parecem ter motivado sua escolha eleitoral não sofreram mudanças substanciais desde então. A pesquisa com foco em fatores ideológicos, por sua vez, explica *como*, mas não *porque* a direita cresceu. Tampouco explica a perda de influência da direita desde 2019. Ou seja, suas estruturas e seus mecanismos de ação política estão mais fortes do que nunca, mas, ainda assim, seus discursos perderam parte de seu poder de persuasão e mobilização.

Parece necessário reconhecer que a constituição das classes médias como sujeitos políticos não se explica por nexos unívocos de determinação, como os descritos nas três correntes discutidas acima. Em vez de algo inevitável e previamente determinável, as posições políticas recentemente assumidas pelas classes médias no Brasil são heterogêneas, mutáveis e contingentes.

Dessa forma, é necessário reconstruir as articulações contingentes entre a situação de classe e as posições políticas assumidas pelas classes médias, sempre entendidas no plural. Parafraseando Stuart Hall (1996), precisamos entender as circunstâncias que levaram a que diversos discursos – de ideologias autoritárias de direita a discursos enfáticos em defesa da democracia e dos direitos das minorias – e diferentes segmentos das classes médias se encontrassem, gerando a constituição recíproca de discursos e sujeitos.

Conforme demonstrado acima, a situação de classe das classes médias ao longo do período estudado passou por mudanças significativas nos três níveis: no nível macroestrutural de renda e riqueza, no nível mesossocial das disputas por bens, serviços e espaços sociais hierárquicos, e no nível microssocial de corporificação. No período de 2003 a 2014, a ascensão social dos recém-chegados levou à competição entre eles e a classe média estabelecida. Essas reconfigurações da situação de classe geraram fissuras no tecido social e novas linhas de conflito político. Com o agravamento da crise econômica a partir de 2015, a situação de classe das classes médias – em particular dos emergentes – se tornou ainda mais volátil, gerando novas incertezas, ansiedades e novos conflitos sociais.

Os canais institucionais de mediação, regulamentação e negociação desses conflitos, ou seja, o Estado e o sistema político, não conseguiram cumprir essa função. Antes mesmo da crise econômica iniciada em 2014, e em especial na eclosão dos movimentos de rua nas chamadas Jornadas de Junho de 2013, uma profusão de protestos de natureza e orientações

ideológicas variadas já indicava a existência de um descompasso entre as expectativas políticas, as experiências e a capacidade do sistema político de processar e oferecer respostas adequadas a essas demandas (Nobre, 2013).

No contexto do aprofundamento da crise econômica, a partir de 2015, o Estado e o sistema político tornaram-se ainda menos capazes de atender as preocupações justificadas das classes médias diante do esfacelamento da base parlamentar de Dilma e da iminência do processo de impeachment.

É nesse contexto institucional que a reconfigurada situação de classe das classes médias e suas posições como sujeitos políticos foram articuladas, seja no nível individual de escolhas eleitorais, seja por meio de manifestações coletivas em redes sociais, em protestos de rua ou em movimentos sociais mais institucionalizados e organizações e redes de ativistas. Segmentos das classes médias, incluindo tanto as classes médias estabelecidas quanto as emergentes, encontraram nas ideologias autoritárias e antissistema discursos que lhes permitiram articular sua insatisfação política. Outros segmentos, por outro lado, rearticularam seu apoio ao PT.[10]

A divisão política e a polarização que têm seu epicentro nas classes médias atingiram seu auge nas eleições de 2018, quando a campanha de Jair Bolsonaro à presidência – seguida por vários outros candidatos a governos estaduais e mandatos legislativos estaduais e federais – conseguiu transformar as várias questões que os eleitores consideravam relevantes em uma disputa entre esquerda e direita. Espelhando-se nas estratégias eleitorais bem-sucedidas de outros candidatos de direita em todo o mundo, em especial Donald Trump, Bolsonaro se apresentou como o candidato antissistema que, com pulso firme, resolveria os diversos problemas do país: a corrupção, as falhas na segurança pública e a crise econômica (Lopes et al., 2020).

O discurso misógino, moralista, classista e racista ecoou principalmente entre os homens, a população branca, a classe média estabelecida e as famílias tradicionais que viram sua supremacia arranhada pelas mudanças sociais e econômicas do período anterior. Isso explica o sucesso eleitoral proporcionalmente maior de Bolsonaro entre eleitores homens, brancos, estratos de renda mais alta e evangélicos. Sua campanha e as de vários outros candidatos que seguiram a mesma retórica construíram um

10 Luciana Tatagiba e Andreia Galvão estudam 1285 ações de protesto entre janeiro de 2011, quando Dilma assumiu a presidência, e agosto de 2016, quando a presidente deixou o cargo. As autoras mostram que apenas 6,2% dos protestos identificados no período foram liderados por grupos anti-PT. A maioria foi liderada por "setores progressistas ligados à defesa de direitos, aliados ao governo do PT ou compondo uma oposição de esquerda" (Tatagiba e Galvão, 2019, p. 84).

discurso abrangente capaz de articular insatisfações políticas ao abordar diferentes situações de classe em suas múltiplas interseções com raça, gênero, sexualidade e religião.

A campanha de Fernando Haddad – o candidato que assumiu o lugar de Lula depois que ele foi preso e impedido de concorrer às eleições presidenciais e enfrentou Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018 – baseou-se em discursos interseccionais opostos aos de Bolsonaro. Haddad defendeu o combate à desigualdade social e a ampliação dos direitos e conquistas de mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+. Isso explica seus bons resultados eleitorais entre negros, mulheres e a população LGBTQIA+. Igualmente significativas são as diferenças regionais. Haddad foi o candidato mais votado no Nordeste, uma região que se beneficiou de forma especial das políticas implementadas pelos governos do PT. Bolsonaro venceu em todas as outras regiões. A Tabela 1 resume esses resultados.[11]

Tabela 1. Preferência eleitoral de acordo com diferentes características no segundo turno das eleições (por votos válidos), 2018

Candidatos		
Características	**Bolsonaro**	**Haddad**
Homens	61%	39%
Mulheres	51%	48%
Brancos	68%	32%
Pardos	54%	46%
Pretos	45%	55%
Renda de até duas vezes o salário-mínimo	44%	56%
Renda superior a dez salários-mínimos	66%	34%
Católicos	51%	49%
Evangélicos	69%	31%
Heterossexuais	58%	42%
lgbtqia+	34%	62%

Fonte: Datafolha, 2018.

11 Nas eleições que reelegeram Lula presidente em 2022, as tendências mais gerais observadas nas eleições presidenciais de 2018. Dada a data da publicação original do presente artigo, esses desenvolvimentos não são considerados aqui. Uma ampliação e atualização do argumento desenvolvido aqui se encontra em meu livro recente "Desiguais e Divididos" (Costa 2025).

5. Conclusões

Historicamente marcado por desigualdades sociais colossais, há quase dez anos o Brasil convive com divisões políticas igualmente abismais que dificultam as instituições e truncam as relações cotidianas. As classes médias, seja qual for a definição adotada, têm desempenhado um papel fundamental na produção da polarização política. Uma ampla gama de pesquisas realizadas por diversas disciplinas buscou estudar e entender os motivos da polarização e, especialmente, a virada política avassaladora que culminou na eleição de um presidente de extrema direita.

Embora rica e, em sua maior parte, analiticamente sólida e sofisticada, a literatura disponível tende, como tentei demonstrar, a determinismos estruturais, culturais e ideológicos.

Para escapar desses determinismos, usei como base a sociologia política de Stuart Hall para entender a ligação entre a situação de classe das classes médias e sua constituição como sujeitos políticos de vários matizes como articulações interseccionais contingentes. A ênfase na contingência obviamente não implica a crença de que os processos políticos são fortuitos e desvinculados das estruturas sociais. Tampouco ignora a existência de grupos com convicções ideológicas ou culturais profundamente arraigadas que adotam de forma consistente, por longos períodos, atitudes políticas compatíveis com essas crenças. No entanto, esse não é o caso das classes médias brasileiras. Ao longo do tempo, as classes médias como um todo têm apresentado uma trajetória política muito heterogênea e mutável. Elas aderem a discursos e fazem escolhas políticas com base no poder dessas narrativas de capturar, em determinadas circunstâncias, suas ansiedades, expectativas, reivindicações e aspirações.

Minha ênfase na interseccionalidade, por sua vez, decorre da necessidade de reconhecer que é uma mera abstração analítica considerar a situação de classe separada de gênero, sexualidade, raça etc. Em todos os três eixos que compõem a situação de classe – renda e riqueza; acesso a bens, serviços e espaços hierárquicos e corporificação –, as interseções entre classe, raça, gênero, sexualidade etc. são óbvias. A constituição de sujeitos políticos de classe média também é um processo interseccional, como fica evidente não apenas em seu comportamento eleitoral, mas também em suas mobilizações políticas.

O caráter contingente das articulações entre a situação (interseccional) de classe e as posições políticas abre possibilidades para um futuro menos desigual e dividido para o Brasil. As classes médias, mesmo aquelas que votaram em Bolsonaro não por protesto, mas por suas convicções, podem rever suas posições se encontrarem discursos em favor da igualdade e da democracia que, diante das novas circunstâncias, traduzam melhor suas ansiedades e expectativas. A má notícia é que esse não é o único desfecho possível.

Referências

Almeida, Ronaldo de (2019): "Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira". *Novos Estudos Cebrap*, vol. 38, n. 1, pp. 185-213.

Anderson, Perry (2019): "Bolsonaro's Brazil". *London Review of Books*, vol. 41, n. 3, pp. 11-22.

Banco Mundial (2022): *World Bank Open Data*. Disponível em: https://data.worldbank.org. Acesso em: 12 abr. 2022.

Bianchi, Bernardo; Chaloub, Jorge; Rangel, Patrícia; Wolf, Frieder O. (orgs.) (2020): *Democracy and Brazil: Collapse and Regression*. Nova York: Routledge.

Boito Jr., Armando (2021): "O caminho brasileiro para o fascismo". *Caderno CRH*, vol. 34, e021009.

Boito Jr., Armando; Berringer, Tatiana (2013): "Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 47, pp. 31-38.

Bourdieu, Pierre (1979): *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Butler, Judith (2004): *Undoing Gender*. Londres: Routledge.

Cardoso, Adalberto; Préteceille, Edmond (2017): "Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual seu tamanho? Como vêm mudando?". *Dados*, vol. 60, n. 4, pp. 977-1023.

Carnut, Leonardo; Mendes, Áquilas; Guerra, Lucia (2021): "Coronavirus, capitalism in crisis and the perversity of public health in Bolsonaro's Brazil". *International Journal of Health Services*, vol. 51, n. 1, pp. 18-30.

Clément, Matthieu; Fauré, Yves-André; Berrou, Jean-Philippe; Combarnous, François; Darbon, Dominique (2020): "Anatomy of the Brazilian middle class: identification, behaviours and expectations". *Cepal Review*, n. 130, pp. 129-47.

Corossacz, Valeria Ribeiro (2014): "Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 105, pp. 43-64.

Costa, Sérgio (2018a): "Entangled inequalities, state, and social policies in contemporary Brazil". In: Strønen, Iselin Åsedotter; Ystanes, Margit (orgs.).

The Social Life of Economic Inequalities in Contemporary Latin America: Decades of Change. Cham: Springer, pp. 59-80.
Costa, Sérgio (2018b): "Millionaires, the established, the outsiders, and the poor: social structure and political crisis in Brazil". In: Jelin, Elizabeth; Motta, Renata C.; Costa, Sérgio (orgs.). *Global Entangled Inequalities: Conceptual Debates and Evidence from Latin America*. Londres: Routledge, pp. 178-95.
Costa, Sérgio (2025): *Desiguais e divididos. Uma interpretação do Brasil polarizado*. São Paulo: Todavia.
Credit Suisse Research Institute (2021): *Global Wealth Report 2021*. Zurique: Credit Suisse.
Datafolha (2022): *Eleições 2018*. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/28/b469d4556e176c907bad8986ccc459cd.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.
Elias, Norbert; Scotson, John L. ([1965] 1994): *The Established and the Outsiders: A Sociological Enquiry into Community Problems*. Londres: Sage.
Ferreira, Francisco H. G.; Messina, Julian; Rigolini, Jamele; López-Calva, Luis-Felipe; Lugo, Maria Ana; Vakis, Renos (2013): "Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class". *World Bank Latin American and Caribbean Studies*. Washington, DC: Banco Mundial.
Figueiredo, Angela (2021): *Classe média negra: trajetórias e perfis*. Salvador: Edufba.
Fowler, Alan; Biekart, Kees (2016): "Navigating Polycentric Governance from a Citizen's Perspective: The Rising New Middle Classes Respond". *The European Journal of Development Research*, vol. 28, n. 4, pp. 705-721.
Freitas, Jefferson Belarmino de (2014): "Sobre a humilhação no cotidiano do emprego doméstico". *Dados*, vol. 57, n. 1, pp. 199-236.
Fuks, Mario; Marques, Pedro Henrique (2020): "Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018". *Opinião Pública*, vol. 26, n. 3, pp. 401-30.
Gethin, Amory; Morgan, Marc (2018): "Brazil divided: hindsights on the growing politicisation of inequality". *WID.world Issue Brief*, 2018/3. Paris: World Inequality Lab.
Gethin, Amory; Morgan, Marc (2021): "Democracy and the Politicization of Inequality in Brazil, 1989-2018". *World Inequality Lab Working Paper*, 2021/07. Paris: World Inequality Lab.
Gonçalves, Guilherme Leite; Costa, Sérgio (2020): *Um porto no capitalismo global*. São Paulo: Boitempo.
Hall, Stuart (1996): "On Postmodernism and Articulation: An Interview with Stuart Hall Edited by Lawrence Grossberg". In: Morley, David; Chen, Kuan-Hsing (orgs.). *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. Londres: Routledge, pp. 131-150.
Heiman, Rachel; Freeman, Carla; Liechty, Mark (orgs.) (2012): *The Global Middle Classes: Theorizing through Ethnography*. Santa Fe: SAR Press.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022): *Brasil: frota de veículos 2014*. Rio de Janeiro: IBGE.

Jelin, Elizabeth; Motta, Renata C.; Costa, Sérgio (orgs.) (2018): *Global Entangled Inequalities: Conceptual Debates and Evidence from Latin America*. Londres: Routledge.

Junge, Benjamin; Mitchell, Sean T.; Jarrin, Alvaro; Cantero, Lucia (orgs.) (2021): *Precarious Democracy*. Rutgers University Press.

Klein, Charles H.; Mitchell, Sean T.; Junge, Benjamin (2018): "Naming Brazil's Previously Poor: 'New Middle Class' as an Economic, Political, and Experiential Category". *Economic Anthropology*, vol. 5, n. 1, pp. 83-95.

Lima, Marco Antônio de Oliveira; Robertt, Pedro (2016): "Desigualdades sociais na educação superior: um estudo de caso". *Contraponto*, vol. 3, n. 2, pp. 146-64.

Linhares, Carolina (2022): "Datafolha: cresce diferença entre Lula e Bolsonaro no 2º turno das eleições". *Folha de S.Paulo*, 27 maio 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/datafolha-cresce-diferenca-entre-lula-e-bolsonaro-no-2o-turno-das-eleicoes.shtml. Acesso em: 7 nov. 2025.

Lopes, Monalisa Soares; Albuquerque, Grazielle; Bezerra, Gabriella Maria Lima (2020): "'2018, a batalha final': Lava Jato e Bolsonaro em uma campanha anticorrupção e antissistema". *Civitas*, vol. 20, n. 3, pp. 377-89.

Maia, Suzana; Reiter, Bernd (2021): "Racial Capital and White Middle Class Territorialization in Salvador, Brazil". *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, pp. 1-18.

Medeiros, Marcelo; Souza, Pedro H. G. Ferreira de; Castro, Fábio Avila de (2015): "O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012)". *Dados*, vol. 58, n. 1, pp. 7-36.

Messenberg, Débora (2017): "A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros". *Sociedade e Estado*, vol. 32, n. 3, pp. 621-648.

Morgan, Marc (2017): "Falling Inequality beneath Extreme and Persistent Concentration: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015". *World Inequality Lab Working Paper*, 2017/12. Paris: World Inequality Lab.

Morley, David; Chen, Kuan-Hsing (orgs.) (1996): *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. Londres: Routledge.

Moura, Cristina Patriota de; Januzzi, Vinicius Prado (2019): "Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal". *Tempo Social*, vol. 31, n. 1, pp. 113-34.

Nascimento, Estefanie Silva; da Costa Filho, Murilo Carrazedo Marques; Hormeyll, Luis Fernando (2017): "Significados da educação privada na nova classe média". *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, vol. 11, n. 2, pp. 32-46.

Neri, Marcelo (2012): *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva.

Neri, Marcelo (2019a): *A escalada da desigualdade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Neri, Marcelo (2019b): *As classes médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
Neri, Marcelo (2021): *Desigualdade de impactos trabalhistas na pandemia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
Nobre, Marcos (2013): *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
Nobre, Marcos (2020): *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia.
Nogueira, Mara (2020): "Preserving the (Right Kind of) City: The Urban Politics of the Middle Classes in Belo Horizonte, Brazil". *Urban Studies*, vol. 57, n. 10, pp. 2163-80.
O'Dougherty, Maureen (1998): "Auto-retratos da classe média: hierarquias de 'cultura' e consumo em São Paulo". *Dados*, vol. 41, n. 2, pp. 411-44.
Picanço, Felícia (2015): "Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 30, n. 88, pp. 145-79.
Pieterse, Jan Nederveen (2018): *Multipolar Globalization: Emerging Economies and Development*. Londres: Routledge.
Pilotto, Luciane Maria; Celeste, Roger Keller (2018): "Tendências no uso de serviços de saúde médicos e odontológicos e a relação com nível educacional e posse de plano privado de saúde no Brasil, 1998-2013". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 34, n. 4, e00052017.
Pinheiro Machado, Rosana; Scalco, Lucia Mury (2018): "Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista". In: Solano, Esther (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, pp. 53-60.
Pinho, Patrícia de Santana (2021): "Whiteness has Come Out of the Closet and Intensified Brazil's Reactionary Wave". In: Junge, Benjamin; Mitchell, Sean T.; Jarrin, Alvaro; Cantero, Lucia (orgs.). *Precarious Democracy*. Rutgers University Press, pp. 62-76.
Pinho, Patrícia de Santana; Silva, Elizabeth B. (2010): "Domestic Relations in Brazil: Legacies and Horizons". *Latin America Research Review*, vol. 45, n. 2, pp. 90-113.
Pochmann, Marcio (2014): *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo.
Queiroz, Vitória (2022): "PoderData: Bolsonaro reduz distância contra Lula no 2º turno". *Poder360*, 2 fev. 2022. Disponível em: http://www.poder360.com.br/poderdata/poderdata-bolsonaro-reduz-distancia-contra-lula-no-2o-turno/. Acesso em: 7 nov. 2025.
Regis, Igor (2021): "Aviação: Brasil registra em 2020 o menor número de passageiros dos últimos 15 anos". *Mercado & Eventos*, 21 jan. 2021. Disponível em: https://tinyurl.com/5bszurb3. Acesso em: 7 nov. 2025.
Rennó, Lucio; Avritzer, Leonardo; Carvalho, Priscila Delgado de (2021): "Entrenching Right-Wing Populism under Covid-19: Denialism, Social Mobility, and Government Evaluation in Brazil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 36, e247120.

Rios, Flavia (2020): "Cycles of Democracy and the Racial Issue in Brazil (1978-2019)". In: Bianchi, Bernardo; Chaloub, Jorge; Rangel, Patrícia; Wolf, Frieder O. (orgs.). *Democracy and Brazil: Collapse and Regression*. Nova York: Routledge, pp. 26-40.

Saad-Filho, Alfredo (2021): "Endgame: from Crisis in Neoliberalism to Crises of Neoliberalism". *Human Geography*, vol. 14, n. 1, pp. 133-37.

Scalon, Celi; Salata, André (2012): "Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica". *Sociedade e Estado*, vol. 27, n. 2, pp. 387-407.

Semesp (2016): *Mapa do ensino superior no Brasil*. São Paulo: Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior.

Singer, André (2012): *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

Solano, Esther (org.) (2018): *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Solano, Esther; Rocha, Camila (2019): *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.

Soler, Lorena; Prego, Florencia (2020): "The Right and Neo-golpismo in Latin America: a Comparative Reading of Honduras (2009), Paraguay (2012), and Brazil (2016)". In: Bianchi, Bernardo; Chaloub, Jorge; Rangel, Patrícia; Wolf, Frieder O. (orgs.). *Democracy and Brazil: Collapse and Regression*. Nova York: Routledge, pp. 61-77.

St. Cair, George (2017): "'God Even Blessed me with Less Money': Disappointment, Pentecostalism and the Middle Classes in Brazil". *Journal of Latin American Studies*, vol. 49, n. 3, pp. 609-32.

Strønen, Iselin Åsedotter; Ystanes, Margit (orgs.) (2018): *The Social Life of Economic Inequalities in Contemporary Latin America: Decades of Change*. Cham: Springer.

Tatagiba, Luciana; Galvão, Andreia (2019): "Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)". *Opinião Pública*, vol. 25, n. 1, pp. 63-96.

Tavares, Joelmir (2022): "Datafolha: Lula abre 21 pontos sobre Bolsonaro no 1º turno". *Folha de S.Paulo*, 27 maio 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/datafolha-lula-abre-21-pontos-sobre-bolsonaro-no-1o-turno.shtml. Acesso em: 27 maio 2022.

Therborn, Göran (2020): "Dreams and Nightmares of the World's Middle Classes". *New Left Review*, n. 124, pp. 63-87.

Vaz, Daniela Verzola; Hoffmann, Rodolfo (2020): "Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017". *Texto para discussão*, n. 384. Campinas: Unicamp - Instituto de Economia.

Weber, Max ([1922] 1956): *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie*. Tübingen: J. C. B. Mohr.

Wright, Erik Olin (1985): *Classes*. Londres: Verso.

Zandonade, Patricia; Moretti, Ricardo (2012): "O padrão de mobilidade de São Paulo e o pressuposto de desigualdade". *EURE (Santiago) - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano-Regionales*, vol. 38, n. 113, pp. 77-97.

Capítulo 7

A Nova Direita brasileira e a esfera pública

Camila Rocha

1. Introdução

Anos antes da ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, o ativismo da Nova Direita havia ocupado as ruas e as redes sociais brasileiras, surpreendendo analistas políticos acostumados a associar movimentos sociais e protestos de rua com grupos de esquerda.[1] Alguns afirmavam que, apesar das técnicas de ativismo atualizadas, as ideias defendidas pelos militantes eram as mesmas que vinham sendo sustentadas pela direi-

1 Este texto foi publicado originalmente como "The New Brazilian Right and the Public Sphere", na *Mecila Working Paper Series*, n. 32. São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America, 2021. A tradução do inglês ao português de Dominique Bennett para este capítulo foi revisada pela autora. [N.E.]

ta tradicional do país: neoliberalismo e conservadorismo.[2] Assim, não fazia sentido denominar o movimento de Nova Direita. No entanto, apesar dessa continuidade de ideias e de atores políticos, é possível identificar o desenvolvimento de uma Nova Direita no Brasil. Esse processo envolveu o surgimento de novas lideranças e de novas formas de expressão e organização, bem como de novas ideias que passaram recentemente a circular com maior força na esfera pública brasileira: o libertarianismo e a denúncia de uma "hegemonia cultural de esquerda" no país.[3]

Na primeira seção deste capítulo, descrevo as atividades da direita no Brasil nas décadas anteriores, considerando seus vínculos com as ações da Nova Direita que surgiriam anos mais tarde. Na segunda e na terceira seções, indico como, em meio às transformações políticas que aconteceram no país, uma nova constelação de atores e de ideias contribuiu fortemente para a virada política do Brasil à direita.

2 Neoliberalismo é um conjunto de ideias e práticas sociais, políticas e econômicas cujo surgimento remonta a uma tentativa de reabilitar o antigo *laissez-faire*, que havia sofrido uma acentuada decadência após a crise de 1929. O uso do prefixo *neo* destaca uma mudança importante em relação ao *laissez-faire* do século XIX (Boas 2009; Gans-Morse 2009; Jackson 2010). Diferentemente do *laissez-faire* liberal, o neoliberalismo defende um papel ativo do Estado como promotor dos mercados livres. Em outras palavras, se para os adeptos do *laissez-faire* o Estado não deveria desempenhar qualquer papel na regulação da economia, para os neoliberais o Estado deve atuar de forma ativa nessa regulação, no sentido de criar um aparato jurídico-legal que favoreça o bom funcionamento do mercado livre (Morresi 2011; Dardot e Laval 2016). Pode-se dizer que, nas últimas décadas, o neoliberalismo adquiriu tal importância que, nas palavras de Pierre Dardot e Christian Laval (Dardot e Laval 2016), tornou-se o novo *zeitgeist* mundial. Por isso a existência de neoliberais progressistas como Bill Clinton e Tony Blair (Fraser 2017), e neoliberais conservadores como Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Por essa razão, considerando os argumentos desenvolvidos nesse capítulo, é importante destacar as diferenças entre o neoliberalismo e o libertarianismo, que vieram a influenciar significativamente a formação da Nova Direita no Brasil. Os economistas Milton Friedman e Friedrich von Hayek podem ser classificados como neoliberais, no entanto é mais adequado considerar Ludwig von Mises um libertário, conforme proposto pelo jornalista libertário Bryan Doherty (Doherty 2007). Por outro lado, o conservadorismo não é tanto uma filosofia política, mas uma atitude em relação ao mundo que é necessariamente reativa ao progresso no campo dos valores e dos costumes. Segundo o filósofo conservador Roger Scruton (Scruton 2015), devido à sua negação da abstração, os conservadores tendem a "lamentar" ao tentar preservar tradições diante de sua iminente substituição por algo considerado pior. Essa necessidade de manter determinadas tradições ancora-se no entendimento de que estas não são costumes arbitrários, mas uma condensação do conhecimento originado por um longo processo de aprendizado que favorece a reprodução da sociedade. Assim, o conservadorismo pode ser descrito como um sentimento de responsabilidade pelos mortos, os vivos e aqueles que ainda irão nascer, na formulação do grande crítico da revolução francesa Edmund Burke.

3 O libertarianismo representa a defesa radical do livre mercado sem quaisquer restrições e está associado à defesa da liberdade moral e política dos seres humanos de não serem coagidos uns pelos outros (Doherty, 2007). Os libertários geralmente não gostam de ser rotulados como sendo de esquerda ou de direita. Apesar do livro de Murray Rothbard, empiricamente eles tendem a se conectar com lideranças e partidos de direita. No Brasil, em sua maioria, alinham-se à direita. Embora exista um pequeno grupo político que se autodenomina de esquerda libertária, este se encontra reunido em torno de um partido de direita, o Partido Novo.

2. A direita tradicional: Hayek e a luta contra o comunismo

Os laços existentes entre os líderes da Nova Direita e aqueles da direita tradicional brasileira foram em geral construídos a partir da rede de contato mantida ao longo do tempo por organizações pró-mercado nacionais e internacionais conhecidas como *think tanks*.[4] No final dos anos 2000, o circuito de *think tanks* fundados nos anos 1980 e 1990 se expandiu, reunindo desde anarco-capitalistas até monarquistas. Nesse circuito, gerações mais antigas de intelectuais e empresários encontraram a jovem militância que atuava nas redes sociais, nos movimentos estudantis e nos protestos de rua.

A formação dos primeiros *think tanks* pró-mercado no Brasil está intimamente ligada à disseminação do neoliberalismo ao redor do mundo através da atividade de intelectuais, militantes, políticos e empresários na década de 1930 (Cockett 1995; Stedman-Jones 2014). No Brasil, a promoção do neoliberalismo começou entre as décadas de 1940 e 1950, por meio de uma forte campanha contra a esquerda que uniu católicos conservadores e empresários anticomunistas, comprometidos com a preservação da propriedade privada.

Em 1946, o livro *O caminho da servidão*, do economista austríaco Friedrich August von Hayek, publicado originalmente em 1944, foi traduzido para o português com o apoio do empresário Adolpho Lindenberg. A intenção de Lindenberg ao contatar Hayek e patrocinar a tradução e publicação de sua obra era, em suas próprias palavras, "fundamentar cientificamente" a defesa da propriedade privada e barrar o avanço da esquerda católica e de sua principal pauta: a reforma agrária no campo:

> No Brasil, antes da Revolução de 1964 [o golpe militar de 1964], na década de 1950, houve um movimento católico de esquerda, muito importante, que quis formar comunidades comunistas chamadas de comunidades de base. Essas

4 Em geral, *think tanks* podem ser definidos como organizações permanentes, responsáveis pela pesquisa e/ou difusão de ideias relacionadas à proposta de políticas públicas. Considerando isso, a maioria das atividades de *think tanks* pró-mercado são classificadas pela literatura especializada como sendo de advocacia política ou ideológica (Desai 1994; Cocket 1995), e se baseiam especialmente na difusão da liberdade de mercado, às vezes combinada com valores conservadores, e de políticas públicas de acordo com essa orientação. Na prática, nas palavras de Mike Caroll, CEO da Heritage Foundation, os negócios desse tipo de organização são "pessoas", isto é, a reunião de pessoas prontas para influenciar e, eventualmente, atuar diretamente em instâncias governamentais. Para mais informações sobre o funcionamento dos *think tanks* no Brasil após a redemocratização, ver Gros, 2003; Casimiro, 2010; Hauck, 2015 e Rocha, 2017.

> comunidades eram formadas por trabalhadores, padres e feministas […] Eu, por outro lado, fazia parte do movimento conhecido como "Tradição, Família e Propriedade", dirigido por Plinio Corrêa de Oliveira, que era um movimento tradicionalista católico e conservador, e que desde o início se opôs ao movimento da esquerda. Na época o Plinio Corrêa de Oliveira escreveu um livro: *Reforma agrária: questão de consciência*. A reforma agrária era a bandeira da esquerda católica. Eles achavam que era possível dividir grandes propriedades, e, com isso, destruir a estrutura agrária brasileira. […] Ainda naquele tempo […] escrevi num jornal chamado *Catolicismo*, que tinha uma grande difusão nos meios católicos, mostrando como a economia liberal é a verdadeira, é a economia baseada na lei natural e no direito de propriedade, e que os católicos têm a obrigação de combater a esquerda. Quando vi a esquerda católica avançar muito eu procurei algum movimento que batia na esquerda, e eu conheci o Hayek, peguei um livro dele, me entusiasmei e disse: "Eu vou publicar isso aqui para dar um peso na coisa, alguém respeitado". Então escrevi para o Hayek e ele me autorizou a publicar o livro. Foi bom porque o Hayek dá uma sustentação científica comprovada para a defesa que a gente fazia. Aí apareceu depois o [Ludwig von] Mises também, e um americano, o [Milton] Friedman, essa trinca é o principal. (Entrevista com Adolpho Lindenberg, março 2017)[5]

Em 1960, Lindenberg, juntamente com Plinio Corrêa de Oliveira (que era primo de Lindenberg), foi um dos principais fundadores do TFP, que tinha laços estreitos com membros da família real brasileira e atuava em toda a América Latina.[6] Na época, havia muitos grupos e organizações comprometidos com a luta contra o comunismo (Motta 2002). O apelo desse discurso anticomunista pode ser observado na maciça adesão aos protestos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que, organizados por mulheres católicas conservadoras, reuniram cerca de 300 mil pessoas na cidade de São Paulo em 1964 (Cordeiro 2009).

Porém, se o conservadorismo católico cativava uma parcela significativa da sociedade naquele momento, o neoliberalismo se restringia principalmente às elites que, como Lindenberg, também estavam preocupa-

5 Eu conduzi todas as entrevistas mencionadas nesse artigo para a minha tese de doutorado sobre as origens da Nova Direita Brasileira. Para mais detalhes sobre os entrevistados, ver: Rocha, 2019. Os trechos usados aqui foram levemente editados para ficarem mais concisos e com melhor fluência.

6 Lindenberg é o presidente em exercício do Instituto Plinio Corrêa de Oliveira (IPCO), fundado em dezembro de 2006. Para mais informações, ver: https://ipco.org.br/quem-somos/#.W-27UnpKhmA.

das com o que consideravam avanços substanciais da esquerda. Entre elas estavam Eugênio Gudin, o economista que participou da 9ª reunião promovida pela Sociedade Mont Pèlerin em Princeton, Nova Jersey, em 1958 (Boianovsky, 2018),[7] e o empresário Paulo Ayres Filho, cujo trabalho com a Fundação para o Desenvolvimento de Educação Econômica começou em 1959, e que mais tarde se juntaria à Sociedade Mont Pèlerin (Spohr, 2012).[8]

Ayres Filho foi uma figura importante no golpe civil-militar contra o presidente João Goulart em 1964, também apoiado por Gudin. Em 1961, ele fundou o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), em São Paulo, que reuniu empresários, políticos, militares e intelectuais para resistir ao avanço da esquerda.[9] Entre eles, havia católicos e intelectuais conservadores ligados ao Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) e à Sociedade de Convívio.[10]

Embora houvesse intelectuais neoliberais dentro do Ipes, seu objetivo não era difundir sua ideologia para além da elite, assim como também não era o objetivo dos economistas reunidos na Associação Nacional de Programação Econômica e Social (Anpes), fundada em 1964 pelo economista Roberto Campos. Apesar de ter sido responsável pela vinda ao Brasil de economistas estrangeiros, como Milton Friedman, em 1973, a Anpes se preocupava exclusivamente em formular políticas públicas para o país, e não em difundir o neoliberalismo para um público mais amplo (Aranha 2016; Boianovsky 2018), enquanto o principal objetivo do Ipes era derrubar João Goulart.

---

7 A Sociedade Mont Pèlerin foi fundada em 1947 por Hayek com a intenção de estimular a troca de ideias entre os intelectuais familiarizados com a tese desenvolvida em *O caminho da servidão*, como Ludwig von Mises, Milton Friedman, Karl Popper, Wilhelm Röpke, Lionel Robbins, Walter Eucken, Walter Lippmann, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga e outros (Cocket, 1995; Stedman-Jones, 2014).

8 A Fundação para Educação Econômica (FEE) foi fundada em março de 1946 na cidade de Irvington-on-Hudson, Nova York, idealizada pelo empresário Leonard Read e apoiada por muitos anos por um fundo com um saldo de muitos milhões de dólares, o Volker Fund, criado pelo magnata William Volker e administrado por um entusiasta do livre mercado. Assim, a instituição dispunha de relativa autonomia em relação a interesses políticos imediatos e aspirava educar o povo estadunidense sobre as vantagens do capitalismo de livre mercado (Doherty, 2007).

9 Mais tarde, entre os anos 1960 e 1970, o Ipes conseguiu ter filiais em outras capitais brasileiras. Para mais informações, veja Dreifuss, 1987 e Ramírez, 2007.

10 O IBF foi fundado em 1949 em São Paulo e inicialmente teve como dirigente o jurista e filósofo brasileiro Miguel Reale. A instituição contou em seus quadros com Luis Washington Vita, Vicente Ferreira da Silva, Renato Cirell Czerna, Heraldo Barbuy, Vilém Flusser, Leônidas Hegenberg, Roque Spencer Maciel de Barros, Ubiratan Borges de Macedo, Antonio Paim e Ricardo Vélez Rodríguez. Entre as décadas de 1960 e 1980, o IBF atuou em parceria com os católicos da Sociedade de Convívio, criada em 1961 em São Paulo pelo padre Adolpho Crippa, da Ordem dos Salvatorianos, com a participação ativa de Paulo Mercadante, Creusa Capalbo, Antonio Paim, Nelson Saldanha, Ricardo Vélez Rodríguez e Ubiratan Borges de Macedo (Gonçalves, 2017).

Após o golpe militar em 1964, a maioria dos brasileiros neoliberais apoiavam ou participavam diretamente da administração do marechal Humberto Castelo Branco (1964-67). Roberto Campos, Ministro do Planejamento do governo militar, e Octávio Gouveia de Bulhões, Ministro das Finanças, estavam entre eles. Porém, com o fim do mandato de Castelo Branco e o início de governos militares desenvolvimentistas e antiliberais, os neoliberais perderam o espaço recém-conquistado no governo. No lugar deles, conservadores, anticomunistas ligados ao IBF e à Sociedade de Convívio foram nomeados para posições no governo. Como as organizações civis que abraçavam os neoliberais tinham fechado, eles começaram a agir sozinhos na sociedade civil. Esse foi o caso do empresário Henry Maksoud, dono de empresas em vários ramos, como a empreiteira Hidroservice e o hotel de luxo Maksoud Plaza.

Maksoud foi um dos pioneiros na difusão das ideias originais de Hayek e Friedman para além dos círculos da elite brasileira, por meio da publicação da revista *Visão*, de traduções de livros e do programa de TV *Henry Maksoud e você*, iniciativas que buscavam influenciar um grupo formado pelo que Hayek chamava de "divulgadores de ideias do segundo escalão" (Fonseca, 1994). A convite de Henry Maksoud, o economista austríaco esteve no Brasil três vezes entre 1976 e 1981 (Gross, 2003). Em sua última visita, Hayek deu uma palestra na Universidade de Brasília, assistida por Eugênio Gudin, Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões. No entanto, as atividades promovidas por Maksoud nunca estiveram vinculadas a uma organização específica nem tinham objetivos definidos. As organizações neoliberais só se formalizariam na década de 1980, durante o processo de redemocratização do país.

Nessa época, os ideólogos conservadores que haviam apoiado o regime militar foram perdendo sua influência. Durante a transição para a democracia, discursos conservadores, caracterizados por uma retórica agressiva e anticomunista, perderam o seu apelo devido a um apoio público e privado cada vez menor. A luta contra o comunismo já não era mais uma prioridade. Na verdade, a ideia de ser de direita estava fora de moda naquele momento, pois associava pessoas e organizações de direita ao regime militar. Por razões semelhantes, o cientista político Timothy Power (Power, 2010) cunhou o epíteto "a direita envergonhada" para caracterizar a direita brasileira após o fim da ditadura.

O cenário desfavorável levou os conservadores, que carregavam um discurso desgastado e não podiam contar com grandes recursos finan-

ceiros para suas organizações, a defenderem os mercados livres de forma mais orgânica e menos pragmática do que nas décadas de 1950 e 1960. Nas palavras de Ricardo Vélez Rodríguez, ex-membro da Sociedade de Convívio e ex-ministro da Educação no governo de Jair Bolsonaro:

> Em 1979, quando vim fazer o doutoramento aqui no Brasil, [Padre Adolpho] Crippa me ofereceu o cargo de pesquisador da editora Convívio. Eu me vinculei, mas falei: "Crippa, isso está démodé. Eu acho que os comunas têm que ser combatidos e criticados, mas só se dedicar a isso é pouco. Nós precisamos apresentar uma proposta". […] Ele era um anticomunista ferrenho, mas ele quis mudar, porque ele recebia apoio financeiro dos empresários de São Paulo, e eles não financiavam mais esse discurso anticomunista, que ficou gasto. Eu falei: "É lógico, os empresários estão vendo que as coisas estão mudando, que discurso anticomunista não resolve, temos que pensar no Brasil de um ângulo mais radical e como desmontar o patrimonialismo, para que o Brasil realmente possa ir se desenvolvendo". (Entrevista com Ricardo Vélez Rodríguez, 2017).

Vélez Rodríguez e os outros intelectuais conservadores começaram a frequentar os circuitos formados pelo Instituto Liberal[11] – fundado em 1983 no Rio de Janeiro pelo empresário canadense-brasileiro Donald Stewart Jr. e José Stelle, o tradutor de Hayek e o editor-chefe na revista *Visão* de Henry Maksoud – e pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), criado em 1984 pelo empresário Winston Ling e Willian Ling. No início dos anos 1990, o Instituto Liberal tinha oito filiais espalhadas pelo Brasil, e, em 1993, sediou a reunião anual da Sociedade Mont Pèlerin no Rio de Janeiro. Mais ou menos na mesma época, outros *think tanks* pró-mercado foram criados, como o Instituto Atlântico, fundado por antigos membros da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes)[12] e liderado pelo economista Paulo Rabello de Castro, que havia se formado na Escola de Chicago.

---

11 "Liberal" no Brasil se refere na sua maioria a correntes pró-mercado, sendo menos associadas à defesa de valores progressistas do que grupos liberais no contexto anglo-saxão.

12 O Cedes era composto de um grupo de acadêmicos que, na sua maioria, eram *alumni* da Universidade de São Paulo, especialmente, e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O grupo tinha muita liberdade para elaborar propostas de políticas públicas, apesar de a Câmara estar abrigada no que Rabello de Castro chamava de "o templo nacional do conservadorismo", a Sociedade Rural Brasileira, uma entidade que, em sua visão, era profundamente antineoliberal. À época, entretanto, a Sociedade Rural era presidida por Renato Ticoulart Filho e outros diretores que, segundo Castro, eram mais intelectuais e abertos a inovações. O grupo também contava com banqueiros, como o então presidente do Unibanco, Roberto Bornhausen, e a família Andrade Vieira, proprietária do Bamerindus, banco fortemente ligado às elites rurais do estado do Paraná. Segundo o historiador René-Armand Dreifuss, o Cedes era mantido por

A maioria das organizações fundadas nessa época tinham uma interlocução importante com o Partido da Frente Liberal (PFL), agora renomeado Democratas (DEM), que era a casa de políticos que haviam sido ligados ao partido do regime militar, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Roberto Bornhausen, cujo irmão, Jorge Bornhausen, era um político afiliado ao PFL, presidia a sede de São Paulo do Instituto Liberal e do Instituto Atlântico, que era responsável por elaborar o programa político do partido. Intelectuais ligados à antiga Sociedade de Convívio, como Antonio Paim e Ricardo Vélez Rodríguez, também circulavam por esses *think tanks* e procuravam ativamente influenciar a ideologia do partido, ministrando muitos cursos de formação para os seus membros.

Porém, após a eleição para Presidente do Brasil, em 1994, que elegeu o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e com o fim da hiperinflação, os institutos começaram a enfrentar cada vez mais dificuldades para manter os seus patrocinadores. Muitos empresários acreditavam que não era mais necessário financiar a disseminação das ideias pró-mercado uma vez que o governo federal já havia implementado essas ideias na prática. De acordo com Winston Ling:

> Após o Plano Real nenhum Instituto conseguiu mais captar recursos, porque os patrocinadores diziam: "Já fomos bem-sucedidos, alcançamos nosso objetivo, já estamos no liberalismo, não precisamos mais do Instituto, a inflação é zero e agora o negócio é trabalhar e ganhar dinheiro, não precisamos mais disso". (Winston Ling, 2017)

A morte de Stewart Jr., em 1999, acelerou esse processo e, no início dos anos 2000, quase todas as sedes regionais dos institutos liberais haviam fechado. Em meio ao declínio do Instituto Liberal, o IEE passou a se concentrar na promoção do Fórum da Liberdade, que reúne lideranças da direita de diferentes áreas na cidade de Porto Alegre, enquanto o Instituto Atlântico, após se aproximar do PFL nos anos 1990 e apoiar Roseana

cinquenta empresas e associações nacionais e internacionais. Renato Ticoulart, em suas próprias palavras, o definiu como limitado a "visões acadêmicas, de um absoluto apoliticismo", ainda que seu objetivo fosse "reunir a comunidade empresarial no sentido de mostrar que neoliberalismo não é igual a capitalismo selvagem, a uma ordem produtora de miséria, mas sim uma alavanca para o desenvolvimento social" (Dreifuss, 1989, pp. 52-53).

Sarney, pré-candidata do partido nas eleições gerais de 2002, se afastou temporariamente da atuação direta na política nacional.

3. A Nova Direita: Mises e a luta contra o globalismo

Em 2003, em meio ao enfraquecimento das organizações pró-mercado no Brasil, começou o primeiro mandato presidencial do ex-líder sindical Luiz Inácio "Lula" da Silva. Apesar de suas origens de esquerda, o líder do PT adotou uma orientação econômica mais ortodoxa do que a do presidente Cardoso, com o objetivo de não desagradar as elites econômicas do país, especialmente aquelas ligadas ao mercado financeiro.[13] Contudo, o surgimento do escândalo de corrupção do Mensalão, em 2005, alterou esse cenário.

O escândalo recebeu esse nome por causa das parcelas mensais pagas a deputados em troca de seus votos favoráveis a projetos de interesse do Poder Executivo, e se tornou um dos episódios de corrupção mais conhecidos do Brasil.[14] Obteve maior cobertura midiática do que escândalos de corrupção anteriores (Miguel e Coutinho 2007) e envolveu altos funcionários do governo. Em junho de 2005, o chefe da Casa Civil de Lula, José Dirceu, renunciou ao cargo e, meses depois, teve seu mandato parlamentar cassado. Em março de 2006, Antonio Palocci, então Ministro da Fazenda, também renunciou ao posto, apesar de ter se tornado o principal responsável pela manutenção da política econômica ortodoxa do governo; seu sucessor, Guido Mantega, logo adotaria uma postura mais heterodoxa.

Além das mudanças que aconteceram no governo, o escândalo do Mensalão também afetou negativamente a imagem do PT, que historicamente defendia a ética na política, e contribuiu para um aumento na desconfiança no sistema político como um todo (Venturi, 2006; Carreirão, 2007; Paiva et al., 2007). Em meio a este impacto negativo, o primeiro movimento ligado à Nova Direita, o Movimento Endireita Brasil (MEB), foi fundado em 2006 em São Paulo por jovens advogados liderados por Ricardo Salles (atualmente

13 Esse argumento é desenvolvido em Lima, 2016.

14 Em uma pesquisa de opinião conduzida em 2006 pela Fundação Perseu Abramo, o *think tank* do PT, 76% da população afirmou que o Mensalão tinha acontecido, que indicava uma baixa adesão à versão oficial do partido sobre o escândalo, segundo a qual as transações financeiras que foram o foco inicial do escândalo correspondiam a recursos de campanha não contabilizados pelo então tesoureiro do PT, o senador Delúbio Soares (Venturi, 2006).

o Ministro do Ambiente do Presidente Bolsonaro). O grupo pretendia promover uma campanha para o impeachment de Lula. Porém, a ideia não recebeu apoio suficiente devido a bonança econômica da época, de acordo com um dos membros do Endireita Brasil, o historiador Rodrigo Neves:

> O Endireita Brasil surgiu em 2006. Era um clubinho de advogados de direita que eram amigos do Ricardo Salles. Eram todos jovens recém-formados vindos do Largo São Francisco, PUC, Mackenzie [importantes faculdades de Direito em São Paulo], eram contra o PT e haviam se chocado com o Mensalão. […] a ideia era mobilizar as pessoas para conseguir o impeachment do Lula. Era um projeto vanguardista demais para o tempo e não colou, porque em 2006 o Brasil estava naquele hype da bolha econômica que o PT criou, todo mundo tendo aumento do salário artificialmente, a economia crescendo numa bolha frenética. Todo mundo sabia que o Lula tinha cometido um crime, todo mundo sabia que o Lula era corrupto e que o PT tinha comprado votos, mas ninguém estava nem aí. (Entrevista com Rodrigo Neves, abril de 2018).

Assim como os membros do Endireita Brasil, a maioria dos analistas políticos e dos opositores afirmava que, após o Mensalão, Lula perderia apoio político e eleitoral. No entanto, o ex-líder sindical foi reeleito devido à melhora econômica e ao grande apoio de eleitores das camadas sociais mais baixas (fenômeno que o cientista político André Singer (2012) chamou de *lulismo*).[15] Ainda assim, ele também terminou seu mandato com uma taxa de aprovação popular de 80%. Portanto, durante seu segundo mandato (2006–2010), havia um amplo consenso político em torno da regulação "lulista"[16] e vozes descontentes à esquerda ou à direita eram raras. Os partidos de direita existentes (como o partido de Bolsonaro na época, o Partido Progressista – PP, herdeiro político da Arena) faziam parte da base aliada do governo e outros líderes da oposição, como os do PFL/DEM ou do PSDB, não pareciam ter grandes divergências em relação à agenda do governo.

---

15 Para Singer, lulismo consistia em um fenômeno específico da história política brasileira, um programa político que combinava ortodoxia econômica com o combate às desigualdades por meio de políticas públicas voltadas para a parcela mais pobre da população. Devido às suas dificuldades de auto-organização, os mais pobres do Brasil, que Singer chama de "subproletariado", formariam a base social do lulismo, sendo representados inicialmente por Lula e, posteriormente, pelo PT. A classe média tradicional se opunha a esse subproletariado e, após o escândalo do Mensalão, passaria a constituir a base social do antilulismo, tendo como principal expressão política, à época, o PSDB.

16 A economista Leda Paulani define o modo regulação como "instituições, normas, modos de cálculo e procedimentos que asseguram a reprodução do capital como uma relação social." (Costa, 2018).

Na sociedade civil, as vozes dissonantes também tinham pouco apoio. Em 2007, ocorreram algumas manifestações do movimento Cansei!. Criado após um acidente aéreo para protestar contra o mau gerenciamento de aeroportos pelo governo do PT, esse movimento foi, no entanto, ridicularizado pela mídia e até mesmo por políticos de direita como o ex-governador de São Paulo, Cláudio Lembo (PFL/DEM), que declarou que o movimento era composto por um "pequeno segmento da elite branca". A oposição ao governo na esfera pública se limitava à atuação de alguns jornalistas em jornais, revistas e livros que criticavam Lula e o PT (Chaloub e Perlatto 2015), além de pessoas que decidiram expressar sua frustração e ressentimento em fóruns online.

Naquela época, a internet se tornou um refúgio para antipetistas de direita ou aqueles que não viam suas demandas refletidas nas políticas de Lula. Sentindo-se acuados nos espaços públicos tradicionais, esses indivíduos se voltaram para o espaço digital para explorar e se identificar com desconhecidos por meio de interações em fóruns, blogs, sites e comunidades digitais, incentivando a criação de espaços discursivos que existiam à margem das correntes dominantes pró-governo. Assim, além dos contrapúblicos subalternos que estavam ativos na época, como aqueles formados por ativistas feministas (Medeiros 2017), pessoas LGBTQIA+ e *queer*, por exemplo, também existiam contrapúblicos não subalternos, formados por tradicionalistas, antiglobalistas, apoiadores do regime militar, entre outros, que influenciaram a formação da Nova Direita brasileira.

Subalternos ou não, todos os contrapúblicos utilizam a contrapublicidade: uma estratégia política radical e contra-hegemônica baseada no choque intencional e em performances disruptivas. Isso ocorre quando membros de um público específico percebem que suas ideias não circulam no público dominante e que a própria possibilidade de expressar suas visões de mundo e estilos de vida está ameaçada. Diante disso, e à luz das pesquisas recentes sobre convivialidade (Mecila, 2017), é possível dizer que, ao criar contradições, os contrapúblicos não apenas ressignificam identidades e posições sociais, mas também afetam os contextos de negociação, dada a sua natureza ao mesmo tempo contraditória e ambivalente. No que diz respeito à ambivalência, é plausível argumentar que contrapúblicos podem democratizar a esfera pública dominante, quando apontam a falta de pluralidade no debate público e o sofrimento social que raramente ou nunca são considerados pelos públicos dominantes.

Ao mesmo tempo, no entanto, os contrapúblicos também estimulam a fragmentação sociocultural e a polarização sociopolítica. A polarização política, em particular, é alimentada pelos contrapúblicos, porque eles operam segundo a lógica de que existem apenas inimigos políticos a serem destruídos, e não oponentes legítimos que poderiam ser cooptados ou derrotados. Para os membros dos contrapúblicos, a impossibilidade do debate reside na percepção de que inimigos sempre agem de forma maliciosa, que são pervertidos, "fascistas", não possuem humanidade nem racionalidade, ou foram submetidos a uma "lavagem cerebral" e uma doutrinação que os leva a defender ideias malignas, o que torna qualquer debate racional impossível. Assim, mesmo que membros de contrapúblicos tenham argumentos racional-críticos para sustentar suas posições, eles preferem recusar o debate. Além disso, estigmatizam outras pessoas que não compartilham de suas visões de mundo e que buscam debater suas ideias com oponentes políticos.

O caráter paradoxal dos contrapúblicos, por sua vez, reside na forma como estes se relacionam com o conflito. Os contrapúblicos não estabelecem apenas o conflito entre o horizonte cultural dominante e um horizonte alternativo, também tornam possível nomear o conflito e delinear suas perspectivas para a reorganização da vida pública. No geral, o público dominante racionaliza seus horizontes culturais e os apresenta como sendo consensuais, ou livres de conflito, para perpetuar a hegemonia de sua cultura, seus códigos, performances, ideias e estruturas sociais. A contrapublicidade desnaturaliza esses falsos consensos. Sua dimensão paradoxal, entretanto, está na dificuldade de superar o conflito puro e construir novos consensos e formas de convivência mais inclusivas e reflexivas (Rocha e Medeiros 2020).

O surgimento da rede social online Orkut foi crucial para a aparição de contrapúblicos de direita. Em 2004, a rede acabou se tornando um dos principais locais para a formação da nova direita brasileira. O primeiro passo nessa direção ocorreu nos anos 1990 pelo filósofo Olavo de Carvalho, que, no início dos anos 2000, parou de escrever para veículos da grande mídia e passou a focar exclusivamente em suas atividades online. Em 2002, criou o site colaborativo "Mídia sem Máscara". Em 2004, já existiam dois fóruns no Orkut dedicados à discussão das ideias de Carvalho. Dois anos depois, ele iniciou a transmissão de um podcast e, em 2009, passou a oferecer aulas de filosofia online mediante pagamento de uma taxa.

Muito influenciado por uma corrente de pensamento marginal, esotérica e antimoderna denominada tradicionalismo, também compartilhada por Steve Bannon e Aleksandr Dugin (Teitelbaum, 2020), Olavo de Carvalho argumentava que a esquerda havia estabelecido uma hegemonia cultural no Brasil através da adoção, mais ou menos consciente, de uma estratégia política desenvolvida pelo comunista intelectual italiano Antonio Gramsci. Tal processo teria começado na era da redemocratização, em meados dos anos 1980. Ele envolveu a atuação de veículos de imprensa importantes, ONGS, editoras, universidades, organizações ligadas aos campos das artes e humanas, e entidades internacionais que defendiam agendas progressivas como o feminismo, direitos LGBTQIA+ e direitos humanos em geral. Todas essas organizações eram, de acordo com Carvalho, parte de um processo revolucionário mundial chamado "globalismo". Para os globalistas, apenas a intervenção de uma autoridade global, investida de uma concentração de poder sem precedentes, poderia resolver os principais problemas contemporâneos, por isso o chamado de Carvalho para a união dos liberais e conservadores na luta contra a hegemonia cultural de esquerda e a ascensão de um "Leviatã universal" (Carvalho, 2009).

Hoje, referências ao globalismo e à hegemonia cultural de esquerda podem ser encontradas na maioria dos discursos associados à líderes e grupos contemporâneos de direita, especialmente nos Estados Unidos. No Brasil, essas referências foram incorporadas por leitores de autores estrangeiros e usuários de fóruns de internet estadunidenses, readaptadas ao contexto nacional, e finalmente compartilhadas com um público maior através da tradução de textos ao português e sua disseminação em fóruns digitais nacionais. Nesse sentido, a atividade de Olavo de Carvalho foi fundamental para o surgimento da Nova Direita no Brasil.

Por volta de 2010, quando o Facebook se tornou uma rede social popular no Brasil, as ideias de Carvalho já circulavam na internet havia alguns anos e era possível encontrar quatro comunidades que levavam o seu nome. Segundo Marcus Boeira, professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também leitor da obra de Carvalho e usuário dessas comunidades do Orkut à época:

> Naquela época, me parece que havia uma hegemonia gramsciana mais forte do que existe hoje. Hoje, temos uma pulverização maior, mas não naquela

> época. Era mais difícil antigamente, éramos no máximo vinte pessoas trabalhando nessas mídias, o resto era praticamente 99% das pessoas dizendo as mesmas coisas. […] Ele [Carvalho] disse o que todos nós queríamos dizer a jornalistas, professores de faculdade, pessoas que trabalhavam na mídia, pessoas no terceiro setor etc. Ele estava dizendo tudo que muitas pessoas gostariam de dizer mas não tinham voz. Então, ele, de certa forma, canalizou todas essas vozes. (Entrevista com Marcus Boeira, jun. 2018)

Criado inicialmente para o público estadunidense, o Orkut rapidamente se tornou popular no Brasil. Estima-se que, em janeiro de 2006, 75% de todos os seus usuários eram do Brasil (Fragoso, 2006), o que indica que desde o início houve um engajamento maior de brasileiros com esse tipo de rede social, se comparado com o de outros países. Entre 2005 e 2007, o auge da popularidade do Orkut no Brasil, o acesso à internet era em grande parte limitado a grupos formados principalmente por jovens e adultos escolarizados, em sua maioria pertencentes às classes média e alta, localizados sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do país (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2007). Por meio do Orkut, era possível criar comunidades sobre os mais variados temas, nas quais os internautas podiam interagir entre si a partir de tópicos de conversa. Porém, o uso de perfis falsos era bastante comum, o que contribuía para o desenvolvimento caótico e, por vezes, violento dos debates (Fragoso, 2006).

O ambiente criado pelo Orkut acabou favorecendo a constituição de contrapúblicos de direita – arenas de debate caracterizadas por uma linguagem disruptiva e indecorosa, em detrimento dos argumentos racional-críticos que constituem a base da legitimidade dos públicos dominantes (Warner, 2002). Olavo de Carvalho utilizava esse tipo de linguagem conscientemente, com o objetivo de chamar atenção por meio do choque e do comportamento indecoroso, contrapondo-se à argumentação racional-crítica empregada pelos públicos dominantes por meio da defesa do uso de palavrões:

> O USO DO PALAVRÃO
>
> Eu uso esses palavrões porque são NECESSÁRIOS.

São necessários no contexto brasileiro para demolir essa linguagem polida que é uma camisa de força que prende as pessoas, obrigando-as a respeitar o que não merece respeito.

Então, às vezes, quando você discorda de um sujeito, mas discorda respeitosamente, você está dando mais força pra ele do que se concordasse. Porque você está indo contra a ideia dele, mas você está reforçando a autoridade dele. A autoridade é a respeitabilidade.

O problema dessas pessoas, desses bandidos de que eu estou falando, não são as ideias. É justamente o fato de que são canalhas.

São canalhas, são bandidos, são ladrões.

v-ã-o t-o-d-o-s t-o-m-a-r n-o c-u! (Carvalho 2015)

Não só a linguagem era disruptiva, como as próprias ideias que circulavam nesses fóruns eram tão conflitantes com o horizonte dominante que, se fossem expressas sem reservas em públicos dominantes, muito provavelmente causariam reações hostis. Dentre as mais recorrentes, estavam a ideia de Carvalho de que o Brasil era dominado por uma "ditadura comunista gay", que a ditadura militar brasileira e sua luta contra os chamados "terroristas" deveria ser exaltada, e a ideia, expressa por jovens libertários, de que "tributação é roubo".

Embora houvesse diferenças gritantes e tensões agudas entre os grupos que se encontravam nesses fóruns, todos compartilhavam, em maior ou menor medida, da luta contra o globalismo e contra a "hegemonia cultural de esquerda" no Brasil. Portanto, ainda que a defesa de ideias tradicionalistas e antimodernas se restringisse a um grupo pequeno, o contrapúblico tradicionalista liderado por Olavo de Carvalho criou uma linguagem política compartilhada e constituía um campo discursivo mais amplo (Alvarez, 1990) capaz de unificar grupos diversos com fortes tensões entre si. De acordo com o então economista libertário Joel Pinheiro da Fonseca:

Muita gente foi influenciada por Olavo de Carvalho. Muito liberal hoje em dia tem muito mais a cara de direita do que da esquerda, e ele tem uma grande parte de influência nisso, não tenho a menor dúvida. Ele ajudou a fomentar

> essa ideia de hegemonia esquerdista, de formar esse instrumento combativo. Em um plano mais prático, foi importante essa visão de que éramos uma minoria encastelada, meio instruída, sem representação, e que por isso tínhamos que lutar. Sem essa crença talvez não houvesse esse ânimo para crescer e para fazer acontecer. (Entrevista com Joel Pinheiro da Fonseca, maio de 2017).

O libertarianismo, que promove o capitalismo de livre mercado de maneira mais radical do que os neoliberais ligados à Escola de Chicago, como Ludwig von Mises e Murray Rothbard, era praticamente inexistente no Brasil até então. No entanto, foi por meio do Orkut que estudantes universitários, como Filipe Celeti, e profissionais independentes, como o economista Rodrigo Constantino, puderam entrar em contato para compartilhar ideias, traduzir e compartilhar textos:

> No último ano de faculdade eu comecei a descobrir esse universo novo que, de certo modo, não dava as caras aqui no Brasil. A maioria dos textos era em inglês, então era difícil de ter acesso à informação. E naquele momento [2005-2006], pelo próprio interesse das pessoas, houve vários movimentos de tradução de obras por conta própria, muitas pessoas montaram blogs para traduzir textos pequenos, artigos. A necessidade de divulgar aquelas ideias que a gente não tinha acesso em língua portuguesa estava fervilhando, e foi isso que aglutinou as pessoas. Com o Orkut, bastava digitar o nome do autor que você queria e tinha comunidades com vinte, trinta pessoas. A maioria não era formada de pessoas do Brasil, mas os brasileiros foram tentando invadir esses espaços para poder dialogar. Foi assim que as comunidades do Orkut possibilitaram o encontro das pessoas, a troca de informações e também grandes debates sobre as ideias. (Entrevista com Filipe Celeti, abril de 2016).

> Eu fui trabalhar no mercado financeiro e tive um chefe, que é um liberal conhecido no Brasil, o Paulo Guedes, com ph.D. em Chicago. Ali ele começou a me dar umas dicas: "Olha, lê esse troço aí que você vai gostar". E esse "troço aí" era a Escola Austríaca. Então eu comecei, em paralelo ao trabalho no mercado financeiro, que já é um ambiente muito propício para enfrentar as ideias socialistas, a ir me abrindo o horizonte de leituras teóricas. Assim, por volta de vinte anos eu já era um liberal, digamos assim, radical. Eu sempre gostei de uma boa polêmica também […]. Quando eu descobri o Orkut e essas comunidades onde todo mundo passava o dia debatendo, foi uma mão na roda

> para mim. Foi uma época marcante. Eu adorava esse bate-boca, essa polêmica toda, e, ao mesmo tempo, isso ia me treinando em termos de debate. O Orkut foi um aprendizado de vida. Eu tinha tesão em debater, em defender as ideias que eu acreditava, e fui encontrando eco, fui encontrando gente disposta a debater. (Entrevista com Rodrigo Constantino, dez. 2016)

Os contrapúblicos de direita, porém, não se limitavam à internet. No dia 2 de junho de 2006, o empresário Helio Beltrão Filho criou a comunidade online "Liberalismo Verdadeiro" para discutir liberalismo econômico no Orkut e reunir pessoas para criar uma organização inspirada pela American Mises Institute. Em 2007, um ano após a fundação da comunidade digital, o Instituto Mises Brasil (IMB) foi fundado através da reunião de proeminentes ativistas libertários na internet, como os irmãos Cristiano e Fernando Chiocca.[17]

Na época da criação do Instituto Mises Brasil, outra iniciativa começou a tomar forma nas comunidades do Orkut: a formação do Líber, um partido político brasileiro inspirado no Libertarian Party estadunidense.[18] Em 2009, o Líber já contava com um site oficial, um programa político, perfis no Twitter e no Facebook, além de quinhentos membros que pagavam anuidades ao partido. Contudo, os organizadores não conseguiram reunir as 500 mil assinaturas necessárias para o registro de um partido político e a iniciativa foi abandonada.

Ainda assim, pessoas que gravitavam em torno do Instituto Mises Brasil ou que participaram ativamente, em maior ou menor grau, da tentativa de institucionalizar o Líber desempenharam um papel essencial no fomento de uma nova militância libertária no Brasil, rompendo com o alto grau de elitismo e centralização da direita tradicional. Altamente ativos na internet, esses militantes passaram a divulgar suas ideias em canais do YouTube, fóruns, blogs e redes sociais. Essa estratégia, combinada à criação de grupos de estudo e à participação em movimentos e organizações estudantis em todo o Brasil, acabou por agregar um número crescente de pessoas com ideias semelhantes:

17 Em 2015, alguns anos após a fundação do Instituto Mises Brasil, os irmãos Chiocca deixaram o instituto e decidiram fundar a própria organização, o Instituto Rothbard.

18 Fundado em 1971 por David Nolan no estado do Colorado, Estados Unidos, o Libertarian Party promove ideias libertárias.

Entrei em contato com esse pessoal de Fortaleza pelo Orkut. Um deles havia acabado de ingressar na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Ceará. O nome dele era Raduán Melo. [O outro era] Bruno Aguiar, e [o último] Jeová [Neto], que cursava Direito […]. Então pensamos: "Estamos todos em Fortaleza, vamos nos reunir, formar um grupo". Porque não sabíamos de nada – engraçado, não é? Eu não sabia onde encontrar as coisas. Então criamos um grupo de estudos, o grupo Dragão do Mar, em 2008, e nossa primeira leitura foi *Ação humana*, de Mises. (Entrevista com Cibele Bastos, dez. 2015)

O Orkut trouxe a possibilidade de que não apenas os representantes estudantis pudessem se manifestar sobre alguma coisa, porque o pessoal só poderia se manifestar se estivesse dentro de um debate, em uma reunião de Centro [Acadêmico], em uma eleição. Nessa época começa a se formar uma turminha das antigas em meio às comunidades do Olavo de Carvalho, comunidade "Liberalismo". […] no Orkut eu não discutia tanto política porque eu achava muito enfadonho, como sou à moda antiga eu preferia nos corredores, olho no olho, falar com o pessoal. Eu cheguei a participar de uma eleição [na Universidade Federal do Maranhão] para DCE e tive êxito, fui eleito para o DCE em 2010. (Entrevista com Lourival de Souza, abr. 2017)

Encontrei com alguns amigos que me falaram de Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino. Comecei a ler alguns dos seus textos, e nós os discutimos, não apenas os textos que eles recomendaram, mas também alguns que escolhemos sozinhos. Acho que comecei a me interessar por isso por volta de 2009 e 2010, período que coincidiu com o início da minha atividade política na faculdade. […]

Na faculdade a gente formou um grupo de cinco amigos, e uma característica era muito clara: dos cinco, quatro não eram marxistas. Logo em seguida, eu conheci o Bernardo [Santoro], o Rodrigo Constantino, pelos textos na internet conheci o Olavo de Carvalho também. E aí foi quando a minha visão de mundo se abriu. Eu comecei a ler alguns textos e a gente discutia entre nós. A gente começava a ler as bibliografias, não só as que eles indicavam, mas por nossa conta mesmo. Eu acho que eu comecei a ter contato com isso mais ou menos aí entre 2009 e 2010, que coincidiu também quando eu comecei a ter uma atuação política dentro da faculdade […] Muitos debates começaram depois que passamos a usar o Facebook; antes disso, estávamos no Orkut.

> É possível perceber que algumas pessoas discordam de certos tipos de pensamento, ideologias ou práticas políticas, [mas estão] completamente alheias aos processos de tomada de decisão. [Nós nos candidatamos às eleições para o diretório estudantil] e tivemos muitos apoiadores. (Entrevista com Fernando Fernandes, mar. 2017)

Simultaneamente, militantes também circulavam em fóruns mais antigos e organizações, como o Fórum da Liberdade, promovido anualmente pela IEE. Aqui é possível destacar os papéis de Bernardo Santoro, Rodrigo Constantino e Fábio Ostermann. Enquanto Ostermann tinha um papel fundamental em estruturar novas organizações importantes dedicadas à militância pró-mercado, como o Instituto Ordem Livre e Estudantes pela Liberdade, Santoro e Constantino eram responsáveis por restruturar o antigo Instituto Liberal no Rio de Janeiro:

> Em 2012 eu fui convidado pra ser o diretor de Relações Institucionais do Instituto Liberal [IL] do Rio de Janeiro. O IL estava morrendo e eu era um cara que conhecia todos os institutos e também as tentativas de partidos liberais em formação, como o Partido Novo,[19] o Partido Federalista, o Líber, inclusive eu era presidente do Líber na época. Meu primeiro evento como diretor foi um evento da Fundação Friedrich Naumann. Eu apresentei um projeto de reestruturação do Instituto Liberal e todo mundo achou aquilo o máximo mas ninguém deu nenhum centavo. Depois eu apresentei o mesmo projeto pra empresários locais do Rio de Janeiro, e para o Rodrigo Constantino, que gostou. Depois, em um outro evento pró-mercado no Rio Grande do Sul [o Fórum da Liberdade], Constantino falou com mais pessoas, virou para mim e disse: "Bernardo, o projeto foi aprovado, temos o financiamento". Eu deixei o meu emprego, fui para o Instituto, e convidei Fábio Ostermann, que era um grande amigo meu e também conhecia todo mundo, para ser o novo Diretor de Relações Institucionais. (Entrevista com Bernardo Santoro, out. 2015)

O contato entre diferentes gerações deu acesso a redes de contato pró-mercado já estabelecidas dentro e fora do país e a novas fontes de financiamento. O exemplo do Instituto Ordem Livre ilustra isso. Criado

19 O Partido Novo, fundado em fevereiro de 2011 sob a liderança do ex-executivo do mercado financeiro João Amôedo, obteve seu status oficial em novembro de 2015. O partido promove uma agenda de livre mercado baseada em grande liberdade pessoal e se opõe à intervenção do Estado na economia (Novo, n.d.)

oficialmente em 2009, promoveu a Liberdade na Estrada patrocinada pela gigante de aluguel de carros Localiza, empresa de Salim Mattar, um empresário que apoiou a difusão de ideias pró-mercado desde os anos 1980. Liberdade na Estrada promovia palestras libertárias em universidades ao redor do Brasil. Suas primeiras cinco edições alcançaram cinquenta universidades em mais de trinta cidades (Instituto Ordem Livre n.d.).

Com o tempo, a militância no ensino superior se tornou mais articulada e institucionalizada com a criação do Estudantes Pela Liberdade (EPL). Inspirado pelo seu homônimo estadunidense, favoreceu os esforços de coordenação de estudantes que desejavam organizar grupos de estudo e disputar eleições para diretórios estudantis em diferentes estados.[20] Desde a sua fundação, o EPL organizou 650 eventos em universidades públicas e privadas, apoiou a fundação de mais de duzentos grupos de estudo e, em 2014, contava com seiscentas lideranças voluntárias que contribuíram para forjar novos vínculos comunitários (Polletta e Jasper 2001):

> Quando participei da conferência nacional do EPL em 2013, em Belo Horizonte, a sensação de família dentro do movimento se tornou bem clara para mim. Por causa de um grupo de pessoas malucas que começaram a fazer isso no Orkut, você pega uma carona em um carro lotado, as pessoas te tratam bem, há muita conversa: "Como são as coisas no seu estado?", e tudo mais. De repente, eu tinha esse sentimento de pertencimento, e foi maravilhoso. (Entrevista com Gabriel Menegale, jan. 2017)

Ideias pró-mercado e libertárias dominaram a então emergente Nova Direita. Segundo Rodrigo Neves, do Endireita Brasil, os conservadores tinham menos sucesso mobilizando a sociedade civil do que atraindo jovens defensores do livre mercado. Isso deu continuidade à tendência de conservadores circularem em *think tanks* e organizações pró-mercado:

> Eu já cheguei no Fórum da Liberdade com a reputação de ser conservador, de ser do Endireita Brasil e de ter começado o movimento conservador na USP. As pessoas vieram conversar comigo sobre conservadorismo. Então, no primeiro dia do Fórum eu já era o sr. Conservador. O esquenta para o Fórum foi a Primeira Conferência sobre a Escola Austríaca. Eu recebi o convite

20 Mais informações sobre a operação da EPL podem ser encontradas em Silvia, 2017.

> do Hélio Beltrão, por causa da nossa [operação no] Dia Livre de Impostos. Aquele monte de anarcocapitalistas, libertários, e eu ali, junto do Marcel van Hattem que também era *conservative*. O Marcel se diz liberal, mas ele sempre teve uma pegada conserva, porque ele tem uma base religiosa forte […]. [Pergunta: Naquela época, quem mais lhe consideraria um conservador dos que frequentavam esses espaços?] Éramos eu e o Ricardo Salles nadando contra a corrente, porque essa nova direita brasileira era hegemonicamente libertária e liberal. O próprio Ricardo se afirmava como direita liberal, senão ele não conseguia vender o peixe dele. Mas eu me autodeclarei: eu sou conserva. Eu fui uma das pessoas que começou a mudar esse cenário. O Marcel, ele se continha mais porque estava mais focado em trazer o debate para a economia de livre mercado, mesmo tendo alguns valores conservadores. O Ricardo fazia o mesmo. (Entrevista com Rodrigo Neves, abril de 2018)

Porém, ao final do segundo mandato de Lula, a "hegemonia pró-mercado e libertária" da nova direita deu lugar ao avanço dos conservadores. Nos anos 1960, organizações conservadoras como a TFP exerceram papel importante na sociedade civil, mobilizando o discurso anticomunista e apoiando o golpe civil-militar de 1964 (Motta 2002). Entretanto, após a redemocratização e o enfraquecimento do comunismo nos anos 1980, tanto lideranças e entidades mais antigas vinculadas à Igreja Católica quanto grupos mais recentes ligados a igrejas evangélicas passaram a focar em questões ligadas à agenda emergente do feminismo e dos direitos LGBTQIA+.

Durante os governos FHC e Lula, o progresso em relação à legislação sobre o aborto foi muito lento.[21] Nesse sentido, cabe ressaltar que Lula, ex-líder sindical, foi eleito com apoio de eleitores conservadores. Naquela época, ainda existia uma dissociação entre a defesa de pautas conservadoras e o voto em candidatos presidenciais de esquerda (Nishimura, 2004). Entretanto, durante o segundo mandato de Lula, iniciativas legislativas como a Lei Maria da Penha, voltada ao combate da violência doméstica, proposta em 2004 e sancionada em 2006 (Senado Federal, 2006a), e a criminalização da homofobia, proposta em 2006 (Senado Federal, 2006b), representaram uma mudança significativa.

21 O Projeto de Lei 1131/1991, elaborado pelos então deputados federais do PT Eduardo Jorge e Sandra Starling, que propunha a descriminalização do aborto, foi apresentado em 1999, durante o segundo mandato de FHC. Em 2003, 2007 e 2011, durante os governos do PT, foi novamente apresentado (Câmara dos Deputados, 1991).

4. Ruptura com o sistema: a ascensão de Bolsonaro ao poder

Após trinta anos como legislador, o ex-capitão do Exército Jair Bolsonaro surgiu na cena política como um líder palatável para a emergente Nova Direita em 2014, quando recebeu um recorde de 464 mil votos nas eleições legislativas do Rio de Janeiro, quatro vezes o número obtido na eleição anterior. No mesmo ano, um de seus filhos, Eduardo Bolsonaro, foi eleito deputado federal do Rio de Janeiro pela primeira vez, com 82 mil votos. A grande diferença no número de votos foi devido a dois fatores principais: o envolvimento precoce nas redes sociais[22] e a ênfase na defesa consistente dos valores conservadores, especialmente a partir de 2011.[23]

Historicamente, Bolsonaro sempre buscou atender a demandas por melhores salários dos militares de baixa patente, sua base eleitoral, e se posicionar frontalmente contra os direitos humanos, sem medo de se afirmar como um político anticomunista e de direita. Nos anos 1990, ele afirmou que o Congresso deveria ser fechado e que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ser morto a tiros. Porém, em 2002, quando fez *lobby* para nominar o comunista Aldo Rebelo para o Ministério da Defesa, Bolsonaro afirmou que havia votado no Lula. Em uma entrevista, Bolsonaro afirmou ironicamente que os comunistas hoje em dia bebem uísque e vivem bem (*Folha de São Paulo* 2002). Na época, o partido de Bolsonaro fazia parte da coalizão do PT e o pragmatismo político falava mais alto do que as ideologias.

O cenário, no entanto, mudou no primeiro mandato de Dilma Rousseff, a sucessora de Lula. Em apenas quatro anos, a sociedade brasileira passou por um "choque progressista". Em 2011, a Comissão Nacional da

22 Jair Bolsonaro criou uma conta no Twitter em 2010 e uma *fan page* no Facebook em 2013.

23 Como demonstrado pela pesquisa conduzida pela BBC Brasil baseada em mais de 1.500 discursos do então representante da Câmara dos Deputados ao longo de 27 anos: "[…] Bolsonaro no início de sua carreira estava mais preocupado em defender os interesses militares [sua base eleitoral] do que discutir com o PT e a esquerda. […] No seu primeiro mandato como um representante, de 1991 a 1994, palavras como 'militar', 'forças armadas', 'benefícios', 'salário' e 'pensões' apareceram 702 vezes nos sumários e nas palavras-chave dos 279 discursos que ele proferiu no Plenário da Câmara. Durante o seu mandato, entre 2015 até 2021, as mesmas dezesseis palavras apareceram apenas 110 vezes, em um total de 143 discursos. Com o tempo e com sua maior projeção nacional, as questões corporativas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica recuaram. O tempo de Bolsonaro na tribuna passou a ser ocupado por temas que "agradavam" o novo público do deputado, que o conhecia principalmente pela internet, e um novo conjunto de 16 termos, como "direitos humanos", "PT", "tortura", "Cuba", "esquerda" e "gays", teve seu auge em seu último mandato (2011 a 2014), aparecendo 297 vezes nesse período, enquanto foram citados apenas 41 vezes no primeiro mandato de Bolsonaro (1991-1994)" (Shalders, 2017).

Verdade foi criada para investigar os crimes durante a ditadura militar. No mesmo ano, o Superior Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. No ano seguinte, o STF também reconheceu o direito ao aborto em casos de anencefalia fetal e confirmou a validade do sistema de cotas raciais nas universidades públicas. Um projeto de emenda constitucional para ampliar os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, conhecido como a PEC das Domésticas, e uma lei que proíbe castigos físicos e tratamento cruel e degradante contra crianças e adolescentes, foram promulgados em 2013 e 2014, respectivamente. Simultaneamente, surgiram em todo o país versões brasileiras das Marchas das Vadias canadenses entre 2011 e 2012, popularizando o feminismo entre mulheres jovens e fomentando um novo ativismo feminista nas ruas e nas redes sociais (Medeiros e Fanti, 2019).

Ao se deparar com esse cenário, Bolsonaro não hesitou em liderar a reação ao chamado choque progressista. Apoiado por outros legisladores conservadores, ele conseguiu barrar a impressão de panfletos do programa Escola sem Homofobia, formulado já em 2004 e depreciativamente chamado de Kit Gay (Soares, 2015). Porém, ele não obteve êxito em sua tentativa de barrar a instalação da Comissão Nacional da Verdade e a aprovação da lei que reconhece o direito do casamento entre pessoas no mesmo sexo. E ainda existia a possibilidade da Dilma Rousseff, uma vez reeleita, se dedicar à legalização do aborto, já que ela afirmou em 2007 que tal prática deveria ser descriminalizada (Pires, 2010).

Devido às atividades de Bolsonaro durante esse período, que foram extensivamente anunciadas nas suas contas de mídia social, muitos conservadores, que antes estavam mais dispersos em fóruns e organizações de livre mercado, começaram a flertar com o ex-capitão do Exército. Ao mesmo tempo, libertários do Orkut, como Bernardo Santoro e Rodrigo Constantino começaram a se autodenominar liberais-conservadores, apontando para uma tendência histórica de defensores do livre mercado que aderiram ideológica ou pragmaticamente ao conservadorismo (Constantino, 2018).[24] Tal posicionamento causou desconforto na militância por

24 Assim como aconteceu com o apoio de libertários estadunidenses ao senador conservador Barry Goldwater, na década de 1960 (Doherty, 2007), e com o apoio de F. A. Hayek à líder conservadora britânica Margaret Thatcher (Cockett, 1995), em ambos os casos esse apoio esteve acompanhado de importantes tensões ideológicas e identitárias.

algum tempo, já que o rótulo liberal-conservador parecia um oxímoro[25] e acabou causando tensões em vários grupos,[26] especialmente em torno de questões como o direito ao aborto. Segundo o advogado José Carlos Sepúlveda, membro do Instituto Plinio Corrêa de Oliveira, organização que sucedeu a antiga TFP:

> Claro que as pessoas que dirigiam os movimentos liberais defendiam os ideais liberais, mas havia muita gente que estava ali dentro como refúgio, mas que não era propriamente liberal. As bordas amplas do movimento liberal que são conservadoras. […] Dentro do movimento liberal eles acabaram recolhendo muita gente conservadora, alguns acabaram rompendo, outros continuaram lá dentro, mas com ideias que tendiam mais para o conservadorismo. É uma coisa que o dr. Plinio [Corrêa de Oliveira] sempre defendeu nos livros dele: uma mulher simples, que não tem formação acadêmica, provavelmente tem ideias conservadoras, mas ela nem sabe o que é um movimento conservador, nem sabe o que é um movimento liberal nem nada, mas a mentalidade dela é conservadora. Além disso, a Fundação Perseu Abramo, do PT, publicou recentemente uma pesquisa mostrando que até mesmo pessoas das periferias das grandes cidades são conservadoras. Pois bem, estão descobrindo o óbvio, não é? E parece ser o seguinte: ao contrário de outros países, aqui as coisas são mais fluidas. Às vezes eu vejo que as pessoas querem colocar uma camisa de força nas falas sobre a realidade brasileira, como se estivéssemos na América, por exemplo. (Entrevista com José Carlos Sepúlveda, abr. 2017)

25 "Algumas pessoas acreditam que a expressão conservador- liberal é um oxímoro. A confusão começa no início de tudo, quando o próprio Burke, um grande conservador, se tornou membro do Partido Whig, que era um partido Liberal que se opunha aos conservadores. Então o que ele era: liberal ou conservador? Acho que essas palavras têm acepções diferentes de acordo com o lugar, com o tempo e com o interesse ideológico de quem está usando. Acho que quem diz que liberal-conservador é um oxímoro porque não existe a possibilidade semântica de usar essa expressão em circunstância alguma, diz isso movido por interesse ideológico. São, sobretudo, os libertários, que querem afastar qualquer pensamento que valorize ordem e instituição do campo liberal. Acho que o pensamento liberal-conservador existe, é uma expressão usada não só no Brasil, mas também fora, essas coisas não são tão dogmáticas. A polêmica em torno de seu uso permanece aberta, mas não vejo nenhuma autoridade capaz de solucioná-la. Para encerrar a controvérsia, eu diria o seguinte: 'sou um velho whig burkeano, com cores nacionais'" (Entrevista com Lucas Berlanza, mar. 2017).

26 "O Expresso da Liberdade foi concretizado em 2012 em torno do tripé baseado no direito natural, no direito à vida, à liberdade e à propriedade. Todos se diziam liberais, mas eram liberais de matizes conservadores, influenciados por autores como Ortega y Gasset, que é um liberal aristocrático e conservador, ou por autores monarquistas. Então, no final das contas, outras questões da sociedade foram sendo discutidas, e a iniciativa acabou tomando uma forma conservadora" (Entrevista com Lourival de Souza, abr. 2017).

Em 2014 Bolsonaro havia se estabelecido como um dos líderes da reação conservadora que havia tomado o país. Nos anos seguintes, a sua projeção política alcançou novos patamares, atingindo o auge durante os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff. Nas eleições presidenciais de 2014, os militantes da emergente Nova Direita fizeram campanha de forma pragmática para o candidato do PSDB, Aécio Neves, apoiando-o integralmente no segundo turno. Nessa época, a derrota de Rousseff era tida como certa pela oposição, em razão da divulgação de um escândalo de corrupção envolvendo a mais importante empresa estatal do país, a petroleira Petrobras (Singer, 2018). Assim, a frustração de expectativas diante do anúncio de sua reeleição foi tamanha que logo se começou a sugerir que a eleição havia sido fraudada. Os opositores do PT passaram a expressar sua indignação, o que criou um ambiente propício para qualquer manifestação contrária à situação.

O primeiro protesto pró-impeachment foi convocado apenas seis meses após a reeleição de Dilma Rousseff. A convocação foi feita por meio da página no Facebook de Paulo Batista, candidato a deputado estadual por São Paulo, também conhecido como Raio Privatizador. Sua campanha foi coordenada por militantes libertários e membros do Movimento Brasil Livre (MBL), o principal movimento pró-mercado do país.[27] Em vídeos humorísticos compartilhados no YouTube, Batista aparecia disparando "raios privatizadores" sobre cidades supostamente comunistas. Embora Batista não tenha sido eleito, cerca de 2.500 pessoas participaram do protesto, que foi apoiado por Olavo de Carvalho. Pela primeira vez, a manifestação juntou todos os representantes de grupos da Nova Direita nas ruas de São Paulo, incluindo o legislador Eduardo Bolsonaro. Os protestos continuaram sendo convocados por movimentos diferentes, até o dia 15 de março de 2015, quando manifestantes encheram as ruas de São Paulo com as cores da bandeira nacional para pedir o impeachment de Rousseff, incentivando os organizadores a convocar novos protestos novamente ainda naquele ano.

De acordo com pesquisas de opinião conduzidas por Esther Solano, Márcio Moretto Ribeiro e Pablo Ortellado durante os protestos em São

27 Fundada inicialmente por um grupo de amigos liderado por Fábio Ostermann como uma página do Facebook para coordenar a militância pró-mercado durante junho de 2013, o MBL foi recriado pelo ativista Renan Santos em 15 de novembro de 2014. Desde então, tem funcionado como o principal movimento pró-mercado no país e foi um dos grupos que liderou a campanha pró-impeachment de Dilma Rousseff.

Paulo, em agosto de 2015, 96% dos manifestantes estavam insatisfeitos com o sistema político, 73% afirmaram não confiar nos partidos políticos e 70% declararam não confiar nos políticos (Rossi, 2015). Assim, além de compartilharem o repúdio ao PT e aos seus líderes (Telles, 2016), a rejeição ao sistema político como um todo era ampla entre os manifestantes, provavelmente em razão da percepção generalizada de que o sistema político era corrupto.

Após o escândalo do Mensalão, que atingiu a liderança do PT em 2005, apenas 5% da população considerava a corrupção o principal problema do país. No entanto, em outubro de 2015, esses números haviam subido para 34% (Singer, 2018). Esse aumento resultou de uma série de protestos contra a corrupção que aconteceram entre 2011 e 2012, após o julgamento do escândalo do Mensalão e, especialmente, após as enormes manifestações de rua de junho de 2013. Os levantes de 2013, iniciados pelo Movimento Passe Livre (MPL), reivindicavam a redução das tarifas de transporte público e foram violentamente reprimidos pela polícia. Eles reuniram milhões de pessoas em todo o Brasil, em dezenas de protestos que, apesar de suas diversas demandas, se voltaram contra o sistema político como um todo, percebido como impermeável às reivindicações da população (Nobre, 2013).

A indignação contra o sistema político aumentou no ano seguinte devido ao início de uma grande operação anticorrupção, responsável pela prisão e condenação de diversos políticos e empresários. Iniciada em março de 2014 com um relatório sobre lavagem de dinheiro na Petrobras e inspirada na operação italiana *Mani Puliti*, a Operação Lava Jato rapidamente ganhou ampla cobertura da mídia e transformou um de seus idealizadores, o juiz Sérgio Moro, no símbolo mais proeminente da luta contra a corrupção no país.

Portanto, em meio a uma crise pública de confiança, agravada pela piora na situação econômica, é compreensível que 56% dos manifestantes concordassem com a afirmação de que "alguém de fora do sistema político resolveria a crise". Para 64% dos entrevistados, essa pessoa poderia ser um "juiz honesto" e, para 88%, um "político honesto". Quando questionados sobre quem inspirava mais confiança, 19,4% afirmaram confiar fortemente em Jair Bolsonaro, que liderou a lista. Apenas 11% disseram confiar no PSDB, partido na qual a maioria havia votado em 2014, e apenas 1% disse que confiava no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido do

então vice-presidente Michel Temer, que poderia ocupar a presidência se o impeachment requerido pelos manifestantes tivesse êxito.

Bolsonaro era um dos poucos políticos que podia participar das manifestações anti-impeachment e ser aplaudido pela multidão, diferentemente de outros líderes de oposição. Portanto, no final de 2015, o antigo capitão militar, considerado um dos poucos políticos honestos no país por parte da população, se tornou um candidato natural à presidência por defender a ordem e o progresso, usar uma retórica antissistema e atacar o PT e a esquerda em geral. Sua trajetória militar e o apoio consistente à pena de morte, à redução da maioridade penal e à imposição de trabalho forçado a presos eram vistos como atributos positivos por seus apoiadores. Ele era considerado o único capaz de reduzir a violência por meio de medidas repressivas e de disciplinar a sociedade diante da degradação moral em um país onde os direitos de esquerdistas, gays e pessoas negras estariam supostamente mais protegidos do que os do "cidadão comum".

O antigo capitão do Exército que se casou com uma evangélica em uma cerimônia presidida pelo pastor conservador televangelista Silas Malafaia, em 2013, ganhou destaque por se opor à "ideologia de gênero" e por apoiar a ordem e a disciplina em escolas. O seu apelo ao público cristão conservador aumentaria quando, em março de 2016, a família de Bolsonaro formalmente se juntou ao Partido Social Cristão (PSC), que reunia parte significativa dos líderes Cristãos conservadores no Brasil, e foi batizado no rio Jordão pelo pastor Everaldo, o candidato do partido às eleições presidenciais em 2014.

A campanha presidencial de Everaldo, no entanto, se tornou menos conhecida pela exaltação dos valores cristãos do que pela repetição exaustiva do lema "vamos privatizar tudo". O lema foi concebido por Bernardo Santoro, então diretor do Instituto Liberal, ex-presidente do Líber e membro ativo dos contrapúblicos no Orkut em meados dos anos 2000. Santoro ingressou no PSC em 2014 e passou a se autodenominar "liberal-conservador". Seu foco era influenciar ativamente Jair Bolsonaro e seus filhos a aderirem ao radicalismo de mercado. Em suas próprias palavras, Santoro pretendia difundir o radicalismo de mercado para setores mais amplos da população, como membros da classe média empobrecida e trabalhadores "uberizados".[28]

28 De acordo com a socióloga Ludmila Costhek Abílio, "a uberização consolida a passagem dos status de trabalhador para o status de nanoempresário, permanentemente disponível para trabalhar, removendo as

A missão de Santoro era difícil. Na época, defensores do livre mercado viam Bolsonaro como adepto ao desenvolvimentismo nacional, um conjunto de políticas econômicas centradas no Estado defendidas pela ditadura militar na década de 1970. Santoro não desistiu e seus esforços logo começaram a dar frutos. Em março daquele ano, Eduardo Bolsonaro, filho de Jair, se matriculou em um curso de economia austríaca oferecido pelo Instituto Mises Brasil, fundado por Hélio Beltrão Jr., criador da comunidade do Orkut "True Liberalism". Seu irmão, então vereador no Rio de Janeiro, decidiu concorrer à prefeitura nas eleições daquele ano com uma mensagem estritamente alinhada à agenda de Santoro.

Bolsonaro parecia menos inclinado ao radicalismo de mercado do que seus filhos, embora tenha decidido participar de eventos promovidos pelo circuito pró-mercado como pré-candidato à presidência. Em 2017, ele foi apresentado a Paulo Guedes por Winston Ling, fundador do IEE. Guedes, formado pela Escola de Chicago e figura reconhecida nos circuitos do mercado financeiro, que havia fundado em 2006 o Instituto Millennium, um *think tank* pró-mercado sediado no Rio de Janeiro, juntamente com Rodrigo Constantino e Hélio Beltrão Jr.

Porém, o meio pró-mercado inicialmente desconfiava de Bolsonaro, e as tensões cresceram entre as lideranças políticas de seu novo partido, cujo pragmatismo extremo com frequência sacrificava a agenda pública da direita. A gota d'água foi a aliança do PSC com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) nas eleições para o governo do Maranhão, em 2016, o que obrigou Bolsonaro e seus filhos, ferrenhos anticomunistas, a buscarem um novo partido.[29] Em agosto de 2017, os Bolsonaro anunciaram sua filiação ao Partido Ecológico Nacional (PEN). Para abrigar as aspirações presidenciais do ex-capitão, o partido mudou seu nome para Partido Patriota. Como secretário-geral da sigla, Bernardo Santoro apresentou Bolsonaro a um jovem economista chamado Adolfo Sachsida, doutor pela Universidade de Brasília

garantias mínimas de trabalho enquanto mantém as hierarquias do local de trabalho; porém, apropria, de forma administrativa e produtiva, uma perda em formas de trabalho publicamente estabelecidas. Porém essa apropriação e subordinação poderão operar em uma lógica nova. Podemos entender a uberização como um futuro possível para empresas em geral, que se tornam responsáveis por providenciar infraestrutura para os seus 'parceiros' executarem o trabalho; não é difícil imaginar hospitais, universidades e empresas em uma série de ramos adotando esse modelo e usando no seu trabalho 'colaboradores *just-in-time*' de acordo com as suas necessidades" (Abílio, 2017).

29 Quando Bolsonaro deixou o PSC, Paulo Rabello Castro, fundador do Instituto Atlântico em 1992, se tornou o candidato do partido à eleição de 2018. Porém, no mesmo ano, ele retirou a sua candidatura e começou a aparecer como candidato a vice-presidente para o candidato à presidência Álvaro Dias, candidato pelo Podemos.

e analista do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), do governo federal. A pedido de Santoro, Sachsida formou um grupo de onze economistas que se reunia semanalmente com Bolsonaro.

A oposição dos defensores do livre mercado a Bolsonaro parecia cair gradualmente. Em dezembro de 2017, Rodrigo Constantino sugeriu publicamente que Paulo Guedes deveria ser o Ministro da Economia em um futuro governo Bolsonaro. Entretanto, no início de 2018, o pré-candidato decidiu deixar o Partido Patriota e se filiar ao Partido Social Liberal (PSL). A mudança repentina de filiação para um novo partido causou desconforto entre os militantes libertários do PSL que, desde 2016, estavam reunidos no grupo Livres. Ferrenhos antibolsonaristas, os militantes do Livres deixaram o partido pouco depois da entrada de Bolsonaro, aderindo ao Partido Novo.

O pré-candidato acabou provocando outro choque ao recusar participar do debate presidencial organizado pelo Fórum da Liberdade, que anualmente reunia lideranças e ideólogos da direita. Para encerrar de vez as desconfianças persistentes em razão de seus movimentos políticos erráticos, Bolsonaro decidiu selar sua aliança com a militância pró-mercado ao anunciar, no primeiro semestre de 2018, que Paulo Guedes seria seu Ministro da Economia. Apesar de todas as suspeitas, tensões e ressentimentos, a maioria dos fundamentalistas de mercado apoiou ativamente a campanha presidencial de Bolsonaro, reunindo a Nova Direita Brasileira em torno de um amálgama libertário-conservador.

Após o primeiro turno das eleições, em outubro de 2018, Bolsonaro havia conquistado mais da metade dos votos válidos em doze estados e no Distrito Federal, o que surpreendeu muitos analistas políticos. Bolsonaro, entretanto, se mostrou decepcionado com os resultados, pois acreditava que poderia vencer as eleições já no primeiro turno. Por outro lado, os militantes contrapúblicos ficaram impressionados com a votação recebida, e lideranças dos protestos pró-impeachment, como a professora de direito Janaína Paschoal, a jornalista Joice Hasselmann e o então deputado federal Eduardo Bolsonaro, todos candidatos pelo PSL, obtiveram mais de 1 milhão de votos cada. O partido se tornou a segunda maior bancada parlamentar no Congresso, com 52 membros, ampliando em seis vezes sua presença na Câmara dos Deputados.

5. Conclusão

A vitória de Bolsonaro, como também a de muitos ativistas da Nova Direita, foi o resultado de um longo processo político e social que pode ser rastreado até o escândalo de corrupção do Mensalão, em 2005, e culminou com uma rejeição eleitoral firme do PT e a prisão de Lula em 2018. Apesar de muitos fatores explicarem a vitória de Bolsonaro – crise econômica e social, aumento na violência e nos crimes, a prisão de Lula, e o desapontamento com o PT e o sistema político como um todo, incluindo o compartilhamento intenso de conteúdo político através das redes sociais (Brito Cruz, 2019)[30] – é de suma importância considerar a formação de redes emergentes de militância da Nova Direita, que difundiram ideias novas durante uma série de momentos críticos entre 2011 e 2016: o choque progressista (2011-2014), os protestos contra a corrupção (2011-2012), o julgamento do escândalo do Mensalão (2012), as manifestações de junho de 2013, a Operação Lava Jato (2014), a reeleição de Dilma Rousseff, e as manifestações pró-impeachment (2014-2016).

Bolsonaro passou a simbolizar a crescente indignação contra o PT e o sistema político, além do desejo por lei, ordem e disciplina na sociedade brasileira. Sua proximidade com líderes evangélicos, seguidores de Olavo de Carvalho e defensores radicais do livre mercado lhe proporcionou uma ampla e diversificada rede de apoiadores, prontos para servir no governo, além daqueles recrutados no Exército que também exaltava a ditadura militar. A linguagem disruptiva e indecorosa característica do discurso de contrapúblicos se tornou frequente em comunicações oficiais, como na administração de Donald Trump (Thimsen, 2017), contrária a hipótese de Michael Warner de que os contrapúblicos seriam normalizados se os seus membros se tornassem parte do público dominante.

No entanto, há tensões significativas entre os novos grupos da direita. Nesse sentido, os dois primeiros anos do governo Bolsonaro foram um ponto de virada para a Nova Direita, que, posteriormente, começou a apresentar sinais de divisão entre os apoiadores incondicionais de Bolsonaro, que ainda utilizam uma linguagem disruptiva e indecorosa nas redes

30 Leticia Cesarino (2019) propõe uma discussão interessante sobre o populismo digital baseado no uso de Bolsonaro do WhatsApp em sua campanha.

sociais, os apoiadores críticos e alguns opositores, que o consideram uma ameaça à democracia brasileira.

O surgimento dos contrapúblicos facilitado pela mídia digital (Downey e Fenton 2003) aponta para um aumento da representação de certos grupos na esfera pública, a ponto de permitir que mais pessoas participem e influenciem o debate público, mas ele também pode ter efeitos danosos. A maior fragmentação do público (Sunstein, 2017) e a formação do chamado "efeito bolha", um processo de *feedback* de ideias e informação pelos usuários da internet através de filtros e algoritmos (Pariser, 2011), pode levar à intensificação da radicalização política (Downey e Fenton, 2003), e a contrapublicidade pode facilitar a popularização de ideias autoritárias incompatíveis com o regime democrático.

Referências

Abílio, Ludmila C. (2017): "Uberização do trabalho: subsunção real da viração". *Passa Palavra*, 2 fev. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Último acesso em: 21 set. 2020.

Alvarez, Sonia (1990): *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton: Princeton University Press.

Aranha, Francisco Arantes (2016*): Tecnocracia e capitalismo no Brasil num estudo de caso: a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (Anpes) (1964-1967)* (dissertação de mestrado). Goiânia: Universidade Federal De Goiás.

Boas, Taylor e Gans-Morse, Jordan (2009): "Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan". *Studies in Comparative International Development*, vol. 44, n. 2, pp. 137-61.

Boianovsky, Mauro (2018): "The Brazilian Connection in Milton Friedman's 1967 Presidential Address and 1976 Nobel Lecture". *Chope Working Paper*, n. 11, Durham, NC: Center for The History of Political Economy Duke University.

Brito Cruz, Francisco (2019): *Definindo as regras do jogo: as regulações da campanha política e a internet* (tese de doutorado). São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Câmara dos Deputados (1991): Disponível em: <https://tinyurl.com/3zpz6arf>. Acesso em: 11 set. 2020.

Carreirão, Yan (2007): "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, n. 2, pp. 307-39.

Carvalho, Olavo de (2009): "A revolução globalista". Disponível em: <https://tinyurl.com/3rxqqp95>. Acesso em: 23 set. 2020).

Carvalho, Olavo de (2015): "O uso do palavrão", 25 ago. Disponível em: <https://www.facebook.com/carvalho. olavo/posts/535327239952688/>. Acesso em: 2 fev. 2021.
Casimiro, Flávio Henrique (2011): "A dimensão simbólica do neoliberalismo no Brasil: o Instituto Liberal e a cidadania como liberdade de consumo". *Cadernos de Pesquisa do Cdhis*, vol. 23, n. 1, pp. 227-50.
Celikates, Robin (2015): "Digital Publics, Digital Contestation: A New Structural Transformation of the Public Sphere?", em Celikates, Robin; Kreide, Regina e Weshe, Tilo (orgs.), *Transformations of Democracy: Crisis, Protest And Legitimation*. Londres: Rowman & Littlefield, pp. 159-74.
Cesarino, Letícia (2019): "On Digital Populism in Brazil". *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, 15 abr. Disponível em: https://polarjournal.org/2019/04/15/on-jair-bolsonaros-digital-populism/. Acesso em: 23 set. 2020.
Chaloub, Jorge e Perlatto, Fernando (2015): "Intelectuais da 'Nova Direita' brasileira: ideias, retórica e prática política", em: *Anais dos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 39º Encontro, Caxambu, 26 a 30 de outubro, São Paulo: Anpocs.
Cockett, Richard (1995): *Thinking the Unthinkable: Think Tanks and the Economic Counter-Revolution 1931-1983*. Londres: Harper Collins.
Comitê Gestor da Internet no Brasil (2007): "Indicadores de uso da internet no Brasil, 2005/2006". Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/10/pal2007ofid-11. pdf. Acesso em: 23 set. 2020.
Constantino, Rodrigo (2018): *Confissões de um ex-libertário: salvando o liberalismo dos liberais modernos*. São Paulo: Record.
Costa, Henrique (2018): *Entre o lulismo e o ceticismo*. São Paulo: Alameda.
Dardot, Pierre e Laval, Christian (2016): *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
Desai, Radhika (1994): "Second-Hand Dealers in Ideas: Think-Tanks and Thatcherite Hegemony". *New Left Review*, vol. 203, pp. 147-55.
Doherty, Bryan (2009): *Radicals for Capitalism: A Freewheeling History of the Modern American Libertarian Movement*. Nova York: Public Affairs.
Downey, John & Fenton, Natalie (2003): "New Media, Counter-Publicity and the Public Sphere". *New Media & Society*, vol. 5, n. 2, pp. 185-202.
Dreifuss, René Armand (1987): *1964 – A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes.
Dreifuss, René Armand (1989): *O jogo da direita na Nova República*. Rio de Janeiro: Vozes.
Fonseca, Francisco (1994): *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): Projeto político e estratégias de convencimento (revista* Visão *e jornal* O Estado de São Paulo*)* (dissertação de mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
Gonçalves, Rodrigo Jurucê Mattos (2017): *História fetichista: o aparelho de hegemonia filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia Convivium (1964-1985)*. Anápolis: Editora da Universidade Estadual de Goiás.

Gros, Denise (2003): *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República* (tese de doutorado). Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

Hauck, Juliana (2015): *Think Tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil* (dissertação de mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Instituto Ordem Livre (n.d.): "Liberdade na estrada". Disponível em: http://ordemlivre.org/lne. Acesso em: 23 set. 2020.

Jackson, Ben (2010): "At the Origins of Neo-Liberalism: The Free Economy and The Strong State, 1930–1947". *The Historical Journal*, vol. 53, n. 1, pp. 129-51.

Lima, Flávia (2016): "PT e PSDB já foram ortodoxos e heterodoxos, aponta estudo". *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 8 abr. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/04/08/pt-e-psdb-ja-foram-ortodoxos-e-heterodoxos-apontaestudo.ghtml. Acesso em: 11 set. 2020.

Mecila (2017): "Conviviality in Unequal Societies: Perspectives from Latin America. Thematic Scope and Research Programme", *Mecila Working Paper*, n. 1, São Paulo: Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America.

Miguel, Luis Felipe e Coutinho, Aline (2007): "A crise e suas fronteiras: oito meses de 'mensalão' nos editoriais dos jornais". *Opinião Pública*, vol. 13, n. 1, pp. 97-123.

Mises Institute (n.d.): "What is the Mises Institute?" Disponível em: https://mises.org/about-mises/ what-is-the-mises-Institute. Acesso em: 23 set. 2020.

Morresi, Sergio (2008): *La nueva derecha argentina y la democracia sin política*. Los Polverines/ Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento/ Biblioteca Nacional.

Nishimura, Katia (2004): "Conservadorismo social: opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002". *Opinião Pública*, vol. 10, n. 2, pp. 339-67.

Nobre, Marcos (2013): *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.

Novo (n.d.): "Conheça o Novo". Disponível em: https://novo.org.br/novo/conheca/. Acesso em: 23 set. 2020.

Paiva, Denise; Braga, Maria do Socorro S., e Pimentel, Jairo (2007): "Eleitorado e partidos políticos no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 13, n. 2, pp. 388-408.

Pariser, Eli. (2011), *The Filter Bubble: How the New Personalized Web is Changing What We Read and How We Think*. Londres: Penguin.

Pires, Carol (2010): "Em carta, Dilma assina compromisso contra o aborto". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 out. Disponível em: https://politica.estadao.com. br/noticias/geral,em-carta-dilma-assina-compromisso-contra-o-aborto,625257. Acesso em: 17 set. 2020.

Polletta, Francesca e Jasper, James M. (2011): "Collective Identity and Social Movements". *Annual Review of Sociology*, vol. 27, n. 1, pp. 283-305.

Power, Timothy (2010): *Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization*. Pennsylvania: Penn State University Press.

Ramírez, Hernán (2007): *Corporaciones en el poder: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: Ipes, Fiel y Fundación Mediterránea*. Buenos Aires: Lengua Claro Editora.

Rocha, Camila (2017): "O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil". *Millcayac – Revista Digital de Ciencias Sociales*, vol. 4, n. 7, pp. 95-120. Disponível em: http://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/millca-digital/article/ view/1020. Acesso em: 9 ago. 2020.

Rocha, Camila (2019): *"Menos Marx, mais Mises": uma gênese da nova direita brasileira* (Tese de doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Rocha, Camila e Medeiros, Jonas (2020): "'Vão todos tomar no…': a política de choque e a esfera pública". *Horizontes ao Sul*. Disponível em: https://www.horizontesaosul. com/single-post/2020/04/27/VAO-TODOS-TOMAR-NO-A-POLITICA-DOCHOQUE-E-A-ESFERA-PUBLICA. Acesso em 9 ago. 2020.

Rothbard, Murray. *Left and Right: A Prospect for Liberty*. Auburn, AL: LvMI Mises Institute, 2010.

Rossi, Marina (2015): "Perfil de quem foi à Paulista destoa de lideranças e não poupa ninguém". *El País*, 18 ago., São Paulo. Disponível em: https://brasil.elpais. com/brasil/2015/08/18/politica/1439928655_412897.html. Acesso em: 18 set. 2020.

Scruton, Roger (2015): *Como ser um conservador*. São Paulo: Record.

Senado Federal (2006a): "Projeto de Lei da Câmara n. 37". Disponível em: https://www25.senado. leg.br/web/atividade/materias/-/materia/77244. Acesso em: 23 set. 2020.

(2006b): "Projeto de Lei da Câmara n. 122". Disponível em: https://www25.senado.leg.br/ web/atividade/materias/-/materia/79604. Acesso em: 23 set. 2020.

Shalders, André (2017): "Como o discurso de Bolsonaro mudou ao longo de 27 anos na câmara?". *BBC News Brasil*, São Paulo, 7 dez. Disponível em: https://www. bbc.com/portuguese/brasil-42231485. Acesso em: 11 set. 2020.

Singer, André (2012): *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

Singer, André (2018): *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Soares, Wellington (2015): "Conheça o 'kit gay' vetado pelo governo federal em 2011". *Nova Escola*, São Paulo, 1 fev. Disponível em: https://novaescola.org.br/ conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011. Acesso em: 11 set. 2020.

Spohr, Martina (2012): "O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do Golpe de 1964". *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*, vol. 4, n. 2, pp. 45-62.

Stedman Jones, Daniel (2014): *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton: Princeton University Press.

Sunstein, Cass (2017): *#Republic*. Princeton: Princeton University Press.
Teitelbaum, Benjamin (2020): *War for Eternity: Inside Bannon's Far-Right Circle of Global Power Brokers*. Londres: HarperCollins.
Telles, Helcimara (2016): "A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno". *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, vol. 19, pp. 97-125.
Thimsen, A. Freya (2017): "Did the Trumpian Counterpublic Dissent Against the Dominant Model of Campaign Finance?". *Javnost-The Public*, vol. 24, n. 3, pp. 267-83.
Venturi, Gustavo (2006): "A opinião pública diante da crise". *Teoria e Debate*, vol. 66, pp. 20-26.
Warner, Michael (2002): "Publics and Counterpublics". *Public Culture*, vol. 14, n. 1, pp. 49-90.

Capítulo 8

"Família" e a nova gramática dos direitos humanos no governo de Jair Bolsonaro (2019-2021)

Marília Moschkovich

1. Introdução

No ano de 2019, após a posse de Jair Bolsonaro, o Brasil passou a ter um Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).[1] Essa pasta foi criada em substituição ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), que, por sua vez, resultou de uma das diversas estratégias de contingenciamento de gastos da gestão Dilma Rousseff em 2015: a união de diferentes

1 Este texto, publicado originalmente como "'Família' e a nova gramática dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro (2019-2021)", na *Mecila Working Paper Series*, n. 52 (São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America, 2023), foi revisado pela autora. [N.E.]

secretarias nacionais até então existentes sob um único orçamento ministerial. Antes, as antigas secretarias nele reunidas tinham orçamentos distintos e gozavam de *status* ministerial: a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ambas fundadas em 2003 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), criada em 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A mudança, mais do que uma questão de mera nomenclatura, pode ser compreendida como uma pista para investigar mais a fundo uma ruptura política que impactou diretamente as políticas públicas da área de direitos humanos, em especial os direitos das mulheres e da população LGBT+[2] – ou seja, problemas sociais ligados diretamente às desigualdades de gênero.

O fenômeno pode ser compreendido à luz de processos mais amplos, no Brasil e no mundo, como o crescimento de uma agenda contrária à adoção da perspectiva de gênero na gestão do Estado e nas políticas públicas. No Brasil, esses processos são capitaneados por agentes que se identificam como contrários à "ideologia de gênero". Ao mesmo tempo, esse fenômeno pode ser situado no quadro de uma tentativa mais geral de disputar o sentido de "direitos humanos" e de políticas públicas de "direitos humanos" (Teixeira e Barbosa, 2022).

Este capítulo pretende discutir como usos estratégicos da categoria "família" pelo Estado podem funcionar como ferramentas na construção de uma abordagem específica dos direitos humanos por grupos conservadores, que redesenha a convivialidade enquanto apaga discursivamente desigualdades.[3] A hipótese de fundo que orienta esta investigação é a de que a centralidade da categoria "família" na produção de políticas públicas de direitos humanos atua como dispositivo estratégico na consolidação de uma visão particular sobre o que deve ser uma política pública e sobre o papel do conhecimento científico na gestão do Estado e na produção dessas políticas.

2 Opto pela utilização de uma versão própria da sigla LGBTQIAP+ ao longo deste texto por dois motivos. O primeiro é que a sigla é uma disputa constante, e se altera com a história de nossa comunidade – e a versão aqui utilizada preserva o "núcleo duro" mais estável das identidades a ela associadas, ao passo em que pela inclusão do + ao final demarca que esse núcleo estável não representa a totalidade da população que faz parte desse grupo. Ao mesmo tempo, o segundo motivo é que o símbolo de adição nos permite evidenciar a potência crítica desse movimento e desse segmento da população, a partir da estratégia adotada historicamente pelo mesmo, de expandir e acrescentar novos grupos em vez de exclui-los.

3 Deixo meu enorme e carinhoso agradecimento ao apoio e à colaboração de Jacqueline Moraes Teixeira e seus orientandos de graduação, em especial Gustavo Aires Tiago, hoje mestrando da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Sem o trabalho que realizamos em conjunto, este capítulo não teria sido possível.

Afinal, esse uso parece permitir basear o discurso público na reivindicação de que seria mais adequado abordar alguns problemas sociais como problemas relativos à disputa entre as dimensões pública e privada da vida social, transferindo a resolução deles para a esfera privada, da família.

O argumento será apresentado nas duas seções seguintes. A primeira, "Família e Estado: regulando a convivialidade", abre o debate teórico refletindo sobre as relações e tensões entre "família" e Estado enquanto uma disputa acerca de como a convivialidade é regulada, num sentido amplo. Nessa seção, são ressaltadas algumas características da categoria "família" nas políticas públicas que podem ter contribuído para o fenômeno analisado. A segunda seção, "Apagando desigualdades: a 'família' e o discurso anti-Gênero", parte do exame de documentos para discutir como o dito ministério inseriu a categoria "família" no discurso sobre políticas públicas de maneira alinhada com o discurso anti-Gênero.

2. Família e Estado: regulando a convivialidade

Embora apareça em estudos de diversas áreas das ciências sociais e das humanidades como objeto de interesse, ferramenta de análise ou fenômeno investigado, "família" não é uma categoria científica nem mesmo um termo nascido como conceito científico. "Família" é uma categoria da linguagem comum, que pode ser e tem sido disputada, apropriada e modificada de múltiplas maneiras ao longo da história. Conforme discutido por Silvia Aguião (2018), essa flexibilidade particular parece ser uma das chaves para o papel que a "família" desempenhou em muitas das tensões recentes entre o movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT+) e os grupos conservadores evangélicos e católicos no Brasil – estes, envolvidos diretamente na liderança das cruzadas anti-Gênero no país. Por um lado, a proteção da "família" como uma instituição tem sido reivindicada por grupos anti-Gênero como argumento para que sejam negados certos direitos à população LGBT+ e, por outro, organizações e ativistas do movimento LGBT+ reivindicam seu direito a uma família (ou o direito a terem suas famílias reconhecidas como tais) como razão principal pela qual certas mudanças legais como o direito ao casamento homoafetivo devam ser aprovadas (Facchini e França, 2020b).

É possível afirmar, então, que enquanto o conceito de Gênero[4] dividiu e opôs esses dois grupos, a aceitação da "família" como uma instituição legítima e desejável os aproximou. Isso não significa, contudo, igualá-los, uma vez que eles se mantêm em tensão e oposição no que tange à definição e ao sentido de "família", assim como no debate relativo aos modelos de família que devem ou não ser legitimados pelo Estado. Cabe notar, nesse contexto, que alguns trabalhos vêm apontando a apropriação de estratégias de luta, ferramentas de ação e discursos tradicionalmente utilizados por movimentos sociais (notadamente o movimento feminista e LGBT+) como fator central no crescimento e na popularização desses grupos conservadores e seus projetos políticos (Graff, 2016). No entanto, o uso da categoria "família", como já mencionado, não consiste em distorção ou apropriação, mas na tomada estratégica de um terreno comum.

Há ainda um aspecto interessante relativo ao uso da categoria "família" no discurso oficial do MMFDH do governo Bolsonaro que foi explorado ao longo desta pesquisa: a flexibilidade e as disputas em torno dessa categoria parecem dar lugar a uma elaboração discursiva que a coloca tanto como beneficiária das políticas públicas de direitos humanos desse ministério (feitas para "preservá-la" ou "defendê-la") quanto como ferramenta de resolução dos problemas sociais que a afetam. Esse tipo de ambiguidade parece ser uma das chaves para a produção de políticas públicas de direitos humanos baseadas no dito "familismo", ou seja, na transferência de problemas sociais para um domínio supostamente privado, com a responsabilização das famílias sobre eles. Isso pode estar associado, por sua vez, a um projeto político mais amplo de redução das estruturas estatais ou, ao menos, de diminuição do controle público sobre o Estado e de sua transparência. No limite, seria possível compreender concretamente o pa-

4 Elaborado nos diálogos da teoria feminista anglófona entre a segunda metade da década de 1970 e o início dos anos 1990, o conceito de Gênero impactou de forma profunda as maneiras de pensar certa dimensão da vida social. Conceitos anteriores incluíam a ideia de "sexo" como algo socialmente construído (como em Beauvoir), e a ideia de "relações sociais de sexo" desenvolvida pelas autoras do chamado "feminismo materialista francês" (ver Abreu, 2018). Embora o conceito de Gênero tenha semelhanças com ambos e em certa medida possa ser considerado até mesmo uma espécie de herdeiro deles, ele se destacou por apresentar uma recusa radical à ideia de uma "diferença sexual" natural ou biológica, e por consolidar a proposição de que o sistema de gênero é sempre um sistema simbólico, que não existe previamente à cultura ou à linguagem. Com a disseminação do conceito, a palavra "gênero" se popularizou embora nem sempre seja mobilizada junto ao conceito. O termo "Gênero" é grafado aqui em letra maiúscula para diferenciar analiticamente a referência ao conceito (implicando também a compreensão de Gênero como um sistema) da referência ao gênero em si mesmo (como no caso do gênero de uma pessoa, por exemplo, quando dizemos "gênero masculino" ou "gênero neutro"). Um debate mais extenso sobre as diversas interpretações e usos dessa palavra pode ser lido no artigo "A tríplice semântica do gênero" (Moschkovich, 2024).

pel desse tipo de mudança política em processos que ameaçam a estrutura democrática, como observou Flávia Biroli (Biroli, 2018).

De certa maneira, é possível afirmar que os grupos representados pela ministra Damares Alves, cujos interesses foram defendidos pelo MMFDH, disputam normas que incidem sobre o regime convivial. Ao mobilizarem a categoria "família" da maneira como o fazem, parecem ativar a instituição Estado em favor de um tipo particular de convivialidade que seria aplicado a toda a população. Importa, por isso, pensar que "família" é essa e o que essa categoria aporta de maneira geral e especificamente para o Brasil. Para considerar o caso do Brasil, é preciso mobilizar duas vias de análise sobre a ideia de família: por um lado, a transformação em sua definição jurídica, reflexo dos pontos de vista dominantes e normativos sobre a instituição familiar ao longo da história; por outro, o impasse entre tais definições e a dimensão da experiência, que engloba tanto as relações familiares concretamente estabelecidas pelas pessoas em diferentes contextos, quanto as suas reflexões e os significados que atribuem a sua própria experiência.

Nesse sentido, Leila Linhares Barsted e Elizabeth Garcez apontaram que o primeiro Código Civil brasileiro, operante a partir de 1917, centrava seu entendimento de "família" na figura do casamento civil ao mesmo tempo em que tal instituição (a família, deflagrada a partir do contrato de casamento), na lei, reduzia direitos das mulheres que, solteiras, teriam maior acesso à cidadania, reforçando hierarquias internas à instituição (Barsted e Garcez, 1999). Para além do acesso à cidadania, interessa observar também que, na referida lei, o Estado impunha exigências morais sobre o comportamento sexual das mulheres, fosse no caso da virgindade das noivas, fosse no da herança das filhas – o que significa que mesmo as mulheres que não se casassem, sendo filhas, ainda ocupavam uma posição de desvantagem em relação a seus irmãos homens no que diz respeito à legislação que regia a família. Embora tenha havido avanços anteriores, como o Estatuto da Mulher Casada de 1962 e a Lei do Divórcio de 1977, foi apenas com a Constituição de 1988 que direitos e deveres de homens e mulheres em "sociedade conjugal" foram considerados iguais na legislação brasileira (Barsted e Garcez, 1999).

O código civil atual, promulgado em 2002 (Brasil, 2002), mantém algumas características importantes da instituição familiar já enunciadas no documento de 1916-1917. Entre elas, a monogamia obrigatória (proibição às pessoas casadas de contrair novo casamento) e a centralidade

do casamento como fundamento da instituição familiar. No entanto, com a mudança relativa aos divórcios, o casamento deixou de ser condição suficiente para o estabelecimento de uma unidade familiar, sendo acrescentadas à trama as complexas relações de filiação, inclusive aquelas decorrentes de fertilizações *in vitro* e envolvendo mais de dois genitores, de forma às vezes independente do casamento (como no caso do reconhecimento de filhos de outros casamentos e relações). É possível afirmar também que, apesar de uma redução significativa da assimetria de gênero a partir, sobretudo, dos atuais dispositivos constitucionais, os direitos de homens e os de mulheres seguem relativamente assimétricos. Exemplo disso é que a responsabilidade sobre os filhos é legalmente atribuída de forma exclusiva às mães em caso de não reconhecimento de paternidade (art. 1.633), não sendo facultativo o reconhecimento de maternidade. Por fim, embora haja artigos em que o termo "cônjuges" é utilizado, há uma série de disposições legais em que o casal é caracterizado como sendo composto por homem e mulher (Brasil, 2002); da mesma forma, se mantém a pressuposição de cisgeneridade nas categorias de paternidade e maternidade (mães são mulheres cisgênero, gestam; pais são homens cisgênero, fecundam). Esses são apenas alguns exemplos de características legais da instituição familiar que parecem refletir e ser reflexo de visões morais dominantes em nossa sociedade e que foram reforçadas nas propostas do MMFDH durante o governo Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, as relações concretas estabelecidas entre as pessoas e suas famílias – ou a rede de pessoas que elas consideram ser sua família – nem sempre operam segundo a lógica do direito. Cynthia Andersen Sarti propõe, nesse sentido, a compreensão da família como ordem simbólica (Sarti, 2004). É nesse espaço que parece operar a maior polissemia ou, ainda, como nos termos já discutidos, a maior flexibilidade da categoria "família", que pode ser em grande parte responsável pelo ganho estratégico de sua aplicação na produção de políticas públicas de direitos humanos.

Essa fissura que articula a dimensão jurídica e dimensão da experiência concreta das pessoas com suas relações familiares pode ser entendida como um espaço em que se evidenciam de forma mais ampla tensões e oposições no que diz respeito aos fundamentos da gestão estatal e da atuação das políticas públicas. Segundo Lia Zanotta Machado (2001), a coexistência dessas dimensões e seus pontos de quebra e continuidade apontam para dois tipos de entendimento sobre a própria catego-

ria "família" e suas relações com o Estado: de um lado, a interpretação de que os processos de transformação na família são frutos das próprias culturas familiares e de que essa instituição ganha ou perde valor na sociedade de acordo com tais transformações; de outro, a interpretação de que a posição da família na sociedade é afetada por transformações nas relações familiares mas também por condições externas às famílias, como aquelas definidas por políticas públicas (Machado, 2001). Da primeira decorreriam posições "familistas" para a produção de políticas públicas, ou seja, posições baseadas no prevalecimento da cultura familiar (em sua multiplicidade) como mediação das relações sociais individuais; da segunda, posições "individualistas" baseadas no prevalecimento de direitos individuais como forma de garantir igualdade inclusive no interior da própria instituição "família".

Mais objetivamente, os significados e implicações do uso da categoria "família" como articuladora central das políticas públicas de direitos parecem ser determinados em grande medida pela maneira como as noções de família se estabelecem socialmente, seja pela transmissão familiar da noção de família (organizada pelo nosso sistema de parentesco), seja pelas disputas que ocorrem na esfera pública, inclusive (mas não apenas) no Estado. No caso aqui discutido, tanto os agentes do Estado – em especial, os do MMFDH – quanto seus opositores, muitas vezes ligados ao movimento LGBT+, compõem esse atravessamento das dimensões jurídica e da experiência. É justamente na refrega entre a mobilização de categorias do senso comum, "nativas", de um lado, e a de conceitos ou categorias especializadas, do outro, que parece ter sido operada a tensão entre "família" e "gênero" na construção de políticas públicas de direitos humanos durante o governo Bolsonaro.

3. Apagando desigualdades: a "família" e o discurso anti-Gênero

O conceito de Gênero foi colocado no epicentro do debate político nos últimos cinco anos (Bulgarelli, 2020) e o deslocamento da noção de família para novas posições nas políticas públicas de direitos humanos faz parte desse mesmo processo, não apenas no Brasil (Prearo, 2017; Lavizzari e Prearo, 2019). A pesquisa que embasa este trabalho consistiu no

levantamento sistemático de dados sobre as ações e a comunicação de ações do MMFDH entre janeiro de 2019 e maio de 2021, tendo como fonte central o próprio site do ministério, o *Diário Oficial da União* e as redes sociais do MMFDH, de sua então ministra Damares Regina Alves e de cabeças de secretarias integrantes da estrutura da pasta (como Ângela Gandra, Secretária Nacional da Família). Mapeamos nesse período os projetos, as campanhas e as ações (anunciadas oficialmente como tais ou não) do ministério, realizando um extenso levantamento que cobriu tanto o conteúdo do material quanto a forma, observando também a comunicação visual desses pontos. Com isso, foi possível observar de que maneira a cruzada anti-Gênero foi transformada quando seus agentes passaram a ocupar o Estado, por um lado, e como se reforçou a figura da família como sujeito de políticas públicas e método para solução de problemas sociais, por outro.

Além dos dados apresentados e discutidos no presente capítulo, outros dados da pesquisa (Moschkovich, 2025; Teixeira e Barbosa, 2022) delinearam que a estratégia de disputa do grupo representado por Damares Alves em relação aos direitos humanos e, em especial, às políticas para a igualdade de gênero, os direitos sexuais e a igualdade racial não se limitava a recusar as perspectivas de gênero e antirracista construídas em diálogo com movimentos sociais nas décadas desde a redemocratização[5] ou a legitimidade dos organismos internacionais (como a ONU e suas agências) para a produção de políticas públicas de direitos humanos. Em vez disso, a estratégia que chamamos de "nova gramática" consiste em disputar e reconstruir entendimentos já estabelecidos sobre as categorias de base desse tipo de política pública, à imagem do que foi descrito por Victor Klemperer em *LTI: a linguagem do Terceiro Reich* (Klemperer, 2009 [1947]).

A criação de um novo vocabulário e de novos sentidos para expressões, termos e jargões populares faz parte de processos de dominação e disputa por legitimidade, conforme discutem Jacques Derrida, Judith Butler e Michel Foucault, entre outros, cada um a seu modo (Derrida, 1973 [1967]; Butler, 1997; Foucault, 2007 [1976]). Esses autores também mapearam como a construção discursiva de certas posições enquanto "marginais" a um sistema de categorias específico pode fortalecer esse tipo de estratégia. Para o caso aqui em questão, as pesquisas de Silvia Aguião, Sonia E. Alvarez, Lucas Bulgarelli e Sonia Corrêa mostram que o movimento an-

5 Tomando-se o marco da Constituição de 1988 como início de fato desse processo no Brasil.

ti-Gênero mais recente aparece de fato como reação à posição legítima do conceito de Gênero nas políticas públicas, uma vez que é por meio delas que esse conceito chega à maioria da população, muitas vezes apresentado sem a complexidade e profundidade do debate teórico e político que o acompanha (Aguião, 2018; Alvarez, 2014; Bulgarelli, 2020; Corrêa, 2018). Esse tipo de constatação foi também mapeado em outros países: Juan Marco Vaggione, por exemplo, considera se tratar de uma forma de "politização reativa" ligada à disputa de grupos religiosos pela prerrogativa de orientar ações do Estado na virada do século XX para o XXI (Vaggione, 2005).

A legitimidade que foi capaz de conferir ao Gênero o *status* de categoria central na produção de políticas públicas de direitos humanos no Brasil e no mundo sobretudo na década de 2000, quando a população LGBT+ brasileira se consolidou como sujeito desse tipo de política com o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, não se justifica meramente por características do próprio conceito – embora algumas dessas características tenham contribuído efetivamente para uma adoção transversal e institucional do mesmo (Facchini e França, 2020; Nagamine, 2019; Moschkovich, 2018). Outro fator importante para a legitimação do conceito de Gênero como operador de políticas públicas, raramente discutido na bibliografia corrente, é o contexto histórico do pós-guerra, em que houve uma mudança no modelo democrático e na produção de conhecimento científico, assim como na relação entre um e outra. Autores como Johan Heilbron e Nicolas Guilhot apontam que foi nesse período que a ideia de que o Estado deveria pautar sua atuação em resultados concretos de pesquisas científicas ganhou força, assim como a ideia de que as ciências sociais e humanidades deveriam ter como meta a contribuição direta com a atuação estatal; não à toa, datam da mesma época a institucionalização da ciência política e a criação das teorias das relações internacionais nas universidades estadunidenses e europeias (Heilbron, 1995; Guilhot, 2008). Mais recentemente, de forma complementar, Biroli associou o emergente movimento de politização reativa anti-Gênero de grupos religiosos no Brasil a uma contestação direta do modelo democrático (Biroli, 2018).

No que tange aos interesses deste capítulo, então, duas tendências paralelas observadas foram cruciais para a compreensão da atuação dos grupos conservadores de posse do aparelho institucional formal do MMFDH: o crescimento, expansão notável e transformação no uso das redes sociais e, especialmente, da comunicação em vídeo (YouTube) do ministério; e a

inexistência da palavra "gênero" em absolutamente todas as fontes e documentos, junto a uma reconfiguração discursiva importante nos diversos documentos dos mais variados programas e ações disponibilizados pelo ministério em seus canais digitais. Essas tendências são apresentadas a seguir em dois momentos: uma breve análise do canal de YouTube do MMFDH em comparação ao material produzido e uso do canal feito pelos ministérios correspondentes dos governos anteriores; e uma análise da documentação disponível no site oficial do ministério sobre a estrutura, a organização e as ações da pasta.

3.1. YouTube e a construção de um espaço para a nova gramática do MMFDH

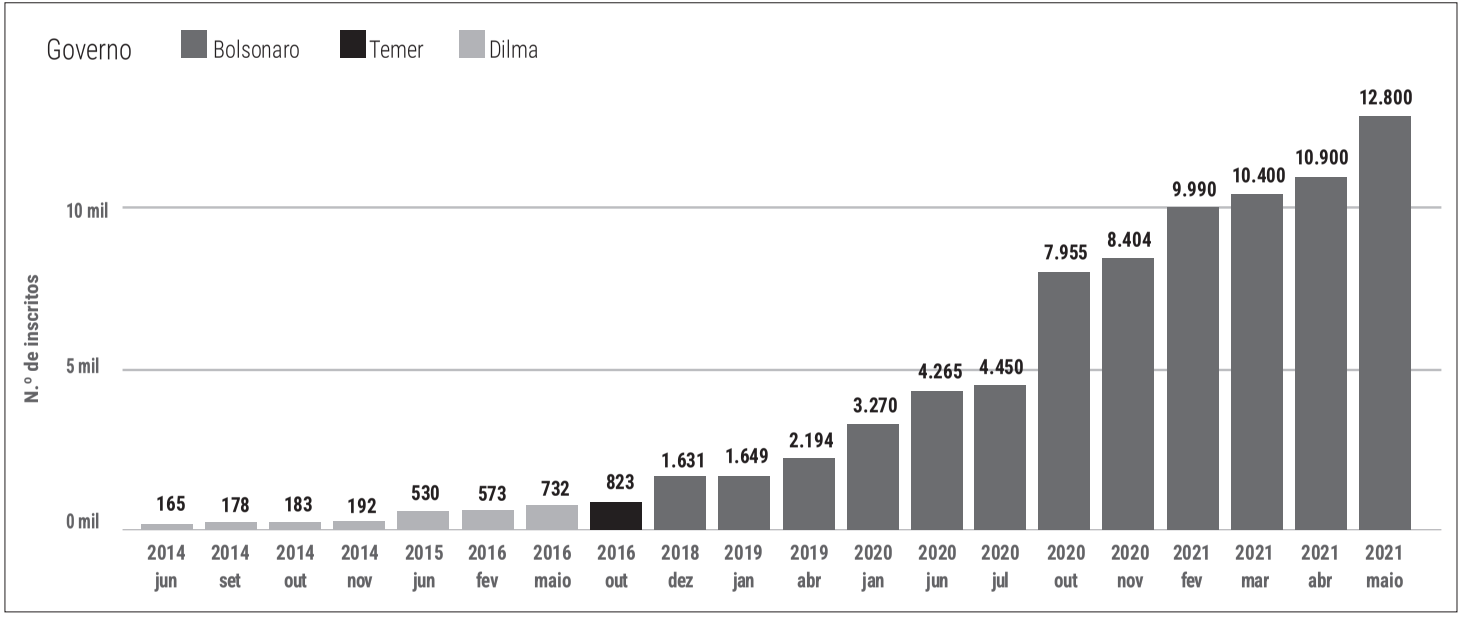
Para analisar o canal de YouTube do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, liderado por Damares Alves de janeiro de 2019 a março de 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, construímos com o auxílio de Gustavo Aires Tiago uma base de dados com todos os vídeos disponíveis no canal e seus metadados, inclusive a descrição automática de seus respectivos áudios. Dessa maneira, foi possível não apenas observar indicadores gerais, como número de inscritos ou curtidas, mas também construir dados qualitativos a partir de buscas por palavra-chave (como "gênero", "mulher", "mulheres", "campanha" etc. – como será mostrado adiante). Essa base de dados contém metadados de 32 vídeos postados pelo governo Dilma Rousseff entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de agosto de 2016, data oficial de término de seu segundo mandato; de 22 vídeos postados durante o governo Michel Temer, considerando como data inicial 1 de setembro de 2016; e de 387 vídeos postados no canal durante o governo Jair Bolsonaro, desde o primeiro vídeo, postado em 4 de fevereiro de 2019, até o postado em 8 de maio de 2021, momento em que encerramos a coleta de dados para a pesquisa. Os metadados coletados foram: título, ID do vídeo no YouTube, descrição, data de publicação, horário de publicação, número de *likes* (curtidas), número de *dislikes*, visualizações, imagem de capa, URL do vídeo, texto das legendas automáticas (descrição do áudio feita por software). Além dos metadados coletados, ao longo do período de pesquisa foi realizada uma observação etnográfica do canal, de suas postagens e mo-

vimentação (comentários, *lives*, entrevistas etc.), que também compõe as análises aqui apresentadas.

A partir dos dados construídos, observamos pelo menos três pontos de interesse no que tange às questões levantadas por este artigo: (i) o canal de YouTube foi um dos focos estratégicos da comunicação do MMFDH no governo Bolsonaro entre 2019 e 2021, tendo sido extremamente movimentado e priorizado; (ii) o canal de YouTube do ministério ganhou uma função diferente no governo Bolsonaro, em relação àquela das pastas correspondentes nas duas gestões anteriores (Rousseff e Temer), o que se verifica pelo tipo de conteúdo postado; (iii) com a associação de (i) e (ii), tornou-se um espaço digital sólido e eficaz para a produção e circulação de discursos sobre direitos humanos em termos próprios defendidos pelo MMFDH, o que é aqui exemplificado pelo (mas não se restringe ao) discurso sobre família como uma tática anti-Gênero.

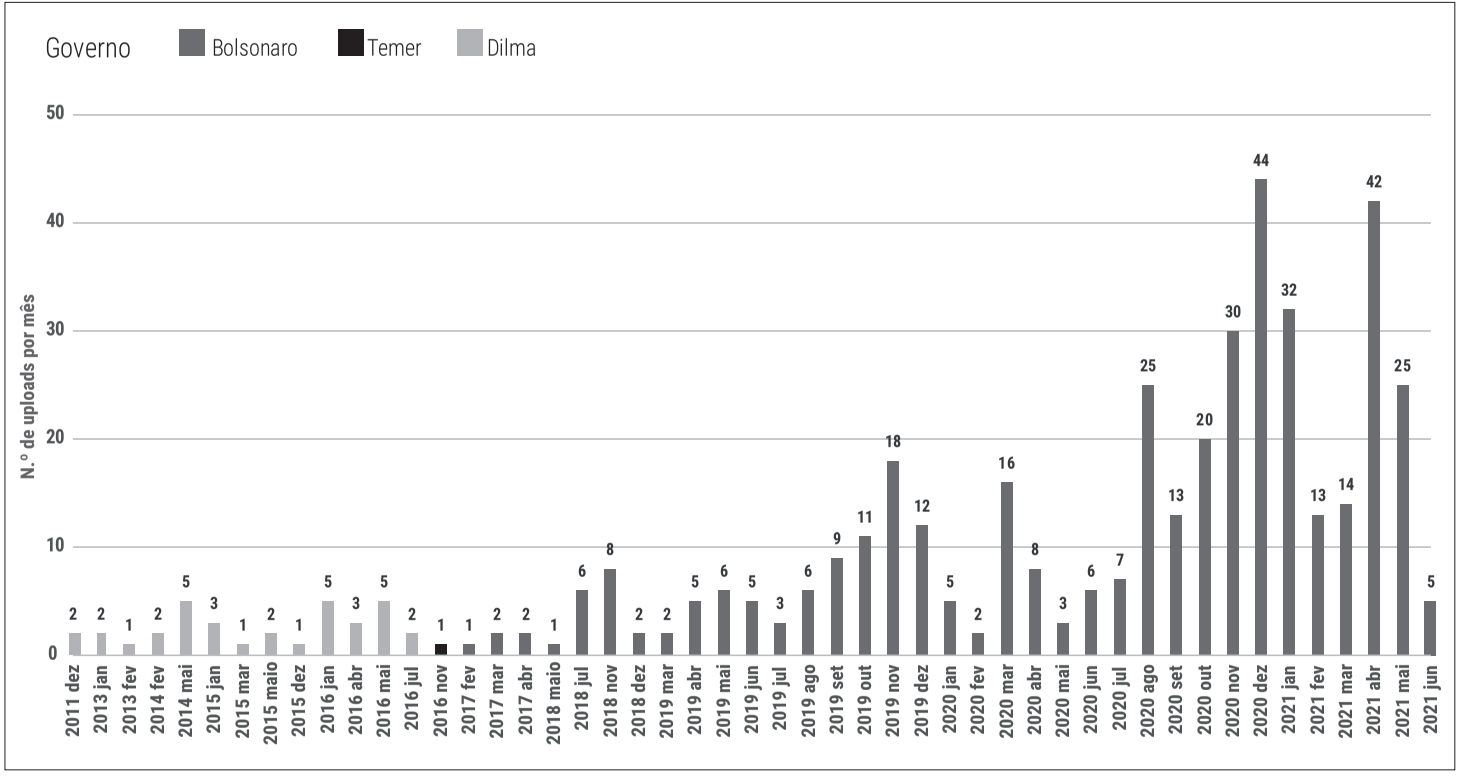
De saída, os gráficos 1 e 2, a seguir, indicam uma transição em relação aos governos anteriores no que diz respeito à comunicação digital – o que é consistente com a ideia de uma "nova gramática" (Klemperer, 2009; Derrida, 1973; Butler, 1997). Durante a gestão de Damares Alves no MMFDH, a comunicação parece ter sido uma prioridade, em especial os materiais em vídeo difundidos via canal de YouTube. Não apenas as postagens foram mais frequentes, com um aumento significativo no volume (Gráfico 1), como também o número de inscritos no canal cresceu exponencialmente (Gráfico 2).

Gráfico 1. Número de uploads no canal do MMFDH e de seus predecessores, segundo data e gestão do governo federal (2011-2021)



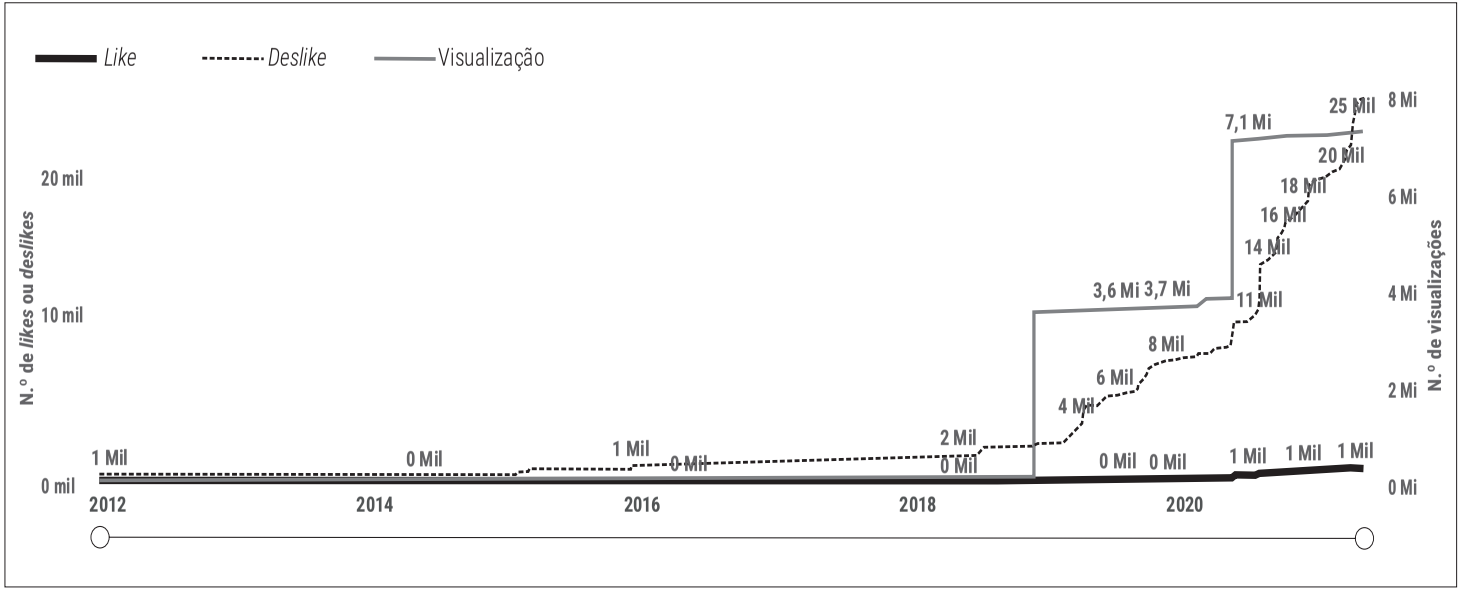
Fonte: YouTube; mineração de dados e gráfico produzidos por Gustavo Aires Tiago (USP).

Gráfico 2. Número de inscritos no canal do YouTube do MMFDH e de seus predecessores, segundo data e gestão do governo federal (2014-2021)



Fonte: YouTube; mineração de dados e gráfico produzidos por Gustavo Aires Tiago (USP).

Gráfico 3. Número de likes, dislikes e visualizações acumulado no canal do MMFDH e de seus predecessores no YouTube (2012-2021)



Fonte: YouTube; mineração de dados e gráfico produzidos por Gustavo Aires Tiago (USP).

A partir dos dados do YouTube também é possível constatar que tanto as visualizações quanto o engajamento positivo (curtidas ou *likes*) nos vídeos do MMFDH tiveram crescimento vertiginoso. Ao mesmo tempo, as reações negativas simplificadas (*dislikes*) passaram a existir, mas em uma proporção muito pequena e estável, como pode ser visto no Gráfico 3. Essa transformação no alcance e na importância do canal do MMFDH mostra como foi incisivo o esforço do ministério para construir um espaço digital de debate e veiculação de seu próprio discurso e de seus próprios termos.

De forma qualitativa, também observamos algumas tendências dos vídeos postados e do uso do canal de YouTube em relação às gestões anteriores. Um olhar atento para os vídeos publicados durante as gestões de Dilma Rousseff (n = 32) e Michel Temer (n = 22) nos permite verificar uma transformação na função dada pelo MMFDH para o canal, em relação às pastas correspondentes das gestões anteriores. Em primeiro lugar, nos governos Rousseff e Temer não parecia haver práticas consolidadas e constantes sobre o uso do canal. As postagens eram eventuais, como indicado no gráfico 1, e seu conteúdo tampouco parece ter sido muito consistente. As tabelas 1 e 2 a seguir, elaboradas com base em análise manual dos vídeos e metadados, sistematizam a variação qualitativa de conteúdo nos vídeos subidos no canal durante os governos de Dilma e Temer. Embora a maior parte das postagens fosse de campanhas do ministério, esses dados possibilitam observar que da criação do canal no governo Dilma, em 2011, até o fim de seu mandato, o canal era usado como apoio para ações e programas desenvolvidos em outras plataformas, como cursos e materiais instrucionais sobre direitos humanos (inclusive em versões produzidas para a acessibilidade, com audiodescrição e interpretação em Libras), eventos (como um vídeo convidando para bate-papo com a ministra Ideli Salvatti no Facebook), material de apoio a outras ações ou transmissão ao vivo das conferências de direitos humanos realizadas com a sociedade civil.

Tabela 1. Vídeos postados durante o governo de Dilma Rousseff no canal de YouTube do respectivo ministério, segundo tipo, número absoluto (n) e relativo (%), assuntos/ temas e função do vídeo (2011-2016)

TIPO	n	% (aprox.)	ASSUNTOS E TEMAS	FUNÇÃO
Campanhas do ministério	13	41%	Proteja Brasil (programa contra violência direcionada a crianças e adolescentes), Dia Internacional da Síndrome de Down, exploração sexual de crianças e adolescentes, Não Guarde No Armário (direitos LGBT+), enfrentamento à homofobia	Divulgação e veiculação de campanhas publicitárias
Transmissão ao vivo	6	19%	Conferências de direitos humanos	Transmissão de evento participativo
Traduções em Libras e audiodescrição	6	19%	Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), direitos das pessoas com deficiência	Material educativo em direitos humanos, de apoio a outras iniciativas, programas e atividades
Pronunciamentos da ministra ou da presidenta	4	13%	Participação popular para políticas públicas de direitos humanos, tragédia de Santa Maria (RS) [Boate Kiss]	Divulgação
Outros materiais complementares	3	9%	Parto humanizado, hanseníase, intolerância religiosa contra religiões de matriz africana e afro-brasileira	Material de apoio a outras iniciativas, programas, atividades
Total	**32**	**100%**		

Fonte: YouTube (metadados). Elaboração própria.

Já durante o governo de Michel Temer, apesar de o foco nas campanhas ter sido mantido, ainda que de uma maneira particular em relação ao governo anterior, o canal passou a ser um veículo de publicidade do próprio ministério, do ministro e de seus integrantes. Se o material postado durante o governo de Dilma Rousseff tinha um tom mais institucional e impessoal, focado nos temas e problemas sociais abordados em cada vídeo, o material do período Temer exaltou, às vezes de maneira quase personalista, o ministério e o ministro em si, dando menos destaque aos problemas sociais com os quais o órgão lida. Essa mudança de sentido no canal está descrita na Tabela 2, e encontra ressonância no material postado durante a gestão de Damares Alves, como apresentado em seguida. Outra mudança de tom em relação ao governo Rousseff foi o uso de descrições e títulos

emulando o gênero textual jornalístico ou de noticiário). De maneira geral, enfim, parece haver uma linha mais coesa e uma maior profissionalização no uso do canal, embora a função dele pareça de certa forma mais "doméstica" e menos institucional, voltada à autopromoção.

Tabela 2. Vídeos postados durante o governo de Michel Temer no canal de YouTube do respectivo ministério, segundo tipo, número absoluto (n) e relativo (%), assuntos/temas e função do vídeo (2016-2018)

TIPO	n	% (aprox.)	ASSUNTOS E TEMAS	FUNÇÃO
Campanhas do ministério ou publicidade	16	73%	70 anos da DUDH, violência contra a mulher, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), campanha contra LGBTfobia, contra violência sexual contra crianças e adolescentes, combate à tortura, igualdade racial, orgulho LGBT+, transfobia, disque 100/denúncias.	Divulgação de campanhas do ministério ou publicidade das ações do ministro ou do ministério
Transmissão ao vivo ou eventos	3	14%	Reunião de altas autoridades em direitos humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados, 2ª reunião do Observatório de Direitos Humanos da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ObservaRIO), 37ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)	Publicidade das ações do ministro ou de integrantes do ministério
Pronunciamentos do ministro ou do presidente	3	14%	Balanço da atuação do ministro, cota racial para vagas de estágio	Publicidade das ações do ministro ou de integrantes do ministério
Total	**22**	**100%**		

Fonte: YouTube (metadados). Elaboração própria.

Foi na gestão de Damares Alves, no atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, porém, que o uso do canal de YouTube se intensificou (ver Gráficos 1, 2 e 3). Em razão do alto número de vídeos neste subconjunto dos dados, e de sua ampla variação em termos de duração, temáticas etc., foi elaborada uma forma simplificada de classificação dos vídeos segundo seu tipo/função. Os resultados da classificação desse material constam na tabela 3 a seguir.

Tabela 3. Vídeos postados no canal do MMFDH durante o governo Bolsonaro, por tipo de conteúdo e função do vídeo, em números absolutos (*n*) e relativos (%) (2019-2021)

Tipo/função do vídeo	n	**% (aprox.)**
Pronunciamentos	9	2%
Publicidade do ministério	223	58%
Material educativo em direitos humanos	12	3%
Vídeos de campanhas	45	12%
Material de apoio a cursos ou programas educativos do ministério	53	14%
Eventos gravados ou transmitidos ao vivo	40	10%
Instruções ou apoio a serviços	5	1%
Total	**387**	**100%**

Fonte: YouTube (metadados). Elaboração própria.

Esses dados indicam que houve uma mudança – e um foco – intencional no uso do canal oficial de YouTube do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro, durante a gestão de Damares Alves. Não apenas o conteúdo dos vídeos parece ter recebido tratamento especializado nesse tipo de plataforma como também a dinâmica de postagens, comentários e gerenciamento do canal parece ter sido profissionalizada. Diferente das gestões anteriores, em que o canal parecia cobrir uma pequena parte das ações, programas e políticas públicas do órgão, funcionando como um acessório ou ferramenta de publicidade ou transparência ao que parecia ser seu foco, no MMFDH de Damares o canal de YouTube parece ser um fim em si mesmo. Quer dizer, há programas e ações do ministério que extrapolam a comunicação e para os quais os materiais do YouTube funcionam como publicidade ou complemento – é o caso do Famílias Fortes, por exemplo, da Secretaria Nacional da Família. No entanto, ao comparar o leque de assuntos e materiais do YouTube com a descrição das ações e políticas do ministério no próprio site oficial do mesmo, é possível observar que no YouTube alguns assuntos e tópicos são superdimensionados em relação às ações organizadas de forma concreta pelo ministério, estando presentes praticamente apenas no canal de vídeos. Essa característica parece ser uma evidência de que, no caso do MMFDH de Damares Alves, a produção

discursiva (sobre os assuntos taticamente interessantes para o ministério ou sobre o próprio ministério) é um fim em si mesma, talvez sendo considerada como uma política pública de direitos humanos ou um modo legítimo de fazê-las ou dizer que são/devem ser feitas.

Tanto no trabalho de Klemperer quanto nas discussões de Derrida, Butler, Foucault e nas abordagens de outros autores, sejam os já considerados clássicos como Pierre Bourdieu (Klemperer, 2009 [1947]; Derrida, 1973 [1967]; Butler, 1997; Foucault, 2007 [1976]; Bourdieu, 1992) ou trabalhos mais recentes – inclusive aqueles sobre a ofensiva da "ideologia de gênero" (Fassin, 2016; 2020; Corrêa, 2018; Careaga-Pérez, 2016; Graff, 2016; Maranhão Filho et al., 2018; Miskolci e Campana, 2017; Bulgarelli, 2020), a construção discursiva é considerada uma potente ferramenta de direcionamento do entendimento sobre o mundo. Nesse sentido, os espaços de produção e circulação de discursos, como o YouTube, podem ser considerados espaços de poder em disputa, ao passo que também operam como espaços estratégicos para que se dispute poder. Ligeiramente diferente do caso das redes sociais e aplicativos como Whatsapp, Facebook ou Twitter, em que o engajamento e a propulsão das postagens estão fortemente ligado aos comentários e às formas de dissenso e comunidade que as reações ao *post* provocam (Cesarino 2020), a disseminação de conteúdo via YouTube guardou até hoje uma relação explícita com o conteúdo postado e algumas de suas características, inclusive estéticas. A própria ideia de "canal" e o nome da plataforma ("*tube*", em inglês, é uma gíria para "televisor") semanticamente se aproximam dos meios de comunicação de massas da era anterior, como a TV, herança de um momento anterior da internet, em que o YouTube era uma das poucas plataformas dedicadas à comunicação em vídeo – que hoje já parece ter substituído ou estar substituindo o texto como forma-padrão de postagem de conteúdo, com o crescimento de empresas concorrentes de vídeos curtíssimos, como o TikTok. Nesse sentido, é possível compreender a ênfase do MMFDH na profissionalização de seu canal de YouTube como uma tática fundamental no processo mais amplo de reconfiguração discursiva sobre direitos humanos que o órgão, especialmente na figura da Ministra Damares Alves, buscava operar.

Para delinear essa reconfiguração discursiva no que diz respeito à política anti-Gênero do ministério e ao seu canal de YouTube, foi realizado um exame lexical simplificado do mesmo conjunto de metadados, de maneira a permitir uma comparação inicial entre o conteúdo dos vídeos postados em

cada um dos três governos em questão (Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro). A primeira incursão lexical foi feita a partir da busca pela ocorrência de cinco palavras-chave diferentes nos títulos, descrições e legendas automáticas dos vídeos, independentemente da frequência com que as palavras-chave aparecem ao longo de cada vídeo (na Tabela 4, por exemplo, a palavra "gênero" aparece pelo menos uma vez em quatro vídeos do total de 22 postados durante o governo de Michel Temer). As palavras-chave foram escolhidas a partir da discussão teórica já apresentada e das hipóteses da pesquisa: "gênero", "mulher", "sexualidade", "LGBT" e "família". Plural e singular de cada palavra foram considerados conjuntamente. O percentual de vídeos em que cada palavra ocorre é dado em relação ao total de vídeos postados por cada governo (subconjunto) e não ao total postado no canal, para evitar distorções e permitir comparações adequadas.

Tabela 4. Ocorrência absoluta (*n*) e relativa (%) das palavras-chave "gênero", "mulher", "sexualidade", "LGBT" e "família" em cada subconjunto de metadados (*n*), segundo gestão do governo federal, no canal de YouTube do MMFDH e de seus predecessores (2011-2021)

Governo	Palavras-chave e ocorrência no total de vídeos (n e % - aprox.)										*N*
	gênero		mulher		sexualidade		LGBT		família		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Dilma	0	0%	4	13%	0	0%	7	22%	2	6%	32
Temer	4	18%	4	18%	0	0%	9	41%	2	9%	22
Bolsonaro	1	0%	273	71%	3	1%	5	1%	285	74%	387

Fonte: YouTube (metadados). Elaboração própria.

Os dados da Tabela 4 mostram algumas tendências que precisam ser explicadas e outras que vale a pena observar. A primeira delas é o crescimento, entre os governos Dilma e Temer, da ocorrência das palavras-chave "gênero" (de 0% para 18% dos vídeos contendo esse termo) e "LGBT" (de 22% para 41% dos vídeos contendo o termo). Essa tendência está de acordo com os fenômenos discutidos anteriormente e apresentados na bibliografia, em especial nos trabalhos de Aguião e Renata Nagamine e em diferentes textos da coletânea organizada por Facchini e França (Aguião 2018; Nagamine 2019; Facchini e França 2020).

Num primeiro momento da redemocratização, especialmente a partir da década de 1990, os direitos da população LGBT+ estavam localizados junto às demandas de saúde, em especial às políticas para HIV e Aids. Foi apenas no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 (Brasil, 12/21/2009) que a população LGBT+ passou a sujeito das políticas públicas de direitos humanos como um todo. Ao mesmo tempo, foi justamente na década de 2010 que o conceito de gênero, estabelecido primeiro no espaço acadêmico e nos debates especializados, passou a ser incorporado na estrutura política brasileira, muito ligado ao avanço do debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos reivindicados pelos movimentos LGBT+ e feminista (Moschkovich, 2018a). A presença de termos como "gênero" e "LGBT" no discurso público daquele momento parece ser uma consequência desses processos. Por outro lado, os vídeos postados durante o governo Bolsonaro interrompem essa tendência, como esperado de acordo com as hipóteses desta pesquisa.

Nos vídeos analisados do governo Bolsonaro, produzidos durante a gestão de Damares Alves no MMFDH, ambas as palavras-chave ("gênero" e "LGBT") parecem ter sido quase extintas. A palavra-chave "sexualidade" aparece em uma pequena série de vídeos sobre gravidez na adolescência, como parte de um programa liderado pela Secretaria Nacional da Família, e a palavra-chave "LGBT" aparece sobretudo em descrições ou legendas de cinco vídeos, sendo mencionada de maneira eventual como parte de exemplos de "grupos discriminados" ou associada a outros grupos de interesse do ministério (exemplo: "jovens e população LGBT+"), sem qualquer abordagem aprofundada em relação às pautas e necessidades específicas desse setor. A palavra-chave "gênero", por sua vez, aparece em um único vídeo, em um contexto particularmente interessante para as reflexões que esta pesquisa propõe: em uma sessão do Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes, a palestrante percorre longamente o discurso da "ideologia de gênero", propondo que o ensino da perspectiva de gênero nas escolas seria uma forma de violência institucional, entre outros argumentos anti-Gênero.

A partir de Foucault, porém, encontramos uma pista para entender a "nova gramática" dos conservadores para os direitos humanos para além do apagamento ou extinção de termos, conceitos e vocábulos "proibidos" (Foucault [1976] 2007). Em uma famosa passagem de *A história da sexualidade*, Foucault questiona a eficácia e o uso, no pós-guerra, da censura verbal

ou repressão como tática de controle (Foucault, 2007 [1976]). Segundo ele, o que vemos, principalmente a partir da década de 1970, é justamente o oposto: a crescente e exagerada produção discursiva que orienta e legitima algumas práticas enquanto silencia a existência das demais. De forma mais ou menos semelhante, Klemperer observou como a produção discursiva do regime nazista criava e martelava termos novos, ora subvertendo o sentido de palavras existentes em alemão, ora reforçando algumas categorias em detrimento de outras (Klemperer, 2009 [1947]). É nesse sentido que podemos analisar a presença massiva dos termos "mulher" e "família" em detrimento de "gênero" e "LGBT" nos vídeos postados durante a gestão de Damares Alves no MMFDH. Se durante as gestões de Dilma e Temer a palavra-chave "mulher" apareceu, respectivamente, em 13% e 18% dos vídeos, no governo Bolsonaro ela esteve presente em 71% do material postado pelo MMFDH no YouTube; a palavra-chave "família", que antes apareceu em 6% (Dilma) e 9% (Temer) dos vídeos, com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos passou a estar presente em 74% do material.

Naturalmente, se o nome do referido ministério contém ambas as palavras "mulher" e "família", elas já se fariam mais presentes de maneira automática nos discursos dos vídeos. No entanto, elas não aparecem em 100% dos vídeos, o que indica, nos metadados coletados, que essa aparição de "mulher" e "família" não é mero automatismo institucional. Foram feitos testes e contagens também com as palavras-chave "ministério" e "direitos humanos" para verificar esse possível enviesamento, e os testes mostraram que, de fato, há uma sobressalência de "mulher" e "família" na construção discursiva dos vídeos apesar da associação institucional ao nome do ministério. Cabe apontar, ainda, que a própria escolha de nomenclatura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos também é tática nesse sentido, já que veicula essa nova gramática de maneira repetida e constante, contando inclusive com o automatismo discursivo para reforçar e legitimar o ponto de vista ideológico que propõe.

Esse mesmo processo aparece quando se analisa estatisticamente o léxico dos títulos e das descrições dos vídeos postados em cada uma das três gestões do governo federal. Para observar esses dados, as descrições e os títulos dos vídeos de cada subconjunto foram compilados em um arquivo de texto (.txt) que foi, por sua vez, processado por um contador simples de palavras e estatística textual (Grupo de Linguística e Computação Cognitiva da Insite, s.d.), ajustado para reconhecer e contar ape-

nas palavras com três letras ou mais, ignorando repetições consecutivas de uma mesma palavra e desconsiderando quebra de linha como fim de frase. Uma vez que a extensão dos subconjuntos de dados era bastante variável – e, por isso, também a quantidade e diversidade de palavras –, foi necessário estabelecer um critério de separação. A partir do maior conjunto de dados (governo Bolsonaro), foi identificado que as primeiras 109 palavras mais frequentes cobriam 50% do conteúdo total. Assim, o mesmo parâmetro percentual foi utilizado para a análise dos demais subconjuntos, sendo o total de palavras analisadas aqui para cada um deles o equivalente respectivo a 50% de seu total (Dilma: n = 54; Temer: n = 81). Não ocasionalmente, é interessante notar que, apesar de o subconjunto de dados relativo à gestão de Damares ser significativamente maior que os demais, o número de palavras suficientes para cobrir 50% do conteúdo postado no período não é tão maior do que aquele encontrado para os outros subconjuntos: enquanto a quantidade de palavras que representam esses 50% do conteúdo textual (títulos e descrições) dos vídeos do MMFDH (n = 109) é "apenas" o dobro do respectivo valor para a pasta correspondente no governo Dilma (n = 54), a quantidade de vídeos postados no período analisado sob Bolsonaro (n = 387) é 1.109% – ou mais de dez vezes – maior do que a quantidade de vídeos postados na gestão Rousseff (n = 32). Isso reforça a percepção de uma tática de repetição massiva do discurso, que utiliza uma diversidade lexical menor, com maior intensidade e frequência.

A partir desse parâmetro foram obtidas listas de palavras e realizada uma limpeza, unindo plurais e singulares dos mesmos termos e retirando de cada lista as palavras que não têm sentido específico (eventuais preposições, ou verbos abstratos muito utilizados). As Tabelas 5, 6 e 7, a seguir, apresentam o ranking de palavras mais frequentes após essa limpeza para os três subconjuntos de dados, assim como o total representado pelas palavras do ranking em relação a todo o conteúdo processado estatisticamente. Importa observar que, mesmo após a limpeza das listas, não houve grandes variações no percentual do conteúdo efetivamente representado pelas palavras mais frequentes.

Tabela 5. Ranking de palavras frequentes nos metadados de vídeos da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016)

Dilma Rousseff			
Ranking	**Palavra**	**Ocorrência**	
		%	n
1	direitos	4,843%	51
2	humanos	3,704%	39
3	violência	1,140%	12
4	campanha	1,045%	11
5	adolescentes	0,950%	10
6	crianças	0,950%	10
7	contra	0,950%	10
8	disque	0,950%	10
9	nacional	0,950%	10
10	pessoas	0,855%	9
11	conferência	0,665%	7
12	ministra	0,665%	7
13	população	0,665%	7
14	todos	0,665%	7
15	audiodescrição	0,570%	6
16	legendas	0,570%	6
17	opção	0,570%	6
18	políticas	0,570%	6
19	todas	0,570%	6
20	tradução	0,570%	6
21	artigos	0,380%	4
22	carnaval	0,380%	4
23	conferenciasdh	0,380%	4
24	facebook	0,380%	4
25	programa	0,380%	4
26	violações	0,380%	4
27	aplicativo	0,285%	3
28	defesa	0,285%	3
29	enfrentamento	0,285%	3
30	formas	0,285%	3
Total		**25,831%**	**272**

Fonte: YouTube (metadados). Elaboração própria.

Tabela 6. Ranking de palavras frequentes nos metadados de vídeos do Ministério dos Direitos Humanos durante o governo Michel Temer (2016-2018)

Michel Temer			
Ranking	Palavra	Ocorrência	
		%	n
1	direitos	3,086%	27
2	humanos	2,971%	26
3	disque	1,257%	11
4	campanha	1,143%	10
5	federal	1,029%	9
6	Brasil	0,800%	7
7	violência	0,800%	7
8	balanço	0,686%	6
9	adolescentes	0,914%	8
10	intervenção	0,571%	5
11	negros	0,571%	5
12	preconceito	0,571%	5
13	vagas	0,571%	5
14	contra	0,457%	4
15	decreto	0,457%	4
16	diferenças	0,457%	4
17	direito	0,457%	4
18	ministro	0,457%	4
19	racial	0,457%	4
20	todos	0,457%	4
21	violações	0,457%	4
22	canal	0,343%	3
23	clipe	0,343%	3
24	combate	0,343%	3
25	criança	0,343%	3
26	estudantes	0,343%	3
27	igualdade	0,343%	3
28	lado	0,343%	3
29	mulher	0,343%	3
30	negras	0,343%	3
31	pessoas	0,343%	3
32	prevenção	0,343%	3
33	promoção	0,343%	3

Michel Temer			
Ranking	**Palavra**	**Ocorrência**	
		%	n
34	racismo	0,343%	3
35	reserva	0,343%	3
36	respeite	0,343%	3
37	reunião	0,343%	3
38	tortura	0,343%	3
39	vídeo	0,343%	3
40	brasileira	0,229%	2
41	civil	0,229%	2
42	comitês	0,229%	2
43	crianças	0,229%	2
Total		**25,714%**	**225**

Fonte: YouTube (metadados). Elaboração própria.

Tabela 7. Ranking de palavras frequentes nos metadados de vídeos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante os primeiros anos do governo Jair Bolsonaro (2019-2021)

Jair Bolsonaro			
Ranking	**Palavra**	**Ocorrência**	
		%	**n**
1	direitos	1,943%	266
2	humanos	1,556%	213
3	mulher/es	1,468%	201
4	facebook	1,278%	175
5	família/s	1,249%	171
6	twitter	1,037%	142
7	instagram	1,022%	140
8	nacional	0,811%	111
9	redes	0,738%	101
10	sociais	0,723%	99
11	pessoa/s	0,577%	79
12	siga	0,519%	71
13	ministra	0,394%	54
14	projeto	0,380%	52
15	campanha	0,336%	46

Jair Bolsonaro			
Ranking	Palavra	Ocorrência	
		%	n
16	políticas	0,321%	44
17	governo	0,307%	42
18	youtube	0,299%	41
19	crianças	0,285%	39
20	violência	0,285%	39
21	contra	0,278%	38
22	política	0,278%	38
23	futebol	0,263%	36
24	tema	0,256%	35
25	semana	0,241%	33
26	adolescentes	0,226%	31
27	evento	0,226%	31
28	programa	0,226%	31
29	ações	0,219%	30
30	fórum	0,219%	30
31	vida	0,219%	30
32	idosa	0,212%	29
33	juventude	0,212%	29
34	social	0,190%	26
35	deficiência	0,183%	25
36	dados	0,175%	24
37	desafios	0,175%	24
38	episódio	0,175%	24
39	conselho	0,168%	23
40	igualdade	0,168%	23
41	oficina	0,168%	23
42	transmissão	0,168%	23
43	branco	0,161%	22
44	depoimento	0,161%	22
45	promove	0,161%	22
46	tutelares	0,161%	22
47	live	0,153%	21
48	participe	0,153%	21
49	promoção	0,153%	21
50	reconecte	0,153%	21

Jair Bolsonaro			
Ranking	Palavra	Ocorrência	
		%	n
51	violações	0,153%	21
52	combate	0,146%	20
53	população	0,139%	19
54	acordo	0,131%	18
55	anos	0,131%	18
TOTAL		22,130%	3030

Fonte: YouTube (metadados). Elaboração própria.

A partir das listas expostas nas Tabelas 5, 6 e 7, é possível observar de que maneira as tendências já descritas são confirmadas no que tange à tática de reconfiguração discursiva do MMFDH de Damares: logo após "direitos humanos", que são as duas palavras mais frequentes nos três casos, os termos mais repetidos nos vídeos do MMFDH de Damares são justamente "mulher", "família" e nomes de redes sociais ("Facebook", "Twitter", "Instagram") ou referências à comunicação digital ("redes" e "sociais" logo em seguida). Tais referências seguem até o final da lista, com "siga", "YouTube", "dados", "transmissão", "*live*". Também é interessante observar que, enquanto "mulher" e "família" estão nas cinco primeiras posições do ranking de Damares, o próximo grupo vulnerável específico citado com frequência ("crianças") está apenas na 19ª posição, seguido por "adolescentes" na 26ª e, bem abaixo, "idosa" (32ª), "juventude" (33ª), "deficiência" (35ª), sem nenhuma menção frequente à população negra ou indígena, por exemplo, e com uma curiosa menção frequente à palavra "branco" (43ª), cujo contexto precisaria ser elucidado por um exame qualitativo mais atento. Nesse aspecto, as postagens feitas durante o governo Temer se destacam, com diferentes palavras frequentes ligadas à desigualdade racial, o que se explica pelo reforço nas postagens sobre a aprovação de cotas raciais para estagiários do funcionalismo público, proposta de lei feita pelo então ministro, como mencionado na Tabela 2 (da mesma maneira, "vaga" aparece entre as palavras mais frequentes).

Por fim, estão massivamente presentes nesse ranking também palavras ligadas ao anúncio de medidas do ministério e, discursivamente, à ideia de que o ministério está fazendo algo – "projeto", "campanha",

"políticas", "evento", "programa", "ações", "fórum", "transmissão", "promove", "participe", "promoção", "combate", "acordo". No entanto, o que esse ministério fez efetivamente? A reconfiguração discursiva que aqui chamamos de "nova gramática" certamente não se limita ao canal de YouTube do MMFDH e pode ser encontrada em toda a estrutura e nos programas propostos entre 2019 e 2021. Um exame simples e atento do material disponível no site do ministério sustenta essas observações, conforme descrito a seguir.

3.2. Da estrutura aos programas: a nova gramática para além das redes

Falar em "uma nova gramática dos direitos humanos" implica que haja um empreendimento discursivo reconfigurando os termos nos quais os direitos humanos (e, aqui, em especial, os direitos sexuais e reprodutivos e os direitos das mulheres) são entendidos, debatidos e organizados – e nos quais, portanto, as políticas públicas de direitos humanos são produzidas. Em suma, se trata também de propor um entendimento particular sobre o que são "direitos humanos" e sobre o que são, afinal, políticas públicas de direitos humanos e para mulheres. Em última instância, portanto, esse processo também está manifesto na maneira de nomear, organizar e gerenciar o próprio Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, órgão que medeia esse espaço, impactando diretamente sua atuação. Para discutir essa camada do fenômeno que este capítulo se propõe a analisar, partimos de documentos disponíveis no próprio site do MMFDH (Brasil, 2020) sobre sua criação, regulamentação e atuação.

Importa destacar que, no trabalho etnográfico com o site e os respectivos documentos, foi observado que a reformulação de sites durante o governo de Jair Bolsonaro apagou as menções antigas e recusou quaisquer menções novas ao termo "gênero". Um dos muitos exemplos é que, entre os diversos cursos online oferecidos pela "Escola Nacional de Direitos Humanos" (Brasil, 2021) do MMFDH, nenhum menciona a palavra "gênero", o que pode ser atestado por uma simples busca de conteúdo no portal. Os poucos documentos da Secretaria de Proteção Global ligados à Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT+ tampouco mobilizam

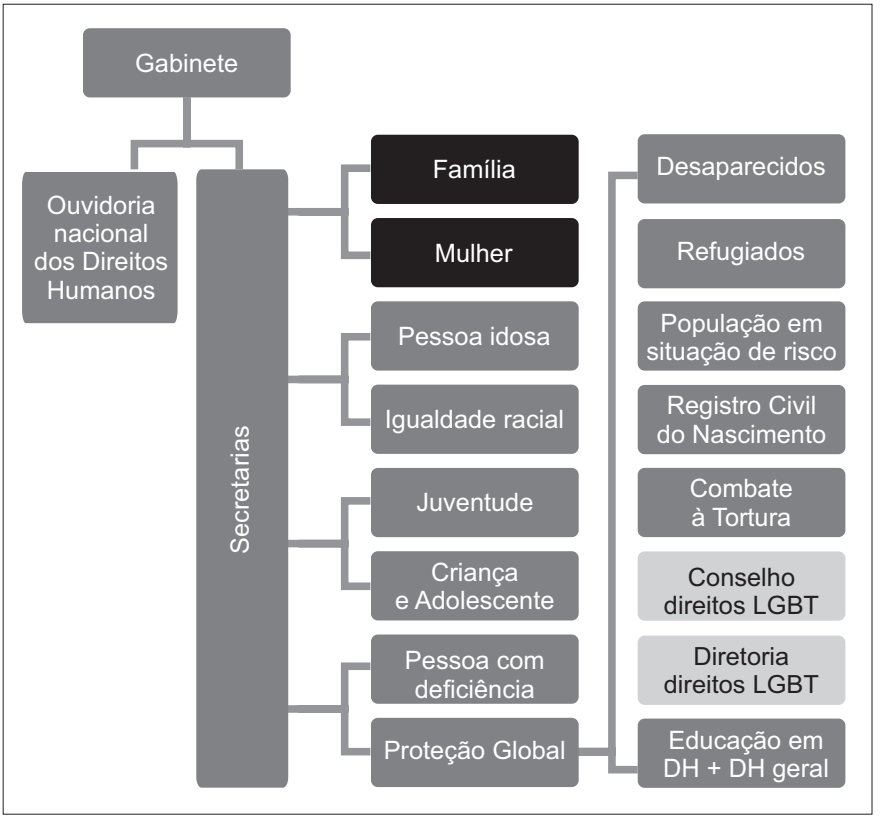
o conceito de gênero e, aliás, raramente utilizam o termo "sexualidade". Todo o conteúdo online produzido pelos ministérios e secretarias anteriores foi sumariamente deletado, sendo acessível apenas por meio da ferramenta Wayback Machine da organização Internet Archive (Internet Archive, 2021). Ao longo da pesquisa, essa ferramenta foi utilizada para mapear a exclusão de conteúdo. Ainda que seja esperada, em uma mudança de gestão governamental, uma renovação dos sites e espaços digitais que os adeque a seu próprio projeto político, é possível observar que houve uma exclusão arbitrária do termo "gênero" de todos os espaços ligados ao debate e à produção de políticas públicas de direitos humanos no governo Bolsonaro. Esse fator chama a atenção quando se considera que é este o termo usado na comunidade internacional e na própria legislação brasileira que trata de direitos humanos. Essa reconfiguração discursiva indica uma posição bastante particular na disputa pela maneira legítima de se abordar as questões relativas à esfera da vida social que hoje entendemos como "gênero" ou "gênero e sexualidade".

Como vimos até aqui, a produção de uma nova gramática para os direitos humanos não se limita a mera censura ou exclusão de termos como "gênero" ou "sexualidade", mas consiste sobretudo na intensa e repetitiva produção discursiva baseada em um conjunto lexical limitado. É nesse sentido que este capítulo vem discutindo as categorias "mulher" e "família" e seu uso pelo MMFDH liderado por Damares Alves durante os três primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro. Na análise de dados extraídos do canal de YouTube do ministério, por exemplo, foi possível observar como a simples mudança de nomenclatura do ministério opera essa produção intensa e repetitiva de um discurso cuja semântica se opõe ao discurso histórica e socialmente legitimado da área de direitos humanos: ao separar "mulher", "família" e "direitos humanos", a nova nomeação do órgão explicita quem são os sujeitos desses direitos (mulher e família) e insere essas duas categorias (mulher e família) como parte dos direitos humanos (sendo novidade, no âmbito da produção de políticas públicas de direitos humanos no Brasil, a inserção institucional da família nesse lugar, como já discutido); ao mesmo tempo, reforça explicitamente e repete institucionalmente a legitimidade de "mulher" e "família" nesse lugar discursivo particular. Para efeito de comparação, quando foi proposto no governo Dilma, o órgão se chamava Ministério das Mulhe-

res, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e, depois, com Temer, foi nomeado apenas como Ministério dos Direitos Humanos.

Uma das mudanças centrais operadas na criação do MMFDH, em janeiro de 2019, foi o destaque para a família, em termos organizacionais e, portanto, também orçamentários. Foi criada uma Secretaria Nacional da Família, coordenada pela secretária Ângela Gandra. Para efeito descritivo, é apresentado a seguir, na Figura 1, um diagrama baseado no organograma do MMFDH (Brasil, 2020), destacando a área de concentração de cada uma das secretarias do ministério. É possível observar que, em geral, à exceção justamente da "família", as secretarias são dedicadas a segmentos da população que historicamente foram construídos enquanto sujeitos de direitos com necessidades particulares – mulheres, pessoas idosas, pessoas negras, indígenas, minorias étnicas e raciais, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência. A Secretaria Nacional de Proteção Global, por sua vez, parece ser construída como um guarda-chuva que abriga áreas mais ligadas a fenômenos específicos (e não segmentos da população e seus marcadores sociais da diferença) – desaparecimentos, refugiados, registro civil de nascimento, situações "de risco" em geral, tortura e educação em direitos humanos. A exceção são os direitos da população LGBT+, alocados como parte das responsabilidades dessa secretaria-guarda-chuva. Em vermelho, na Figura 1, estão as secretarias da "mulher" e da "família" e, em amarelo, os departamentos da Secretaria de Proteção Global dedicados aos direitos LGBT+.

Figura 1. Áreas de concentração das pastas do MMFDH (2020)



Fonte: Adaptado de Organograma do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Brasil, 2020 (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 2020).

Enquanto os direitos LGBT+ foram alocados em uma diretoria de poucos recursos dentro da Secretaria Nacional de Proteção Global, a família ganhou espaço como sujeito de direitos com secretaria e orçamento próprios. Ou seja, um setor da população (LGBT+s) que historicamente se construiu como sujeito de direitos foi colocado organizacionalmente e semanticamente na posição de fenômeno social pontual/específico, enquanto a família – uma instituição social presente na vida de toda a população, que não demanda cuidados nem tratamento particular em termos de direitos – foi alocada como sujeito de direitos. Essa inversão na estrutura do ministério, regulamentada inicialmente pelo Decreto nº 10.174 de 13 de dezembro de 2019 (Brasil 2019a), parece ser efeito de um fenômeno já relatado pela

bibliografia especializada: embora o conceito de gênero, na teoria feminista, diga respeito também à construção binária homem-mulher e à opressão das mulheres, sua recusa conservadora está mais diretamente relacionada a seu impacto na percepção e no tratamento da sexualidade e das questões da população LGBT+ – ou seja, a recusa se concentra no e se motiva pelo campo do direitos sexuais.

Para além disso, importa observar que a maneira como esses deslocamentos ocorreram no caso do MMFDH colabora para questionarmos a impressão (presente no debate público) de que não haveria, no discurso dos grupos conservadores brasileiros, espaço para pautas de proteção às mulheres e a direitos das mulheres como sujeitos políticos. É possível levantar a hipótese, então, de que a principal oposição entre grupos feministas e grupos conservadores no que diz respeito à abordagem das mulheres como sujeito político está relacionada ao entendimento da categoria "mulher" e seus significados, assim como o tipo de direito entendido como legítimo para esse grupo e como soluções concretas possíveis para os problemas sociais que as afetam. A discussão de Jacqueline Moraes Teixeira sobre as técnicas de gênero da Igreja Universal do Reino de Deus (igreja com a qual a ex-ministra Damares Alves colabora em relação às políticas de gênero) fornecem mais ampla compreensão sobre as bases desse fenômeno no meio pentecostal (Teixeira, 2012, 2018).

Essas tendências aparecem também no decreto que criou o MMFDH no segundo dia de governo de Jair Bolsonaro (Brasil, 2019b), assim como no decreto – assinado após o término do campo dessa pesquisa – que o substituiu, com algumas adequações a mudanças regimentais do funcionalismo público ocorridas em setembro de 2021 (Brasil, 12/6/2021). No documento, a palavra "gênero" não é encontrada nem uma vez, o que não surpreende, já que os decretos anteriores (governos Rousseff e Temer) para o órgão correspondente tampouco utilizavam essa categoria, se concentrando na ideia de "políticas para mulheres". Por outro lado, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), aprovado em 2009 e ainda em vigor, traz a perspectiva de gênero, a especificação de necessidades da população LGBT+, a ideia de diversidade sexual e até mesmo a categoria "família" (porém não como um sujeito de direitos em si, e sim como um espaço mediador do acesso a esses direitos).

Diferente do "gênero", a categoria "família" faz parte do senso comum naturalizado com o qual se explica o mundo há praticamente tanto

tempo quanto o nosso e outros idiomas existem. Parece haver uma diferença substancial na mudança de abordagem instaurada pelo governo Bolsonaro com a criação do MMFDH, então, em pelo menos dois sentidos: (i) priorização de uma abordagem realizada a partir de um léxico político e ideológico baseado no senso comum (produzido, sustentado e pilar das estruturas que produzem desigualdades); (ii) o tratamento da família como sujeito-alvo de políticas públicas de direitos humanos – em vez de ser entendida como um direito humano, a família parece ser entendida como um ser humano que teria direitos, por um lado, e simultaneamente, por outro, como a estratégia ou solução para garantir o acesso dos seres humanos a esses direitos. Essa abordagem parece ter dois efeitos ainda pouco discutidos na literatura especializada: o apagamento discursivo das desigualdades de gênero e a tentativa de criação e reconhecimento de um suposto "enfraquecimento de vínculos familiares" como um problema social.

O decreto que aprova a estrutura regimental do MMFDH de Damares Alves (Brasil, 2019a) traz como novidade e destaque justamente esse reposicionamento da família, atestado pelo teor textual do artigo 15 do regimento do MMFDH (Anexo I do decreto), citado a seguir. Esse trecho do referido artigo descreve as competências gerais da Secretaria Nacional da Família, sendo possível observar em alguns pontos o teor discursivo mencionado e discutido ao longo deste texto: "fortalecimento" da família, "defesa", "perspectiva de família", "desenvolvimento da família", "combate à discriminação da família", "políticas públicas familiares" e "direitos humanos concernentes à família" são alguns dos termos bastante obscuros que parecem ter sido simplesmente importados do discurso sobre gênero e sexualidade (ex.: "perspectiva de gênero" e "combate à discriminação de LGBT+s").

> Art. 15. À Secretaria Nacional da Família compete:
>
> I - assistir o Ministro de Estado nas questões relativas à formação, fortalecimento e promoção da família;
> II - formular políticas e diretrizes para a articulação dos temas, das ações governamentais e das medidas referentes à promoção e defesa da família;
> III - coordenar e propor ações transversais no que se refere à formação, fortalecimento e promoção da família;

IV - articular ações intersetoriais, interinstitucionais, interfederativas e internacionais para fortalecimento da família;
V - promover a inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do governo;
VI - gerir convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres relativos à família;
VII - coordenar e articular ações com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, bem como com outras secretarias do Ministério para:

a) suporte à formação e desenvolvimento da família;
b) fortalecimento dos vínculos familiares;
c) projeção econômica e social da família;
d) promoção do equilíbrio entre trabalho e família;
e) *realização de projetos especiais e desafios relativos ao desenvolvimento da família; e*
f) fomento a políticas de igualdade no combate à discriminação à família.

[…]

XII - propor e incentivar a conscientização pública acerca do papel social da família;
XIII - produzir e disseminar informações para a formação, de maneira responsável, da família;

[…]

XVII - desenhar, monitorar e avaliar políticas públicas familiares;
XVIII - observar e promover a efetivação dos direitos humanos concernentes à família; […]. (Brasil 1/2/2019)

A Secretaria Nacional da Família, segundo esse decreto, possui três diretorias originalmente: (i) a Diretoria de Formação, Desenvolvimento e Fortalecimento da Família, (ii) a Diretoria de Equilíbrio Trabalho-Família e (iii) a Diretoria de Desafios Sociais no Âmbito Familiar. Cada uma delas parece apresentar a família como solução a diferentes problemas sociais historicamente atravessados pelas relações de convivência no espaço doméstico. A Diretoria de Formação, Desenvolvimento e Fortalecimento da

Família (art. 16), por exemplo, tem como atribuição preocupações como "afetividade", "formação das famílias", adoção, "formação parental", "fortalecimento da unidade familiar e dos vínculos paterno-filiais e fraternais", "proteção à maior idade" e "solidariedade intergeracional". Nesse sentido, parece ser uma resposta à demanda por educação sexual, direitos sexuais e reprodutivos, questões ligadas a casamento e adoção e demandas da juventude e da população idosa (inclusive LGBT+). A Diretoria de Equilíbrio Trabalho-Família (art. 17), por sua vez, tem atribuições ligadas às demandas das empresas, construídas a partir de uma perspectiva que ignora desigualdades de gênero no mercado de trabalho amplamente mapeadas ao longo das últimas décadas. Por fim, a Diretoria de Desafios Sociais no Âmbito Familiar (art. 18) parece operar de maneira bastante explícita a perspectiva familista já discutida neste artigo: a ideia de que alguns problemas sociais devem ser resolvidos pelas famílias, com o apoio do Estado. No caso, são apenas dois os incisos que definem sua atuação:

> I - promover e coordenar ações voltadas para o combate à violência nas famílias, abandono, pedofilia e pornografia; e
> II - promover e coordenar ações de combate a vícios e impactos negativos do uso imoderado de novas tecnologias. (Brasil 2019a)

Esses dois incisos declaram que certos fenômenos são problemas sociais e, ao mesmo tempo, devem ser resolvidos no "âmbito familiar", com o apoio do Estado.

O sentido desse discurso se repete de maneira fractal nos programas propostos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e coordenados pela Secretaria Nacional da Família. Acessando no *site* do ministério (Brasil, 2020) as abas "Programas" e, em seguida, "Família", encontramos uma fotografia de uma família negra composta por mãe, pai, um adolescente e uma criança. Abaixo, a seguinte frase de apresentação: "A elaboração e a implementação de políticas para a família são prioridade absoluta para este Ministério. É a primeira vez na história da Nação Brasileira que um órgão público federal possui, em sua estrutura organizacional, uma Secretaria Nacional da Família" (Brasil, 2020). Adiante, se repete a ideia de que ao deslocar a família para esse novo lugar na política pública de direitos humanos, se estaria automaticamente protegendo grupos vulneráveis ou concedendo-lhes tais direitos:

> Uma vez que, no seio da família é que se encontra a mulher, a criança, o adolescente e o jovem, a pessoa idosa e a pessoa com deficiência de todas as raças e etnias, a perspectiva da família e a busca pelo fortalecimento de vínculos familiares estão presentes em todas as políticas desenvolvidas e implementadas por este Ministério, de forma transversal e integrada. (Brasil, 2020)

Embora os programas da Secretaria Nacional da Família mereçam atenção e detalhamento investigativo, no âmbito deste capítulo, é possível apenas pincelar algumas percepções gerais sobre eles. A primeira delas é a de que há um sentido pedagógico na construção desses programas, como apontado anteriormente. Ou seja, há um sentido de que, para resolver certos problemas sociais, bastaria uma solução moral: ensinar as pessoas a se relacionarem em sua vida particular cotidiana da maneira supostamente adequada (é o caso, por exemplo, do programa Famílias Fortes, do programa Reconecte e da Escola Nacional da Família). A segunda percepção sobre os programas, alinhavando com as conclusões sobre os dados do YouTube, é a de que a comunicação e a "campanha" ou publicidade são entendidas como políticas públicas em si. O Reconecte e o Acolha a Vida (prevenção ao suicídio) se baseiam largamente em "campanhas" e "conscientização". Ao mesmo tempo, também é possível compreender esse foco como uma espécie de estratégia pedagógica do MMFDH, levantando uma nova questão relevante para esta pesquisa: qual a função da educação, ou, ainda, de uma pedagogia particularmente desenhada para isso, na construção dessa nova gramática? Para além disso, qual é o papel dessa nova gramática em um entendimento particular do Estado como operador de uma pedagogia moral (no caso, cristã)?

4. Conclusões

Este capítulo analisou o uso da categoria "família" pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) liderado por Damares Alves durante os três primeiros anos (2019-2021) do governo de Jair Bolsonaro, como forma de discutir de que maneira os grupos conservadores, por meio desse órgão público, vêm disputando o sentido de direitos humanos e questionando também o papel de certos tipos

de conhecimento (como o científico) na gestão estatal. A análise se desdobrou tendo como eixos dois pontos principais: uma discussão ampla sobre as relações entre o Estado e a categoria "família" nas políticas públicas, refletindo sobre o papel do Estado como mediador de convivialidade; e o entendimento desse fenômeno particular de disputa pelos princípios de convivialidade regidos pelo Estado no quadro do movimento anti-Gênero. Para elaborar o trabalho, foram extraídos, sistematizados e processados metadados do canal de YouTube do MMFDH e analisados documentos oficiais sobre os programas e regulamentos do órgão, além de bibliografia relevante.

A análise apontou que, se, por um lado, o MMFDH não está inovando em relação a seu familismo ou o uso da categoria "mulher" na construção de sua política, por outro lado, o deslocamento da categoria "família" e seu uso de forma particular no espaço de produção de políticas públicas de direitos humanos são bastante originais. A produção de uma "nova gramática" para os direitos humanos acontece em um processo complexo que inclui tanto o apagamento de certas categorias, conceitos e formas de abordar certos problemas sociais quanto na produção discursiva que reforça outro léxico. A categoria "família", nesse sentido, aparece como uma categoria sistematicamente privilegiada pelo ministério. Embora vinculada, dessa maneira, à atuação do grupo conservador que liderou o MMFDH durante o governo de Jair Bolsonaro, foi observado que essa categoria ressoa também com setores de oposição, como o movimento LGBT+ e o feminismo.

Por outro lado, os dados discutidos no artigo mostram que a construção dessa "nova gramática" para os direitos humanos implica um sentido particular dado à categoria "família", tanto pela defesa de um modelo específico de família quanto pelo uso dessa categoria de maneira a substituir o léxico anterior – como se fosse impossível articular e pensar família e gênero ao mesmo tempo, por exemplo. Cabe, por fim, a sugestão de mais e mais profundas pesquisas sobre o caso do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de Damares Alves, sobre o uso da categoria "família" em políticas públicas de direitos humanos e sobre as complexas relações entre Estado e família na produção e mediação de regimes de convivialidade.

Referências

Abreu, Maira Luisa Gonçalves (2018): "Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão". *Rev. Estud. Fem., Florianópolis*, vol. 26, n. 3, e54237, set. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000354237&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2026.

Aguião, Silvia (2018): *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Alvarez, Sonia E. (2014): "Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista". *Cadernos Pagu*, vol. 13, n. 43, pp. 13-56.

Barsted, Leila Linhares; Garcez, Elizabeth (1999): "A legislação civil sobre família no Brasil". In: Barsted, Leila Linhares; Hermann, Jacqueline (orgs.). *As mulheres e os direitos civis*. Rio de Janeiro: Cepia, pp. 9-26.

Barsted, Leila Linhares; Hermann, Jacqueline (eds.) (1999): *As mulheres e os direitos civis*. Rio de Janeiro: Cepia.

Biroli, Flávia (2018): "Reação conservadora, democracia e conhecimento". *Revista de Antropologia*, vol. 61, n. 1, pp. 83-94.

Bourdieu, Pierre (1992): *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Polity.

Brasil (2002): *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Institui o Código Civil*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 23 mar. 2026.

Brasil (2019a): *Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019, Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos...* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10174.htm. Acesso em: 23 mar. 2026.

Brasil (2019b): *Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, Cria e regulamenta o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9673.htm. Acesso em: 23 mar. 2026.

Brasil (2020): *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Site oficial*. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br. Acesso em: 18 abr. 2022.

Bulgarelli, Lucas (2020): "Das políticas de gênero e sexualidade às políticas antigênero e antissexualidade". In: Facchini, Regina; França, Isadora Lins (orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 393-410.

Butler, Judith (1997): *Excitable Speech. A Politics of the Performative*. Londres: Routledge.

Careaga-Pérez, Gloria (2016): "Moral Panic and Gender Ideology in Latin America". *Religion and Gender*, vol. 6, n. 2, pp. 251-255.

Cesarino, Leticia (2020): "How Social Media Affords Populist Politics: Remarks on Liminality Based on the Brazilian Case". *Trabalhos em Linguística Aplicada*, vol. 59, n. 1, pp. 404-427.

Corrêa, Sonia (2018): "A 'política do gênero': um comentário genealógico". *Cadernos Pagu*, vol. 6, e185301.
Derrida, Jacques (1973 [1967]): *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
Facchini, Regina; França, Isadora Lins (orgs.) (2020): *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp.
Fassin, Éric (2016): "Gender and the Problem of Universals: Catholic Mobilizations and Sexual Democracy in France". *Religion and Gender*, vol. 6, n. 2, pp. 173-186.
Fassin, Éric (2020): "Anti-gender Campaigns, Populism, and Neoliberalism in Europe and Latin America". *LASA Forum*, vol. 51, n. 2, pp. 67-71.
Foucault, Michel (2007 [1976]): *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal.
Graff, Agnieszka (2016): "'Gender Ideology': Weak Concepts, Powerful Politics". *Religion and Gender*, vol. 6, n. 2, pp. 268-272.
Grupo de Linguística e Computação Cognitiva da Insite (s.d.): Disponível em: linguistica.insite.com.br. Acesso em: 26 mar. 2026.
Guilhot, Nicolas (2008): "The Realist Gambit. Postwar American Political Science and the Birth of IR Theory". *International Political Sociology*, vol. 2, n. 4, pp. 281-304.
Heilbron, Johan (1995): *The Rise of Social Theory*. Cambridge: Polity Press.
Internet Archive (2021): *Wayback Machine*. Disponível em: https://archive.org/web. Acesso em: 23 mar. 2026.
Klemperer, Victor (2009 [1947]): *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto.
Lavizzari, Anna; Prearo, Massimo (2019): "The Anti-gender Movement in Italy: Catholic Participation between Electoral and Protest Politics". *European Societies*, vol. 21, n. 3, pp. 422-442.
Machado, Lia Zanotta (2001): "Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil". *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, vol. 5, n. 8, pp. 11-26.
Maranhão Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque; Coelho, Fernanda Marina Feitosa; Dias, Tainah Biela (2018): "'Fake news acima de tudo, fake news acima de todos': Bolsonaro e o 'kit gay', 'ideologia de gênero' e fim da 'família tradicional'". *Correlatio*, vol. 17, n. 2, pp. 65-90.
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2020): Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br. Acesso em: 5 maio 2021.
Miskolci, Richard; Campana, Maximiliano (2017): "'Ideologia de gênero': notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo". *Sociedade e Estado*, vol. 32, n. 3, pp. 725-748.
Moschkovich, Marília (2018): *Feminist Gender Wars. The Reception of the Concept of Gender in Brazil (1980s-1990s) and the Global Dynamics of Production and Circulation of Knowledge*. Tese de doutorado. Campinas: FE-Unicamp.
Moschkovich, Marília; Martins Valle, Ricardo (2024): "A tríplice semântica do gênero: tensões e disputas na teoria feminista". *Fólio - Revista de Letras*, vol. 15, n. 2, pp. 132-147. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/folio/article/view/15280. Acesso em: 30 mar. 2026.

Moschkovich, M. (2025): "'Mulher' e 'família': o senso-comum como política pública no governo Bolsonaro". *Estudos Avançados*, vol. 39, n. 113, e39113217.

Nagamine, Renata Reverendo Vidal Kawano (2019): "Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016)". *Sexualidad, Salud y Sociedad* (*Rio de Janeiro)*, vol. 31, pp. 28-56.

Prearo, Massimo (2017): "Le cadrage religieux de la mobilisation 'anti-genre': une étude micro-événementielle du Family Day". *Genre, sexualité et société*, vol. 18. Disponível em: https://journals.openedition.org/gss/4100. Acesso em: 23 mar. 2026.

Sarti, Cynthia Andersen (2004): "A família como ordem simbólica". *Psicologia USP*, vol. 15, n. 3, pp. 11-28.

Teixeira, Jacqueline Moraes (2012): "Corpo e sexualidade: os direitos reprodutivos na Igreja Universal do Reino de Deus". In: *Mandrágora*, vol. 18, n. 28, pp. 53-80.

Teixeira, Jacqueline Moraes (2018): *A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP.

Teixeira, Jacqueline Moraes; Barbosa, Olivia Alves (2022): "A mulher e a família: agendas pentecostais na disputa pela gramática dos direitos humanos". *(SYN)THESIS*, vol. 15, n. 1, pp. 89-105.

Vaggione, Juan Marco (2005): "Reactive Politicization and Religious Dissidence: The Political Mutations of the Religious". *Social Theory and Practice*, vol. 31, n. 2, pp. 233-55.

Capítulo 9

Música de direita? Imaginários de convivialidade nos anúncios e *jingles* de candidatos presidenciais de direita do Chile e da Argentina

Cristina Alarcón López

1. Introdução: imaginários de convivialidade em campanhas políticas da perspectiva audiovisual

Faz algum tempo, o mundo testemunha uma considerável guinada política à direita, da qual o continente latino-americano certamente não escapa.[1] Há mais de uma década, a região viu candidatos de direita e extrema direita chegarem à presidência, entre eles Sebastián

1 Este texto foi publicado originalmente como "¿Música de derecha? Imaginarios de convivialidad en los anuncios y jingles de candidatos presidenciales de derecha de Chile y Argentina", na *Mecila Working Paper Series*, n. 77. São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America, 2024.

Piñera no Chile (2010-14, 2018-22); Mauricio Macri (2015-19) e Javier Milei, na Argentina (2023-2?); Jair Bolsonaro (2019-22) no Brasil; Pedro Pablo Kuczynski no Peru (2016-18). O que marca essa guinada à direita é uma crescente radicalização programática caracterizada pela aparição disruptiva de atores políticos de extrema direita, como o próprio Bolsonaro no Brasil, Milei na Argentina e José Antonio Kast no Chile. Esses atores não somente redesenharam o mapa político da região (Luna e Kaltwasser, 2021), como também parecem ser o reflexo de um novo movimento tectônico em nível cultural e social.

Dado que a música pode ser um meio privilegiado de comunicação, persuasão e transformação (Johnson et al., 2021) capaz não somente de ativar emoções, mas também de disseminar valores, ideias e sentidos, este capítulo procura responder às seguintes perguntas: por meio de que estratégias audiovisuais os atores de direita e extrema direita buscam construir hegemonia cultural? Que repertórios morais, emocionais e estéticos eles promovem por meio dessas estratégias audiovisuais? Que representações do viver junto ou imaginários de convivialidade mobilizam?

A partir da definição de "convivialidade" como "a dimensão relacional da vida social" (Costa, 2019, p. 14), o conceito de *imaginário de convivialidade* alude a um "sistema semiótico" (Jessop, 2013, p. 2) que define atores, posições, significantes, normas e emoções da relação social. Em um continente que ostenta os mais altos índices de desigualdade social do mundo, torna-se crucial examinar justamente como os atores políticos representam relações, hierarquias, diferenças e identidades sociais no que se refere à classe, etnia e gênero. Essa abordagem é particularmente relevante caso se considere que os projetos de direita do continente costumam se caracterizar tanto por sua oposição a políticas igualitárias e universalistas, como por sua promoção de políticas "neoliberais" ou pró-mercado e de valores tradicionais (Apple, 2002, 2006; Filmus, 2017).

Este trabalho compara concretamente as estratégias audiovisuais apresentadas em campanhas presidenciais de atores políticos no Chile e na Argentina. Para isso são analisados, por um lado, os anúncios e *jingles* de campanhas de candidatos de centro-direita (Sebastián Piñera, em 2009-10, 2017 e Mauricio Macri, em 2015) e, por outro, os de candidatos de extrema direita (José Antonio Kast, em 2021, e Javier Milei, em 2021 e 2023).

A tradução do espanhol ao português para este volume é de Fernanda Lobo e foi revisada pela autora. [N.E.]

Para reconstruir os imaginários de convivialidade mobilizados por tais estratégias audiovisuais, este estudo segue o referencial metodológico proposto por Helmut Brenner (Brenner, 1992). Em primeiro lugar, será realizada uma análise musical (quanto às dimensões melódicas, rítmicas, harmônicas e de instrumentação), textual (quanto às dimensões tanto diretas quanto indiretas) e visual (a encenação dos *jingles* nos anúncios junto com suas trilhas sonoras escolhidas). Em segundo lugar, identificam-se as emoções que esses recursos publicitários querem mobilizar a partir da categorização de Alan S. Cowen et al. (2020). A dimensão emocional é de suma importância, uma vez que foi demonstrado que a mobilização das emoções pode incidir de forma muito eficaz na criação de certos climas políticos que influenciam a preferência eleitoral (Crespo-Martínez et al., 2022; Segovia e Gamboa, 2020). Em terceiro lugar, em função da análise de Lottie Elizabeth Johnson et al. (2021), será observado o nível de congruência entre a mensagem emocional (música) do *jingle* ou trilha sonora e sua mensagem discursiva (letra).

Sem dúvida, a articulação entre política e música não é assunto novo nas ciências sociais (Street, 2003; Way, 2019). Como se sabe, há décadas, *jingles*, anúncios e trilhas sonoras de campanhas políticas são objeto de pesquisa para as ciências da comunicação e para as ciências políticas (Beaudoux e D'Adamo, 2006; Mendoza; 2020). De qualquer modo, ainda existem poucos estudos que analisaram as estratégias sonoras de campanhas políticas do continente latino-americano (Gorzelaniy-Mostak, 2016; Christiansen, 2018). O que prevaleceu como objeto de estudo na região foi, ao contrário, a produção musical de grupos de resistência e de movimentos sociais, geralmente inscritos no espectro político da esquerda (Jordán, 2009; Karmy Bolton, 2013; Favoretto, 2014; Kaltmeier e Raussert, 2019; Hermosilla, 2022).

Em termos analíticos, a comparação entre o caso argentino e o chileno é particularmente frutífera. Ao contrário da Argentina, o Chile conta com partidos conservadores ou de direita centenários, de forte estrutura orgânica e competitivos em termos eleitorais (Alarcón López et al., 2021a). Entre os partidos de direita preponderantes na atualidade, cabe mencionar o partido de orientação liberal Renovación Nacional, fundado em 1987, com base eleitoral de classes médias e médias-altas, e o partido conservador Unión Demócrata Independiente (UDI), criado em 1983. Este último, diferentemente do Renovación Nacional, é conhecido pela defesa ferrenha do legado auto-

ritário da ditadura civil-militar (1973-90) e por contar com bases eleitorais mais amplas, ancoradas tanto nos setores privilegiados quanto nos populares (Luna e Kaltwasser, 2011). Outro cenário é o da Argentina, onde só muito recentemente foi possível construir um partido de direita de massa com o Propuesta Republicana (PRO), partido de orientação liberal que, a partir de 2015, formaria a coalizão política Cambiemos com o Unión Cívica Radical e com outros partidos (Vommaro, 2020; Alarcón López et al., 2021a). Apesar dessas diferenças, ambos os países foram testemunhas da emergência de atores da extrema direita do tipo *outsider*, como os já mencionados José Antonio Kast, pelo Partido Republicano no Chile, ou Javier Milei, com seu partido La Libertad Avanza, na Argentina. Um fenômeno político que, apesar de recente, se caracteriza pelo surpreendente e meteórico crescimento eleitoral.

As histórias do Chile e da Argentina também convergem quanto ao passado autoritário. No contexto da Guerra Fria, especificamente durante as décadas de 1970 e 1980, ambos os países estiveram sob domínio de ditaduras civil-militares de direita que implementaram o terrorismo de Estado. Embora as duas ditaduras tenham aderido ao projeto econômico neoliberal, por meio da prática das ideias da escola de Chicago, a implementação desse projeto teve mais alcance e radicalidade no Chile, configurando o chamado "modelo chileno" com base constitucional. Tal modelo consiste em uma ordem econômica radical de mercado caracterizada pela privatização de empresas estatais e de serviços públicos, de um lado, e pela democracia tutelada que restringe a participação política dos cidadãos ao ato formal de votar (Radermacher, 2015), de outro. De fato, o Chile foi concebido como país "modelo" e como laboratório do neoliberalismo no continente e além dele (Harvey, 2007). Na Argentina, ainda que de forma menos extensa e radical do que no Chile (Cerruti, 1993), as reformas privatizadoras e de ajustes radicais foram introduzidas após o fim da ditadura na década de 1990 durante os governos de Carlos Menem (1989-99).

Este estudo se estrutura da seguinte maneira: primeiro, são analisadas as estratégias audiovisuais da campanha de Sebastián Piñera, de 2009 e 2017, e de Mauricio Macri, de 2015; depois, passa-se às de José Antonio Kast e Javier Milei, de 2021. Em todos os casos, as campanhas são contextualizadas e algumas de suas propostas audiovisuais, descritas. Posteriormente, analisam-se *jingles*, anúncios e trilhas sonoras escolhidas. Para fechar, o capítulo apresenta uma discussão analítica e comparada dos casos.

2. Os usos eleitorais da música pelos candidatos de centro-direita: os casos de Sebastián Piñera e Mauricio Macri

Chamam atenção as convergências tanto pessoais como programáticas entre Sebastián Piñera e Mauricio Macri (Alarcón López et al., 2021b). Em primeiro lugar, ambos os políticos provenientes de famílias de elite construíram impérios econômicos de sucesso a partir dos quais adentraram o mundo político. Como efeito, o fenômeno concomitante dos "governos dos CEO" foi problematizado como uma dinâmica de despolitização, em função da transferência de valores e práticas do âmbito empresarial à ação política (Mendoza, 2020). Em segundo lugar, tanto Piñera quanto Macri aderem a um *ethos* tecnocrático, que propõe explicitamente encontrar a solução dos problemas concretos das "pessoas" (Alenda, 2020; Mendoza, 2020): segurança, pobreza, emprego. Em terceiro lugar, ambos os candidatos endossam a noção de "nova direita", no sentido de se apresentar como expoentes renovados de uma "nova forma de fazer política" capaz de sintonizar com diversos setores sociais, para além de concepções conservadoras mais tradicionais (Alenda, 2020; Vommaro, 2020).

Sobre o assunto que este estudo convoca, cabe destacar outra semelhança entre as campanhas presidenciais: a ênfase no *American style* de marketing e no espetáculo político. Nesse sentido, a prática de organizar atos de campanha em grandes salas de eventos, como acontece com festas corporativas, com adereços como balões, confetes, faixas e trilhas sonoras chiclete já esteve presente na campanha legislativa de Macri de 2007 (Vommaro, 2020) e foi repetida na campanha de Piñera de 2009-10 e de 2017.

2.1. Campanha de Sebastián Piñera de 2009-10

A campanha presidencial de Sebastián Piñera de 2009-10 marcaria um ponto de inflexão no período de transição à democracia no Chile. Pela primeira vez, desde o fim da ditadura civil-militar, um candidato de direita ganharia as eleições. Essa guinada acontecia após quatro mandatos presidenciais consecutivos – ao longo de duas décadas – pelas mãos de presidentes pertencentes à coalizão social-democrata Concentración de

Partidos por la Democracia. Como nenhum candidato alcançaria a maioria em primeiro turno, Sebastián Piñera e Eduardo Frei (Concertación) se enfrentariam no segundo turno em 17 de janeiro de 2010.

Sebastián Piñera havia contratado para a campanha de marketing a produtora Hambre, de Jorge Leiva, René Moraga, e Hernán Larraín, político do partido de centro-direita Evópoli. Com notória moderação programática (Rovira Kaltwasser, 2020, p. 33), uma das características mais marcantes da campanha foi a constante referência simbólica e discursiva à coalizão governante, a Concertación. Esse aceno buscava, por um lado, definir seu futuro governo como uma espécie de continuação dos governos da Concertación. A estrela multicolorida, emblema visual da campanha, de fato evocava o símbolo gráfico da campanha da Concertación no plebiscito de 1988: o arco-íris, que representava valores como diversidade, esperança, otimismo e paz social (Makuc Urbina, 2018, p.74; García González, 2006). Por outro lado, a referência negativa à Concertación também funcionava como uma estratégia de diferenciação, ao sugerir que o futuro governo enfrentaria os supostos problemas não resolvidos nas áreas de emprego, combate à pobreza e criminalidade.

Outra característica marcante da campanha foi sua conexão direta com o mundo do entretenimento e da televisão. De fato, o candidato incorporou ao seu comitê apresentadores como Francisco Javier "Kike" Morandé e José Miguel Viñuela, além da vedete Marlén Olivari, entre outros. A contratação de Morandé não parece ter sido casual. Conhecido também como "patriarca", Morandé apresentava o programa *Morandé con compañia*, um dos símbolos da televisão no período de transição democrática e de seu suposto "libera geral". Inspirado no gênero de revista, o programa se baseava na superexposição do corpo feminino e na chacota dirigida às minorias (Pávez Soto, 2015).

2.1.1. Duas cenas audiovisuais centrais da campanha: do Arenazo à "Peineta"

Duas cenas audiovisuais dessa campanha ajudam a sintetizar suas características essenciais. A primeira remete ao evento de proclamação da candidatura, realizado no teatro Movistar Arena (Sebastián Piñera, 2009a). Esse

evento, conhecido como El Arenazo, ocorreu em 29 de agosto de 2008 e reuniu cerca de 17 mil pessoas. Os grupos musicais convidados revelam a estratégia de aproximação com o mundo popular: Los Charros de Lumaco – grupo de cúmbia ranchera – e Américo – cantor de baladas e cúmbia tropical –, entre outros.

Enquanto se repete o refrão do *jingle* "Un Chile así, mirando al cielo, así queremos Chile, así queremos Chile", o candidato Piñera faz uma entrada triunfal no palco, do qual pende uma imensa bandeira. Ele caminha por uma passarela que remete à forma da estrela multicolorida, enquanto o público vibra, aplaude e agita pequenos estandartes com palavras como "Piñera", "alegria", "trabalho", "esperança", "futuro", "mudança". O candidato, em pose de *rockstar*, cumprimenta sorridente os presentes e segue para abraçar efusivamente sua esposa, Cecilia Morel. À medida que a música vai diminuindo em um *fade out* gradual, Piñera se dirige ao púlpito para discursar. Abandonando o tom descontraído e alegre, ele assume uma postura séria e determinada ao discursar sobre três eixos: crescimento para reduzir a pobreza, mais segurança ("fim da porta giratória") e o esgotamento político da coalizão governante, a Concertación (*La Tercera*, 2009). Suas últimas palavras ("*Que Dios los bendiga a todos. ¡Muchas gracias y viva Chile!*") são seguidas pelos primeiros acordes da música *Conquista del Paraíso*, de Vangelis, cuja intensidade crescente reforça o tom grandioso e épico. Centenas de balões – com cores alusivas à bandeira nacional – e confetes caem sobre o palco, enquanto a música ecoa pelas paredes do enorme salão. Entre aplausos, gritos e aclamações, o candidato é cercado por sua esposa, netos e filhos, que seguram uma faixa com os dizeres "Piñera 2010".

O primeiro elemento simbólico projetado por esse evento é a construção do candidato como um líder cuja proeminência se baseia na força, na determinação e na hierarquia. De fato, tanto no discurso quanto no *jingle*, recorre-se a um "eu" (Piñera), em referência a um "vocês" e a um "tu" individual, mas não a um "nós". Outros símbolos remetem à família tradicional e à figura paternalista-masculina do poder, projetadas não apenas por meio do discurso, mas também pela presença central da esposa do candidato e de sua família. Esses símbolos estão associados ainda à reiterada referência à fé católica (por exemplo, "quero pedir a Deus") e à nação (Chile).

A segunda cena se refere a um ato de celebração pela vitória eleitoral do candidato (Salsa, 2010). Em um palco montado na avenida Alameda, localizada nas proximidades da Praça Baquedano, zona central, e diante de

uma plateia de apoiadores, o irmão do presidente, Miguel "Negro" Piñera; sua esposa, a modelo Belén Hidalgo; e o apresentador "Kiké" Morandé cantam e dançam ao som da cúmbia *"La peineta"*, canção tocada em diferentes momentos da campanha e tema principal do já mencionado programa *Morandé con compañía*. Trata-se de uma adaptação da cúmbia *"Todos los domingos"*, do grupo argentino Los Wawancó. A música, marcada por sua simplicidade harmônica e melódica, expressa emoções de diversão, alegria e erotismo, enquanto o conteúdo da letra é essencialmente sexista. Além de tratar a mulher como objeto e sugerir a repressão de sua sexualidade por meio do controle sobre sua roupa e conduta ("não use o lenço vermelho porque na igreja se escandalizam"), a letra faz referência direta a valores cristãos ("por isso te aconselho a ir à missa"). A menção pejorativa ao lenço vermelho pode remeter não apenas à paixão, mas também a conotações políticas (esquerda, comunismo).

Em síntese, ambas as cenas revelam, por um lado, uma fusão entre política e espetáculo marcada pela informalidade, banalização e erotização e, por outro, a projeção de valores e símbolos conservadores clássicos. As duas cenas, portanto, tornam visível um imaginário de convivialidade hierarquizado (líder e povo), no qual predomina uma lógica relacional baseada na harmonia e na celebração (festa, *"buena onda"*, banalidade, erotismo), e um modelo de liderança masculina e paternalista que se difunde por meio da valorização de princípios conservadores (família, nação) e até mesmo, como se observa na segunda cena, princípios sexistas. De fato, a centralidade atribuída à família, entendida como uma associação coletiva orgânica, é uma das características mais marcantes do pensamento conservador (Mannheim, 1984).

2.1.2. O jingle "Un Chile así" e seu anúncio

O *jingle* "Un Chile así", apresentado oficialmente no ato de proclamação da candidatura no Movistar Arena, foi produzido por Alejandro "Caco" Lyon, da produtora Clio (Sebastián Piñera, 2009b). Um dos primeiros elementos que chama atenção é a estética popular-folclórica do tema, que remete tanto a expoentes da Nueva Canción Chilena quanto a grupos de raiz andina como o Illapu. Por isso, pode ser considerado um ato de apropriação estética do adversário político, já que a música de raiz folclórico-andina tem sido his-

toricamente um símbolo do ideário de esquerda, tanto pela filiação política de seus principais intérpretes quanto pelo seu uso em campanhas eleitorais da esquerda. Sobre "Un Chile así", o próprio Lyon declarou que a agência de publicidade havia optado pela música andina como marca estética por considerá-la mais "atraente" (Torres, 2009). Talvez por esse fator de mimetização não surpreenda que o título da composição faça um aceno ao lema "Así me gusta Chile", do primeiro governo da Concertación. A reação de músicos locais ao *jingle* foi imediata. Integrantes de grupos de folclore ligados ao mundo da esquerda, como Inti-Illimani e Sol y Lluvia, o classificaram como um "sequestro" ou como um ato de travestismo político (Torres, 2009).

Do ponto de vista musical, o tema se destaca pelo uso de instrumentação folclórico-indígena – como *zampoña*, *quena*, *quenacho*, *trutruca*, *charango* e *kauaha* – combinada com instrumentos da música popular – como baixo, guitarra acústica e elétrica, teclado, percussão (caixa e bongôs), pratos e acordeão – e com instrumentos da música erudita – como o violoncelo. Quanto à instrumentação, a canção guarda certa semelhança com "Lejos del amor", do grupo folclórico Illapu.

No início, são utilizados acordes harmônicos (tônica e subdominante) típicos da maioria das canções populares, que logo dão lugar a uma mudança modal. Esse recurso é comumente utilizado para despertar emoções primárias, como alegria, energia e triunfo, razão pela qual é amplamente empregado tanto na música cinematográfica, para realçar momentos épicos, quanto em qualquer canção de rock latino (Alarcón López, 2023). Cabe destacar que o uso da instrumentação andina e pascoense parece ter um caráter mais decorativo, já que ritmicamente esses instrumentos se limitam a criar uma ambientação. Os coros, longe de apresentar uma harmonização complexa, estão pensados mais no estilo das torcidas de futebol. De fato, se distinguem, no máximo, duas linhas vocais paralelas, geralmente executadas em uníssono.

Do ponto de vista textual, chama atenção a repetida invocação à nação, tanto em termos discursivos (a palavra "Chile" é a mais citada na letra), quanto simbólicos (por meio de alusões ao hino nacional). A referência recorrente ao céu remete, por sua vez, a valores "divinos" de transcendência e santidade. Assim, a letra projeta uma identidade coletiva nacional associada a valores religiosos (Benner, 2013, p. 236). Outro tema que aparece é o do "futuro", abordado como um horizonte de esperança; um futuro no qual se realizariam os sonhos nacionais (O Chile "*brillará*", "*vibrará*", "*crecerá*").

Além disso, destaca-se uma carga emocional positiva e otimista, vinculada à ideia de que esse futuro implicaria união ("*un Chile así, con un mañana se levantará unido así*"), fundamentada no "*amor y la aperura de corazón*".

Do ponto de vista visual, a locação do anúncio projeta a diversidade geográfica do país e rompe com o imaginário urbano, centralista e santiaguino. O personagem prototípico do anúncio é o músico de rua. Assim, toda a canção é apresentada em *playback* por músicos majoritariamente homens, que aparecem em espaços públicos tocando e cantando sozinhos, em grupo ou, em algumas cenas, diante de uma plateia. A escolha desse protagonista popular não parece coerente com o ideário conservador do candidato, já que o músico de rua é simbolicamente associado ao folclore, à música de protesto ligada à esquerda e à transgressão da ordem pública. Os instrumentos folclóricos são tocados por diferentes grupos indígenas (por exemplo, a trutruca é executada por um mapuche trajando poncho e faixa na cabeça, na cidade de Temuco), o que sugere uma tentativa de mobilizar o voto indígena, especificamente mapuche. Tanto a diversidade geográfica das locações quanto a instrumentação multiétnica do anúncio reforçam o valor da diversidade étnico-cultural de origem popular, uma categoria que, em geral, não faz parte do imaginário dos partidos políticos de direita.

Em síntese, o anúncio e o *jingle* "Un Chile así" revelam uma incongruência entre a estética audiovisual da canção – cuja raiz folclórico-autóctone remete claramente ao espectro político da esquerda – e a orientação de direita do candidato. Essa estratégia sugere uma tentativa de sintonizar com novos grupos de eleitores. Outro aspecto a destacar é a mobilização de emoções como alegria, otimismo, energia e triunfo, combinada com a projeção discursiva e simbólica do valor da união e da harmonia nacional. As imagens, por meio de sua estética e de seus protagonistas, difundem um imaginário de convivialidade segregada, no qual o ator principal é o homem adulto, popular (indígena), de contextos não urbanos (com algumas exceções), sem integrar outras dimensões da diversidade, como classe, gênero e idade.

2.1.3 O jingle "Súmate al cambio" e seu anúncio

O segundo *jingle* da campanha, "Súmate al cambio", foi criado por Jorge Leiva e veiculado durante o segundo turno contra Eduardo Frei, em ja-

neiro de 2010 (José Ramírez, 2010). Trata-se de um *jingle* de repercussão internacional, cujo lema seria reutilizado na campanha presidencial de Mariano Rajoy, do Partido Popular da Espanha, em 2011, e na campanha municipal do candidato do Partido Ação Nacional (PAN) do México, Jesús "Chuma" Moreno, em 2013, entre outros (*El Mostrador*, 2011; *La Tercera*, 2013). Vale destacar que a canção é uma reinterpretação de "Quiero gritar que te quiero", da banda argentina de rock-beat Los Náufragos, que fez parte do *Club del Clan*, um programa musical criado por Quique Atuel e transmitido pelo Canal 13 de Buenos Aires entre 1962 e 1964. *El Club del Clan* teve ampla difusão no Chile por meio do programa juvenil *Música libre*, exibido diariamente na Televisión Nacional durante e após o governo da Unidad Popular (1970-73). Esse programa apresentava uma estética antagônica à da Nueva Canción Chilena – associada ao governo de esquerda e ao projeto da chamada "via chilena ao socialismo" (Pinto Vallejos, 2014) – e ao ambiente de politização característico daquele período. De fato, o programa, em que jovens com minissaias justas, calças e camisetas dançavam coreografias ao som do beat e do rock estadunidenses (Santa Cruz Henríquez, 2020), projetava emoções de leveza, descontração, alegria e erotismo. O resgate justamente dessas estéticas musicais, marcadas pela Guerra Fria, sugere que o objetivo do *jingle* era dialogar com segmentos da geração dos *baby boomers*, especialmente os que se opunham à Unidad Popular ou que, ao menos, não se identificavam com aquele governo.

Do ponto de vista musical, a composição se destaca por sua estética anglo-saxã e por seu espírito essencialmente festivo. O aceno à estética rock-beat se evidencia tanto na instrumentação, composta por bateria, pandeirola, baixo, guitarra elétrica e sintetizadores, quanto no desenvolvimento harmônico, em que predomina a cadência clássica de tônica, superdominante, subdominante e dominante (Alarcón López, 2023). A linha melódica, de caráter bastante simples e banal, além de sua exposição vocal, se sustenta em um único recurso coral que emula os cantos de torcidas de futebol. O coro tem a função de repetir mecanicamente as últimas palavras da letra cantadas pelo solista masculino. O ritmo acelerado e envolvente induz à criação de uma disposição anímica festiva de "*buena onda*", ou seja, uma atmosfera apolítica em que predominam a diversão, a leveza, a alegria e a energia.

Do ponto de vista textual, a canção promove primordialmente os significantes *cambio* [mudança], *futuro* e *esperanza* [esperança] (Beaudoux e D'Adamo, 2006). O *leitmotiv* "Súmate al cambio" [Junte-se à mudança] foi,

de fato, o principal fundamento discursivo da campanha (Luna e Kaltwasser, 2021). Essa "mudança" estaria ligada, segundo indica a letra da canção, a duas consequências políticas: por um lado, o fim de duas décadas de governo da Concertación (marco enfatizado na estrofe final, que diz explicitamente *"cambiemos la historia"*); por outro, o *"desalojo"* [despejo] dos políticos em geral (referido no trecho *"los mismos de siempre se van a sus casas, no los vemos más"* [os mesmos de sempre vão para casa, não os vemos mais]. Essa ideia de "despejo" pode ser entendida como uma referência indireta à consigna *"que se vayan todos"* [fora todos] surgida na Argentina durante a crise econômica e de representatividade política de 2001 – e dialoga com a estratégia de apresentar o candidato como um *outsider* de perfil "apolítico".

O segundo significante mais recorrente é o de *futuro*, que é descrito como algo que *"está por nascer"*, reforçado pelos significantes de esperança e sonho. Ou seja, o futuro é construído como promissor, *"lleno de colores"* [cheio de cores], o que sugere uma alusão indireta ao símbolo do arco-íris da campanha do "No", promovida pela Concertación. O terceiro significante, mencionado em diversas passagens, é "Chile" (ou chilenos), do que se depreende que, assim como no outro *jingle*, a intenção seria projetar uma formação identitária coletiva de caráter nacional (Brenner, 1992, p. 236), neste caso, conectada à ideia de celebração festiva.

Quanto ao destinatário, o texto está na segunda pessoa do singular, ou seja, busca interpelar diretamente o sujeito individual: *"súmate al cambio"* como agente político principal (por exemplo: *"aquí está tu lugar, que Chile contigo va a cambiar, cambiar, cambiar, cambiar"*). É interessante notar, contudo, que, quando o nome do candidato é mencionado pela primeira vez, no final da letra da canção, há uma mudança da forma de tratamento da segunda pessoa do singular (*"tu"*) para uma de tipo coletivo (*"todos"*): *"Piñera con todos"*, que apela a uma concepção de liderança capaz de convocar o coletivo.

Do ponto de vista visual, predomina o cenário urbano. Os recursos do anúncio incluem grafites, bandeiras do Chile e o símbolo *"súmate"*, representado por uma cruz (aludindo ao ato de marcar o voto), além de vestimentas coloridas. O protagonista é o jovem, ainda que acompanhado por pessoas de diferentes gerações, ocupações e profissões (identificáveis por seus trajes de trabalho). Com essa estratégia, busca-se construir um imaginário transgeracional que atravessa classes sociais e esferas laborais. O caráter festivo, de *"buena onda"*, e o tom animado, alegre e esperançoso são

reforçados durante o refrão – *"Chile, va a cambiar, cambiar, cambiar"* – por meio de cenas que evocam sensações afetivas e até mesmo eróticas (com pessoas se abraçando, inclusive o candidato abraçando uma pessoa desconhecida e outras se beijando). No final, vê-se uma marcha com cartazes da campanha, seguida de uma coreografia coletiva (ao som do *"la la la"*), evocando os rituais de celebração típicos do universo futebolístico. Mais uma vez se destaca o aceno estético à campanha do "No", promovida pela Concertación, visível no uso das cores (arco-íris), nas locações, nos *slogans* *"cambiar"* e *"la alegría va a llegar"* [a alegria chegará], e na inclusão progressiva de protagonistas diversos na *"fiesta"* [festa].

Em síntese, o anúncio e o *jingle* "Súmate al cambio" – diferentemente de "Un Chile así" – inspiram-se em uma estética anglo-saxã e buscam marcar distância em relação ao governo da situação, ainda que se apropriem de alguns de seus símbolos estéticos na tentativa de propor um novo horizonte político. Trata-se de uma estética musical, visual e textual coerente, centrada em uma emocionalidade positiva (alegria, otimismo, esperança), festiva (triunfo, diversão) e afetiva (amor, erotismo). Ao contrário do anúncio anterior, categorias políticas abstratas como o "nacional" não ocupam o primeiro plano. Embora a estética do *jingle* e do anúncio sejam claramente juvenis, as imagens constroem um imaginário de convivialidade harmônica no qual convergem diferentes gerações, gêneros e classes sociais (embora não etnias); um imaginário cuja lógica relacional é predominantemente afetivo-erótico-festiva. Projeta-se, assim, a ideia de uma sociedade harmônica, onde reina a *"buena onda"*, para além do conflito e de qualquer *leitmotiv* político-ideológico (Vommaro et al., 2015).

2.2. A campanha audiovisual de Sebastián Piñera de 2017: "Tiempos mejores"

Marcada pelo estancamento econômico e pelos escândalos de corrupção da política, a proposta eleitoral de Sebastián Piñera em 2017, diferentemente da anterior, mostraria uma evidente guinada à direita que poria fim à rota de moderação programática (Rovira Kaltwasser, 2020). O foco da proposta seria levantar críticas frontais ao projeto de governo prévio de Michelle Bachellet (2014-18), representante da coalizão de centro-esquerda Nueva

Mayoría, cujo governo implementou um conjunto de reformas "progressistas" de elementos-chave do modelo econômico e social herdado da ditadura civil-militar. Por meio do *slogan* "Tiempos mejores", a campanha de Piñera definiria como eixos o crescimento econômico, a criação de emprego e o aumento da segurança, para projetá-lo como um empresário habilidoso e um líder idôneo para a promoção do crescimento econômico e da gestão eficiente (Luna e Kaltwasser, 2021). A eleição seria organizada em dois turnos. No segundo turno de 17 de dezembro de 2017, Piñera enfrentaria Alejandro Guillier, candidato da Nueva Mayoría.

2.2.1. O jingle "Arriba los corazones" e seu anúncio

O *jingle* da campanha "*Arriba los corazones*" [Levantem-se os corações] se difundiu pela primeira vez em 17 de setembro de 2017 (Sebastián Piñera, 2017). Trata-se de uma versão autorizada da *canção* "Agárrense de las manos" [Deem-se as mãos], do cantor venezuelano José Luis "El Puma" Rodríguez – expoente clássico da canção popular latina – criada pelo irmão do candidato Miguel "Negro" Piñera, cantor e empresário de casas noturnas. A canção original havia sido lançada em 1985 e foi interpretada por Rodríguez em 1988 no festival de Viña, quando o país ainda estava em uma ditadura. A escolha de uma canção com estética dos anos 1980 faz pensar que a intenção era mobilizar majoritariamente adultos e idosos.

Do ponto de vista musical, a versão e interpretação da canção se destacam por sua simplicidade, tanto com relação aos arranjos (o conjunto de sopros, as guitarras rítmicas, o baixo tocado com *slap*, os coros, o sequenciamento em geral) como à produção (Alarcón López, 2023). Do ponto de vista harmônico, o coração da canção (seu refrão) se caracteriza por sua simplicidade, com uma sequência de apenas dois acordes (tônica e dominante) (Alarcón López, 2023). O ritmo da canção se caracteriza por seu efeito mobilizador e enérgico, ou seja, por sua capacidade de gerar um ambiente festivo e dançante onde prevalecem a alegria, a diversão, o energizante, a vitória, além de elementos de erotismo.

Do ponto de vista textual, predomina o emocional ("agárrense de las manos" e "arriba los corazones") em função da ideia de mobilizar energia, desafio e união, baseados no afeto. Desse modo, o candidato é exaltado

como líder ou condutor do processo político, por exemplo, por meio da repetição da estrofe "¡*todos por Chile y el presidente Piñera*!". Outros significantes da canção aludem, por um lado, ao "*futuro*", quando se fala em "*tempos mejores*", que viriam por meio da união ("*si estamos todos unidos*"), e, por outro lado, ao nacional, por meio da categoria "Chile" e "chilenos". Chama atenção o fato de que aparecem novos elementos discursivos, que não estavam presentes nas letras de *jingles* anteriores. Primeiro, há referências diretas a emoções negativas ("*un Chile sin temores*"). Além disso, há apelos à mobilização (por exemplo, "*no esperes que sea muy tarde*") por um país que estaria derrotado ou passivo. Por meio de frases como "*nunca dejes de luchar*", a canção promove valores como o da prosperidade pessoal, o esforço individual e a autossuficiência, dando a ver o registro de um "roteiro neoliberal" (Kim, 2019, p. 573). Por último, aparecem tópicos como a segurança ("*por um Chile más seguro*") e a ordem.

Do ponto de vista visual, a encenação do anúncio remete a locações externas, intercaladas por pequenas passagens de Miguel "Negro" Piñera cantando em um estúdio. Diferentemente dos candidatos anteriores, ele assume protagonismo nesse anúncio pela permanente interação com outras pessoas, seja cantando junto com o irmão, cumprimentando indivíduos de maneira jovial ou seguido por grupos de apoiadores de diferentes gerações e classes sociais que cantam entusiasmados em coro, ao modo das torcidas de futebol. Vale destacar que todos os participantes, menos o candidato e seu irmão, vestem coletes vermelhos, indumentária símbolo da campanha, que reforça a noção de uniformidade de "time" esportivo ou de um uniforme de empresa. Em contraposição, o presidente aparece vestido de camisa de cor branca, signo de pureza e transparência, com as mangas arregaçadas como signo de trabalho e esforço.

Em suma, o anúncio propõe uma estética de música popular latina com uma narrativa sobre um futuro promissor que deixaria para trás não apenas o oficialismo, mas também uma existência supostamente marcada por emoções negativas ("temor"). Uma narrativa que remete sobretudo a valores neoliberais ligados ao mérito, ao esforço e à prosperidade individual. Constata-se uma estética musical, visual e textual internamente coerente, centrada na carga emocional positiva (alegria, otimismo), festiva, de torcida de futebol (vitória, diversão), e afetiva (afeto, erotismo). A identidade coletiva "nacional" e a segurança, categorias próprias do discurso conservador, são mobilizadas tanto em termos discursivos quanto simbólicos. Assim como em "Súmate al

cambio", as imagens projetam um imaginário de convivialidade em que convergem distintas gerações, classes e gêneros (ainda que não haja diferentes etnias). Trata-se de um imaginário em que o candidato é construído como autoridade acessível e jovial e em que o eixo organizador das relações sociais é articulado primordialmente, como nos casos anteriores, em torno de diversão, afeto, amor, paixão e união nacional.

2.3. A campanha presidencial de Mauricio Macri em 2015

Assim como aconteceu em 2009-10 no Chile, a eleição de Mauricio Macri, da frente Cambiemos (PRO-UCR-Coalición Cívica), marcaria um ponto de inflexão política na Argentina. Pela primeira vez na democracia e desde a existência do voto secreto e obrigatório seria eleito presidente um candidato que não era peronista nem radical. Com isso, além de tudo, chegava ao fim um período de doze anos de governos kirchneristas. Quando nenhum dos candidatos obteve votos suficientes para ganhar em um primeiro turno, Mauricio Macri e Daniel Scioli (Frente para la Victoria) se enfrentaram no dia 22 de novembro de 2015 em um segundo turno. As semelhanças de Macri com o líder da centro-direita chileno Sebastián Piñera não terminaram aí. De fato, a campanha de Macri apostou discursivamente, como Piñera em 2009, em um discurso de tipo apolítico, baseado em ideias de "mudança" ou de "renovação" do oficialismo por meio de três *leitmotiv*: redução da pobreza, aumento da segurança e união nacional.

Quanto à estratégia de marketing do Cambiemos, Mauricio Macri, desde suas campanhas de 2007 para chefe de Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, contava com consultores como o equatoriano Jaime Durán Barba e Ernesto Savaglio (Vommaro et al., 2015). No contexto dessa estratégia, o candidato mais uma vez levou a cabo uma performance política ao modo de festa corporativa, que, diferentemente da de Piñera, incluía rock local, especificamente de bandas como Soda Stereo, Ataque 77 e Tan Biónica (Vommaro et al., 2015; Vommaro, 2016). Cabe ressaltar que o ambiente da campanha presidencial foi fortemente impactado pelo programa de televisão *Periodismo para todos*, conduzido pelo jornalista Jorge Lanata no Canal 13, que contava com grande audiência. Com elementos de *stand up*, humor político e jornalismo investigativo, o programa problematizava

casos recentes de corrupção que mobilizavam animosidades e raiva contra o governo de Cristina Fernández (2007-15). No entanto, o auge da carga emocional negativa contra o oficialismo foi veiculado por meio da vinheta principal do programa – a canção "Fuck You", da cantora inglesa Lily Allen –, que incluía a projeção semanal de imagens de centenas de seguidores do programa fazendo o gesto alusivo. O fato de que o sentido da letra da canção, que constitui uma crítica ao conservadorismo, tenha ficado na sombra confirma mais uma vez os usos políticos, e inclusive paradoxais, da música.

2.3.1. A campanha audiovisual de 2015: da "Cidade mágica no Bunker" a "Gilda na casa Rosada"

Duas cenas audiovisuais da campanha de Macri revelam de forma clara a estratégia audiovisual do candidato. A primeira cena ocorre no *bunker* do PRO na noite do segundo turno das eleições, em 22 de novembro de 2015 (C5N, 2015). Quando os resultados são divulgados, começa a tocar "Ciudad Mágica", da banda Tan Biónica. Trata-se de uma canção tecnopop com quatro acordes, sem grandes complexidades harmônicas ou melódicas, cuja letra narra uma história de dois apaixonados que transitam pelos bairros da zona norte da capital argentina. A encenação com ares de festa corporativa sintoniza perfeitamente com a estética da banda Tan Biónica, que, ao contrário de outras do rock argentino mais engajado, representa uma estética de balada, voltada à diversão dançante, e que atrai majoritariamente um público jovem de classe média-alta. No *bunker*, não há bandeiras de partidos, apenas as letras da palavra "Cambiemos" projetadas em telões de LED e em grandes painéis (Struminger, 2015). Quando começa a chover papel picado, balões azuis e amarelos, a música já conseguiu instaurar uma atmosfera emocional marcada por triunfo, leveza, energia, alienação, erotismo e diversão. O candidato, vestido com calça social e camisa arregaçada, começa a dançar alegremente no palco, enquanto os demais candidatos e membros da coalizão comemoram, aplaudem e sorriem descontraídos. Ao ritmo marcado do refrão, cuja única função parece ser incitar o pogo,[2] o presidente começa a saltar com energia. Os membros de sua equipe e o público, tomados por um estado de euforia, não tardam a acompanhá-lo.

2 Tradição de dança com pulos e empurrões, típica de shows de rock. [N.T.]

Homens e mulheres – embora, sobretudo, homens com camisa e calça social – passam a se tocar, se esbarrar e se chocar dançando.

A segunda cena remete à cerimônia de posse de Macri como presidente, em 10 de dezembro de 2015, na Casa Rosada (Telediario, 2015). Segundo o ritual republicano de longa tradição na Argentina, o/a presidente eleito/a, após assinar a ata de posse, se dirige ao povo reunido na Plaza de Mayo da sacada da sede do governo. Naquele dia, Mauricio Macri apareceu no balcão acompanhado da vice-presidente eleita, Gabriela Michetti; da nova governadora da província de Buenos Aires, María Eugenia Vidal; de sua esposa, Juliana Awada; de sua filha, entre outros. Quando a multidão começa a entoar o refrão do *jingle* de campanha "*Oho, oho, estoy con vos*", o presidente toma o microfone e se dirige aos presentes. Fala em "*alegría*", na "*fiesta que tenemos en la Argentina*", se junta por breves momentos ao coro da multidão e esboça alguns passos de dança. Ao final do discurso, encerra dizendo: "*un beso enorme para todos, los amo, amo este país y los amo a cada un de ustedes*". A resposta da multidão vem em coro, aos gritos de "Argentina, Argentina!". Nesse momento, se sente um ritmo inusitado para uma cerimônia solene como essa: uma cúmbia que ressoa *in crescendo* por meio de grandes alto-falantes estrategicamente distribuídos pela praça. Em poucos segundos, se reconhece a clássica "No me arrepiento de este amor", da cantora local de cúmbia, Gilda. Enquanto o presidente começa a balançar o corpo, levantar os braços e mover as mãos, a vice-presidente pega com firmeza o microfone e começa a cantar: "*después de cerrar la puerta, nuestra cama espera abierta la locura apasionada del amor*", desafinando repetidamente. Nesse instante, Macri retira a faixa presidencial e a entrega à esposa para continuar dançando em estado de êxtase, descontração e alegria, como se não estivesse na sacada da Casa Rosada, mas em uma festa de casamento, uma confraternização empresarial ou futebolística.

Em síntese, as duas cenas projetam – e em semelhança com a campanha de Piñera em 2009 –, um imaginário de convivialidade hierarquizado, no qual predominam emoções associadas à despolitização e à banalização (festa, "*buena onda*", celebração, erotismo), bem como um modelo de liderança masculina e paternalista, veiculado pela difusão de valores nacionais e tradicionais (família). Além disso, percebe-se, por meio do uso dual e divergente da música, a intenção de sintonizar com diferentes públicos-alvo: a canção tecnopop visa ativar o eleitorado urbano e profissional de classe média-alta, enquanto a cúmbia busca mobilizar o eleitorado popular das periferias da Grande Buenos Aires.

2.3.2. O jingle "Estoy con vos" e seu anúncio

Do ponto de vista musical, o *jingle* "Estoy con vos", lançado em julho de 2015, contém elementos do rock nacional argentino, tanto no que se refere à harmonia e às melodias, quanto no que se refere à instrumentação e ao desenvolvimento rítmico (Macri, 2015). Além disso, usa harmonicamente notas pedal, que conferem um ar etéreo à composição. Há recursos como a modulação por tons vizinhos e empréstimos modais, que produzem um efeito de sensibilização emocional, com tendência à alegria, ao triunfo, ao relaxamento e à esperança (Alarcón López, 2023).

Do ponto de vista textual, o tema principal é o futuro, o "*nuevo horizonte*" que se vincula à esperança (na "*mañana nueva*" o som aparece; as "*semillas*" [sementes] na terra trarão "*nueva vida*"). O terceiro tema remete à "*alegría*" e a "*celebrar la vida*". Para além dessas alusões discursivas, o *leitmotiv* do texto se baseia explicitamente na dimensão emocional-afetiva e destaca um tipo de vínculo pessoal e informal entre o candidato ("*tengo una canción y dos manos para abrazarte*") e o eleitorado, representado como ator individual e não como coletivo. Uma relação personalizada e paternalista que é retomada no refrão de "Estoy con vos", em que o candidato promete, falando em primeira pessoa e em tom entre paternalista e assistencialista "*darte todo lo que falte*". A categoria do nacional aparece apenas indiretamente, mencionada por meio de alusões às fronteiras e às bandeiras.

Do ponto de vista visual, o anúncio retrata paisagens do interior, ou seja, essencialmente rurais, dos pampas e montanhas, além de plantações. Cabe destacar a notoriedade da imagem do candidato, que aparece em contínua interação com pessoas em sua própria casa (na mesa de jantar, no quintal da casa e na sala de estar) ou em seu lugar de trabalho (na oficina mecânica, em ateliês, no *quiosco*, no armazém, nas ruas do bairro). Os protagonistas do vídeo são representantes do povo, de estratos sociais médios e baixos. Destaca-se o caráter intimista e descontraído da interação: o candidato conversa, estende a mão, abraça, beija, sorri, consola, dá tapinhas nas costas e ri com pessoas de gerações diferentes, compartilhando um mate, uma taça de vinho, *tortas fritas* ou mesmo dançando uma *chacarera*. Essa interação se dá dentro de uma relação hierárquica, que constrói a imagem de uma liderança paternalista, mas marcada pela proximidade, pela cumplicidade e pelo afeto (em muitas imagens, o can-

didato segura a mão do interlocutor). As imagens reforçam o "roteiro neoliberal" estabelecido na letra: o candidato "*está con vos*" (o sujeito individual) para contribuir com a prosperidade individual de cada eleitor. As imagens retratam uma paisagem quase rural, distante de grandes urbes, o que nos leva a crer que o anúncio se dirige especialmente ao eleitor popular do interior.

Em suma, o *jingle* e o anúncio se baseiam em uma estética nacional e buscam mobilizar, tanto em termos audiovisuais quanto discursivos, uma carga emocional positiva (alegria, vitória, relaxamento, esperança), por meio de uma interação afetiva e próxima entre o candidato e o sujeito individual ("*estoy con vos*"). Categorias políticas abstratas como o "nacional" aparecem somente de maneira acessória, ainda que valores neoliberais assistencialistas sejam, sim, ativados. As imagens constroem um imaginário de convivialidade hierarquizado de orientação harmônica, embora não integrado, porque para ele só convergem distintos gêneros e gerações do mundo popular e quase rural; um imaginário construído sobre uma relação paternalista fundada no afeto, na proximidade assistencialista e na desconsideração do conflito social.

3. Os usos eleitorais da música por atores da extrema direita: os casos de José Antonio Kast e Javier Milei

A emergência de candidatos de extrema direita com impacto eleitoral é um fenômeno relativamente recente tanto no Chile quanto na Argentina. No caso chileno, José Antonio Kast, ex-militante e político da UDI, alcançaria nas eleições presidenciais de 2017 surpreendentes 10% das preferências (Luna e Kaltwasser, 2021). Kast fundou o Partido Republicano em 2019, com o qual se lançou candidato à presidência em 2021. No segundo turno contra o candidato de centro-esquerda Gabriel Borić, Kast atingiria a expressiva marca de 44,1% dos votos (Díaz et al., 2023). Essa campanha presidencial foi marcada pela pandemia, pela crise econômica e pela polarização política provocada pelo Estallido Social, um ciclo de protestos massivos que contestou o modelo político-econômico herdado da ditadura. Como resultado dessas mobilizações, que se estenderam de setembro de 2019 a março de 2020, se iniciou um processo constituinte que buscava substi-

tuir a constituição ainda vigente, herdada do período autoritário (Zilla e Schreiber, 2020). O sucesso eleitoral de Kast em 2021 se repetiria em 2023, durante o segundo processo constitucional, quando sua coalizão obteve a maioria das cadeiras do conselho constituinte. A ascensão de Javier Milei foi ainda mais vertiginosa. Economista e *outsider* do *establishment* político argentino, Milei ganhou visibilidade como comentarista regular em diversos programas televisivos (Katz, 2023). Nas eleições legislativas da cidade de Buenos Aires, em novembro de 2021, sua coalizão, La Libertad Avanza, fundada no mesmo ano, emergiria como terceira força na capital, com 17,30% dos votos. Apenas dois anos depois, Milei seria eleito presidente da Argentina com 55,5% dos votos.

A matriz programática do Partido Republicano, sob a liderança do candidato José Antonio Kast, combina um ideário conservador em termos de valores, um neoliberalismo econômico radicalizado (com elementos libertários) e uma agenda de segurança "linha dura" associada à defesa do legado pinochetista e ao negacionismo histórico (Luna e Kaltwasser 2021). Trata-se de uma agenda de extrema direita que articula princípios do autoritarismo, anticomunismo e nativismo, aliados à valorização da tradição, da nação e dos valores cristãos (Kestler, 2022; Díaz et al., 2023). Do ponto de vista programático, a proposta da La Libertad Avanza, de Javier Milei, combina ideias da direita libertária com posições conservadoras contrárias ao aborto, corte de direitos de minorias e um discurso de segurança linha dura (Álvarez Kalverkamp, 2023). Embora Milei compartilhe com Kast a adesão ao hiperliberalismo, ao autoritarismo e ao negacionismo histórico, não adota abertamente discursos nativistas nem referencia o conservadorismo cristão como faz Kast. Em um contexto de recessão econômica, inflação galopante, precarização do trabalho e empobrecimento das camadas médias e populares, Milei mobiliza um discurso essencialmente antissistema e antipolítico (Feierstein, 2021), propondo desmantelar a estrutura institucional existente. Embora Kast também faça uso de uma retórica contra "as elites corruptas" e em defesa de um povo puro (Díaz et al., 2023), não chega a assumir uma narrativa plenamente antissistema como Milei. No entanto, ambos convergem na mobilização de emoções de raiva dirigidas a grupos específicos, sejam integrantes de organizações de esquerda, movimentos populares ou sindicatos, sejam imigrantes (no caso de Kast) ou beneficiários de programas sociais e trabalhadores em luta por melhores condições salariais (no caso de ambos) (Rodríguez Mora, 2023).

3.1. A campanha audiovisual de José Antonio Kast em 2021

A campanha audiovisual de Kast, dirigida pelo jornalista Felipe Costabal, apostou na mobilização da geração Z por meio do uso de uma linguagem jovem, irreverente e até mesmo rebelde. A campanha priorizou redes sociais, como o TikTok, publicando vídeos musicais, desafios e danças com tom humorístico (Navas, 2021). Essa estratégia estética permitiria a Kast romper com o estereótipo do político conservador católico, moderado e sério. A proposta audiovisual juvenil foi reunida sob uma lista de faixas chamada "disco Kast", com arranjos em estilos musicais populares e juvenis como ranchera, reggae, K-pop e hip-hop.

Duas cenas sintetizam o *ethos* dessa campanha audiovisual que busca difundir um ideário explicitamente conservador por meio de estéticas musicais populares, irreverentes e juvenis. A primeira cena se refere ao uso da imagem de sua família para promover o valor da "família tradicional cristã" como núcleo da nação. Essa estratégia foi veiculada na eleição presidencial de 2017, por meio do anúncio "Hacer de Chile una gran familia" [Fazer do Chile uma grande família], no qual o *jingle* era interpretado por seus nove filhos (José Antonio Kast, 2017). Durante a campanha de 2021, o candidato retoma essa cena em pelo menos duas ocasiões: no programa *Las caras de la moneda*, do Canal 13, conduzido por Mario Kreutzberger, em que seus filhos e sua esposa cantam uma música em coro, e no ato de encerramento, ao apresentar sua família no palco, quando afirma: "*eso es lo que queremos para Chile, ser una gran familia*" (T13, 2021).

A segunda cena é esteticamente comparável aos eventos das campanhas de Piñera e Macri, no sentido de recriar um clima festivo, popular e de "*buena onda*". Em um palco montado no Parque Araucano, na comuna de Las Condes, sob o lema "*La fiesta de Chile*" projetado na tela, balões vermelhos e azuis (as cores da bandeira) flutuam no ar, em torno de pessoas com bandeiras chilenas e faixas brancas com dizeres ligados ao candidato. A trilha sonora do evento tem caráter popular e contou com a participação de Los Charros de Lumaco, grupo de cúmbia ranchera já presente nas campanhas de Piñera, e da orquestra tropical chilena *Pachuco y la Cubanacán*, entre outros (Reyes e Ibáñez, 2021).

Em síntese, em ambas as cenas, se projeta um imaginário de convivialidade hierarquizado, no qual predominam festa, "*buena onda*", diversão

e ousadia, além de um modelo de liderança masculina e paternalista veiculado por meio da valorização de princípios conservadores e tradicionais como a nação e a família cristã tradicional.

3.1.1. O jingle "Atrévete" e seu anúncio

Do ponto de vista musical, o *jingle* "Atrévete" se baseia em uma mistura de rap, soul e pop, no estilo de James Brown (José Antonio Kast, 2021). Harmonicamente, a peça se sustenta em duas células que se repetem – com cerca de quatro acordes – dentro de um esquema diatônico simples (Alarcón López, 2023). Melodicamente não há mais do que um refrão central, "José Antonio Kast", cantado em uníssono por uma voz masculina e uma feminina, e um rap interpretado por uma voz masculina. A base rítmica, primitiva e econômica tem um efeito de ativação, com o propósito de mobilizar energias positivas como alegria, diversão, relaxamento, energia, triunfo e desafio.

No plano textual, a letra reforça esse ritmo mobilizador com os lemas "Atrévete" e "sacar la voz" [fazer ouvir a própria voz]. Segundo a letra, a família (*"familia"*, *"mamá"*, *"hijo"* [filho]), o entorno imediato (*"mi barrio"*, *"mi gente"*) e a propriedade (*"mi quiosco"*) devem ser defendidos. Essa ênfase no concreto, no espaço próximo e na propriedade é, de fato, um traço característico do pensamento conservador (Mannheim, 1984). A mobilização para *"sacar la voz"* em defesa do que é próprio se justifica pela menção indireta a um conflito, a um *"cansancio"* [cansaço] e a um *"agotamiento"* [esgotamento] diante da situação atual. Os demais significantes, em grande consonância com outros *jingles* analisados, fazem referência ao "futuro", conectado com a *"esperanza"* e com nacional ("Chile"). A referência ao nacional aparece reiteradamente no refrão e em uma citação explícita ao hino nacional chileno (*"futuro esplendor"*). Destaca-se também a menção direta ao tema da "liberdad", um *leitmotiv* clássico da direita neoliberal local. A construção de uma liderança épica em torno do candidato não se expressa apenas no refrão pegajoso *"Vota dos, vota Kast"*, mas também nas palavras pronunciadas em *off* no início: *"esta es la historia de un hombre que recibió el llamado de un país y que decidió atreverse"* [esta é a história de um homem que ouviu o chamado de um país e decidiu se atrever]. A referência recorrente

a "*los atrevidos*" revela a estratégia de construir uma identidade coletiva irreverente ou dissidente, organizada em torno de um "líder".

Visualmente, a encenação alterna paisagens diversas do país com imagens de fotos pessoais do candidato ou de pessoas em grupo ou sozinhas, marcando entusiasmadamente a opção "dois" com os dedos. Em algumas sequências, o candidato aparece falando em um cenário diante de uma plateia de apoiadores que agitam bandeiras. Os protagonistas do vídeo se destacam por sua diversidade geracional, social e étnica, com expressões corporais que comunicam emoções positivas. Além de faixas com dizeres ("*Atrévete*" e "*Libertad*") e bandeiras com o nome do candidato ("Kast 2022"), o adereço mais recorrente é a bandeira chilena.

Em síntese, a estética musical de perfil juvenil (rap, soul, pop) se mostra, em certa medida, incongruente com o conteúdo conservador da letra e com as estéticas musicais adotadas em *jingles* de outros candidatos de direita. O anúncio recorre, tanto no plano visual quanto no discursivo, a categorias ligadas à "esperança" e ao "futuro", mas também a valores nitidamente conservadores como nação, liberdade, segurança, família e propriedade. Vale destacar que a linguagem – tanto musical (rap) quanto textual – de tom irreverente busca construir uma nova identidade coletiva ("*los atrevidos*"). A estética musical, visual e textual está centrada na circulação de uma carga emocional positiva (alegria, descontração), festiva (triunfo, diversão) e estimulante (desafio, energia), com algumas alusões a emoções negativas (cansaço, esgotamento). Embora o anúncio e o *jingle* se apoiem em uma estética juvenil, as imagens projetam um imaginário de convivialidade transgeracional, no qual se percebem diferentes gêneros e classes sociais, embora a diversidade étnica não esteja suficientemente representada. Trata-se de um imaginário apolítico, fundado na harmonia e na celebração, inspirado na estética das torcidas de futebol, em que o candidato surge como um "líder" paternalista, mas relativamente distante (há pouca interação corporal com seus seguidores).

3.2. A campanha audiovisual de Javier Milei

A aposta audiovisual do candidato Javier Milei recorre à estética do rock nacional argentino, fazendo referência a bandas como La Renga, Bersuit

Vergarabat, La Beriso e Soda Stereo. Ao contrário de Macri, Milei parece escolher esses grupos de forma estratégica, com o intuito de ativar uma lógica contestatória que dialogue com setores sociais urbanos relegados, excluídos e residentes da periferia. A apropriação da canção "Se viene el estallido", da banda Bersuit, é o exemplo mais evidente dessa aposta "antissistema" de Milei. Trata-se de uma canção que, em sua origem, expressava uma crítica à política de ajuste do governo Menem e à corrupção e que, durante a crise econômica de 2001, se tornou um dos ícones da música de protesto (Provéndola, 2023). Tanto por sua origem quanto por seu conteúdo antineoliberal, o uso dessa música por parte de Milei pode ser considerado uma apropriação paradoxal, já que sua campanha promovia explicitamente um programa de ajuste radical e privatizações. Por que, então, recorrer a essa canção? Ao que tudo indica, seu objetivo seria mobilizar, sobretudo, a "energia" irreverente, explosiva e contestatória da canção: *"se viene el estallido, de mi guitarra, de tu gobierno, también"* [está chegando a explosão da minha guitarra, do teu governo também]. Assim como Kast, Milei também utiliza intensivamente os meios digitais para, por exemplo, construir ícones próprios, como o logotipo de *"El León"* (Martins, 2021).

3.2.1. O jingle "La marcha del león" e seu anúncio

O *jingle*, composto por Juan Pablo Gariglio, se inspira na canção "Panic show" da banda La Renga, cujo enredo gira em torno de um leão voraz e ameaçador que provoca uma correria no espaço público (Provéndola, 2023). Lançado em setembro de 2021, o *jingle* adota musicalmente a fórmula clássica do rock pesado argentino, com toques de heavy metal, mas incorpora elementos locais ou portenhos que remetem a grupos como La Renga, Ratones Paranoicos e Almafuerte (Urgente Milei, 2021). A formação instrumental é a de um *power trio* (bateria, baixo e guitarra elétrica) com vocal masculino. Do ponto de vista harmônico, há uma estrutura em duas partes (A e B), com aproximadamente seis acordes, algo que não ocorre nos outros jingles analisados (Alarcón López, 2023). Embora melodicamente simples, a base rítmica apresenta síncopes e acentos antecipados típicos do gênero, além de uma sonoridade coesa e execução musical sólida (Alarcón

López, 2023). Um dado importante é que, neste caso, a música foi gravada por uma banda real, ao contrário dos *jingles* anteriores, que utilizaram sequências simples e de baixo custo. Musicalmente, e em contraste com os demais *jingles*, este não apenas mobiliza emoções positivas como desafio e triunfo, mas também emoções decididamente negativas, como incômodo, raiva, ansiedade e uma energia voltada à destruição, especialmente por meio de um refrão altamente estimulante.

No plano textual, a canção adota uma lírica pseudodistópica, referindo-se a uma ordem anterior, o "*mi hogar*" [meu lar], que teria sido destruído, "*abandonado*" e "*condenado a muerte*" pela "*casta política*". Os integrantes dessa "*casta*" são descritos como "*tiranos*", "*ogros*", "*crueles domadores*" e "*señores*", que teriam reduzido a população a "*peones*" [peões] e "*siervos*" [servos] por meio de "*falsas promessas*". Chama atenção a construção da oposição entre "senhores" e "servos" e, de forma ainda mais contundente, a formulação de um inimigo interno: a "casta". A referência a essa ordem pré-moderna ("*feudo*") é interessante, já que evoca uma nostalgia típica do pensamento conservador, centrada em um passado nacional idealizado, no qual teriam prevalecido a grandeza, a pureza e a verdade. Tal nostalgia mobilizaria a emoção do ressentimento contra aqueles considerados responsáveis pelo colapso dessa ordem (Reynolds, 2004).

A letra da canção constrói o candidato como grande líder épico, o "herói da liberdade", simbolizado pela figura do leão, que viria a conduzir a libertação dos "cordeiros" e transformá-los em "leões". É notável a tentativa de criar uma identidade coletiva disruptiva, a dos leões, equivalente à dos "atrevidos" no *jingle* de Kast. A escolha do símbolo do leão não parece casual: trata-se de um animal historicamente associado ao poder, à soberania e à nobreza, mas também à força bruta e aos impulsos instintivos (Enciclopedia Herder, 2023). O refrão "*es la marcha del León*" se destaca por seu caráter estimulante e irreverente, semelhante ao das torcidas de futebol. O significante abstrato mais recorrente é a "*liberdad*", promovida com uma dupla acepção como ato de libertação frente à "*condena*" [condenação] imposta pela "*casta política*" e como princípio econômico de viés libertário, associado ao livre mercado, à propriedade privada e ao Estado mínimo. Também aparece o tema do nacional como identidade coletiva. A palavra "Argentina" é repetida várias vezes e se associa diretamente ao hino nacional, com a invocação da primeira frase de sua primeira estrofe: "*Oíd mortales el grito sagrado: libertad, libertad, libertad*".

Visualmente, a encenação combina imagens externas e internas. Os protagonistas são o candidato, acompanhado por apoiadores de todas as gerações, classes sociais e gêneros, embora predominem homens jovens de origem popular e marginalizada. O anúncio começa sem música, com uma imagem de um comício político na Praça Holanda, em Buenos Aires, onde o candidato, de um palanque, grita à multidão "*¡Viva la libertad, carajo!*", ao que a massa responde em coro: "*¡Viva!*". O anúncio prossegue ao som de uma guitarra elétrica, enquanto o candidato, envolto na bandeira argentina, caminha por diversas ruas da capital. Ele é cercado por apoiadores, a quem cumprimenta, abraça e aperta as mãos. Em seguida, aparecem locações simbólicas da cidade: a Casa Rosada, o Banco Central, o Obelisco, o Congresso Nacional, a residência presidencial de Olivos, a avenida Libertador e a avenida 9 de Julio. As imagens sugerem um país em crise ou paralisado economicamente: veem-se ruas desertas, com comércios fechados, e uma cédula de cem pesos sendo consumida pelo fogo. Durante o refrão, o candidato reaparece como protagonista, ora discursando em um palanque, ora caminhando entre um séquito de apoiadores no centro da cidade, numa *villa miseria*[3] ou protestando diante de um edifício que parece ser a residência presidencial de Olivos. O anúncio termina com uma cena que pretende consagrá-lo como grande líder carismático conduzindo uma façanha épica: em um estádio lotado, um locutor anuncia sua chegada, e o candidato caminha e salta como uma estrela do rock entre o público até subir ao palco e tomar a palavra. Diante da multidão exaltada, o candidato brada o verso do hino que se tornou *sua* marca registrada: "*¡Oíd mortales el grito sagrado: libertad, libertad, libertad*!", *leitmotiv*, que a massa repete em uníssono e com fervor.

Em síntese, o anúncio e o *jingle* ativam uma estética do rock nacional contestatório, apelando, tanto no plano audiovisual quanto discursivo, a categorias nacionalistas e libertárias. Destaca-se a construção de uma lírica que formula um suposto conflito: a existência de uma ordem decadente e opressiva, marcada pela dominação da "casta política". Essa narrativa desperta emoções nostálgicas por um passado nacional idealizado em que teriam reinado a verdade, a pureza e a grandeza. Tanto visual quanto sonoramente, o anúncio mobiliza uma identidade coletiva irreverente, raivosa e rebelde: a dos "leões". Diferentemente dos anúncios analisados

3 Como é chamado o conjunto de moradias irregulares e precárias da Argentina.

anteriormente, a estética musical, visual e textual aqui acionada promove uma emocionalidade negativa (incômodo, raiva, ansiedade, ressentimento, energia destrutiva) e estimulante no plano épico (desafio, triunfo). Embora o anúncio projete um imaginário de convivialidade que cruza parcialmente diferentes gêneros e classes sociais, o que predomina é a construção de uma identidade masculina, baseada na força, na determinação, na ação e na cólera. Trata-se, portanto, de um imaginário baseado na hierarquia, em que o candidato é construído como um "grande líder" de feição messiânica, destinado a "salvar" sua "manada de leões" do jugo da "casta". A aposta por um país "livre" adquire um duplo sentido: por um lado, livre da suposta opressão exercida pela "casta política"; por outro, livre segundo a lógica do libertarismo.

4. Conclusões

Este estudo examinou as estratégias audiovisuais levadas a cabo por atores de direita e extrema direita do Chile e da Argentina no contexto das campanhas políticas. Entendendo a música como meio privilegiado de comunicação, persuasão e transformação (Johnson, 2021), o objetivo foi analisar e comparar "imaginários de convivialidade" veiculados nos anúncios, nos *jingles* e nas trilhas sonoras dessas campanhas. Com exceção do caso de Milei, as estratégias audiovisuais analisadas procuram projetar um "imaginário de convivialidade" que, por um lado, tencionariam despertar emoções de diversão, afeto e alegria e, por outro, difundir valores nacionais e conservadores relativos à família, à ordem e à segurança (Mannheim, 1984). Ainda que se trate de "imaginários de convivialidade" transversais, nos quais convergem pessoas de distintas classes, gêneros e gerações (ainda que as etnias estejam menos representadas), chama atenção o fato de a descontração proporcionada pela festa (com recorrentes alusões às torcidas de futebol) é o elemento de coesão das relações sociais. Por meio desse espaço festivo, se projeta uma ideia de comum que não busca ativar identidades políticas (ligadas a partidos), nem identidades profissionais (de trabalhadores ou profissionais de setores específicos), tampouco um projeto político coletivo. Na verdade, o objetivo parece ser construir a festa como um espaço apolítico e neutro (Vommaro, 2016), com a função de banir o

conflito como lógica relacional. Um espaço que, portanto, se situaria para além das relações sociais cotidianas e das formas tradicionais de participação cidadã.

É interessante destacar que, em dois dos anúncios analisados ("Un Chile así", de Piñera, e "Estoy con vos", de Macri), se promove um imaginário mais segregado, baseado na ideia de "viver junto entre semelhantes", especificamente entre pessoas oriundas do mundo popular e rural e, no caso chileno, também de contextos indígenas. A relação essencialmente "hierárquica" entre "povo" e "candidato/ líder" se sustenta em ambos os casos, tanto visual quanto discursivamente, em sua finalidade assistencialista.

Do ponto de vista musical, trata-se de produções simples e básicas em termos melódicos, harmônicos e rítmicos, bem como na instrumentação, nos arranjos e na execução. O fato de cruzarem múltiplos gêneros, que vão da cúmbia ao folclore, passando pelo rock-beat, rap, soul, pop e até heavy metal, sugere a pretensão de ressoar em grupos geracionais e sociais essencialmente distintos. Em certos casos, como no *jingle* "Un Chile así", de Piñera, se observa uma dissonância entre a estética musical da canção e a filiação político-partidária do candidato, funcionando como uma estratégia de apropriação de estéticas musicais associadas ao adversário político. Algo semelhante ocorre com "La marcha del León", de Javier Milei, cuja origem, letra e contexto de recepção apelam a um ideário contrário ao defendido pelo candidato. Já no caso do *jingle* "Atrévete", de Kast, recorrem-se a estéticas musicais juvenis (rap, soul, funk) que destoam do universo cultural conservador do qual o candidato faz parte.

Outro aspecto relevante, presente na maioria dos casos analisados, é o uso deliberado do afeto ("Arriba los corazones") e do erotismo ("No me arrepiento de este amor") como emoções passíveis de serem mobilizadas em campanhas eleitorais. Essa estratégia de ativação do afetivo-erotizante, aliás, foi reaplicada e reforçada no Chile durante o plebiscito de saída em setembro de 2022, no qual a população chilena deveria votar pela aprovação ou rejeição da proposta de nova Constituição. O anúncio intitulado *Una escrita con amor* (Mundo Electoral, 2022) da campanha da opção "*rechazo*", sustentada pelos partidos de direita, se baseava principalmente na mobilização afetivo-emocional em torno do amor, da harmonia, da união, da alegria e da esperança ("*amanece un nuevo día*"), recorrendo a um timbre erotizante, interpretado, diferentemente dos demais *jingles* analisados, por uma voz feminina. Pesquisas futuras deverão investigar com mais profun-

didade os mecanismos e efeitos provocados pela ativação do registro afetivo e erotizante em contextos eleitorais.

Em todos os anúncios analisados, se observa um padrão de liderança masculina e paternalista (vale notar que quase todos os *jingles* são conduzidos por vozes masculinas), projetando uma imagem voluntarista, próxima e jovial. Nos casos de Kast e Milei, essa liderança adquire contornos épicos, sendo construída como a figura de um "grande líder", no caso de Milei, com traços carismáticos, disruptivos ou mesmo messiânicos. Quanto ao uso de significantes políticos, nota-se que, na maioria dos casos, são mobilizados assuntos nacionais, conservadores e neoliberais, ainda que com intensidades distintas. Apenas no caso chileno há uma referência mais explícita a símbolos cristãos.

A comparação entre os casos do Chile e da Argentina permite constatar afinidades marcantes entre os atores da centro-direita, de um lado, e da extrema direita, de outro. As campanhas audiovisuais de Piñera e Macri, representantes da centro-direita, convergem na intenção de adotar um discurso e uma estética que apontam para um novo horizonte de expectativas em relação aos governos em exercício. Além disso, constroem um ambiente festivo, descontraído e lúdico, em que o candidato-empresário é apresentado como alguém relaxado, jovial, acessível e com capacidade de resolver problemas concretos.

Por sua vez, os candidatos da extrema direita, Kast e Milei, compartilham a estratégia audiovisual de se apropriar de estéticas musicais externas a seus universos políticos, ao mesmo tempo que constroem identidades coletivas de tipo irreverente, "antipolítico" e "antissistema" ("*los atrevidos*", "*los leones*"). Ambos radicalizam a defesa da ordem e da segurança, evocam ideias de grandeza e orgulho nacional (no caso de Milei, ativando uma "nostalgia" conservadora) e exaltam ideais ultraliberais. No entanto, é importante destacar que, no caso específico de Milei, a campanha mobiliza uma emocionalidade intensamente colérica, direcionada ao "despejo" de um "inimigo" explícito, a "casta política", estratégia que acarreta riscos significativos no que diz respeito às consequências sociais dessa forma de ativação política.

Pesquisas futuras devem necessariamente comparar anúncios e *jingles* de campanha de candidatos de centro-direita e extrema direita de outras regiões. Urge também comparar essa produção com os anúncios de candidatos progressistas e de esquerda, a fim de confirmar se há estratégias

audiovisuais específicas ou próprias de cada setor político, ou se, ao contrário, são estratégias comuns.

Referências

Alarcón López, Cristina (2023): *Entrevista con Miguel Bareilles*. Viena, 22 mar.

Alarcón López, Cristina; Wanschelbaum, Cinthia e Schembs, Katharina (2021a): *Entrevista con Atilio Borón*, online, 9 e 15 set.

Alarcón López, Cristina; Wanschelbaum, Cinthia e Schembs, Katharina (2021b): *Entrevista con Cristóbal Rovira Kaltwasser*, online, 12 fev.

Alenda, Stéphanie (org.) (2020): *Anatomía de la derecha chilena: Estado, mercado y valores en tiempos de cambio*. Santiago: Fondo de Cultura Económica.

Álvarez Kalverkamp, Michael (2023): "Argentinien: Rechtslibertärer Milei gewinnt Vorwahlen haushoch". *Heinrich Böll Stiftung*, 16 ago. Disponível em: https://www.boell.de/de/2023/08/16/argentinien-rechtslibertaerer-milei-gewinnt-vorwahlen-haushoch. Acesso em: 31 ago. 2026.

Apple, Michael (2002): *Educar como Dios manda. Mercados, niveles, religión y desigualdade*. Barcelona: Paidós.

Apple, Michael (2006): "Understanding and Interrupting Neoliberalism and Neoconservatism in Education". *Pedagogies: An International Journal*, vol. 1, n. 1, pp. 21–26.

Beaudoux, Virginia García e D'Adamo, Orlando (2006): "Comunicación política y campañas electorales: Análisis de una herramienta comunicacional: el spot televisivo". *Polis. Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial*, vol. 2, n. 2, pp. 81-111.

Benner, Mats (org.) (2013): *Before and Beyond the Global Economic Crisis: Economics, Politics and Settlement*. Cheltenham: Edward Elgar.

Brenner, Helmut (1992): *Musik als Waffe? Theorie und Praxis der politischen Musikverwendung, dargestellt am Beispiel der Steiermark 1938–1945*. Graz: H. Weishaupt.

C5N (2015): "Elección 2015: El festejo y el baile de Mauricio Macri", 22 nov. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kLeI_VJsw10&list=PL_ahPKhtM7086bUsmYNsaJGyA8oCF1q2j&index=15. Acesso em: 31 ago. 2026.

Cerruti, Gabriela (1993): *El jefe, vida y obra de Carlos Saúl Menem*. Buenos Aires: Planeta.

Christiansen, Paul Victor (2018): *Orchestrating Public Opinion: How Music Persuades in Television Political Ads for US Presidential Campaigns, 1952–2016*. Amsterdã: Amsterdam University Press.

Costa, Sérgio (2019): "The Neglected Nexus between Conviviality and Inequality". *Mecila Working Paper Series*, n. 17. São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America.

Cowen, Alan S.; Fang, Xia; Sauter, Disa e Keltner, Dacher (2020): "What Music Makes Us Feel: At Least 13 Dimensions Organize Subjective Experiences Associated with Music Across Different Cultures". *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, vol. 117, n. 4, pp. 1924-34.

Crespo-Martínez, Ismael; Garrido-Rubia, Antonio e Rojo-Martínez, José Miguel (2022): "El uso de las emociones en la comunicación político-electoral". *Revista Española de Ciencia Política*, vol. 58, pp. 175-201.

Díaz, Camila; Rovira Kaltwasser, Cristóbal e Zanotti, Lisa (2023): "The Arrival of the Populist Radical Right in Chile". *Journal of Language and Politics*, vol. 22, n. 3, pp. 342-59.

El Mostrador (2011): "'Súmate al cambio': el lema que Mariano Rajoy le copió a Piñera", en: *El Mostrador*, 10 nov. 2011. Disponível em: https://www.elmostrador.cl/noticias/sin-editar/2011/11/10/sumate-al-cambio-el-lema-que-mariano-rajoy-le-copio-a-pinera/. Acesso em: 31 ago. 2026.

Encyclopedia Herder (2023): "León (símbolo)". Disponível em: https://encyclopaedia.herdereditorial.com/wiki/León_%28símbolo%29. Acesso em: 31 ago. 2026.

Favoretto, Mara (2014): "La dictadura argentina y el rock: enemigos íntimos". *Resonancias: Revista de investigación musical*, vol. 18, n. 34, pp. 69-87.

Feierstein, Daniel (2021): "El acecho de la antipolítica". *Le Monde diplomatique*, edição Cone Sul. Disponível em: https://www.eldiplo.org/notas-web/el-acecho-de-la-antipolitica/. Acesso em: 31 ago. 2026.

Filmus, Daniel (2017): *Educar para el mercado. Escuela, universidad y ciencia en tiempos de neoliberalismo*. Buenos Aires: Octubre Editorial.

García González, Carolina (2006): "El peso de la memoria en los inicios de la transición a la democracia en Chile". *Historia*, vol. 39, n. 2, pp. 431-75.

Gorzelaniy-Mostak, Dana (2016): "Keepin' It Real (Respectable) in 2008: Barack Obama's Music Strategy and the Formation of Presidential Identity". *Journal of the Society for American Music*, vol. 10, n. 2, pp. 113-48.

Harvey, David (2007): "Neoliberalism as Creative Destruction". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 610, pp. 22-44.

Hermosilla, Matías (2022): "The Gathering of the Protest Songs: Cuba, Thirdworldism, and the Birth of the Protest Song Movement (1967–1970)". *The Global Sixties*, vol. 15, n. 1-2, pp. 180-99.

Jessop, Bob (2013): "Recovered Imaginaries, Imagined Recoveries: A Cultural Political Economy of Crisis Construals and Crisis-Management in the North Atlantic Financial Crisis". In: Benner, Mats (org.), *Before and Beyond the Global Economic Crisis: Economics, Politics and Settlement*. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 234-54.

Johnson, Lottie Elizabeth; Haden Church, Scott e Randle, Quint (2021): "(In) congruities between Political Messages and Popular Music: An Analysis of Campaign Songs in U.S. Presidential Elections". *Communication Studies*, vol. 72, n. 4, pp. 769-83.

Jordán, Laura (2009): "Música y clandestinidad en dictadura: la represión, la circulación de músicas de resistencia y el casete clandestino". *Revista Musical Chilena*, vol. 63, n. 212, pp. 77-102.
Kaltmeier, Olaf e Raussert, Wilfried (2019): *Sonic Politics: Music and Social Movements in the Americas*. Abingdon: Routledge.
Karmy Bolton, Eileen (2013): "'Ecos de un tiempo distante'. La Cantata Popular Santa María de Iquique (Luis Advis - Quilapayún) y sus resignificaciones sociales a 40 años de su estreno". *Revista Musical Chilena*, vol. 67, n. 219, p. 114.
Kast, José Antonio (2017): "Capítulo 22/10 Franja: Hacer de Chile una gran familia", 22 out. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cPMNnBFiwJg. Acesso em: 31 ago. 2026.
Kast, José Antonio (2021): "¿Les gusta el Disco/Funk?", 27 out. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yuZKIp7dhgE&t=2s. Acesso em: 31 ago 2026.
Katz, Claudio (2023): "La derecha deberá lidiar con la resistencia social". *Jacobin*, 18 ago. Disponível em: https://jacobinlat.com/2023/08/la-derecha-debera-lidiar-con-la-resistencia-social/. Acesso em: 31 ago. 2026.
Kestler, Thomas (2022): "Radical, Nativist, Authoritarian—Or All of These? Assessing Recent Cases of Right-Wing Populism in Latin America". *Journal of Politics in Latin America*, vol. 14, n. 3, pp. 289-310.
Kim, Gooyong (2019): "Neoliberal Feminism in Contemporary South Korean Popular Music: Discourse of Resilience, Politics of Positive Psychology, and Female Subjectivity". *Journal of Language and Politics*, vol. 18, n. 4, pp. 560-78.
La Tercera (2009): "Piñera emula a Obama en masiva proclamación en Arena Santiago". *La Tercera*, 2 set. Disponível em: https://www.latercera.com/diario-impreso/pinera-emula-a-obama-en-masiva-proclamacion-en-arena-santiago/. Acesso em: 31 ago. 2026.
La Tercera (2013): "Realizador de franja electoral de Piñera acusa 'copia literal' de video de candidato mexicano". *La Tercera*, 17 jun. Disponível em: https://www.latercera.com/noticia/realizador-de-franja-electoral-de-pinera-acusa-copia-literal-de-video-de-candidato-mexicano/. Acesso em: 31 ago. 2026.
Luna, Juan Pablo e Rovira Kaltwasser, Cristóbal (2011): "Las derechas gobernantes en América Latina: hacia una caracterización preliminar". *LASA Forum*, vol. XLII, n. 3, pp. 16-19.
Luna, Juan Pablo e Rovira Kaltwasser, Cristóbal (2021): "Castigo a los oficialismos y ciclo político de derecha en América Latina". *Revista Uruguaya de Ciencias Políticas*, vol. 30, n. 1, pp. 135-55.
Macri, Mauricio (2015): "'Estoy con vos'. Lanzamiento de campaña Mauricio Macri Presidente", 17 jul. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Nj-Si98FEDOQ&list=PL_ahPKhtM7086bUsmYNsaJGyA8oCF1q2j&index=2. Acesso em: 31 ago. 2026.

Makuc Urbina, María Elena (2018): "Un arcoíris difuso: la memoria emblemática del plebiscito de 1988". *Revista Divergencia*, vol. 7, n. 10, pp. 63–81.
Mannheim, Karl (1984): *Konservatismus*. Frankfurt: Suhrkamp.
Martins, María Susana (2021): "Libertarios, redes y campaña electoral: El caso de Javier Milei en Instagram". *Actas de Periodismo y Comunicación*, vol. 7, n. 2.
Mendoza, Marina (2020): "'Bienvenidos al cambio': la construcción de la imagen política de Sebastián Piñera (2009) y Pedro Pablo Kuczynski (2016)". *Cuadernos del Centro de Estudios de Diseño y Comunicación*, vol. 112, pp. 241-56.
Mundo electoral (2022): "Jingle 'Una escrita con amor' de la opción Rechazo/ Plebiscito 2022", 14 ago. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SLFJ64Qgxlo. Acesso em: 31 ago. 2026.
Navas, Mateo (2021): "Puntos para Borić: apoyo de artistas, de Bachelet, y las encuestas". *DFMAS*, 18 dez. Disponível em: https://dfmas.df.cl/df-mas/por-dentro/el-mapa-de-la-campana-online-de-boric-y-kast. Acesso em: 31 ago. 2026.
Pávez Soto, Iskra (2015): *La niña liberada. Violencia sexual y poder*. Santiago: Editorial Forja.
Piñera, Sebastián (2009a): "Resumen del Arenazo", 4 set. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V2NCBo_U4XQ. Acesso em: 31 ago. 2026.
Piñera, Sebastián (2009b): "Himno de la Campaña. 'Un Chile así'", 26 nov. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s781LeATDLc. Acesso em: 31 ago. 2026.
Piñera, Sebastián (2017): "El Negro Piñera presenta el jingle oficial", 21 set. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BlDecCWaKCQ. Acesso em: 31 ago. 2026.
Pinto Vallejos, Julio (org.) (2014): *Fiesta y drama. Nuevas historias de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones.
Provéndola, Juan Ignacio (2023): "El rugido no correspondido de Javier Milei". *Página 12*, 9 ago. Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/575804-el-rugido-no-correspondido-de-javier-milei. Acesso em: 31 ago. 2026.
Radermacher, Reiner (2015): "Auf Sand gebaut. Das 'chilenische Modell' in der Agonie". *Friedrich-Ebert-Stiftung*. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/iez/11553.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.
Ramírez, José (2010): "Spot - Sebastián Piñera '¡Súmate al Cambio!'", 25 jul. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6xZZqWq6Gh0&t=5s. Acesso em: 31 ago. 2026.
Reyes, Abigail e Ibáñez, Zaida (2021): "La 'fiesta de los atrevidos': el cierre de campaña Kast 2022". *Puroperiodismo*, 20 nov. Disponível em: https://www.puroperiodismo.cl/la-fiesta-de-los-atrevidos-el-cierre-de-campana-kast-2022/. Acesso em: 31 ago. 2026.
Reynolds, Bill (2004): "The Nostalgic Turn and the Politics of Ressentiment". *Georgia Educational Researcher*, vol. 2, n. 1, artigo 1.

Rodríguez Mora, Sebastián (2023): "Daniel Feierstein: 'No veo que sea muy útil una campaña de miedo frente al avance de Milei'". *Tiempo Argentino*, 20 ago. Disponível em: https://www.tiempoar.com.ar/daniel-feierstein-no-veo-que-sea-muy-util-una-campana-de-miedo-frente-al-avance-de-milei/. Acesso em: 31 ago. 2026.

Rovira Kaltwasser, Cristóbal (2020): "El error de diagnóstico de la derecha chilena y la encrucijada actual". *Estudios Públicos*, vol. 158, pp. 31-59.

Salsa (2010): "Celebración Piñera", 18 jan. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KYUbBy7Z4io. Acesso em: 31 ago. 2026.

Santa Cruz Henríquez, Yanny (2020): "Entre la diversión y la revolución: experiencias culturales de los jóvenes de izquierda durante la Unidad Popular". *Última Década*, vol. 28, n. 53, pp. 125-51.

Segovia, Carolina e Gamboa, Ricardo (2020): "Between Knowing and Feeling: Emotions and the Vote in the 2017 Chilean Presidential Election". *Opinião Pública*, vol. 26, n. 3, pp. 452-74.

Street, John (2003): "'Fight the Power': The Politics of Music and the Music of Politics". *Government and Opposition*, vol. 38, n. 1, pp. 113-30.

Struminger, Brenda (2015): "Elecciones 2015: música y euforia en el búnker de Pro". *La Nación*, 22 nov. Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/politica/elecciones-2015-musica-y-euforia-en-el-bunker-de-pro-nid1847883/. Acesso em: 31 ago. 2026.

T13 (2021): "Cierre de campaña de José Antonio Kast en Parque Araucano", 16 dez. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AsyLDVC1vbk. Acesso em: 31 ago. 2026.

Telediario (2015): "Macri bailó en el balcón de la Casa Rosada y Michetti cantó un tema de Gilda", 10 dez. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TWlyNK3fjRM&list=PL_ahPKhtM7086bUsmYNsaJGyA8oCF1q2j&index=13. Acesso em: 31 ago. 2026.

Torres, Verónica (2009): "Jingle del candidato de derecha desata la furia de los músicos: Escándalo por versión andina de Piñera". *The Clinic*, 3 set. Disponível em: https://www.theclinic.cl/2009/10/03/jingle-del-candidato-de-derecha-desata-la-furia-de-los-musicos-escandalo-por-version-andina-de-pinera/. Acesso em: 31 ago. 2026.

Urgente Milei (2021): "Javier Milei. La marcha del León", 13 set. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hEk5Mc8j-OM. Acesso em: 31 ago. 2026.

Vommaro, Gabriel (2016): "'Unir a los argentinos': el proyecto de 'país normal' de la nueva centroderecha en Argentina". *Nueva Sociedad*, vol. 261, jan.-fev. 2016. Disponível em: https://nuso.org/articulo/unir-los-argentinos/. Acesso em: 31 ago. 2026.

Vommaro, Gabriel (2020): "Propuesta Republicana y sus mundos sociales de pertenencia: una perspectiva sociocultural de la nueva centro-derecha Argentina". In: Alenda, Stéphanie (org.), *Anatomía de la derecha chilena:*

Estado, mercado y valores en tiempos de cambio. Santiago: Fondo de Cultura Económica, pp. 301-22.
Vommaro, Gabriel; Bellotti, Alejandro e Morresi, Sergio (2015): "Globos y buena onda". *Anfibia*, 8 abr. Disponível em: https://www.revistaanfibia.com/globos-y-buena-onda/. Acesso em: 31 ago. 2026.
Way, Lyndon C. S. (2019): "Discourse, Music and Political Communication". *Journal of Language and Politics*, vol. 18, n. 4, pp. 475-90.
Zilla, Claudia e Schreiber, Franziska F. N. (2020): "The Constitutional Process in Chile: The South American Country Is Searching for a New Social Contract". *SWP Comment*, 17. Disponível em: https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-68343-1. Acesso em: 31 ago. 2026.

Sobre as autoras e os autores

Cristina Alarcón López é docente e pesquisadora de pós-doutorado no Instituto de Ciências da Educação da Universidade de Viena; possui formação em música, psicologia, educação e ciências sociais. Suas linhas de pesquisa incluem, entre outros assuntos, projetos educacionais de governos de direita no Cone Sul, processos de transferência de modelos e ideias entre as Américas e a Europa e movimentos sociais na América Latina. É autora e editora (com Jason Beech) de *Latin American Scholars of Comparative Education: Examining the Work and Influence of Notable 19th and 20th Century Comparativists* (Routledge, Taylor & Francis Group, publicado em 2025) e de "Evaluaciones Internacionales a Gran Escala en Chile: Métricas globales y sus (des)contentos" (Ediciones Universidad Alberto Hurtado, publicado em 2025).

Kathya Araujo é doutora em Estudos Americanos pela Universidad de Santiago de Chile. É professora titular do Instituto de Estudos Avançados (IDEA) da Universidad de Santiago de Chile, diretora do Millennium Institute Authority and Social Regulation (ASIR) e psicanalista. Sua pesquisa recebeu financiamento de instituições como OXFAM-GB, Ford Foundation,

ANID (Chile) e CNPq (Brasil), entre outras, e foi reconhecida com o prêmio Thyssen-Humboldt Research Award for Latin American Social Scientists in the Area of Social Theory. É autora de mais de 20 livros e de numerosos artigos acadêmicos. Entre suas obras estão *Habitar lo social* (LOM, 2009), *Desafíos Comunes. Retrato de la sociedad chilena y sus individuos* (LOM, 2012) e *The Circuit of Detachment in Chile* (Cambridge University Press, 2022; versão em espanhol publicada em 2025), que abordam a vida cotidiana e as dinâmicas sociais no Chile contemporâneo. Atualmente, é assessora do Conselho Consultivo Ministerial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Conhecimento e Inovação do Chile e do Conselho Consultivo Presidencial para a Modernização do Estado do Chile, além de membro do Comitê de Pesquisa em Teoria Sociológica da International Sociological Association (ISA).

Gonzalo Assusa é doutor em Ciências Antropológicas pela Universidad Nacional de Córdoba (UNC), onde atua como professor e pesquisador. É pesquisador adjunto do CONICET, vinculado ao Instituto de Humanidades (IDH-CONICET/UNC). Sua pesquisa se dedica à sociologia das desigualdades, às disputas distributivas e à estrutura social, com foco nas formas contemporâneas de produção e reprodução das desigualdades. É coautor de *De la grieta a las brechas. Pistas para estudiar las desigualdades en nuestras sociedades contemporáneas* (Eduvim, 2021), em parceria com Alicia Gutiérrez e Héctor Mansilla.

Sérgio Costa é bacharel em economia e mestre em sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Concluiu seu doutorado e sua livre-docência em sociologia na Freie Universität Berlin, onde é, desde 2008, professor titular de sociologia. Desde 2017 é pesquisador principal e dirigente do Mecila. Seus livros recentes incluem: *Desiguais e divididos* (Todavia, 2025; também publicado em inglês pela Springer Nature, 2026); *Um porto no capitalismo global* (em coautoria com Guilherme L. Gonçalves, Boitempo, 2020, também publicado em inglês pela Routledge); *Entre el Atlántico y el Pacífico Negro* (em coautoria com Manuel Góngora-Mera e Rocío Vera Santos, Vervuert, 2019, agraciado com o Prêmio LASA Iberoamericano).

Andreas E. Feldmann é professor e chefe do Departamento de Ciência Política e pesquisador principal da Global Immigration Cluster Initiative

da University of Illinois Chicago (UIC). Investiga temas na interseção entre política comparada e relações internacionais, com foco na América Latina. Entre seus trabalhos recentes estão *Repertoires of Terrorism: Organizational Identity and Violence in Colombia's Civil War* (Columbia University Press), *Criminal Politics and Botched Development in Contemporary Latin America* (Cambridge University Press, 2023), em coautoria, e *Routledge History of Latin American Migration* (Routledge, 2022). Recebeu bolsas e financiamentos da Ford Foundation e do International Development Research Centre. Atuou como consultor do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2000–2006), do Estado de la Nación Costa Rica e do Carnegie Endowment for International Peace. Anteriormente, trabalhou no Instituto de Ciencia Política da Universidad Católica de Chile e no Human Rights Program da University of Chicago. É doutor em Ciência Política pela University of Notre Dame.

Gabriel Kessler é professor da Universidad Nacional de La Plata e da Universidad Nacional de San Martín, além de pesquisador superior do CONICET (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas), todos na Argentina. Em 2019, foi nomeado *Chevalier dans l'Ordre des Palmes Académiques* pelo governo francês e, em 2021, recebeu o Prêmio Georg Forster de Pesquisa da Fundação Alexander von Humboldt (Alemanha). Entre seus livros mais recentes estão *Uneven Trajectories: Latin American Societies in the Twenty-First Century* (Cambridge University Press), *La ¿nueva? estructura social de América Latina* (Siglo XXI), ambos em coautoria com Gabriela Benza, e *La era del hartazgo: Líderes disruptivos, polarización y antipolítica en América Latina* (Siglo XXI), com Gabriel Vommaro, *Una sociología de la vida en común* (Siglo XXI, com Juan Ignacio Piovani) e *The Social Underpinnings of Political Discontent in Latin America* (Cambridge University Press, coeditado com Maria Victoria Murillo).

Amparo Marroquín-Parducci é professora do Departamento de Comunicação e Cultura da Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA) desde 1997. É especializada em estudos culturais (narrativas de memória, migração e violência em El Salvador) e em estudos de comunicação a partir da América Latina (narrativas de comunicação política e alfabetização midiática). Foi professora convidada em diversas universidades da América Latina.

Carlos Iván Orellana é doutor em Ciências Sociais pela FLACSO – Programa Centroamericano, com formação em Psicologia Social e Política pela Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA), El Salvador. É pesquisador e professor no Departamento de Psicologia e Saúde Pública da UCA, onde dirige o programa de mestrado em Intervenção Social. Os seus interesses de pesquisa são violência e insegurança, autoritarismo, psicologia dos crimes de ódio, anomia e crenças sem respaldo científico.

Carlos Meléndez é pesquisador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Tem doutorado em Ciência Política pela Universidade de Notre Dame (Indiana, Estados Unidos). Foi professor associado na Universidad Diego Portales (Chile) e pesquisador de pós-doutorado na Central European University – Democracy Institute (Hungria) e no Centro de Estudos de Conflito e Coesão Social (Chile). Foi professor visitante na FLACSO-Equador, Universidad del Rosario (Colômbia), Pontifícia Universidad Javeriana (Colômbia), entre outras. Sua pesquisa explora opinião pública, identidades políticas, apoio à extrema direita e demanda populista, utilizando dados de inquéritos e métodos experimentais aplicados a pesquisas de opinião, com uma perspectiva comparativa entre a América Latina e a Europa. Seus trabalhos foram publicados em revistas acadêmicas como *American Journal of Political Science*, *Democratization*, *Party Politics*, *Comparative Politics*, *Political Studies*, *Journal of Peace Research*, *Journal of Politics in Latin America*, *Revista de Ciencia Política* (Chile), *Colombia Internacional*, entre outras.

Marília Moschkovich é Professora Doutora no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, onde coordena o grupo de pesquisa Ímpar – Laboratório de Estudos Críticos da Família. Realizou pós-doutorado no Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid-Fapesp) com bolsa Fapesp (2022), e no departamento de Antropologia (2020-2022), ambos na mesma universidade. Foi *fellow* de pesquisa temática coletiva no Mecila em São Paulo (2021) e bolsista da Fundação Alexander von Humboldt em Berlim (2018-2020). Graduada, mestra e doutora pela Unicamp, trabalhou em estágio de pesquisa doutoral no Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (CESSP) da École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) em Paris, e no Museo de Antropologia da Universidad Nacional de Córdoba em Córdoba, Argentina. Também já atuou como colaboradora

do Instituto Gerar de Psicanálise, além de ser escritora, poeta e autora de livros didáticos. Suas principais contribuições estão nas áreas e temas ligados a estudos de gênero, sexualidade e feminismos; e aos estudos críticos da família, da parentalidade e do parentesco.

Juan Ignacio Piovani é doutor em Metodologia das Ciências Sociais pela Sapienza Università di Roma, professor titular da Universidad Nacional de La Plata, pesquisador superior do CONICET no Instituto de Investigações em Humanidades e Ciências Sociais (IdIHCS) e pesquisador principal do Mecila. É coautor de *Una sociología de la vida en común* (com Gabriel Kessler), publicado pela Siglo XXI em 2025, entre outras publicações.

Camila Rocha é uma cientista política e pesquisadora no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Brasil. A sua tese de doutorado, *"Menos Marx, Mais Mises": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*, foi premiada pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) como a melhor tese de doutorado no período de 2017 a 2019. Os seus interesses de pesquisa são cultura política, comportamento político e métodos qualitativos. Entre as suas publicações estão *Menos Marx Mais Mises: a nova direita e o liberalismo* (Todavia, 2021) e *The Bolsonaro Paradox* (Springer, 2021), com Esther Solano e Jonas Medeiros.

Gabriel Vommaro é doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), na França. É professor de Sociologia Política e docente-pesquisador na Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales (EIDAES) da Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), além de pesquisador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina (CONICET). Seus estudos concentram-se na sociologia política, nas direitas contemporâneas, nos partidos políticos e nas desigualdades sociais na Argentina. É autor de *Conservatives Against the Tide: The Rise of the Argentine PRO in Comparative Perspective*, publicado pela Cambridge University Press em 2023, na série Elements in Politics and Society.

Este livro foi composto em tipo Crimson (11,5/15 pt) e Roboto, impresso pela DPrint Gráfica em São Paulo no mês de agosto de 2026, miolo em papel offset 75g/m², capa em cartão triplex 300g/m².

O descontentamento político na América Latina tem assumido novas formas de polarização e antagonismo. Os ensaios reunidos neste livro analisam essas mudanças a partir de diferentes países e perspectivas disciplinares, articulando dimensões ideológicas, afetivas, sociais, culturais e comunicacionais. Ao examinar a ascensão das direitas — incluindo suas expressões mais radicais —, os textos discutem a crise de representação, as transformações nas classes médias, as novas formas de participação política, a expansão dos contrapúblicos digitais e as disputas em torno de direitos, segurança e valores. Levando em conta que a convivialidade é atravessada por tensões e desigualdades, as autoras e os autores deste volume discutem que a polarização latino-americana combina eixos distributivos e culturais-morais sem se reduzir à oposição entre esquerda e direita. Em conjunto, essas contribuições oferecem chaves para compreender as implicações desses processos contemporâneos para a democracia e a vida em comum na região.

Coleção Convivialidade em Disputa

HUCITEC EDITORA
PARA VOCÊ LER E RELER
1971 2026

Mecila

ISBN: 978-85-8404-643-0